J.A. [00-12]

UM RETRATO PANORÂMICO DA ARQUITETURA PORTUGUESA EM 5 TEMAS

JOANA FILIPA PERES
HENRIQUES DE MELO

Dissertação de Mestrado Integrado em
Arquitectura apresentada ao d'Arq FCTUC

Sob a orientação do Professor Doutor Jorge
Figueira, Julho de 2013

© JOANA MELO

J.A. [00-12]

UM RETRATO
PANORÂMICO
DA ARQUITETURA
PORTUGUESA
EM 5 TEMAS

Agradeço:

Ao Professor Jorge Figueira pela assertividade, sabedoria e inspiração transmitidas na orientação deste trabalho.

Ao Professor Diogo Seixas Lopes pelo entusiasmo e disponibilidade.

Aos meus pais por acreditarem em mim, tanto!

À Andreia e à Ana pela compreendida ausência e por serem a minha verdadeira família.

Aos amigos de sempre, em especial à Fabiana pelo exemplo de coragem e perseverança.

Ao Francisco, maior companheiro desta e de muitas outras aventuras, por tudo!

RESUMO

A arquitetura portuguesa responde hoje a uma multiplicidade de fatores impossíveis de quantificar de forma linear. Permitindo muitas categorizações possíveis, desde a autoria nacional à localização geográfica, é um objeto de estudo de difícil delimitação.

Desta impossibilidade, e com o objetivo de criar um retrato panorâmico da arquitetura portuguesa contemporânea, este trabalho utiliza o *Jornal Arquitectos* (*J.A.*) como filtro para a análise, garantindo assim uma relação direta entre o caso de estudo e os intervenientes que operam na sua constituição.

Seguindo uma estruturação temática que resulta da seleção dos temas de maior recorrência na revista, 'CIDADE', 'HABITAÇÃO', 'MEMÓRIA E IDENTIDADE', 'NORMA' e 'VALORES' constituem o corpo da reflexão, criando linhas de leitura possíveis e facilitando o consequente acesso aos conteúdos produzidos.

A abordagem segue assim dois objetivos distintos: um primeiro que diz respeito ao levantamento das premissas principais para o desenvolvimento da arquitetura portuguesa de 2000 a 2012; e um segundo que, catalogando todos os conteúdos, desenvolve meios para a instrumentalização do *J.A.*, cujos conteúdos são relevantes para uma grande variedade de estudos posteriores.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura portuguesa; Portugal; *Jornal Arquitectos*; *J.A.*; cidade; habitação; memória; identidade; norma; valor; revista; artigo; profissão; arquiteto.

ABSTRACT

Today, portuguese architecture answers to a variety of unquantifiable factors. Allowing many possible categorizations, from authorship to geographical location, it's an object of study whose limits are difficult to define.

Regarding this difficulty, and in order to create a panoramic portrait of the contemporary Portuguese architecture, this study makes use of *Jornal Arquitectos* ("Architect's Journal", a publication of the responsibility of the association of Portuguese architects) as a filter for the analysis, thus ensuring a direct relationship between the case study and the actors operating in its constitution.

Following a thematic structure that results from the selection of the most recurrent ideas in the magazine, 'CITY', 'HOUSE', 'MEMORY AND IDENTITY', 'RULE' and 'VALUES' constitute the body of the reflection, creating possible 'reading guides' and easing the subsequent access to the content produced within *Jornal Arquitectos*.

The approach follows two main goals: the first concerning the listing of the main assumptions for the development of Portuguese architecture from 2000 to 2012; the second one, while cataloguing all contents of the magazine, develops means for the instrumentalization of the journal, whose contents are relevant to a wide range of future studies.

KEYWORDS: Portuguese architecture; Portugal; *Jornal Arquitectos*; *J.A.*; city; housing; memory; identity; rule; values; magazine; article; profession; architect.

SUMÁRIO

v NOTAS INICIAIS

3 [1] CIDADE

11 Cidade, Território e Património
21 Cidade, Comunidade e Lugar
31 Cidade, Cultura e Consumo

45 [2] HABITAÇÃO

51 Habitar a Experiência: A Casa
63 Habitar em Comunidade: Espaço Social?
79 Habitar: Novos Modos de Ocupação

91 [3] MEMÓRIA E IDENTIDADE

99 Memória e História
113 Memória e Crítica
125 Memória Local ou Identidade Global?
137 Memória Chã e Identidade da Crise
147 Identidade Portuguesa: Verdade ou Mentira?

159 [4] NORMA

167 Norma, Qualidade e Responsabilidade
181 Norma, Território e Política
193 Norma, Participação e Solução

207 [5] VALORES

215 Valores da Profissão (Liberal?)
225 Valores da 'Escola'
237 Valores: mais artesanais ou mais digitais?
251 Valores: "mais estéticos e mais éticos"?

269 CONSIDERAÇÕES FINAIS

287 BIBLIOGRAFIA
325 FONTES DAS IMAGENS

ANEXOS [VOLUME 2]

3 ANEXO 1: Mapeamento Temático por Número
5 Série 1 [2000 - 2004]
7 Série 2 [2005 - 2008]
9 Série 3 [2009 - 2012]

11 ANEXO 2: Mapeamento Temático por Série
13 Série 1 [2000 - 2004]
47 Série 2 [2005 - 2008]
61 Série 3 [2009 - 2012]

71 ANEXO 3: Mapeamento Temático por Artigo
73 Cidade
83 Habitação
91 Habitação [Projetos]
99 Memória/Identidade
113 Norma
121 Valores

137 ANEXO 4: Índice Onomástico

153 ANEXO 5: Depoimento de Diogo Seixas Lopes

NOTAS INICIAIS

"Todos os números do J.A., sejam quais forem os temas pretexto, têm sido e serão sempre abordagens agrupadas debaixo de bandeiras resumo que mais não pretendem [...] se não interrogar as várias dificuldades [da profissão], expondo - às vezes - propostas de soluções; outras, perguntando, apenas."[1]

1. DIAS, Manuel Graça - *As Dificuldades do Debate*. JA. Nº199 (2001), p.3

O desejo de perceber aquilo que chamamos muito naturalmente de 'arquitetura contemporânea portuguesa' é, talvez, o mais comum dos desejos entre a classe. Quase de forma sintomática, tentar atribuir sentido a uma produção recente é constante também num meio académico muito próximo de se associar à profissão. 'Arquitetura portuguesa' é, no entanto, um fenómeno complexo e múltiplo que há muito deixou de estar confinado a um território geográfico ou a uma única 'escola'. Haverá muitas categorizações possíveis: a arquitetura feita em Portugal, a arquitetura feita por arquitetos portugueses ou a arquitetura que corresponde a determinados princípios categóricos associados a uma identidade portuguesa.

Desta impossibilidade de delimitar o objeto de estudo, surge a necessidade de recorrer a um dos poucos instrumentos operativos que acompanham fenómenos atuais: os meios de comunicação social, recursos que garantem uma relação constante entre o caso de estudo e um meio mais alargado de leitores, eles próprios também intervenientes nesse panorama, gerando assim um círculo formativo onde se regulam

condutas e onde circula facilmente a informação presente, funcionando como um veículo de transmissão da realidade.

Numa sociedade onde, especialmente nas últimas décadas, o papel da comunicação social é crescente, podemos assumir que se gerem relações, no caso específico da arquitetura, de condicionamento da 'Cultura' pela 'Comunicação'. Com o propósito de minimizar esta influência surge a possibilidade de utilizar um projeto desenvolvido em âmbito profissional, por se descolar, até onde é possível fazê-lo, de códigos comerciais e regras de mercado.

O *Jornal Arquitectos* (*J.A.*), presente em Portugal desde 1981, corresponde a estas premissas, tendo desenvolvido, especialmente na última década, um "*longo e frutífero trabalho de registo, reflexão e intervenção na cultura arquitectónica portuguesa.*"[2] Com uma tiragem de 12.000 exemplares, o *J.A.* é a revista dos membros da Ordem dos Arquitetos (O.A.), distribuída gratuitamente a todos os seus membros efetivos no pleno exercício dos seus direitos, razão pela qual constitui um caso de estudo com incontestáveis garantias de intervenção. Apesar de ter começado, à data da sua fundação, dedicado à divulgação de questões associativas (papel cumprido pelo *Boletim Arquitectos* desde 1993), e ter depois, sob direção de Michel Toussaint passado para uma plataforma de divulgação de projetos de arquitetura, é na viragem do século que se assume como lugar privilegiado para reflexões críticas e de análise da cultura disciplinar do contexto português.

2. Disponível em: http://www.jornalarquitectos.pt/ficha-tecnica/

Este movimento começa, em 2000, com a primeira direção de Manuel Graça Dias, sendo depois relegado em 2005 para José Adrião e Ricardo Carvalho, voltando a Manuel Graça Dias em 2009, série essa que acabaria por terminar em 2012, data coincidente com o início deste trabalho. Assumem-se assim estas 3 séries como objeto de análise, agrupando retratos de 2000 a 2012, anos que para a 'arquitetura contemporânea portuguesa' representam a transição do sucesso e reconhecimento do final do século passado para a sobrevivência num cenário de crise económica, social e cultural.

Com um primeiro objetivo fixado, o de, através do *J.A.*, descodificar premissas para a constituição de um retrato panorâmico da arquitetura portuguesa, nasce, quase de forma involuntária, e por reconhecimento

da importância dos conteúdos verificados neste periódico, o intuito de criar também um guia de leitura que confira operabilidade a conteúdos esquecidos ou de difícil compreensão, agrupando-os entre si, estabelecendo relações transversais entre as 3 séries e facilitando-lhes o acesso. Esta visão panorâmica é também dada, embora através de mecanismos diferentes, pelas várias antologias editadas, especialmente pelo número 218+219 que fecha a primeira série: *Antologia (1981-2004)*, uma seleção que engloba artigos desde o início do *J.A.*, editada por Jorge Figueira, Ana Vaz Milheiro, Jorge Nunes e Manuel Graça Dias.

À recolha do material em questão, segue-se um período de leitura e análise extenso que dá origem, posteriormente, à verificação das temáticas presentes. Assim, a estrutura de conteúdos não é um à priori, mas sim um rumo ditado pela própria revista que apresenta temáticas recorrentes e geradoras de uma discussão frutífera. Os objetivos do trabalho resultam assim de uma articulação dos conteúdos encontrados com uma estrutura de trabalho dividida em 5 pontos, número ditado por uma limitação de tempo e de espaço. Também a organização dos conteúdos das leituras é parte integrante do trabalho, gerando uma 'base de dados' de carácter operativo. Assim, os objetivos do trabalho unem-se de forma lógica e os diferentes pontos respondem a uma única premissa: apresentar, em 5 temas, um retrato panorâmico da arquitetura contemporânea portuguesa, usando o *J.A.* como transmissor de conteúdos, criando condições, ao mesmo tempo, para que estes mesmos conteúdos ganhem acesso facilitado.

Cada capítulo dos 5 apresenta uma estrutura comum: um primeiro momento, em que se dá uma visão global do tema, dos seus limites temporais e do espaço que encontra na revista, mais precisamente com a delimitação clara de quantos e quais dos 48 números tomam esse assunto como central, e também do número de artigos que lhe correspondem; depois, numa relação etimológica com o título, são criados vários subcapítulos que estabelecem campos de análise mais restritos, apontando possíveis caminhos de leitura e delimitando o espaço de ação de um conceito vasto como é sempre aquele que dá nome às partes; por fim, as pequenas ilações que se vão retirando, aparecem, de forma livre, conforme sejam mais ou menos pertinentes, como remate desses textos pertencentes à estrutura secundária.

O capítulo 'CIDADE' engloba todas as abordagens ao panorama urbano português presentes no *J.A.*, e segue, na sua organização, uma relação de escala e pertinência temporal. Num primeiro momento, recolhem-se contribuições sobre as duas estruturas mais perenes da cidade: a sua infra-estrutura geográfica e territorial e o seu património histórico. Seguem-se reflexões que explicitam a inevitável relação entre a cidade e o cidadão e onde os sentidos de 'comunidade' e 'lugar' são importantes chaves-de-leitura. Por último, os conteúdos que se podem considerar de discussão mais recente, relacionados com a maneira como a própria urbe responde a novos paradigmas culturais e de consumo. Como agregadora destas ideias, uma reflexão centrada nas possibilidades de pensamento e intervenção por parte do arquiteto, que vai pontuando o texto com pequenas interposições.

O capítulo 'HABITAÇÃO', em que a escala de intervenção no território assume uma oposição com o anterior, constitui-se a partir da simples aprovação de dois modos de habitar enraizados na história. Começa-se então pela compilação de contributos sobre a casa, laboratório privilegiado de novas arquiteturas, ao mesmo tempo que gerador de controvérsias sobre a sua função urbana, opondo-se-lhe o programa da habitação coletiva, cuja utilidade urbana é inegável mas que, por outro lado, tem na sua história exemplos em que o sentido social e de comunidade fica esquecido. Na procura de um sentido contemporâneo numa discussão muito concentrada na história da arquitetura moderna, juntam-se, num terceiro momento, alguns contributos para o estabelecimento de novos modos de habitar em emergência.

O capítulo 'MEMÓRIA E IDENTIDADE', momento formalmente central da reflexão, procura encontrar um sentido que ligue conteúdos da nossa história, tema particularmente recorrente no *J.A.*, com a possibilidade de estabelecimento de uma identidade portuguesa e de princípios que a sustentem. Assim, inicialmente, estabelece-se a noção de que a memória do passado português, construída através de mecanismos de leitura crítica ou reinterpretação no próprio projeto é criada por dois processos: a história e a crítica, sendo elas constituintes de um ciclo recorrente de produção intelectual. Posteriormente, confronta-se essa memória local com a crescente internacionalização cultural, dando enfâse a uma necessidade central da arquitetura portuguesa: criar um discurso para

além da obra que permita legitimá-la sob os moldes em que foi pensada. Reúnem-se depois testemunhos que fundamentam a contemporização da 'arquitetura portuguesa chã' de George Kubler, num paralelo com as condições de escassez impostas pela crise. Por fim, em jeito de conclusão, questiona-se, por intermédio de algumas contribuições particulares, a verosimilhança de uma identidade portuguesa, sugerindo de alguma forma uma síntese das suas principais características e do seu futuro.

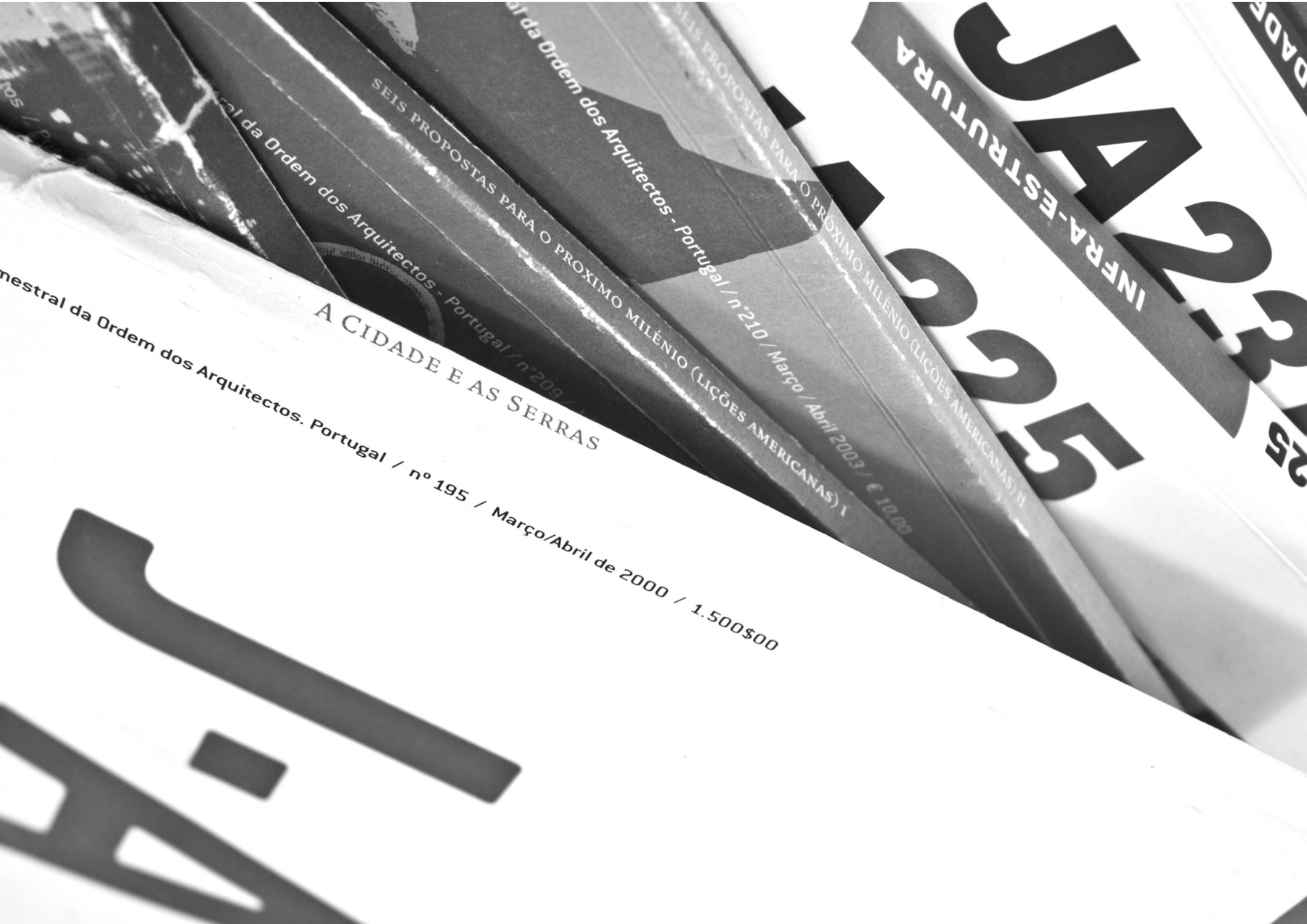
O capítulo 'NORMA' aparece já na constituição de uma nova dicotomia, a par da dos dois primeiros capítulos. Essa oposição, estabelecida com o capítulo final que trata assuntos valorativos, nasce da deontologia e da sua separação em deveres que, ou são impostos por uma normativa, ou são de interpretação pessoal e subjetiva. Também o envolvimento do *J.A.* com a O.A. é fundamental para que muitos dos ensaios sobre o tema surjam espontaneamente. Assim, o primeiro subcapítulo trata de documentar mecanismos de controlo de qualidade assim como a responsabilidade atribuída ao arquiteto quando estes falham. O segundo agrupa conteúdos que esclarecem as relações entre a arquitetura e o poder, clarificando como o organismo político condiciona o desenho do território. Em último lugar ficam conteúdos ligados a políticas participativas e de diálogo, apontadas como um caminho possível para aliviar o peso normativo instaurado sobre a disciplina da arquitetura.

O capítulo 'VALORES' é o espaço onde se assume a arquitetura como palco inegável de ambiguidades e multiplicidade de soluções, reunindo inclusive pequenos assuntos que foram ficando soltos nas exposições anteriores. Começa por apresentar as matérias que se relacionam com o exercício de uma profissão liberal, explicando quais os princípios em que esta consiste, passando depois para um dos grandes temas da arquitetura, o ensino. Sendo o *J.A.* uma revista para a classe profissional, o tema é relativamente secundário mas sente-se a pertinência da sua inclusão, uma vez que a massificação do ensino de arquitetura em Portugal levanta problemas de expansão da classe além do necessário. Para finalizar, 4 valores, agrupados em pares, ilustram o cenário atual da produção de arquitetura: Artesanal vs. Digital e Estética vs. Ética, caminhando no sentido de perceber até que ponto é possível ao *J.A.* ter um lado pedagógico e de formação de uma consciência global.

Em anexo, já fora do corpo do texto, constam 3 mapeamentos feitos para permitir, além do que a leitura do trabalho desenvolvido garante, a consulta do *J.A.* consoante interesses exteriores específicos. Surge primeiro um mapeamento temático por número onde cada exemplar da revista recebe data de publicação, número, título e assunto, apontando assim um acesso aos grandes temas. O mapeamento temático por série faz a compilação do índice de cada número de cada série, com pequenas indicações temáticas por artigo que permitem identificar também conteúdos não englobados no trabalho. O mapeamento temático por artigo cria, para cada um dos capítulos, uma correspondência de artigos, organizados cronologicamente, que permitiram o estabelecimento dos raciocínios usados em cada tema, incluindo artigos além daqueles que são parte integrante do texto. Além disso, neste terceiro mapeamento, há a atribuição de subcategorias temáticas, nem sempre convergentes com aquelas usadas no texto, que possibilitam uma análise independente e uma aproximação facilitada à informação recolhida.

Além destes mapeamentos estão presentes no trabalho mecanismos pensados para uma possibilidade de leitura bilateral: do trabalho para o *J.A.* e do *J.A.* para o trabalho. A numeração de parágrafo feita em paralelo com a numeração de página e depois assinalada no mapeamento temático por artigo permite, por exemplo, localizar facilmente qualquer conteúdo sem recorrer à leitura integral. Há também um índice onomástico, onde os autores citados se organizam alfabeticamente, o que possibilita uma leitura paralela dos participantes principais do debate presente no *J.A.* Como complemento, anexa-se ainda um contributo de Diogo Seixas Lopes que, como membro da atual direção do *J.A.*, deixa em depoimento uma opinião sobre como a revista pode ter um papel formativo e agregador da classe e ainda quais são as bases que alimentam a produção já a ser editada desde o início do ano de 2013.

© JOANA MELO


A CIDADE E AS SERRAS
nestral da Ordem dos Arquitectos. Portugal / nº 195 / Março/Abril de 2000 / 1.500$00
SEIS PROPOSTAS PARA O PROXIMO MILÉNIO (LIÇÕES AMERICANAS) I
Portugal / nº209
Portugal / nº210 / Março / Abril 2003 / € 10.00
SEIS PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO MILÉNIO (LIÇÕES AMERICANAS) II
INFRA-ESTRUTURA
JA23
225

Fim da Vanguarda

O projecto modernista, inspirado no pensamento científico, consagra a noção de progresso. A história é encarada como um processo evolutivo, como uma escada que se dirige para a verdade. *Nunca um retrocesso foi constatado, nunca o homem voltou atrás nos seus passos*[9] diz Le Corbusier. Cabe à vanguarda, composta por um grupo de iluminados, a orientação dos restantes mortais.

No pensamento pós-moderno, a história é uma imagem das prisões piranesianas e de tal modo múltiplo o caminho, de tal modo díspares as direcções, de tal modo infinito o espaço que ninguém se pode afirmar mais próximo das verdadeiras dimensões do cárcere. Ninguém está à frente, ninguém vai atrás e torna-se até dificil reencontrar os próprios passos.

Os percursos que se designam por pós-modernos não pretendem ser dogmas, não se afirmam como vanguardas, convivem entre si e até com aqueles que continuam a acreditar no projecto da modernidade.

Para a cidade defende-se o desejo de pluralidade onde todos os estilos, como todos os credos, coexistem como se de uma colagem se tratasse. Em pé de igualdade colocam-se as experiências modernas, os núcleos históricos ou qualquer outra expressão. O conjunto urbano constrói-se como um discurso dialéctico entre partes distintas.[10]

Estas três tendências valorizam o desenho da cidade. Em cada edificio, em cada projecto urbano deve estar presente a preocupação de edificar uma cidade que se consiga entender sem o recurso à sinalização de trânsito. A contextualização de propostas evita importações de modelos desadequados ao clima ou à cultura local. Os projectos urbanos tentam estruturar-se sobre a escala pedonal, evitando uma monofuncionalidade geradora de insolúveis problemas de circulação. Acima de tudo, aceitam-se propostas de todos os géneros, responsabilizando apenas o talento do arquitecto pelo sucesso da obra e não a teoria que ele afirma defender.

Infelizmente, o problema que a Carta de Atenas se propunha resolver não se consegue varrer para debaixo de algumas reabilitações urbanas bem sucedidas. Concentrações de milhões derrubam o mais competente projectista. A mobilidade quotidiana entre subúrbio e centro metropolitano empurra o habitante da urbanização para transportes públicos sobrelotados ou para a condição de trânsito. A era das telecomunicações, que fez os mais optimistas acreditar na dispersão das grandes densidades, intensificou como nunca as concentrações nas grandes metrópoles.[11] *O século xx ficará registado*, diz Rem Koolhaas, *como a história da batalha perdida contra o problema da quantidade.*[12]

Soluções para o projectista bem intencionado? 1: Insultar tais aglomerados populacionais esclarecendo as pessoas que não têm o direito de se juntar em número superior a 300000 habitantes. 2: Acreditar que o desenho resolve tudo, sentindo plena satisfação quando parado em auto-estradas e rotundas bem desenhadas e apetrechadas do mais recente *design*. 3: Optar pela ironia, recebendo chorudos honorários e, em simultâneo, o reconhecimento dos colegas arquitectos quando se lhes informa da incapacidade de resolver os problemas para os quais se foi pago. 4: Aguardar que tudo passe, mudando as armas e as bagagens para uma cidade com 20700 habitantes, em Minas Gerais, chamada Espera Feliz. Ou, no limite, 5: Admitir que não será ele o salvador da humanidade e, ainda assim, ter a coragem de voltar ao estirador para tentar tornar este mundo melhor. ■

9. Op. cit. Le Corbusier. *La Charte d'Athènes*. p. 91. [*Jamais un retour en arrière n'a été constaté, jamais l'homme n'est revenue sur ses pas.*].

10. Cf. Sidónio Pardal. António Costa. Filipa Roseta. "A cidade na Pós-Moder-nidade". *Normas Urbanísticas*. Vol. IV. Lisboa: UTL-DGOT, 2000, pp. 282-287.

11. Cf. Saskia Sassen. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

12. Cf. Rem Koolhaas. "What Ever Happened to Urbanism?". Rem Koolhaas e Bruce Mau. *S,M,L,XL*. Nova Iorque: Monacelli Press,1995, pp. 958-971.

FIG 1. página 55 de *No Crespúsculo do arquitecto herói*
Filipa Roseta, JA208

CIDADE .1

"Para a cidade defende-se o desejo de pluralidade onde todos os estilos, como todos os credos, coexistem como se de uma colagem se tratasse. Em pé de igualdade colocam-se as experiências modernas, os núcleos históricos ou qualquer outra expressão. O conjunto urbano constrói-se como um discurso dialéctico entre partes distintas."[1]

I

1. ROSETA, Filipa - *No Crepúsculo do Arquitecto-Herói: Considerações sobre o Pós-modernismo e a Cidade.* JA. nº208 (2002), p.55

"*As cidades em Portugal vivem uma profunda crise*"[2]. Desde a abertura do século XXI, período que nos interessa expor, vive-se uma crise global no território e plural nos sectores que o compõem; uma crise que afecta cidades históricas e cidades mais periféricas, agudizando-se com o fenómeno de metropolização obviamente associado, principalmente, a Lisboa e ao Porto, onde os centros e áreas tradicionais emagrecem e o subúrbio sofre uma "*expansão desregrada e fragmentada*"[3], originando problemas graves de assimetria social e mobilidade.

II

2. PEREIRA, Nuno Teotónio - *Intervenções que se Querem Exemplares e de Efeito Multiplicador.* JA. nº209 (2003), p.29

3. Ibidém, p.29

Citando João Belo Rodeia, e abrindo assim a inclusão da revista nesta reflexão, "*as cidades estão cada vez mais na ordem do dia e são, entre a norma e a diferença, a face mais extraordinária e visível da aventura humana*"[4]. O semblante da cidade não é se não uma escultura que se molda a um conjunto de valores sociais, condicionando-se mutuamente. E, talvez seja por isso, que a cidade, na sua grande escala, é sempre (ou quase sempre) um somatório de comportamentos, extractos sociais, trocas comerciais e usos culturais.

III

4. RODEIA, João Belo - *O Último Destino: A Cidade Portuguesa como Projecto (Notas Dispersas).* JA. nº210 (2003) p.19

FIG 2. capa do JA195
FIG 3. capa do JA206

FIG 4. capa do JA209
FIG 5. capa do JA210

FIG 6. capa do JA225
FIG 7. capa do JA231

A presença recorrente do tema 'Cidade' no *Jornal Arquitectos*, apesar da óbvia ligação da cidade e do urbanismo à profissão, prende-se quase obrigatoriamente com a emergência de dificuldades e problemas que se acumulam na 'lista de tarefas' de arquitetos e outros responsáveis. *A Cidade e as Serras* (JA195), *América* (JA206), *Seis Propostas para o Próximo Milénio I* (JA209) e *II* (JA210), *Infra-estrutura* (JA225) e *Cidade* (JA231), são seis números de conteúdo exclusivamente dedicado à cidade: o binómio cidade/campo, a importância da construção da paisagem, o programa POLIS, a importância da infra-estrutura na cidade, e, por fim, a condição urbana são os temas específicos a que se dedicam. Como seria de esperar, muito mais há no *J.A.* do que esta redutora leitura feita por número. No total, cerca de seis dezenas de artigos tomam a cidade como temática fundamental. A seleção de artigos do *J.A.*, filtrada por temas recorrentes, permite-nos ter uma noção clara do alcance dos problemas mais discutidos, constituindo assim um léxico de elementos comuns desta fragmentação: um centro histórico decadente, que se tornou espaço de passagem (ou nem isso), e que se debate com a dificuldade de absorver o 'novo', um espaço público substituído por equipamentos culturais e comerciais, normalmente periféricos, ou um subúrbio descaracterizado que poderia ser um lugar de liberdade maior para arquitetos e que cada vez mais se perde na generalizada desordem. IV

Em 2000, na abertura do conjunto de publicações que aqui se analisa, Manuel Graça Dias dá-nos uma visão ampla daqueles que reconhece serem os sintomas já agudos dos males da urbe portuguesa. No editorial *A desurbanidade é que assusta!* (JA195) as grandes cidades portuguesas não são poupadas do confronto com aquilo que lhes vais escasseando, "*bastante civilidade, cosmopolitismo, sofisticação e urbanidade*"[5]. V

5. DIAS, Manuel Graça - *A desurbanidade é que assusta.* JA. Nº195 (2000), p. 10

Lisboa e Porto, a título de intuitivo exemplo, têm expressa em si a fragmentação própria de uma cidade em processo de crescimento acelerado, com "*periferias dislécticas artificialmente vivificadas à custa de 'centros comerciais'*"[6] que teimam em roubar ao (quase) esquecido centro histórico uma dinâmica social noutros tempos abonada, e que hoje apenas parece existir na dinâmica congestionada de um sistema de mobilidade pouco funcional, "*pensada para o transporte individual*"[7]. VI

6. Ibidém, p.10

7. Ibidém, p.10

A janela que o *J.A.* abre sobre o tema mostra que a decadência da cidade portuguesa prende-se, na verdade, com um grande número de razões que, com mais ou menos intensidade, a vão esvaziando não só de pessoas, mas ainda de qualidades. Perante isto, a cidade que hoje temos, enfrenta novos problemas de definição e desenho. Precisa, em grande urgência, de novas soluções que se vão espalhando pelas páginas da revista: soluções essas que passarão pela "*construção de um processo que assenta na complexidade e justaposição de realidades diversas*"[8] porque "*as cidades, ao contrário das partes que se constroem, não se desenham de uma vez só. Completam-se continuamente e, sobretudo, transformam-se. Subsistem partes por outras. Bocados justapostos de origens diversas coexistem e concorrem para a definição de uma amálgama de estratos que desenha o espaço de uma cidade.*"[9]

VII

Como resposta a todas estas premissas, o próprio *J.A.* enuncia opções de intervenção, numa tentativa formativa do pensamento geral. Pensar que estamos em tempos de transformação, de imposição de nova ordem, de reconfiguração do território numa escala que ultrapassa a do núcleo urbano, de ressignificação de uma identidade urbana de zonas inteiras e talvez até do país, pesará (ou deveria), obviamente, no entendimento do necessariamente ativo papel do arquiteto enquanto veículo de ideias, sínteses, planos e formas para a cidade. Cabe ao arquiteto juntar de forma coerente todas as novas necessidades urbanas que o habitante exige: "*trabalho e lazer, descanso e transportes, saúde e cultura, paz e justiça social.*"[10]

VIII

De uma forma geral, percebe-se que Cidade e Urbanidade deveriam andar de mãos dadas, deveriam até sobrepor-se. Mas se não há urbanidade sem cidade, há sim cidade sem urbanidade. Cidade incapaz de gerar dinâmicas sociais responsáveis na formação do cidadão. E, afinal, se a arquitetura tem o poder e a autoridade que parece ter, porque não utilizá-la para fazer do espaço o lugar, da estrutura a casa, do habitante o cidadão? "*Talvez tenhamos de ser mais cidadãos e menos arquitectos*"[11], talvez tenhamos que pensar a cidade para nós, para a (nossa) comunidade, pensar a cidade como pensaram os não-arquitetos responsáveis pelo seu (não) desenho, para descobrirmos em nós a

8. LOURO, Margarida - *O desejo e o território*. JA. nº206 (2002), p.117

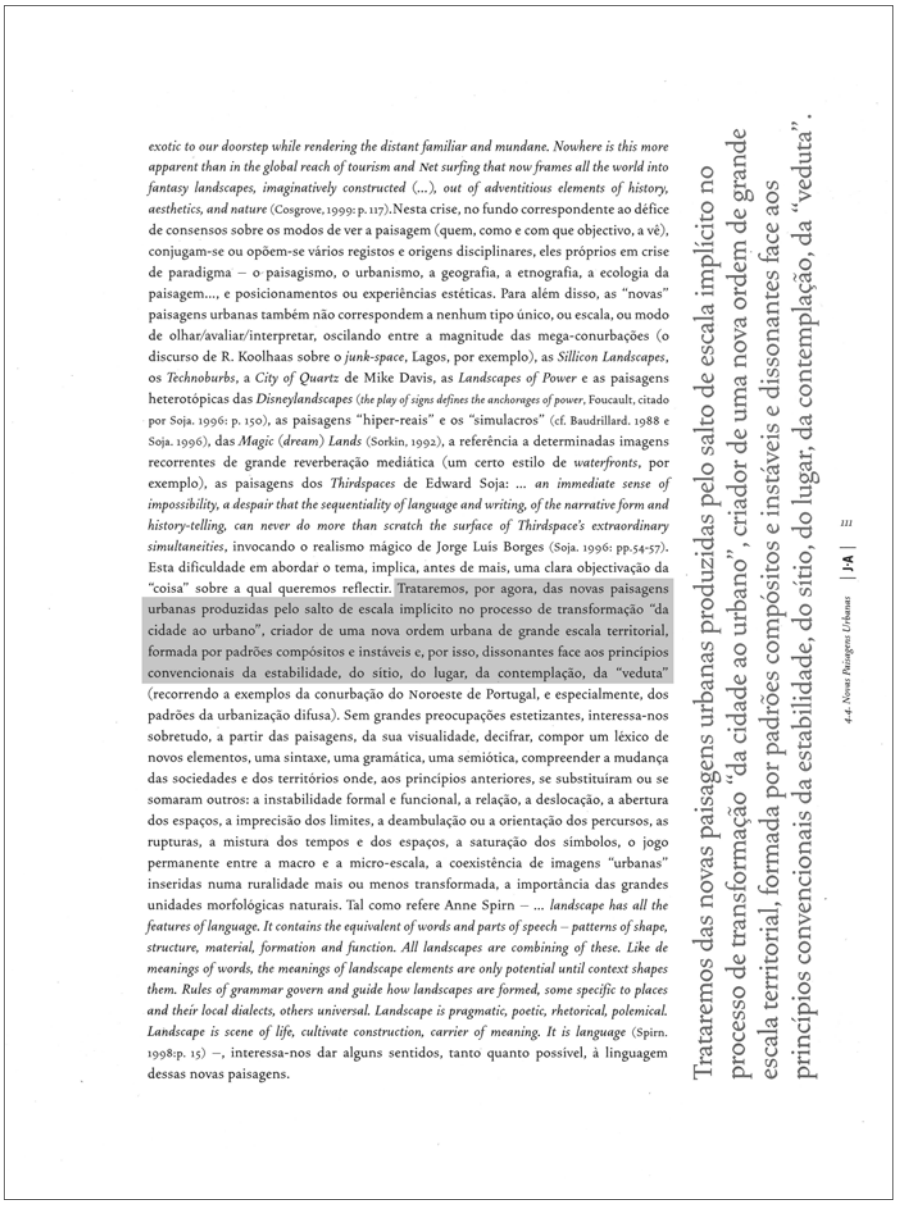
9. TRINDADE, João Maria - *Polis, Projectos "Especiais"*. nº210 (2003), p.9

10. DIAS, Manuel Graça - *O problema é de escala*. JA. nº197 (2000), p.3

11. LOURENÇO, Nuno - *Caos urbanístico (notas sobre periferias de Lisboa)*. JA. nº209 (2003), p.67

capacidade de ver além do erro, de descobrir a verdadeira oportunidade de mudança, de criar urbanidade. "*Ao contrário das previsões de muitos e apesar de inúmeros constrangimentos, a Arquitectura pode vir a desempenhar um papel ímpar na aventura humana das cidades, incluindo no caso particular das portuguesas.*"[12]

12. RODEIA, João Belo - *O Último Destino: A Cidade Portuguesa como Projecto (Notas Dispersas)*. JA. nº210 (2003), p.23



exotic to our doorstep while rendering the distant familiar and mundane. Nowhere is this more apparent than in the global reach of tourism and Net surfing that now frames all the world into fantasy landscapes, imaginatively constructed (...), out of adventitious elements of history, aesthetics, and nature (Cosgrove, 1999: p. 117).Nesta crise, no fundo correspondente ao défice de consensos sobre os modos de ver a paisagem (quem, como e com que objectivo, a vê), conjugam-se ou opõem-se vários registos e origens disciplinares, eles próprios em crise de paradigma – o paisagismo, o urbanismo, a geografia, a etnografia, a ecologia da paisagem..., e posicionamentos ou experiências estéticas. Para além disso, as "novas" paisagens urbanas também não correspondem a nenhum tipo único, ou escala, ou modo de olhar/avaliar/interpretar, oscilando entre a magnitude das mega-conurbações (o discurso de R. Koolhaas sobre o *junk-space*, Lagos, por exemplo), as *Sillicon Landscapes*, os *Technoburbs*, a *City of Quartz* de Mike Davis, as *Landscapes of Power* e as paisagens heterotópicas das *Disneylandscapes* (*the play of signs defines the anchorages of power*, Foucault, citado por Soja. 1996: p. 150), as paisagens "hiper-reais" e os "simulacros" (cf. Baudrillard. 1988 e Soja. 1996), das *Magic (dream) Lands* (Sorkin, 1992), a referência a determinadas imagens recorrentes de grande reverberação mediática (um certo estilo de *waterfronts*, por exemplo), as paisagens dos *Thirdspaces* de Edward Soja: ... *an immediate sense of impossibility, a despair that the sequentiality of language and writing, of the narrative form and history-telling, can never do more than scratch the surface of Thirdspace's extraordinary simultaneities*, invocando o realismo mágico de Jorge Luís Borges (Soja. 1996: pp.54-57). Esta dificuldade em abordar o tema, implica, antes de mais, uma clara objectivação da "coisa" sobre a qual queremos reflectir. Trataremos, por agora, das novas paisagens urbanas produzidas pelo salto de escala implícito no processo de transformação "da cidade ao urbano", criador de uma nova ordem urbana de grande escala territorial, formada por padrões compósitos e instáveis e, por isso, dissonantes face aos princípios convencionais da estabilidade, do sítio, do lugar, da contemplação, da "veduta" (recorrendo a exemplos da conurbação do Noroeste de Portugal, e especialmente, dos padrões da urbanização difusa). Sem grandes preocupações estetizantes, interessa-nos sobretudo, a partir das paisagens, da sua visualidade, decifrar, compor um léxico de novos elementos, uma sintaxe, uma gramática, uma semiótica, compreender a mudança das sociedades e dos territórios onde, aos princípios anteriores, se substituíram ou se somaram outros: a instabilidade formal e funcional, a relação, a deslocação, a abertura dos espaços, a imprecisão dos limites, a deambulação ou a orientação dos percursos, as rupturas, a mistura dos tempos e dos espaços, a saturação dos símbolos, o jogo permanente entre a macro e a micro-escala, a coexistência de imagens "urbanas" inseridas numa ruralidade mais ou menos transformada, a importância das grandes unidades morfológicas naturais. Tal como refere Anne Spirn – ... *landscape has all the features of language. It contains the equivalent of words and parts of speech – patterns of shape, structure, material, formation and function. All landscapes are combining of these. Like de meanings of words, the meanings of landscape elements are only potential until context shapes them. Rules of grammar govern and guide how landscapes are formed, some specific to places and their local dialects, others universal. Landscape is pragmatic, poetic, rhetorical, polemical. Landscape is scene of life, cultivate construction, carrier of meaning. It is language* (Spirn. 1998:p. 15) –, interessa-nos dar alguns sentidos, tanto quanto possível, à linguagem dessas novas paisagens.

Trataremos das novas paisagens urbanas produzidas pelo salto de escala implícito no processo de transformação "da cidade ao urbano", criador de uma nova ordem de grande escala territorial, formada por padrões compósitos e instáveis e dissonantes face aos princípios convencionais da estabilidade, do sítio, do lugar, da contemplação, da "veduta".

FIG 8. página 111 de *Novas Paisagens Urbanas,* Álvaro Domingues, JA206

CIDADE, TERRITÓRIO E PATRIMÓNIO

"Trataremos, por agora, das novas paisagens urbanas produzidas pelo salto de escala implícito no processo de transformação 'da cidade ao urbano', criador de uma nova ordem urbana de grande escala territorial, formada por padrões compósitos e instáveis e, por isso, dissonantes face aos princípios convencionais da estabilidade, do sítio, do lugar, da contemplação, da "veduta". [13]

13. DOMINGUES, Álvaro - *Novas paisagens urbanas.* JA. nº206 (2002), p.111

X

Sublinhando os números *A Cidade e as Serras* (JA195), *América* (JA206) e *Infra-estrutura* (JA225), repletos de reflexões múltiplas sobre paisagem urbana, percebe-se que a inquietação que o destino da cidade contemporânea cria nos arquitetos é preocupação constantemente expressa no *J.A.*, um alerta incessante que pretende acordar muitas consciências adormecidas. Interessam-nos aqui explorar particularmente três aspetos desse desassossego: a infra-estrutura territorial, a dicotomia cidade/campo, numa aproximação ligeira aos temas da paisagem, e por fim um outro binómio 'tendência', centro histórico/periferia, a lembrar-nos a tão difícil relação entre o antigo e o novo, em termos relativos e absolutos.

XI

O tempo de mutação apressada da morfologia construída (e social) da cidade é a discussão que se pretende sublinhar, dando especial enfâse à importância da permanência das suas estruturas mais resilientes: a condição territorial da cidade como *"estrutura esquelética de suporte inicial"*[14] (JA206), a infra-estrutura, *"o elemento de conexão entre a cidade e o território"*[15] e que permite a melhor utilização do mesmo (JA225), e o património, imagem construída das nossas memórias, em urgência de conservação, tema que vai surgindo quase livremente e associado a várias temáticas.

14. GRAÇA, João Luís Carrilho - *Metamorfose.* JA. nº206 (2002), p.11

15. LOURENÇO, Nuno - *A arquitectura dos suportes.* JA. nº225 (2006), p.38

XII

Metamorfose (JA206) defende precisamente que pensar qualquer núcleo urbano deveria, em primeiro lugar, transportar-nos para a análise territorial na sua vertente mais primária, a topografia, e as restantes condicionantes geográficas, como sejam a presença de cursos de água. A sobreposição da cidade à sua matriz territorial evidencia um *"enleio*

FIG 9. Vale de Alcântara, Lisboa
Nuno Lourenço, A *Arquitectura dos suportes*, JA225

intenso entre a topografia e a cidade"[16], estratégias de abordagem simples mas fundamentais para o seu funcionamento, e, é a partir daí, que deve começar o pensamento transformador de cidade, garantindo o maior nível possível de segurança na amarração de ideias já que "*o mais permanente na cidade é esta estrutura geográfica e territorial. Mas mesmo esta às vezes treme!*"[17]

16. GRAÇA, João Luís Carrilho - *Metamorfose*. JA. nº206 (2002), p.11

17. Ibidém, p.11

XII

A segunda layer de qualquer cidade, imediatamente sobreposta à territorial, é a infra-estrutural, que teve início na instalação das mais primitivas rotas de circulação, e permanece desde aí. Nuno Lourenço chama-lhe "*arquitectura dos suportes*"[18] e parece acreditar que se o território é o elemento fundamental, a infra-estrutura faz a necessária relação que permite a execução das cidades e o uso proveitoso dos recursos naturais, seja para consumo, seja para defesa.

18. LOURENÇO, Nuno - *A arquitectura dos suportes*. JA. nº225 (2006), p.38

XIV

A infra-estrutura é apresentada como uma das mais pesadas imagens da cidade, a par com a histórica, englobando já uma rede de espaços e equipamentos que pretendem resolver problemas contemporâneos como a sobrelotação de zonas urbanizadas. "*Estas infra-estruturas traduzem a contradição entre desejo de aglomeração e necessidade técnica e emocional de descompressão. São parques e jardins, hospitais e mercados, locais de desporto e recreio.*"[19]

19. Ibidém, p.38

XV

Em 2003, com a discussão do programa Polis, expõe-se nas páginas do *J.A.* o fenómeno de metropolização que transformou, sem exceção, todo o território português, incluindo mesmo as componentes mais fortes da paisagem urbana. "*Esta protourbanidade cobre hoje, entre Setúbal e Viana do Castelo, uma faixa atlântica de quarenta quilómetros de largura, vital para oito milhões de pessoas, ou seja, uma das superfícies mais densamente povoadas da Europa. E, em dura oposição, salvo raras excepções, a parte restante encontra-se também descaracterizada pelo despovoamento e abandono.*"[20]

20. RODEIA, João Belo - *O Último Destino: A Cidade Portuguesa como Projecto (Notas Dispersas)*. JA. nº210 (2003), p.20

XVI

É mais uma vez João Belo Rodeia que, perante este cenário, considera inquestionável a necessidade de repensar estratégias, de encarar a cidade como um organismo vivo e mutável, com projeto de futuro, possível e tangível. Reclama-se para a cidade um olhar centrado não na sucessão

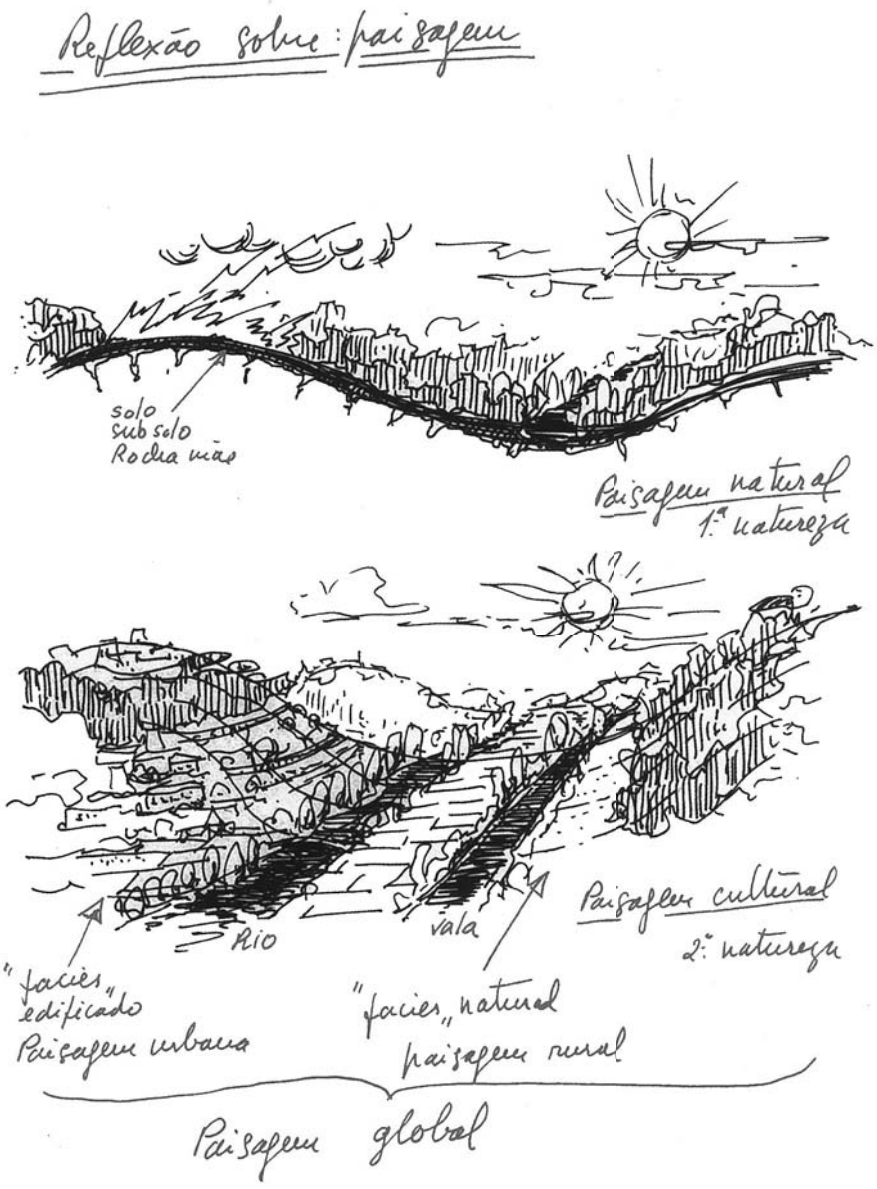


FIG 10. "A Cidade Região" Gonçalo Ribeiro Teles, *A perca da complexidade da paisagem portuguesa*, JA206

FIG 11. "A Cidade Região" Gonçalo Ribeiro Teles, *A perca da complexidade da paisagem portuguesa*, JA206

de ruturas provocadas por novos paradigmas de vivência, mas na oportunidade para uma nova união, com outros fundamentos. "*Por isso, para começar, urge reequacionar as nossas cidades no quadro do debate contemporâneo respectivo, inseparável de uma cultura urbana exigente e sujeita a cada situação particular. Desde logo, qualquer cidade necessita ter destino e, por isso, ter projecto.*"[21] XVII

21. Ibidém, p.21

Sente-se além disso a urgência de encarar a cidade como uma nova combinação de significados, onde cada arquétipo ganha uma sequência própria, onde a paisagem urbana é inevitavelmente uma fusão de novas realidades, "*um texto de sentidos múltiplos*".[22] XVIII

22. DOMINGUES, Álvaro - *Novas paisagens urbanas.* JA. nº206 (2002), p.115

Para a reflexão sobre o tema do rural/urbano, campo/cidade, será pertinente citar a definição de "*Paisagem Global*"[23] apresentada por Gonçalo Ribeiro Teles em *A perca da complexidade da paisagem portuguesa* (JA206). Num tempo em que as fronteiras claras entre a cidade e o campo são cada vez mais escassas, com exceção feita para as áreas urbanas seriamente densas, a mistura do espaço rural com a cidade, e o seu enraizamento mútuo, concebem uma nova imagem, uma paisagem globalizada e globalizante, própria da metropolização. "*Hoje, a cidade cresce para além da cidade histórica e consistente, para ocupar cada vez maiores extensões do mundo rural. Deixou de ser a 'fase dispersa', no todo rural, para, em muitas regiões, ser já a 'fase contínua'. Estamos, por este facto, perante um novo conceito de cidade: a cidade-região, de que as áreas metropolitanas são paradigmas.*"[24] XIX

23. TELES, Gonçalo Ribeiro - *A perca da complexidade da paisagem portuguesa.* JA. nº206 (2002), p.77

24. Ibidém, p.77

Depreende-se das leituras feitas sobre o tema que este fenómeno territorial deve ser pensado como uma forte tendência futura, uma vez que "*a evolução histórica do mundo urbano mostra-nos uma tendência constante para a urbanização do modo de vida*"[25], e se prevê o crescimento acelerado da população urbana em prejuízo da rural, numa procura constante de territórios ricos (ou pelo menos mais ricos), já que "*onde há cidades há dinheiro e à roda delas há gente que quer ir para lá.*"[26] XX

25. LOURENÇO, Nuno - *A arquitectura dos suportes.* JA. nº225 (2006), p.38

26. CUTILEIRO, José - *A cidade e a acumulação de riqueza.* JA. nº235 (2009), p. 39

Esta dicotomia cidade/campo tem como reflexo, essencialmente, um típico desejo popular: viver no conforto da cidade e dos seus equipamentos, ao mesmo tempo que sossegados pelos tradicionais sinais e raízes

FIG 12. Periferia de Lisboa
Alexandra Prado Coelho,
Periferia, onde tudo (mas mesmo tudo) é possível,
JA.231

presentes numa qualquer moradia portuguesa, que, como diz Paulo Varela Gomes, é *"uma aspiração de vida um tanto esquizofrénica"*[27]. Mas, verdade seja dita, pondo de parte o elogio da cidade cosmopolita, *"têm que haver sítios diferentes uns dos outros, para podermos preferir, para termos alternativas, termos escolhas!"*[28] XXI

Se se sente destas leituras concentradas principalmente em 2000 que o território rural está em perda para o urbano, vem a sentir-se depois, um paralelismo entre o centro histórico e a periferia, o segundo binómio aqui em observação, E, por isso mesmo, *"o planeamento físico do território deverá ultrapassar a visão sectorial e zonada do actual modelo urbanístico, desenvolvendo um ordenamento da paisagem com base numa visão sistémica do planeamento."*[29] XXII

Em *O futuro Já Próximo* (JA204), Nuno Lourenço defende que o problema do centro histórico, decadente e degradado, está *"entre a ruína e a descaracterização"*[30], que, por respeito ao seu valor patrimonial, lida dificilmente com o novo, o que o torna de difícil mutação para o encontro dos novos paradigmas sociais. A memória da sua imagem antiga não lhe chegará e são precisas, mais do que nunca, alternativas que lhe devolvam uma centralidade (ainda que alternativa), e consigam competir com o vazio da periferia que oferece oportunidade para a construção livre de qualquer ideal. Percebe-se em vários discursos que o respeito pela 'paisagem cultural' dos nossos centros, tem de se desassociar das *"concepções localistas da cultura"*[31], enfrentando a globalidade e sabendo que há algures um equilíbrio entre o novo e o antigo. XXIII

Em oposição, e servindo-me do título de um artigo de Alexandra Prado Coelho, a periferia é o lugar *"onde tudo (mas mesmo tudo) é possível."*[32] Seja pela sua componente de liberdade extrema, seja pela sua componente de aprisionamento, a periferia é apresentada como o espaço de honra para acontecimentos urbanos realmente transformadores, um *"espaço privilegiado para arquitectos"*[33]. As condicionantes do centro desaparecem e surgem no seu lugar oportunidades de planeamento e de arquitetura, um vazio que acaba, muitas das vezes, por dar origem a uma intervenção deficiente onde *"só vai restar corrigir erros"*[34], anulando

27. GOMES, Paulo Varela - *Uma Quinta na Avenida.* JA. nº195 (2000), p.72

28. VICENTE, Manuel; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto) - *O 'Campo' é o Sítio onde Paro para Mijar quando Viajo entre duas Cidades.* JA. nº195 (2000), p. 65

29. TELES, Gonçalo Ribeiro - *A perca da complexidade da paisagem portuguesa.* JA. nº206 (2002), p.78

30. LOURENÇO, Nuno - *O Futuro Já Próximo.* JA. nº204 (2002), p.63

31. SILVANO, Filomena Paiva - *Lugares em trânsito.* JA. nº206 (2002), p.15

32. COELHO, Alexandra Prado - *Periferia: onde tudo (mas mesmo tudo) é possível.* JA. nº231 (2008), p.22

33. Ibidém, p.28

34. Ibidém, p.28

10

Periferia, Ódio, Eclipse

Luís Urbano*

Periferia

A periferia tornou-se de tal forma *mainstream* e genérica que há o perigo da sua asséptica estetização. Fotografá-la, filmá-la à distância, deslumbrarmo-nos com a sua nocturna beleza decadente, num *travelling* contínuo, protegidos dentro do ambiente climatizado de um *sedan*, ao som de Cesária Évora ao vivo em Paris, pode ser uma experiência estética forte mas levanta algumas questões. Mais importante que o fascínio distante, distanciado, que a periferia pode exercer sobre nós, é perceber que as suas fronteiras se tornaram difusas.

Os rarefeitos centros a que nos habituámos a chamar históricos também são, tal como os densos arrabaldes a que nos habituámos a chamar periferias, lugares de exclusão. A pobreza honrada da velhice de reformas baixas, o tráfico na sé ou a densidade das ilhas são tão centrais como periféricas, são a pobreza do rendimento mínimo, o tráfico no ingote ou a densidade dos bairros de lata. A habitação degradada é tão imoral num edifício do século XVIII como num edifício dos anos 80. A salvação do centro passará, para alguns, por devolver os excluídos à periferia (inaugurando novos bairros sociais), expulsos pela especulação imobiliária que impede a reconstrução no centro, e a chamar a juventude urbana culta (abaixo dos 40) com crédito, para ocupar o vazio por eles deixado. Outros, ou os mesmos, sonham o centro como um parque temático para turistas culturais de canon em punho e chinela de dedo em pé, com edifícios de cara lavada a desfazerem-se acima do rés-do-chão, os vagabundos errantes e os sem abrigo, protegidos pela generosidade da entrada das lojas da zara, à espera que a política do confrade giullianni lhes bata à porta.

* Arquitecto.

FIG 13. página 68 de *Periferia, Ódio, Eclipse* Luís Urbano, JA209

a grande oportunidade da diferença e criando o caos, "*sem uma ideia de cidade*"[35]. XXIV

35. Ibidém, p.22

Em 2003, mais uma vez por mão de Nuno Lourenço, o caos urbanístico tem em constante discussão a sua resolução. Por um lado a possibilidade de restringir iniciativas imobiliárias de interesse meramente económico, por outro a facilitação de intervenção com acesso a processos mediados por moradores, arquitetos e autarcas, a transformação informada e consciente, com memória do passado e possível antecipação do futuro. "*Talvez tenhamos por isso de superar a ideia de que há acções urbanísticas que ocorrem antes dos acontecimentos, e portanto são estruturais e criativas, e outras depois, e portanto são necessariamente paliativas.*"[36] XXV

36. LOURENÇO, Nuno - *Caos urbanístico (notas sobre periferias de Lisboa).* JA. nº209 (2003), p.67

Esta discussão e proposta de soluções é depois recorrente. No número que se segue (JA210) diz-se que "*é fundamental optimizar recursos e potenciar sinergias, desde logo no enorme desafio em fazer interagir, de modo concertado, centros tradicionais, periferias e outras áreas urbanizadas*"[37], e 6 anos mais tarde (JA236) chega a dizer-se que "*não faz sentido falar de dualidades tais como centro/periferia, campo/cidade, espaço público/espaço privado*"[38], pois vivemos num "*território infestado de centros (...) sem limites, sem hierarquia, (...) descontínuo e fragmentado*"[39] XXVI

37. RODEIA, João Belo - *O Último Destino: A Cidade Portuguesa como Projecto (Notas Dispersas).* JA. nº210 (2003), p.21

38. VASQUEZ, Carlos Garcia - *O fim da continuidade, o fim do espaço público, o fim do urbanismo.* JA. nº236 (2009), p.99

39. Ibidém, p.99

Como exemplo concreto, gostaria de sugerir *A cintura industrial de Lisboa, breve aproximação a um território em mudança* (JA231), ensaio de João Pedro Silva Nunes. Muito concentrado na transformação da cidade a partir dos anos 30 até à sua metropolização propriamente dita de 1970 em diante, João Nunes levanta questões contemporâneas sobre o destino metropolitano da capital que se avizinha. XXVII

Para concluir, *Periferia, Ódio, Eclipse* (JA209) faz o elogio da periferia em detrimento do centro. A periferia é apresentada como algo absolutamente mainstream, e os centros históricos como "*lugares de exclusão*"[40]. A par com a preocupação da sua revitalização está também a necessidade de transformar a periferia em 'lugar' definitivo, dotado de uma estrutura que suporte o fomento efetivo de cidadania e identidade; a periferia já não pode ser genérica! "*Não há juízo moral porque não há escolha possível. O centro é periférico e a periferia tornou-se central.*"[41] XXVIII

40. URBANO, Luís - *Periferia, ódio, eclipse.* JA. nº209 (2003), p. 68

41. Ibidém, p.69

Manuel Graça Dias / Egas José Vieira, *Projecto Margueira*, Almada, 1999

PROJECTO MARGUEIRA: UM POLIS AO CONTRÁRIO?

margem de rio ou de mar que fosse menos do que magnífica, pelo menos em comparação com certos lugares onde não há rios nem mar. E são esses os lugares que mais necessitam de "intervenção", e onde é mais difícil intervir. A "desurbanidade" portuguesa não se resolve com *obsessões ribeirinhas* e discursos enfáticos sobre o "ambiente", por mais "politicamente correctos" que sejam. É por isso que a demolição do "prédio Coutinho" – uma proposta do presidente da Câmara de Viana de Castelo – corporiza o espírito "Polis", no sentido em que é uma operação regressiva, motivada por uma enorme má consciência. Pode até ser justa, num qualquer olimpo estético, mas é demagógica face ao conjunto da realidade urbana portuguesa. É evidente que não se vão demolir todos os edifícios que sigam a dúbia caracterização de "mamarrachos", portanto a demolição do "prédio Coutinho", justificada como uma espécie de exemplo, soa a "guerra preventiva", quando há evidentemente muita diplomacia em curso (os PDMs, os PUs, os PPs, etc.).

Esta tardia tentativa de "higienizar" a nossa frágil "urbanidade", demolindo ou des-urbanizando, aqui e acolá, constitui um processo culturalmente temeroso e – é também aqui que eu queria chegar – esteticamente desinteressante. Uma "política urbana", pensada na perspectiva das mais valias da "urbanidade", e na arquitectura como instrumento da sua afinação e redescoberta, deve operar sem moralismos no seio do que existe, com os vários *layers* da democracia imperfeita que foi gerando as nossas cidades. A re-configuração da "urbanidade" portuguesa deve lidar centralmente com a "geografia humana" que constitui o país, com as suas dissonâncias, desequilíbrios, gostos e legítimas aspirações. Nesse contexto, o projecto de arquitectura significa lançar uma nova espécie de inteligência sobre espaços de conflito, sobre lugares inconstantes. Os "mamarrachos" podem ser "feios" e não terem "vistas", e serem construídos em "betão", mas permitem que as pessoas vivam melhor do que viviam, como diz tantas vezes Manuel Graça Dias. São o resultado de diferentes densidades demográficas, de fluxos migratórios, de um acesso mais generalizado a uma habitação minimamente condigna (e permitiram que muita gente enriquecesse rapidamente...). Mas a reorganização da "urbanidade" portuguesa tem que contar com a sua radiosa presença a emoldurar vastas áreas das periferias e dos centros das cidades – porque eles estão a brilhar para nós. O programa Polis, embora inicialmente reticente, e agora algo descaracterizado como "política urbana" – é basicamente um dispositivo tecnocrático –, poderá, apesar do que foi dito, dada a vitalidade de algumas das intervenções, possibilitar uma leitura abrangente do lugar expectante e carente que é o território português no início do século XXI. ■

98 | J·A | 12. *A Ordem das Dunas Nunca Será uma Política Urbana*

FIG 14. página 98 de *A ordem das dunas nunca será uma política urbana*, Jorge Figueira, JA209

CIDADE, COMUNIDADE E LUGAR

"A reconfiguração da "urbanidade" portuguesa deve lidar centralmente com a geografia humana que constitui o país, com as suas dissonâncias, desequilíbrios, gostos e legítimas aspirações. Nesse contexto, o projecto de arquitectura significa lançar uma nova espécie de inteligência sobre os espaços de conflicto, sobre lugares inconstantes."[42]

42. FIGUEIRA, Jorge - *A ordem das dunas nunca será uma política urbana*. JA. nº209 (2003), p.98

XXIX

A reflexão sobre a relação entre cidade e comunidade aparece no *J.A.* concentrada nos números *Público* (JA228), *Ser Pobre* (JA236) e *Ser Imigrante* (JA238), e portanto temporalmente mais adiantada no conjunto de publicações que aqui se analisa, concentrando-se entre 2007 e 2009. Sente-se no conjunto das leituras feitas que a relação entre cidade e comunidade conduz-nos àquilo que podemos chamar de lugar, sendo lugar o local onde a estrutura física corresponde às necessidades sociais, gerando urbanidade. Deste raciocínio simples, nasce a pertinência de análise destes textos como um todo.

XXX

O artigo que abre o tema, mesmo que de forma ligeira e ainda fora dos números citados, aparece em 2002, com autoria de Duarte Cabral e Mello. *Expo'98 - cidade ou ilha?* (JA205), faz também aqui a ponte da cidade cultural para a cidade espartilhada e mostra-nos uma Expo'98 percursora de *"enormes expectativas de mudança"*[43]. A zona Oriente da cidade estava com a sua função portuária e industrial desativada, a perder habitantes, e a proposta prometia uma *"cidade multifuncional e devidamente ocupada desde o início"*[44], apoiada em equipamentos e espaços públicos qualificados. Esta estrutura ambicionava criar a tão desejada continuidade urbana que qualquer cidade precisa. O efeito acabou por ser o oposto, e o resultado final uma *"insularidade urbana, acabando mesmo por impor o modelo terceiro-mundista do condomínio fechado a que só faltam cercas electrificadas. Ou seja, para desenvolver a sua proposta de revitalização de Lisboa, a Expo'98 partiu de uma certa fobia do urbano e da urbanidade."*[45] Ora, numa zona em que os espaços públicos são extraordinariamente qualificados e generosos, *"a*

43. MELLO, Duarte Cabral - *Expo 98 - Cidade ou Ilha?*. JA. nº205 (2002), p.62

44. Ibidém, p.62

45. Ibidém, p.62

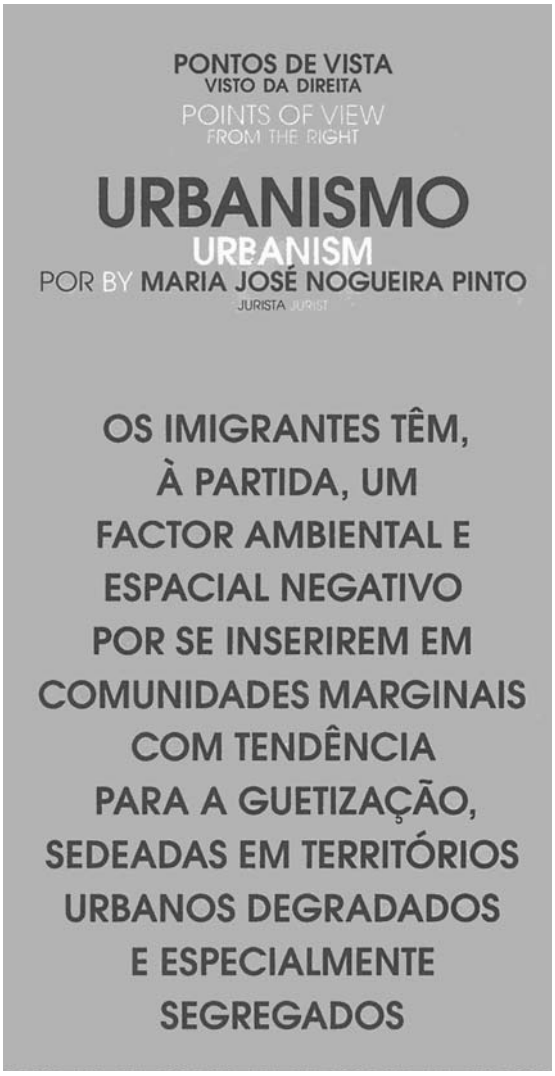


FIG 15. excerto da página 33 de *Urbanismo* Maria José Nogueira Pinto, JA238

proliferação dos condomínios privados desvaloriza ou desfuncionaliza os espaços públicos"[46] em prol de uma vivência interna, singular, ao invés de múltipla e rica. O aparente medo de relação com uma envolvente de outro estrato formal e social, prejudicou a todos, e, genericamente, a cidade. XXXI

46. Ibidém, p.63

Em *Ser Imigrante* (JA238) percebe-se exatamente que, com a massificação das migrações, particularmente numa Europa que ainda consegue vencer socialmente muitos locais do mundo, e a estratificação social produtora de assimetrias nas comunidades e grupos ditos minoritários, as conflitualidades culturais que atravessam a sociedade, e obviamente a cidade, transformam o tão desejado lugar comum naquilo que Marc Augé chamaria de '*não-lugar*', espaços de transição, descaracterizados, desqualificados, "*um mau urbanismo que é o maior factor de cristalização das desigualdades.*"[47] Isto, junto com o que Vasquez havia defendido pouco tempo antes, o encerramento progressivo das comunidades ditas de classe económica superior, está, aos poucos, e se nada se fizer, a permitir "*o fim da cidade*"[48]. XXXII

47. PINTO, Maria José Nogueira - *Urbanismo*. JA. nº238 (2010) p.33

48. VASQUEZ, Carlos Garcia - *O fim da continuidade, o fim do espaço público, o fim do urbanismo*. JA. nº236 (2009), p.99

No *J.A.*, o tema da cidade como progenitora maior da civilidade, é frequente e muito associado ao problema da sectorização. A maior questão que estes conteúdos levantam é que se a cidade é o incentivo maior da cidadania, e o espaço público o seu principal suplemento, onde parará o horizonte do progresso quando estamos a criar cidades fechadas e exclusivas? E vai-se defendendo de forma leve que a cidade deve criar espaço para a diferença, espaço para o florescimento da cultura, da personalidade. "*Talvez esta seja uma das melhores definições de cultura: a possibilidade de os homens agirem juntos sem a necessidade de serem idênticos. E talvez essa diferença consentida explique a força transformadora da cidade europeia, esse lugar em que nasceu a burguesia, a sociedade civil, a comunidade de cidadãos.*"[49] XXXIII

49. INNERARITY, Daniel - *A nova urbanidade*. JA. nº231 (2008), p.21

O problema das migrações é apenas mais um fator neste alargado problema que é o da relação das pessoas com o espaço. Gostaria de destacar dois artigos sobre este tema, *Urbanismo*, de Maria José Nogueira Pinto, e *A cidade com os imigrantes*, de Marluci Menezes, os dois no

1 Toma-se aqui emprestada a simpática designação da I am here borrowing the sympathetic term used by the online review *Revista Electrónica do Centro de Estudos da Metrópole* [Em linha][Online]. [Consult. 5 Fev. 2010]. Disponível em View at http://www.centrodametropole.org.br/diversidade/index.html

2 Tonino Bettanini. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

3 Dory Reeves. *Planning for Diversity: Policy and Planning in a World of Difference*. London : Routeledge, 2005

4 Cf. As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção. in *Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

5 A. P. Pereira [*et al.*]. Habitat e Minorias: processos de (des)integração de grupos étnicos em Lisboa e no Porto. *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa : CET – Centro de Estudos Territoriais, ISCTE. Nº 3 (2001), p. 93-110.

confirmação de deveres e direitos de cidadania, e a dureza das realidades sociais? Como observado por A. P. Pereira, a "tensão" de que aqui se fala é especialmente saliente quando se verifica que tais pressupostos esbarram "em diversidades culturais que questionam os princípios em que assenta tal *visão do mundo*"[5], enquanto que, por outro lado, colidem com desigualdades sócio-económicas que a estrutura produtiva tem dificuldades em (ou não tenciona) superar.

2. ESPECIFICIDADES DAS DIVERSIDADES

Relacionar a demografia da imigração com a dimensão da demografia dos nacionais permite, no âmbito de um diferenciado número de indicadores, identificar a consistência de indicadores que espelham as situações

in short, diversities. But perhaps it would be better to speak of challenges.

Providing the means for achieving effective citizenship is one of the main challenges in managing the relationship between the city and the immigrant. Here we are confronted with issues in the areas of employment, education, housing and the city. But how can one overcome the "tension" that results from confrontation between the assumptions that define the democratic state of law – agreed upon for the good of social cohesion and confirmation of the rights and duties that citizenship brings – and the harshness of social realities? As A. P. Pereira has observed, the "tension" referred to here is particularly notable when one verifies that these assumptions collide "with cultural diversities that question the very principles on which that *world vision* is based"[5] while also colliding with socio-economic inequalities that the production structures have difficulty in (or no interest in) overcoming.

2. SPECIFICITIES OF DIVERSITIES

Establishing comparisons between the demography of immigration and the demography of the national citizenship allows one, in the context of a differentiated set of indicators, to identify the consistency of indicators that reflect more traditional situations, and also find examples of modernisation of the social fabric in the national territory. As João Peixoto points out, "the diversification of the Portuguese population currently appears to be a trend as structural as the stabilisation of population growth (or decrease) and demographic ageing"[5].

FIG 16. página 83 de *A cidade com os imigrantes,* Marluci Menezes, JA238

número *Ser Imigrante* (JA238), publicado em 2010 e integralmente dedicado ao problema nos seus vários ângulos. O principal argumento a reter deste número será que "*a integração requer a apropriação de um espaço onde seja possível criar raízes e consolidar um sentimento de pertença comunitária*"[50]. XXXIV

50. PINTO, Maria José Nogueira - *Urbanismo*. JA. nº238 (2010), p.33

O paralelismo entre imigração e ilegalidade é apontado como um dos principais fatores de insularidade destas comunidades. Em *Urbanismo* fala-se das pequenas cidades que nascem dentro da cidade, "'*cidades ocultas' dentro da grande cidade*"[51] distantes do olhar (nem sempre) virtuoso do justo cidadão, que impedem a devida integração social. "*Os imigrantes têm, à partida, um factor ambiental e espacial negativo por se inserirem em comunidades marginais com tendência para a guetização, sedeadas em territórios urbanos degradados e especialmente segregados. São as chamadas 'armadilhas de desigualdade' cujo resultado é o da falta de mobilidade entre culturas e grupos sócio-económicos.*"[52] XXXV

51. Ibidém, p.33

52. Ibidém, p.33

No caso português concreto, exposto em *A cidade com os imigrantes* (JA238), Marluci Menezes diz-nos que o fator decisivo de inclusão passa muito por resolver o problema da habitação precária, em bairros onde imigrantes e nativos em situações da mesma ordem convivem em condições desumanas (ou desurbanas?). A forte "*estigmatização territorial*"[53] não contribui para a inclusão e o mesmo acontece com a massificação dos modelos habitacionais. O artigo alerta sobre a "*necessidade de um maior investimento na participação dos indivíduos, famílias e grupos na construção das suas soluções habitacionais*"[54], e defende que é necessário e urgente "*proporcionar os meios para a conquista de uma cidadania efectiva*"[55] por parte dos imigrantes. XXXVI

53. MENEZES, Marluci - *A cidade com os imigrantes*. JA. nº238 (2010), p.85

54. Ibidém, p.86

55. Ibidém, p.82

Como conclusão das leituras em causa, pensar sobre a inserção de comunidades exteriores à nossa, parece obrigar-nos a encarar ideias que implicam a diversificação dos espaços públicos preparados para receber atividades de partilha, encarando os imigrantes não como requisitante de uma espacialidade específica mas como "*co-habitantes dinâmicos dos lugares em que se encontram*".[56] XXXVII

56. Ibidém, p.91

Este tema da cidade como palco de possíveis confrontos, relacionados com comunidades imigrantes mas também locais, traz à discussão

FIG 17. Condomínio em Istanbul
Carlos Vásquez, *Comunidades fechadas, cidades moribundas*, JA228

um conceito que Carlos Garcia Vasquez coloca com ênfase na sua participação no *J.A.*, a "*topografia do medo, fruto da obsessão da sociedade contemporânea pela segurança e pelo controlo*"[57]. XXXVIII

57. VASQUEZ, Carlos Garcia - *O fim da continuidade, o fim do espaço público, o fim do urbanismo*. JA. nº236 (2009), p.95

Na verdade, na sequência dos problemas do subúrbio, surgem dois artigos do autor: *Comunidades fechadas, cidades moribundas* (JA228) e *O fim da continuidade, o fim do espaço público, o fim do urbanismo* (JA236). São dois artigos que em conteúdo se equiparam, dando conta de um problema já frequente nas cidades americanas, a criação de cidades para comunidades fechadas que tentam fugir da perigosa cidade tradicional. Percebe-se pela exposição feita que o fenómeno é ainda pontual geograficamente mas que no geral, em qualquer cidade, "*os subúrbios revelam que as urbes contemporâneas são zonas não só ultrafragmentadas do ponto de vista social e étnico, mas também das mais conflituosas da história*"[58]. XXXIX

58. Ibidém, p.95

Do ponto de vista urbano, Vasquez refere esta solução de recolha em perímetros encerrados por muros e por vezes com vigilância constante, como algo que transforma o espaço urbano numa prossecução de fortificações, quebrando qualquer possibilidade de conexão e continuidade, numa "*renúncia ao 'urbano', que teria sido deixado de ser uma condição 'sine qua non' para a existência da cidade. Esta fica assim definitivamente condenada.*"[59] E fica também o cidadão como o entendemos, ativo participante da diversidade. XL

59. VASQUEZ, Carlos - *Comunidades fechadas, cidades moribundas*. JA. nº228 (2007), p.21

Da globalidade dos artigos pode-se entender que no contexto português, a aplicação mais aproximada deste fenómeno, além dos já comuns condomínios privados, será a rede de transportes públicos vigiada, como seja o metro ou o comboio, que nos permite viajar entre equipamentos sem contacto com o centro urbano e os seus males. É possível que a nova forma de interação social vá, no futuro, fazer com que a cidade procure uma nova forma de se organizar porque "*a nova metrópole é uma cidade sem contexto territorial definido e a sua estrutura básica é a rede de indivíduos.*"[60] XLI

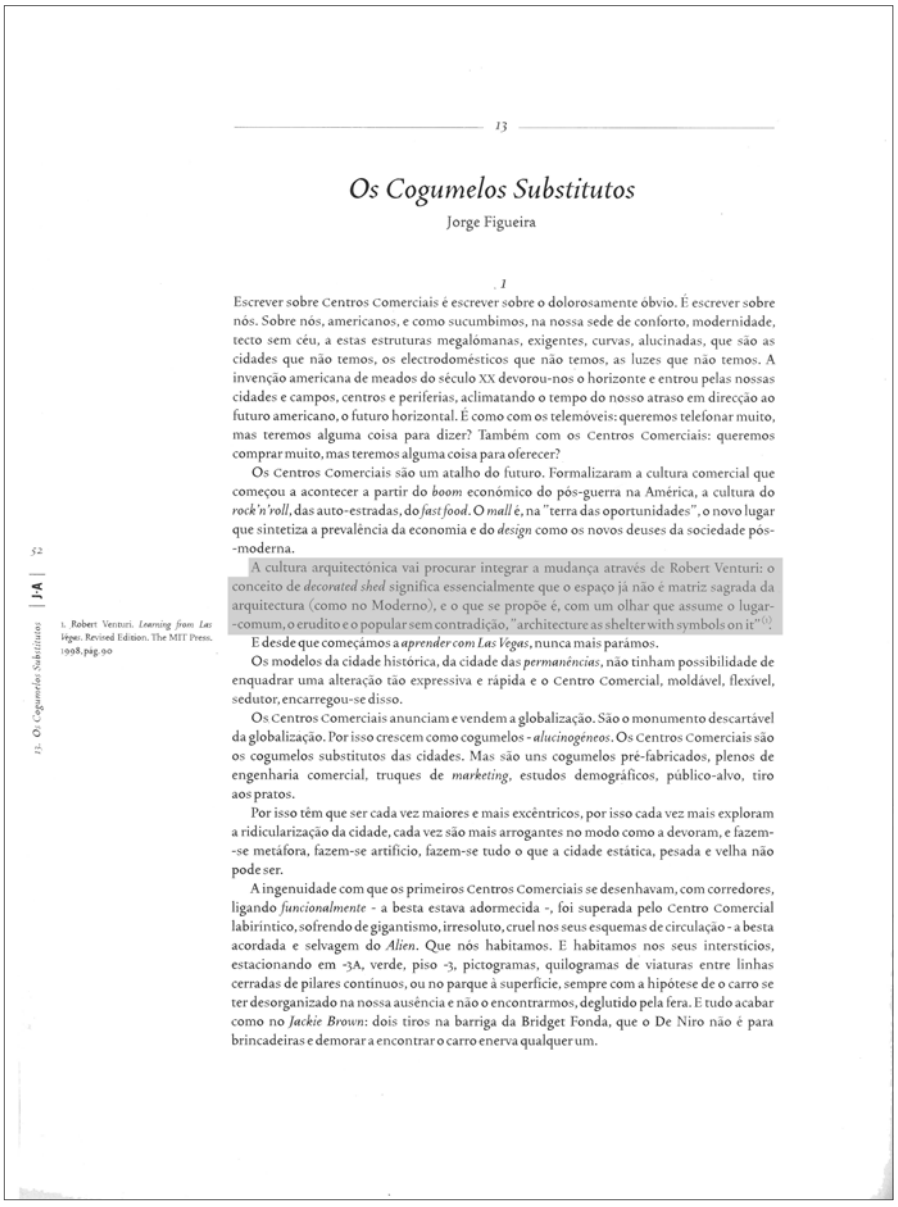
60. GRILO, Maria João Teles - *Outras urbanidades*. JA. nº236 (2009), p.112

Para concluir, e fechar esta relação da cidade com a comunidade, parece-me pertinente citar Rui Tavares em *Feliz cidade* (JA238): "*A*

diferença está em planear para as soluções. Feliz a cidade que consegue atrair soluções sob a forma de pessoas."[61] E feliz a comunidade que consegue fazer da sua cidade, o seu lugar!

XLII

61. TAVARES, Rui – *Feliz cidade*. JA. nº238 (2010) p.32



13

Os Cogumelos Substitutos

Jorge Figueira

.1

Escrever sobre Centros Comerciais é escrever sobre o dolorosamente óbvio. É escrever sobre nós. Sobre nós, americanos, e como sucumbimos, na nossa sede de conforto, modernidade, tecto sem céu, a estas estruturas megalómanas, exigentes, curvas, alucinadas, que são as cidades que não temos, os electrodomésticos que não temos, as luzes que não temos. A invenção americana de meados do século XX devorou-nos o horizonte e entrou pelas nossas cidades e campos, centros e periferias, aclimatando o tempo do nosso atraso em direcção ao futuro americano, o futuro horizontal. É como com os telemóveis: queremos telefonar muito, mas teremos alguma coisa para dizer? Também com os Centros Comerciais: queremos comprar muito, mas teremos alguma coisa para oferecer?

Os Centros Comerciais são um atalho do futuro. Formalizaram a cultura comercial que começou a acontecer a partir do *boom* económico do pós-guerra na América, a cultura do *rock'n'roll*, das auto-estradas, do *fast food*. O *mall* é, na "terra das oportunidades", o novo lugar que sintetiza a prevalência da economia e do *design* como os novos deuses da sociedade pós-moderna.

A cultura arquitectónica vai procurar integrar a mudança através de Robert Venturi: o conceito de *decorated shed* significa essencialmente que o espaço já não é matriz sagrada da arquitectura (como no Moderno), e o que se propõe é, com um olhar que assume o lugar-comum, o erudito e o popular sem contradição, "architecture as shelter with symbols on it"[1].

E desde que começámos a *aprender com Las Vegas*, nunca mais parámos.

Os modelos da cidade histórica, da cidade das *permanências*, não tinham possibilidade de enquadrar uma alteração tão expressiva e rápida e o Centro Comercial, moldável, flexível, sedutor, encarregou-se disso.

Os Centros Comerciais anunciam e vendem a globalização. São o monumento descartável da globalização. Por isso crescem como cogumelos - *alucinogéneos*. Os Centros Comerciais são os cogumelos substitutos das cidades. Mas são uns cogumelos pré-fabricados, plenos de engenharia comercial, truques de *marketing*, estudos demográficos, público-alvo, tiro aos pratos.

Por isso têm que ser cada vez maiores e mais excêntricos, por isso cada vez mais exploram a ridicularização da cidade, cada vez são mais arrogantes no modo como a devoram, e fazem-se metáfora, fazem-se artifício, fazem-se tudo o que a cidade estática, pesada e velha não pode ser.

A ingenuidade com que os primeiros Centros Comerciais se desenhavam, com corredores, ligando *funcionalmente* - a besta estava adormecida -, foi superada pelo Centro Comercial labiríntico, sofrendo de gigantismo, irresoluto, cruel nos seus esquemas de circulação - a besta acordada e selvagem do *Alien*. Que nós habitamos. E habitamos nos seus interstícios, estacionando em -3A, verde, piso -3, pictogramas, quilogramas de viaturas entre linhas cerradas de pilares contínuos, ou no parque à superfície, sempre com a hipótese de o carro se ter desorganizado na nossa ausência e não o encontrarmos, deglutido pela fera. E tudo acabar como no *Jackie Brown*: dois tiros na barriga da Bridget Fonda, que o De Niro não é para brincadeiras e demorar a encontrar o carro enerva qualquer um.

1. Robert Venturi. *Learning from Las Vegas*. Revised Edition. The MIT Press. 1998, pag.90

52 | J+A | *13. Os Cogumelos Substitutos*

FIG 18. página 52 de *Os Cogumelos Substituos*, Jorge Figueira, JA195

CIDADE, CULTURA E CONSUMO

"*A cultura arquitetónica vai procurar integrar a mudança através de Robert Venturi: o conceito de decorated shed significa essencialmente que o espaço já não é matriz sagrada da arquitectura (como no Moderno), e o que se propõe é, com um olhar que assume o lugar-comum, o erudito e o popular em contradição,* "*architecture as shelter with symbols on it*".[62] XLIII

62. FIGUEIRA, Jorge - *Os Cogumelos Substitutos*. JA. nº195 (2000), p.52

A figuração de conteúdos que relacionem a cidade com novos paradigmas como são a cultura e o consumo é frequente no *J.A.*. Dessas matérias percebe-se que a galopante globalização cultural e económica é uma das principais transformações sociais que veio afetar a cidade portuguesa, a sua estrutura e as suas lógicas de funcionamento. A reflexão que se faz aqui, baseada no conjunto de artigos selecionados, propõe por um lado a análise de uma importante alteração morfológica, vinda com a desativação de polos industriais, maiores constituintes de identidade das cidades, abrindo vazios urbanos relativamente centrais; Por outro, engloba também a crítica feita em resposta ao aparecimento do centro comercial como resposta a uma sociedade de consumo, a afastar dos centros os necessários fluxos de pessoas. XLIV

Da generalidade dos conteúdos se conclui que estamos perante um novo tipo de cidade: uma cidade que tem que responder ao consumo de bens e ao consumo de imagens, uma cidade que tem que se reinventar no confronto com uma pesada estrutura prévia, uma cidade com duas novas lógicas, a do centro comercial "*que quer pertencer à cidade ou mesmo estar para lá dela*"[63], e a do novo ícone que alimenta um turismo cultural que "*municípios inteligentes ou outros decisores capitalizam através do marketing que suporta muitos dos arquitectos convidados*"[64]. XLV

63. Ibidém, p. 53

64. DIAS, Manuel Graça - *Mas se o Problema é de Escala*. JA. nº197 (2000), p.3

O reflexo destes novos paradigmas de consumo no conteúdo do *J.A.* é, se assim se pode dizer, intemporal. Não nos interessará tanto a sucessão temporal dos artigos mas a sua presença e conteúdo efetivos. A ordem em que se apresentam diz respeito a uma unidade de matérias que tentam aqui aplicar-se sobretudo às consequências na cidade de alterações sociais, objetivo global do texto. XLVI

FIG 19. Parque Temático Nuno Lourenço, *O elogio do Lazer,* JA206

Por isso mesmo, começa-se a análise concreta em 2002, trazendo para destaque um artigo de Nuno Lourenço, *Elogio do Lazer* (JA206). Nuno Lourenço diz-nos que "*o lazer típico do espaço urbano (...) vive do espectáculo, do jogo, das compras, da conversa, da vagueação e por aí fora*"[65], abrindo portas para a discussão da cidade como suporte de "*espaços de lazer privados de uso colectivo*"[66] que podem ser, como diz, "*uma simples rua ou avenida que afinal também é um local de trabalho e de vida familiar*"[67], e era bom que fossem, um centro comercial ou um centro cultural. XLVII

65. LOURENÇO, Nuno - *Elogio do Lazer.* JA. nº206 (2002), p.62

66. Ibidém, p.62

67. Ibidém, p.62

Ainda em *Elogio do Lazer* lança-se uma questão importante para o debate. Se ocupamos cidades altamente sectorizadas, com pontos de lazer, pontos de comércio, pontos de trabalho e pontos de habitação, sectorização essa que alimenta a lógica do ícone, seja cultural ou comercial, e o crescimento dos espaços especializados, não seria útil um pensamento de cidade concentrado na criação de espaço de passagem e permanência, onde se acumulam funções e usos? Ou, como diz Lourenço, "*dar as boas vindas à sociedade multicultural!*"[68] XLVIII

68. Ibidém, p.63

Comecemos então pelos ícones culturais e pela nova identidade das cidades. Em 2000, já Manuel Graça Dias abria o número com uma sugestão refletida do tema, dizendo que "*o que é interessante é a arquitectura contemporânea, num tempo cada vez mais massificado e conformista, ser, ela própria, chamariz e motivo de peregrinações que têm como único objectivo a sua contemplação*"[69], deixando espaço para reflexões que aparecem ainda em *As Praias de Portugal II.* XLIX

69. DIAS, Manuel Graça - *Mas se o Problema é de Escala.* JA. nº197 (2000), p.3

European Beauty, ou os novos ícones culturais do velho mundo vem precisamente ao encontro do tema sugerido na abertura e diz-nos que muitas cidades industriais ou portuárias, como é o caso de algumas cidades portuguesas, deixaram de representar, do ponto de vista comercial, "*pontos estratégicos nas orgulhosas economias estatais (...) reinventando identidades perdidas*"[70], desta vez cultural e não industrial, de forma a promover a sua regeneração. Para Nuno Grande o papel de destaque que novos equipamentos agora ocupam, permite-lhes serem quase únicos responsáveis pelo marketing da cidade em

70. GRANDE, Nuno - *European Beauty, ou os Novos Ícones Culturais do Velho Mundo.* JA. nº197 (2000), p.9

1. e 2. Av. dos Aliados, Baixa
3. Av. da Ponte, Baixa
4. Casa da Música, Av. da Boavista
5. e 6. Castelo do Queijo, Foz
Fotos: Nuno Grande

A atitude *experimental* é uma dádiva face à história e ao futuro da cidade; a atitude *pedagógica* envolve os utentes numa narrativa que os aceita e engloba. A falta destes dois tipos de envolvimento traduz-se numa perca de sentido para o Projecto de Arquitectura.

FIG 20. Obras do Porto 2001 página 20 de *A Rainha da Holanda na cidade estaleiro (6 pontos sobre a requalificação da baixa portuense - Porto 2001)*, Jorge Figueira, JA199

que se encontram: "*Os espaços culturais têm constituído, nas últimas décadas, o veículo fundamental da visibilidade das cidades europeias, funcionando, muitas vezes, como motor da sua própria revitalização*"[71]. L.

71. Ibidém, p.10

Esta ideia acaba por ter mais desenvolvimento em 2009 com Vasquez a afirmar que a prevalência do ícone em detrimento do planeamento urbanístico beneficia obviamente a arquitetura e que a emergência de uma corrente de arquitetura espectáculo, alimentada por um estrelato de arquitetos de reconhecimento internacional, é já uma realidade europeia. "*Por detrás das importantíssimas transformações urbanas experimentadas pelas capitais nas últimas décadas não estão os urbanistas, mas a assinatura de arquitectos como Frank Gehry, Jean Nouvel, Daniel Libeskind, Rem Koolhaas ou Herzog & de Meuron. As cidades que construíam assemelham-se a uma colecção de obras de arte, são um produto estético altamente sofisticado.*"[72] LI

72. VASQUEZ, Carlos Garcia – *O fim da continuidade, o fim do espaço público, o fim do urbanismo.* JA. nº236 (2009), p.97

E, estando em Portugal, não poderíamos deixar de falar do Porto 2001 e da Casa da Música de Rem Koolhaas, projeto publicado logo em 2000 (JA195), exemplo claro desta "*ressignificação da Arquitectura Contemporânea e da sua relação simultaneamente profícua e perversa com a cidade herdada*"[73]. Curiosamente, este é assunto praticamente esquecido nas páginas do *J.A.* a partir de 2001 e, por isso mesmo, nos serviremos de um artigo de Jorge Figueira sobre a requalificação da baixa do Porto, *A rainha da Holanda na cidade estaleiro* (JA199), e de *A vida de Truman. E a nossa. E a da Cláudia* (JA196), ensaio de Luís Urbano. LII

73. GRANDE, Nuno – *European Beauty, ou os Novos Ícones Culturais do Velho Mundo.* JA. nº197 (2000), p.11

Em 2001, o projeto cultural para o Porto 2001 é apresentado como um projeto aparentemente muito preocupado com o património da cidade, assente na "*recuperação de 'pedras'*"[74], tentando fixar o valor do existente ao invés de insistir em arquiteturas festivas, "*formulando políticas de perenidade contra as vacuidades do efémero*".[75] E, aliás, é esta uma das questões levantadas: "*Como se gera e se administra uma política cultural: assegurando o infra-estrutural ou valorizando a componente festiva e sintomática?*"[76]. LIII

74. FIGUEIRA, Jorge – *A rainha da Holanda na cidade estaleiro (6 pontos sobre a requalificação da baixa portuense – Porto 2001).* JA. nº199 (2001), p.17

75. Ibidém, p.17

76. Ibidém, p.17

A resposta a essa pergunta acaba por lhe ser temporalmente anterior. Urbano diz em 2000 que, falhando em muitos aspetos que aqui

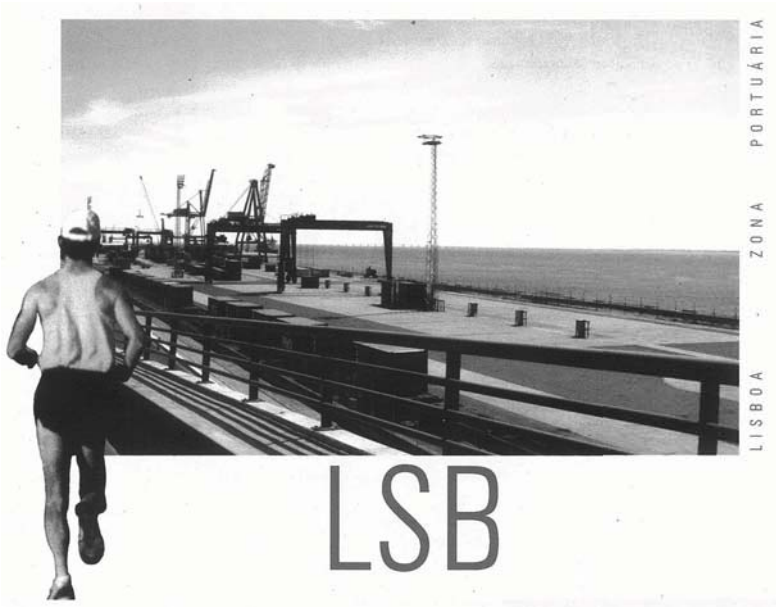


FIG 21. Zona Portuária de Lisboa
Margarida Louro, *O desejo e o território*, JA206

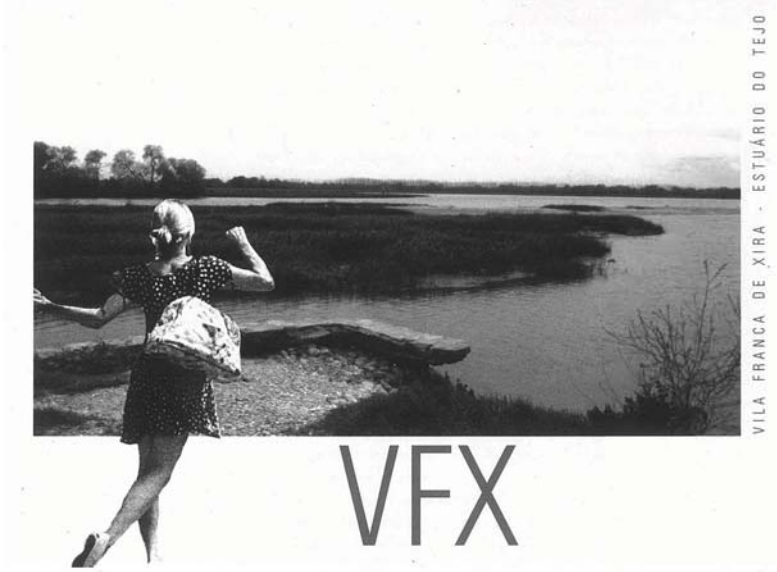


FIG 22. Vila Franca de Xira - Estuário do Tejo
Margarida Louro, *O desejo e o território*, JA206

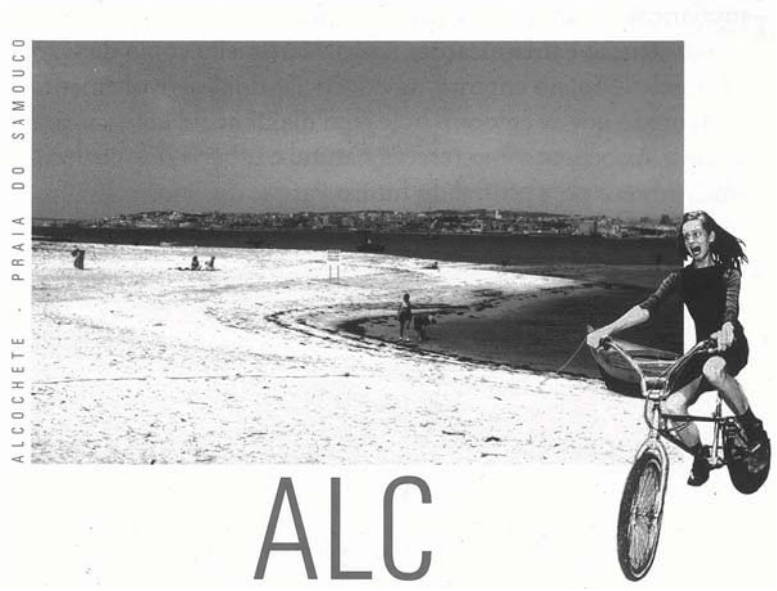


FIG 23. Alcochete - Praia do Samouco
Margarida Louro, *O desejo e o território*, JA206

deixaremos de lado, o que o Porto 2001 consegue efetivamente é por em prática um projeto de mobilidade que redesenha ruas, reorienta os movimentos automóveis e estabiliza com pequenas alterações o espaço público. O património, muitas vezes privado, que fica para lá da fina cortina 'pendurada' para estes dias, esse, fica esquecido. "*É a requalificação da cidade como um face-lifting a duas dimensões. É acreditar que se revitaliza a cidade com cubos de granito ou com mobiliário urbano da JC Decaux. É o centro histórico da cidade como um parque temático, onde se respira autenticidade, tradição e peso da História, mas onde as fachadas são também cenários para as actividades comerciais e turísticas.*"[77] LIV

77. URBANO, Luís - *A vida de Truman. E a nossa. E a da Cláudia.* JA. nº196 (2000), p. 30

A partir do caminho que estas leituras apontam podemos subentender que não estaremos longe nesta prática urbana de uma prática de imagem, de consumo cultural assente no que se considera histórico e de valor, aproximando-se exatamente do ícone que tem a sua imagem pintada num postal do Porto, uma arquitetura cenário, como nos sugeriu o artigo *Os Cogumelos Substitutos* (JA195), citado como introdução desta reflexão e relembrando Venturi. LV

Pegando em *O desejo e o Território* (JA206), Margarida Louro defende a perceção da "*cidade como objecto de consumo*"[78], comandada pelo "*enorme desejo de ócio e lazer nas sociedades ocidentais*"[79]. Além do destaque que dá ao fenómeno da procura, sazonal ou não, dos espaços de lazer, o fenómeno de popularização do espaço de ócio que contamina o ambiente urbano, sem exceção, promovendo o aparecimento de zonas recreativas e de consumo, aparece retratado pelo exemplo português que aparece uns anos antes do Porto 2001. Para a autora, Lisboa (e a Expo'98) é em Portugal o primeiro modelo formalizado em grande escala destas transformações. LVI

78. LOURO, Margarida - *O desejo e o território.* JA. nº206 (2002), p.117

79. Ibidém, p.117

A transformação pós-Expo, do grande recinto expositivo em parque habitacional com grande incidência de comércio e outros serviços, criou um novo 'lugar', uma nova centralidade, assente no espaço público altamente qualificado e na aproximação a uma frente ribeirinha. "*Os grandes espaços de consumo, de ócio/lazer assumem-se como os novos*

monumentos da cidade actual, objectivando o sentido de uma riqueza colectiva, sobre a qual se aspiram a todos e quaisquer desejos"[80]. Conclui-se assim que, tal como no Porto, o impulso dado pela organização de uma exposição internacional foi o primeiro passo para a reorganização da cidade pensada com base nas questões culturais, ambientais e de lazer. LVII

80. Ibidém, p.117

Além desta definição da cidade como 'prisioneira' do lazer, "*definem-se novos estatutos de cidade, a cidade como objecto de consumo, promovendo-se nos espaços comerciais, nos quais a experiência do acto de comprar se evidencia muito mais que uma prática de aquisição – também como experiência de lazer.*"[81] LVIII

81. Ibidém, p.117

De um conjunto global de leituras se deduz que o centro comercial como reflexo absoluto da transformação social pós-industrial, é o exemplo mais claro (e mais preocupante) da cidade alimentada pelo desejo de consumo. É, quase obrigatoriamente, um tema recorrente no *J.A.*, de onde se destacam 3 artigos: inicialmente no ano 2000, *Os Cogumelos Substitutos* (JA195), de Jorge Figueira e *Os centros comerciais, o regresso à rua e as estratégias de 'combate' das velhas áreas comerciais* (JA195), de Jorge Estriga; 33 números depois, em 2007, o artigo de Margaret Crawford, *O mundo num centro comercial* (JA228). Independentemente da sua temporalidade, o tema do centro comercial, associado à desertificação do centro, à lógica das comunidade fechadas ou a outro qualquer guia temático, é recorrentemente abordado de forma atual. LIX

O primeiro artigo mencionado mostra-nos que o aparecimento do centro comercial se deve tendencialmente à impossibilidade de assimilação rápida, de uma estrutura pesada como a da cidade, de novas vivências já aqui explicadas. No seu extremo, o novo paradigma social em causa, precisaria de uma nova cidade, de novas lógicas de funcionamento, de novos confortos. E, por isso mesmo, os habitualmente periféricos centros comerciais "*exploram a ridicularização da cidade, cada vez são mais arrogantes no modo como a devoram, e fazem-se metáfora, fazem-se artifício, fazem-se tudo o que a cidade estática, pesada e velha não pode ser.*"[82] LX

82. FIGUEIRA, Jorge – *Os Cogumelos Substitutos*. JA. nº195 (2000), p.52

Quando em 2007 Crawford vem falar do mesmo tema, a sua perspetiva já lhe acrescenta uma função social: o artigo diz-nos que

FIG 24. "Waterworld" - Praia Interior
Margaret Crawford, *O mundo num centro comercial*, JA228

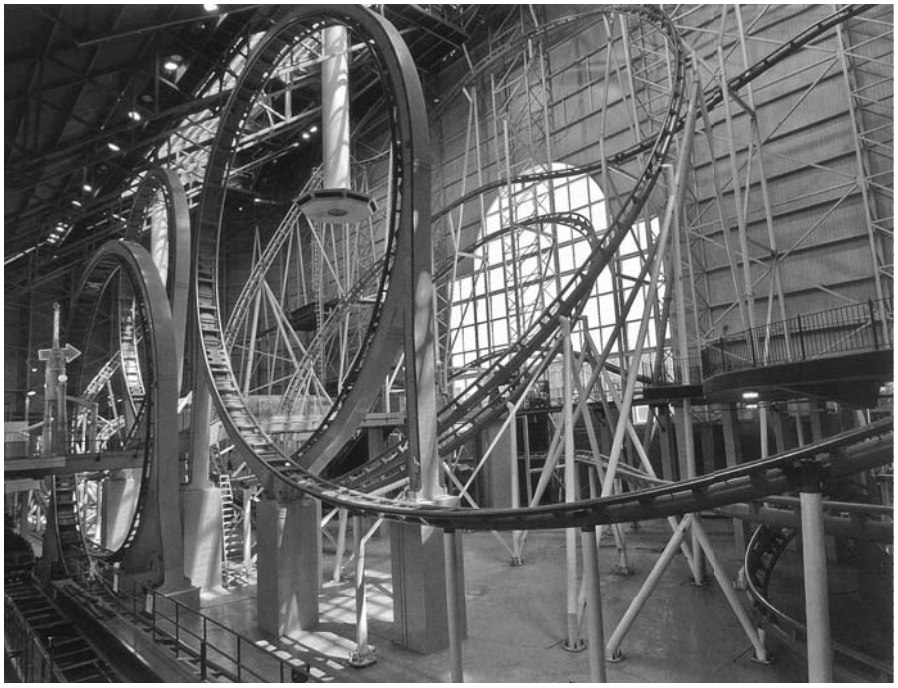


FIG 25. Montanha Russa Interior
Margaret Crawford, *O mundo num centro comercial*, JA228

a capacidade de construir num único sítio, realmente seguro, uma reprodução da já perdida "*centralidade espacial, carácter público e densidade humana*"[83], vem fazer do centro comercial, além de um ponto de trocas comerciais, um ponto de trocas sociais, de lazer, um espaço de encontro, para comprar mas também para estar, para conviver, para estudar. "*Passar o tempo num centro comercial substitui o passeio pelas ruas*"[84], tudo se faz no seu interior. E até o acesso nos liberta da experiência urbana, acreditando cada vez mais a fobia da rua, a fobia da cidade tradicional, elogiando o automóvel nos seus acessos apenas motorizados construídos em zonas periféricas sem expressão, "*criando em definitivo um urbanismo de fantasia, liberto dos aspectos mais negativos da cidade: o ambiente, o trânsito e os pedintes.*"[85] LXI

83. CRAWFORD, Margaret – *O mundo num centro comercial.* JA. nº228 (2007), p.35-36

84. Ibidém, p.33

85. Ibidém, p.35

Para terminar, voltamos ao momento onde Estriga defende que o problema da cidade cultural, e mais concretamente do grande equipamento comercial, levanta problemas de rutura social e territorial, transformando-se em ilhas que alimentam o crescimento desregrado de periferias e o abandono do centro. De forma clara, o autor assinala que "*um edifício como o "Colombo", por exemplo, um dia mais tarde, quando as relações comerciais e as formas de 'fazer compras' forem outras, dificilmente servirá para albergar outro tipo de programas; enquanto uma zona como a Baixa/Chiado, apesar de ter sofrido muitas transformações ao longo dos tempos, será sempre um local de encontro de pessoas.*"[86] Assim, aquilo que o arquiteto deve defender para o território é a criação e manutenção de uma estrutura espacial mutável, que possa, ao longo do tempo, responder a vários modos de apropriação, negando a construção de espacialidades condicionantes. LXII LXIII

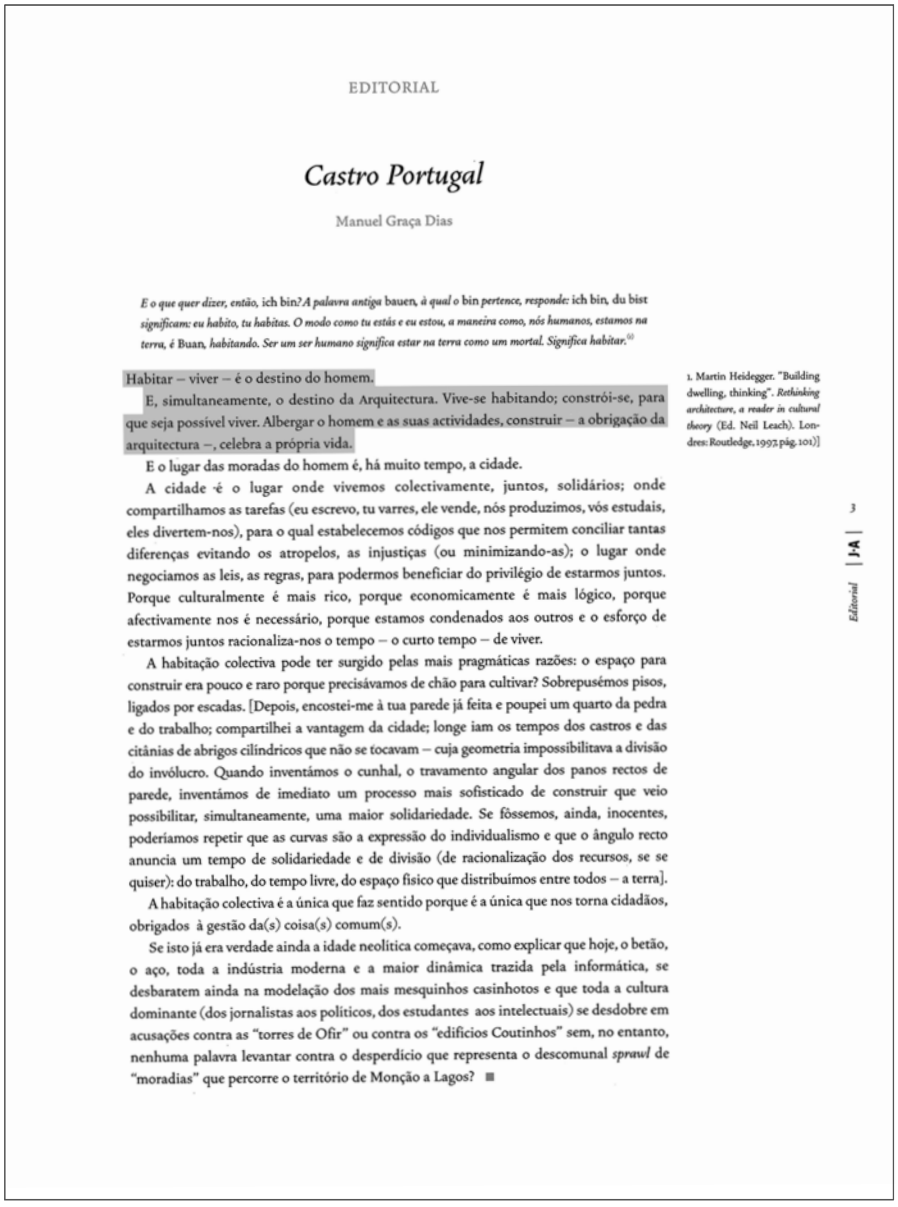
86. ESTRIGA, Jorge – *Os centros comerciais, o regresso à rua e as estratégias de "combate" das velhas áreas comerciais.* JA. nº195 (2000), p.60

Num *J.A.* repleto de reflexões para e sobre a cidade, com vontade de chegar aos ouvidos dos arquitetos que se fazem surdos, é no mínimo curioso acabar esta análise com o início da discussão, mas citando Manuel Graça Dias, o pai do *J.A.* como o conhecemos, crítico e inquieto, bem-disposto e assertivo, "*gostaria de chegar ao fim e pensar que a urbanidade fica bem em qualquer sítio e que a desurbanidade é que assusta!*"[87] LXIV

87. DIAS, Manuel Graça – *A desurbanidade é que assusta.* JA. Nº195 (2000) p. 11

© JOANA MELO

JA224
MORADA
JA224
A QUESTÃO DO ALOJAMENTO 2
Bimestral da Ordem dos Arquitectos - Portugal / nº 205 / Março/Abril de 2002 / € 7,50
FROM BAUHAUS TO OUR HOUSE
ublicação Bimestral da Ordem dos Arquitectos - Portugal / nº 203 / Novembro/Dezembro de 2001 / 1.500$00 / € 7,50
FROM BAUHAUS TO OUR HOUSE



EDITORIAL

Castro Portugal

Manuel Graça Dias

E o que quer dizer, então, ich bin? *A palavra antiga* bauen, *à qual o* bin *pertence, responde:* ich bin, du bist *significam: eu habito, tu habitas. O modo como tu estás e eu estou, a maneira como, nós humanos, estamos na terra, é* Buan, *habitando. Ser um ser humano significa estar na terra como um mortal. Significa habitar.*[1]

Habitar – viver – é o destino do homem.

E, simultaneamente, o destino da Arquitectura. Vive-se habitando; constrói-se, para que seja possível viver. Albergar o homem e as suas actividades, construir – a obrigação da arquitectura –, celebra a própria vida.

E o lugar das moradas do homem é, há muito tempo, a cidade.

A cidade é o lugar onde vivemos colectivamente, juntos, solidários; onde compartilhamos as tarefas (eu escrevo, tu varres, ele vende, nós produzimos, vós estudais, eles divertem-nos), para o qual estabelecemos códigos que nos permitem conciliar tantas diferenças evitando os atropelos, as injustiças (ou minimizando-as); o lugar onde negociamos as leis, as regras, para podermos beneficiar do privilégio de estarmos juntos. Porque culturalmente é mais rico, porque economicamente é mais lógico, porque afectivamente nos é necessário, porque estamos condenados aos outros e o esforço de estarmos juntos racionaliza-nos o tempo – o curto tempo – de viver.

A habitação colectiva pode ter surgido pelas mais pragmáticas razões: o espaço para construir era pouco e raro porque precisávamos de chão para cultivar? Sobrepusémos pisos, ligados por escadas. [Depois, encostei-me à tua parede já feita e poupei um quarto da pedra e do trabalho; compartilhei a vantagem da cidade; longe iam os tempos dos castros e das citânias de abrigos cilíndricos que não se tocavam – cuja geometria impossibilitava a divisão do invólucro. Quando inventámos o cunhal, o travamento angular dos panos rectos de parede, inventámos de imediato um processo mais sofisticado de construir que veio possibilitar, simultaneamente, uma maior solidariedade. Se fôssemos, ainda, inocentes, poderíamos repetir que as curvas são a expressão do individualismo e que o ângulo recto anuncia um tempo de solidariedade e de divisão (de racionalização dos recursos, se se quiser): do trabalho, do tempo livre, do espaço físico que distribuímos entre todos – a terra].

A habitação colectiva é a única que faz sentido porque é a única que nos torna cidadãos, obrigados à gestão da(s) coisa(s) comum(s).

Se isto já era verdade ainda a idade neolítica começava, como explicar que hoje, o betão, o aço, toda a indústria moderna e a maior dinâmica trazida pela informática, se desbaratem ainda na modelação dos mais mesquinhos casinhotos e que toda a cultura dominante (dos jornalistas aos políticos, dos estudantes aos intelectuais) se desdobre em acusações contra as "torres de Ofir" ou contra os "edifícios Coutinhos" sem, no entanto, nenhuma palavra levantar contra o desperdício que representa o descomunal *sprawl* de "moradias" que percorre o território de Monção a Lagos? ■

1. Martin Heidegger. "Building dwelling, thinking". *Rethinking architecture, a reader in cultural theory* (Ed. Neil Leach). Londres: Routledge, 1997, pág. 101)]

3 | JA | *Editorial*

FIG 26. página 3 de *Castro Portugal*, Manuel Graça Dias, JA204

HABITAÇÃO .2

"Habitar – viver – é o destino do homem. E, simultaneamente, o destino da Arquitectura. Vive-se habitando; constrói-se, para que seja possível viver. Albergar o homem e as suas actividades, construir – a obrigação da arquitectura –, celebra a própria vida."[1]

1. DIAS, Manuel Graça - *Castro Portugal.* JA. Nº204 (2002), p.3

I

Aceitando a cidade como palco inegável da ação do arquiteto, a habitação, vinda do primordial abrigo, é o programa de eleição para a sua construção, expansão e qualificação. É, sem dúvida, pela sua dimensão e pelo seu impacto no quotidiano do utilizador, um tema de grande responsabilidade social por parte do arquiteto, do promotor, e de todos os técnicos envolvidos.

II

Enquadrar o tema da habitação no *J.A.* é, por isso, considerar de forma simples os dois tipos de intervenção possíveis: a habitação coletiva (com a sua vertente 'social') e também a unifamiliar, a 'casa'. Apesar de apresentarem um programa comum, o de fornecer aos habitantes novas vivências e condições de conforto, implicam distintas condicionantes, podendo considerar-se a habitação coletiva como um gerador de cidade, *"responsabilizando-se enquanto peças urbanas que irão caracterizar e modelar o colectivo onde se inscrevem"*[2], e a casa como um privilégio da forma, um 'laboratório' onde se ensaia a *"densidade poética das soluções"*[3].

2. DIAS, Manuel Graça - *Onde Cabe o JA.* JA. Nº205 (2002), p. 3
3. DIAS, Manuel Graça - *A Vila.* JA. Nº203 (2001), p. 3

III

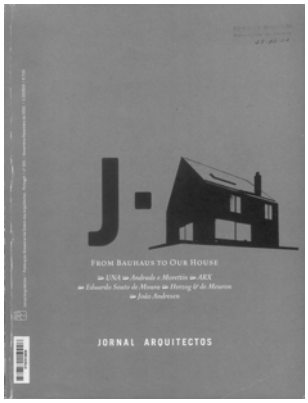


FIG 27. capa do JA203

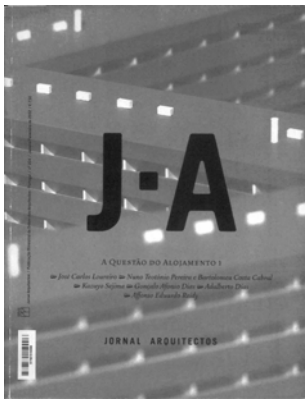


FIG 28. capa do JA204
FIG 29. capa do JA205

FIG 30. capa do JA224
FIG 31. capa do JA236

A produção crítica e teórica sobre o tema da 'habitação' pode considerar-se concentrada: na primeira série de Graça Dias, surgem combinados 3 números: em 2001, *From Bauhaus to Our House* (JA203) e em 2002, *A Questão do Alojamento I* (JA204) e *A Questão do Alojamento II* (JA205), iniciando a bipolaridade já exposta. Na série seguinte *Morada* (JA224), que em 2006 reitera a "*necessidade de indagação sobre o significado da casa contemporânea*"[4]. Depois destes 4 momentos de reflexão intensa, aparecem também, de forma mais dispersa, pequenos apontamentos, com destaque para o número *Ser Pobre* (JA236), publicado em 2009, e que foca com especial pertinência o tema da habitação social. Juntam-se assim cerca de 5 dezenas de artigos disponíveis para análise. IV

4. ADRIÃO, José; CARVALHO, Ricado – *Morada (Editorial)*. JA. Nº224 (2006), p.2

No entanto, será também pertinente trazer para o tema as publicações de projetos com programa habitacional, publicações essas que tanto marcam esta reflexão específica sobre a 'morada', como ajudam a ilustrar muitos outros temas que vão surgindo, devolvendo assim um total de 64 projetos, onde mais de dois terços são de autoria portuguesa ou feitos em Portugal. Esta proliferação clara do projeto de habitação é, aliás assumida em 2002 por Manuel Graça Dias quando lança o tema do habitar coletivo, onde diz que "*a maior parte da produção arquitetónica contemporânea (em Portugal ou no mundo), diz respeito à morada do homem na cidade*"[5], justificando uma publicação especialmente aumentada de obras naqueles números. É nesta explicação que o editor à data lança, ainda que de forma ligeira, o tema da responsabilização social do arquiteto, descrevendo os projetos escolhidos como "*peças urbanas que irão caracterizar e modelar o colectivo onde se inscrevem, ao mesmo tempo que, lidando com as diversas restrições circunstanciais, propõem interiores menos conformes, um pouco mais complexos – às vezes quase "experimentais" – que depois servirão de palco às relações dos moradores, à experimentação e complexidade que estes quiserem vir a fazer das suas vidas.*"[6] V

5. DIAS, Manuel Graça – *Onde Cabe o JA*. JA. Nº205 (2002), p.3

6. Ibidém, p.3

Este domínio por parte dos projetos de habitação da realidade urbana, muitas vezes atribuídos a agentes que se colocam longe da arquitetura, acrescenta a responsabilidade na intervenção qualificada, no contributo consciente, de modo a elevar os baixos requisitos gerais. Pode até dizer-se

que desenhar o espaço de habitar é o mais próximo que se pode chegar da educação 'espacial' ou arquitetónica do utilizador. Nesse sentido, podem enfatizar-se três fatores que vão conduzindo esta discussão nas páginas do *J.A.*: um papel transformador da comunidade, que deixa a arquitetura "*concorrer para a transformação social*"[7]; um papel educativo que negue a mediocridade generalizada onde "*não surgem com frequência modelos alternativos com que possam vir a confrontar o que a especulação imobiliária*"[8]; e por fim um papel identitário e fundador do 'lugar', gerado através de uma transformação do local em cultura que "*comporta um significado, onde são identificáveis os traços que podemos traduzir por «identidade»*"[9]. VI

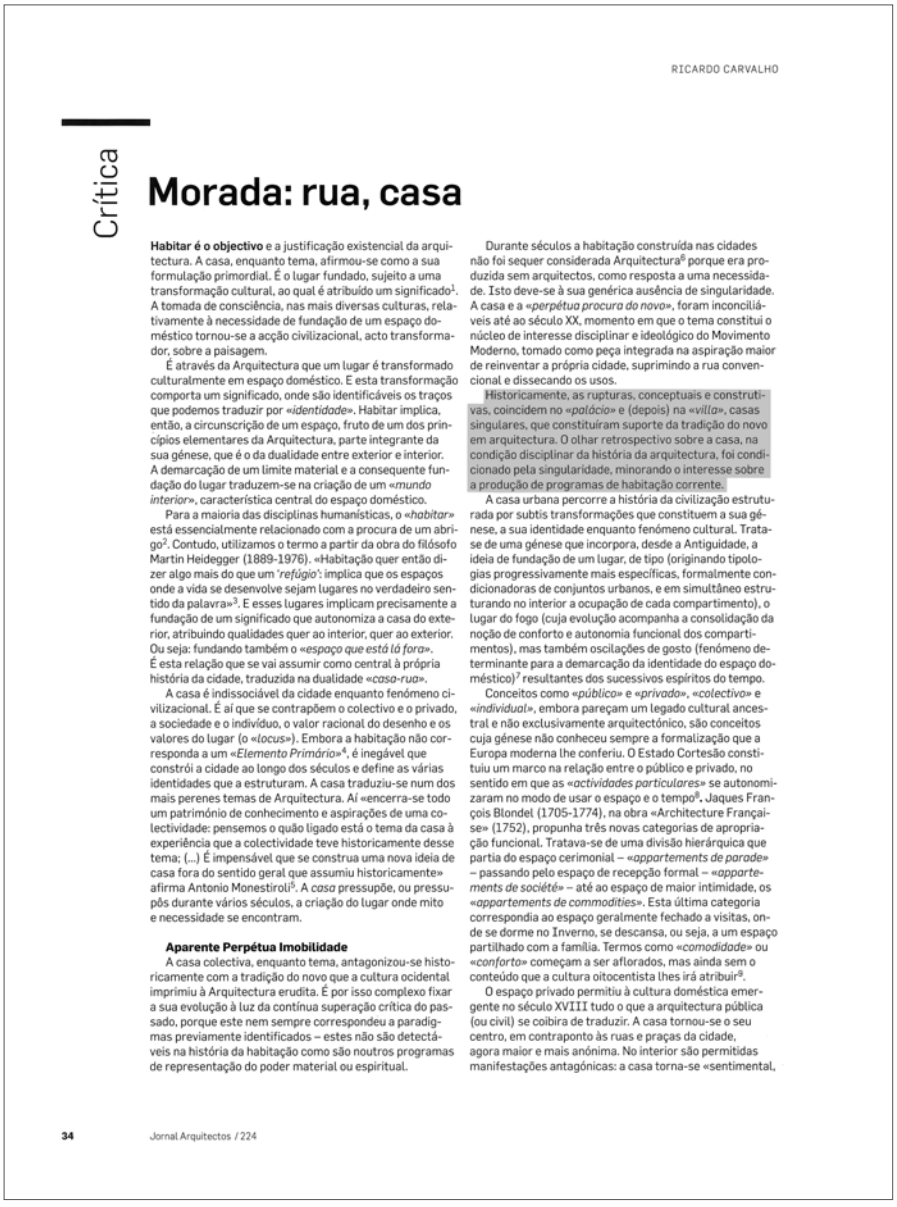
Assim sendo, e assumindo que no contexto português a questão da habitação "*parece ter sido arredada (...) do seu lugar central no interior da disciplina*"[10], é preciso perceber até que ponto o *J.A.* intervém nesta realidade, fornecendo elementos de discussão e formação. De uma forma geral, esta lacuna na contemporaneidade da disciplina tem um reflexo na produção teórica da revista, muito concentrada no Movimento Moderno que culmina nos anos pós-revolução de Abril, deixando de parte o debate atual da disciplina, que se reduz, muitas vezes, à publicação de projetos recentes, acabando por os afirmar como exceções à regra. Logo, reparte-se esta reflexão de forma óbvia, enunciando excertos do debate sobre habitação coletiva e unifamiliar, abrindo espaço para um último tempo de pensamento, onde se procuram as participações que apontam os novos modos de habitar, um caminho possível para esta discussão. VII

7. CORREIA, João Miguel Amaro - *A Arte do Possível. Arquitectura Hardcore* . JA. Nº205 (2002), p.51

8. DIAS, Manuel Graça - *Onde Cabe o JA.* JA. Nº205 (2002), p.3

9. CARVALHO, Ricardo - *Morada: Rua, Casa.* JA. Nº224 (2006), p.34

10. ADRIÃO, José; CARVALHO, Ricado - *Morada (Editorial).* JA. Nº224 (2006), p.2



RICARDO CARVALHO

Crítica

Morada: rua, casa

Habitar é o objectivo e a justificação existencial da arquitectura. A casa, enquanto tema, afirmou-se como a sua formulação primordial. É o lugar fundado, sujeito a uma transformação cultural, ao qual é atribuído um significado[1]. A tomada de consciência, nas mais diversas culturas, relativamente à necessidade de fundação de um espaço doméstico tornou-se a acção civilizacional, acto transformador, sobre a paisagem.

É através da Arquitectura que um lugar é transformado culturalmente em espaço doméstico. E esta transformação comporta um significado, onde são identificáveis os traços que podemos traduzir por «*identidade*». Habitar implica, então, a circunscrição de um espaço, fruto de um dos princípios elementares da Arquitectura, parte integrante da sua génese, que é o da dualidade entre exterior e interior. A demarcação de um limite material e a consequente fundação do lugar traduzem-se na criação de um «*mundo interior*», característica central do espaço doméstico.

Para a maioria das disciplinas humanísticas, o «*habitar*» está essencialmente relacionado com a procura de um abrigo[2]. Contudo, utilizamos o termo a partir da obra do filósofo Martin Heidegger (1889-1976). «Habitação quer então dizer algo mais do que um '*refúgio*': implica que os espaços onde a vida se desenvolve sejam lugares no verdadeiro sentido da palavra»[3]. E esses lugares implicam precisamente a fundação de um significado que autonomiza a casa do exterior, atribuindo qualidades quer ao interior, quer ao exterior. Ou seja: fundando também o «*espaço que está lá fora*». É esta relação que se vai assumir como central à própria história da cidade, traduzida na dualidade «*casa-rua*».

A casa é indissociável da cidade enquanto fenómeno civilizacional. É aí que se contrapõem o colectivo e o privado, a sociedade e o indivíduo, o valor racional do desenho e os valores do lugar (o «*locus*»). Embora a habitação não corresponda a um «*Elemento Primário*»[4], é inegável que constrói a cidade ao longo dos séculos e define as várias identidades que a estruturam. A casa traduziu-se num dos mais perenes temas de Arquitectura. Aí «encerra-se todo um património de conhecimento e aspirações de uma colectividade: pensemos o quão ligado está o tema da casa à experiência que a colectividade teve historicamente desse tema; (...) É impensável que se construa uma nova ideia de casa fora do sentido geral que assumiu historicamente» afirma Antonio Monestiroli[5]. A *casa* pressupõe, ou pressupôs durante vários séculos, a criação do lugar onde mito e necessidade se encontram.

Aparente Perpétua Imobilidade

A casa colectiva, enquanto tema, antagonizou-se historicamente com a tradição do novo que a cultura ocidental imprimiu à Arquitectura erudita. É por isso complexo fixar a sua evolução à luz da contínua superação crítica do passado, porque este nem sempre correspondeu a paradigmas previamente identificados – estes não são detectáveis na história da habitação como são noutros programas de representação do poder material ou espiritual.

Durante séculos a habitação construída nas cidades não foi sequer considerada Arquitectura[6] porque era produzida sem arquitectos, como resposta a uma necessidade. Isto deve-se à sua genérica ausência de singularidade. A casa e a «*perpétua procura do novo*», foram inconciliáveis até ao século XX, momento em que o tema constitui o núcleo de interesse disciplinar e ideológico do Movimento Moderno, tomado como peça integrada na aspiração maior de reinventar a própria cidade, suprimindo a rua convencional e dissecando os usos.

Historicamente, as rupturas, conceptuais e construtivas, coincidem no «*palácio*» e (depois) na «*villa*», casas singulares, que constituíram suporte da tradição do novo em arquitectura. O olhar retrospectivo sobre a casa, na condição disciplinar da história da arquitectura, foi condicionado pela singularidade, minorando o interesse sobre a produção de programas de habitação corrente.

A casa urbana percorre a história da civilização estruturada por subtis transformações que constituem a sua génese, a sua identidade enquanto fenómeno cultural. Trata-se de uma génese que incorpora, desde a Antiguidade, a ideia de fundação de um lugar, de tipo (originando tipologias progressivamente mais específicas, formalmente condicionadoras de conjuntos urbanos, e em simultâneo estruturando no interior a ocupação de cada compartimento), o lugar do fogo (cuja evolução acompanha a consolidação da noção de conforto e autonomia funcional dos compartimentos), mas também oscilações de gosto (fenómeno determinante para a demarcação da identidade do espaço doméstico)[7] resultantes dos sucessivos espíritos do tempo.

Conceitos como «*público*» e «*privado*», «*colectivo*» e «*individual*», embora pareçam um legado cultural ancestral e não exclusivamente arquitectónico, são conceitos cuja génese não conheceu sempre a formalização que a Europa moderna lhe conferiu. O Estado Cortesão constituiu um marco na relação entre o público e privado, no sentido em que as «*actividades particulares*» se autonomizaram no modo de usar o espaço e o tempo[8]. Jaques François Blondel (1705-1774), na obra «Architecture Française» (1752), propunha três novas categorias de apropriação funcional. Tratava-se de uma divisão hierárquica que partia do espaço cerimonial – «*appartements de parade*» – passando pelo espaço de recepção formal – «*appartements de société*» – até ao espaço de maior intimidade, os «*appartements de commodities*». Esta última categoria correspondia ao espaço geralmente fechado a visitas, onde se dorme no Inverno, se descansa, ou seja, a um espaço partilhado com a família. Termos como «*comodidade*» ou «*conforto*» começam a ser aflorados, mas ainda sem o conteúdo que a cultura oitocentista lhes irá atribuir[9].

O espaço privado permitiu à cultura doméstica emergente no século XVIII tudo o que a arquitectura pública (ou civil) se coibira de traduzir. A casa tornou-se o seu centro, em contraponto às ruas e praças da cidade, agora maior e mais anónima. No interior são permitidas manifestações antagónicas: a casa torna-se «sentimental,

34 Jornal Arquitectos / 224

FIG 32. página 34 de *Morada: Rua, Casa*, Ricardo Carvalho, JA224

HABITAR A EXPERIÊNCIA: A CASA

"Historicamente, as rupturas, conceptuais e construtivas, coincidem no 'palácio'» e (depois) na 'villa'», casas singulares, que constituíram suporte da tradição do novo em arquitectura. O olhar retrospectivo sobre a casa, na condição disciplinar da história da arquitectura, foi condicionado pela singularidade, minorando o interesse sobre a produção de programas de habitação corrente."[11]

11. CARVALHO, Ricardo – Morada: Rua, Casa. JA. Nº224 (2006), p.34

VIII

Não poderia começar de modo mais controverso a primeira fase da discussão sobre a casa a que o número From Bauhaus to Our House (JA203) se propõe em 2001. "*Antiurbano*"[12] é o primeiro adjectivo que a edição do jornal cola ao tema, pelas palavras de Manuel Graça Dias em *A Vila*, editorial desse mesmo número, que associa esta forma de habitar a um mundo rural, "*como o grande mito, aspiração e objectivo de quase todas as classes sociais*"[13], na segunda metade do século XX, símbolo de poder e estatuto que muitos ambicionavam, como resposta aos valores rurais em perca. No entanto, é nesse preciso momento que a habitação coletiva atinge o seu expoente máximo, 'vítima' do pensamento moderno racional. Apesar disto, e de podermos tal como Graça Dias assumir que o edifício coletivo gera, de facto, de forma mais intensa, uma vivência urbana, a casa assume um papel muito relevante para a classe dos arquitetos, permitindo-lhes testar princípios inovadores e pôr em prática exercícios formais com maior valor poético.

12. DIAS, Manuel Graça – *A Vila*. JA 203 (2001), p. 3

13. Ibidém, p.3

IX

Antes de entrar no número, será pertinente repescar um artigo publicado no ano anterior e assinado por Ana Tostões. *Casas de Férias Modernas, Anos 50 e Estilo Contemporâneo: A utopia de uma Doce Vida* (JA196), abre o tema posicionando a popularização do habitar (neste caso de veraneio) num tempo culturalmente desinquieto que segue o pós-guerra, "*momento particularmente significativo na reflexão da arquitetura moderna em Portugal, contribuindo para a afirmação de um 'estilo contemporâneo'.*"[14] Como explica a autora, é com a emergência da classe média que o programa se populariza, aumentando as encomendas e criando um "*espaço de liberdade projectual [...] magníficos laboratórios*

14. TOSTÕES, Ana – *Casas de Férias Modernas, Anos 50 e Estilo Contemporâneo: A utopia de uma Doce Vida*. JA. Nº196 (2000), p.45

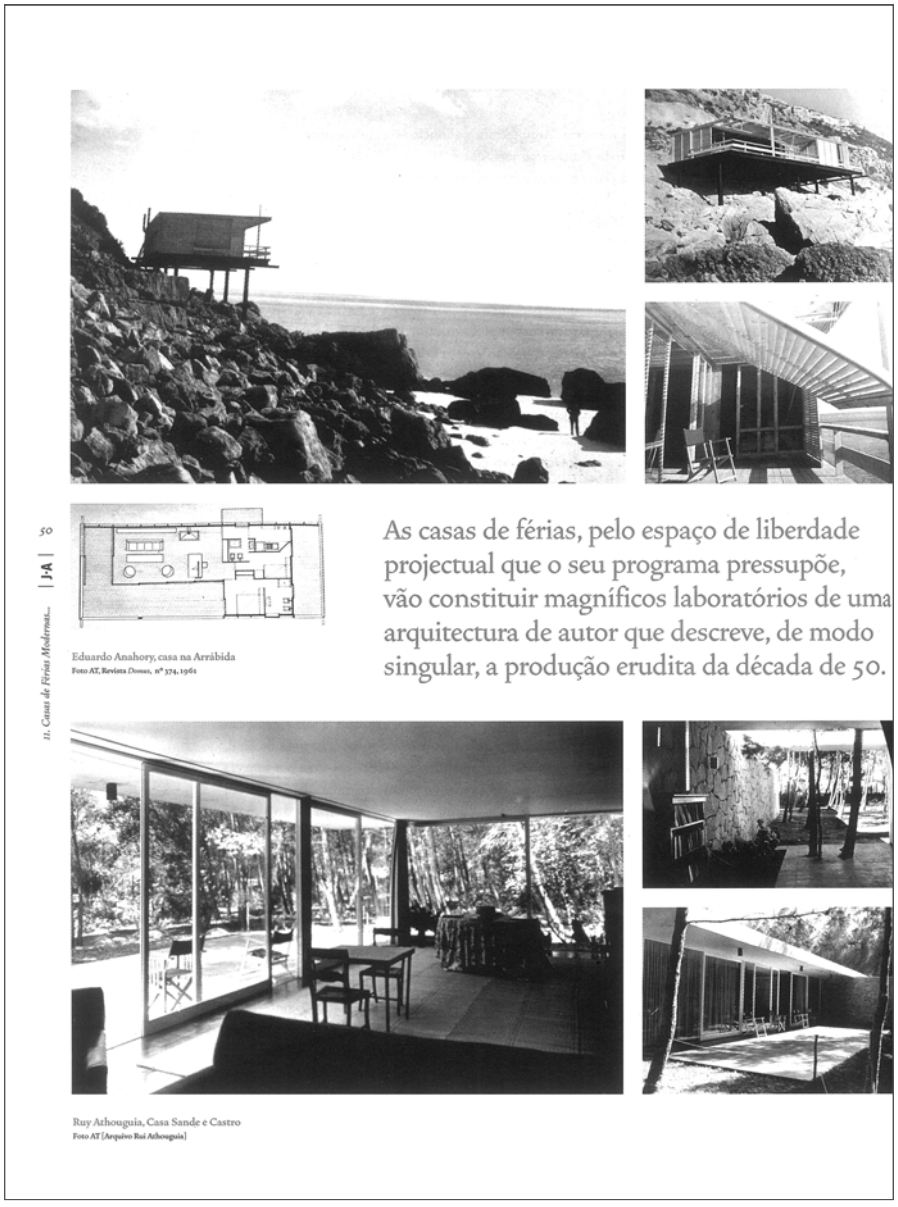


FIG 33. página 50 de *Casas de Férias Modernas, Anos 50 e Estilo Contemporâneo: A utopia de uma Doce Vida*, Ana Tostões, JA196

de uma arquitectura de autor"[15], como resposta à racionalidade e rigidez modernas. X

15. Ibidém, p.45

Deste pressuposto da casa como 'exercício experimental' surge possivelmente a estrutura que suporta os conteúdos de *From Bauhaus to our House* (JA203), número que se baseia na análise de grandes casas 'ícone', fazendo uma historiografia fragmentada e baseada em dez tópicos: '*Arquitectura*', ilustrado pela Casa Malaparte de Adalberto Libera; '*Programa*', ilustrado pela Casa Sande e Castro de Ruy Jerviz de Athouguia; '*Construção*', ilustrado pela Casa Gerassi de Paulo Mendes da Rocha; '*Cliente*', ilustrado pela Casa Farnsworth de Mies Van der Rohe; '*Ambiguidade*', ilustrado pela Casa Vanna Venturi de Robert Venturi; '*Eu*', ilustrado pela Casa Mel'nikov de Konstantin Mel'nikov; '*Modelo*', ilustrado pela Villa Savoye de Le Corbusier; '*Função*', ilustrado pela Casa m Bordéus de Rem Koolhaas; '*Cenografia*', ilustrado pela Casa Gilardi/Casa Barragán de Luís Barragán; e por fim '*Lugar*', ilustrado pela Casa Alcina de Sergio Fernandez. Destes exemplos, haverá os que se aproximam mais e menos da realidade em que atua o arquiteto português e, por isso mesmo, se entende que o propósito será o da diversificação de abordagens como meio para fornecer conhecimento sobre uma realidade dispersa. XI

A Casa Sande e Castro (1954-1956), por exemplo, objeto de estudo de Graça Correia em *Relações entre Elementos*, mostra-nos como o espírito crítico sobre o moderno gera um objeto fruto da "*frenética vontade de inovação por um lado e de contextualização por outro*"[16], afastando-se de uma especificidade regional portuguesa. Distinguindo a intervenção de Ruy Jerviz de Athouguia em projetos unifamiliares e coletivos, sendo que é na pequena escala que encontra espaço para a libertação da forma, Graça Correia faz ainda uma reflexão pertinente para a globalização deste exemplo: "*os programas tornam-se específicos e não canónicos e a forma dá-se como síntese simultânea realizada num sistema de relações que, contendo o programa singular, tende a expressar o universal*"[17], enfatizando assim o maior grau de liberdade programática que a casa permite como um fator positivo. XII

16. CORREIA, Graça - *Relações entre Elementos*. JA. Nº203 (2001), p.25

17. Ibidém, p.26

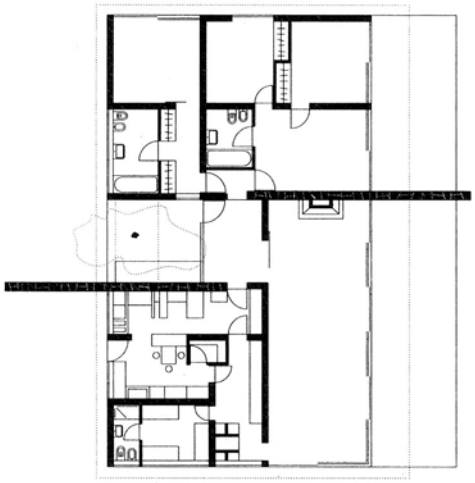


FIG 34. Casa Sande e Castro, Ruy Jerviz d'Athouguia, Cascais, 1954/56, JA203

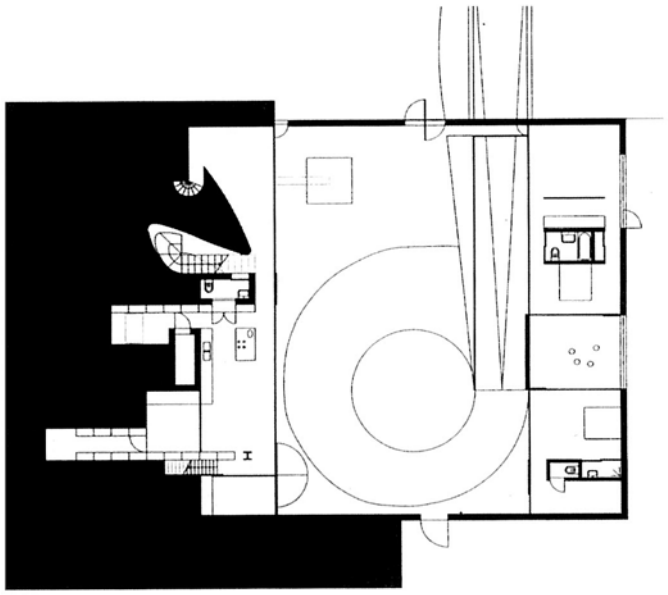


FIG 35. Casa em Bordéus, Rem Koolhaas, Floirac, França, 1994/96, JA203

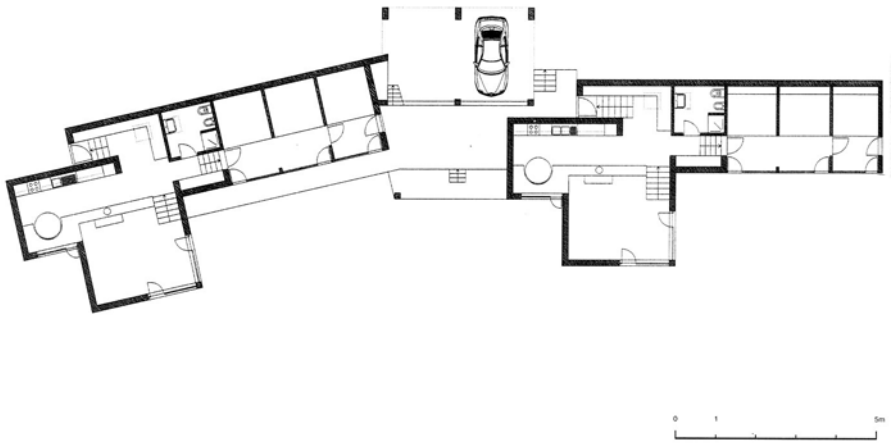


FIG 36. Casa Alcina, Sergio Fernandez, Moledo, 1971, JA203

Insistindo no exemplo português, a Casa Alcina é no *J.A.* (re) interpretada por Ana Tostões, autora de *Sem Ideias Preconcebidas*. A famosa obra de Sergio Fernandez, de 1971-73, é no artigo referida como um mecanismo de relação expedita com o local e a sua forte condição natural: "*recusou o imediato sentido épico da casa manifesto iconografável*"[18], reduzindo-se ao essencial no programa e na construção; "*propõe-se um retorno às origens: construir, habitar, pensar.*"[19] Também neste exemplo é mencionada uma relação entre o programa particular e o coletivo, tendo o privilégio das áreas comuns já sido testado no complexo habitacional que projetou para a Pasteleira. XIII

18. TOSTÕES, Ana - *Sem Ideias Preconcebidas*. JA. Nº203 (2001), p.91

19. Ibidém, p.93

Sobre o extremo oposto destes exemplos escreve Pedro Gadanho o artigo *O Museu Imaginário*, sendo o seu objeto de estudo a Casa em Bordéus de Rem Koolhaas, "*o objecto funcional que mais rapidamente ascendeu ao estatuto incorpóreo da museificação*"[20], construindo a sua imagem em torno de uma função específica, ultrapassando, de uma forma apenas possível num cliente com aquela especificidade, os limites convencionais do espaço doméstico. XIV

20. GADANHO, Pedro - *O Museu Imaginário*. JA. Nº203 (2001), p.71

O que este momento de pluralidade demonstra é que o exemplo, não querendo ser a regra, pode ser ponto de partida para reflexões posteriores que aumentem a qualidade arquitetónica do habitar. Apesar disto, será impossível não considerar esta sistematização algo dispersa, correndo o risco de uma interpretação superficial dos projetos que pode levar a uma assimilação maior da sua imagem, mais do que dos seus princípios. XV

O segundo momento de maior incidência sobre o tema da habitação particular é já metodologicamente muito díspar. Em 2006, *Morada* (JA224), a abordagem é mais convencional, fornecendo ao leitor, entre outros, dois artigos de especial importância para uma leitura panorâmica da história da habitação (muitas vezes não exclusivamente da casa). XVI

Ricardo Carvalho, ao fazer uma identificação cronológica das muitas fases que o espaço doméstico foi conhecendo, seja espacialmente, construtivamente ou vivencialmente, escreve *Morada: Rua, Casa*, estabelecendo assim várias ideias como base: a relação interior/exterior e/ou público/privado que a habitação obrigatoriamente configura, a

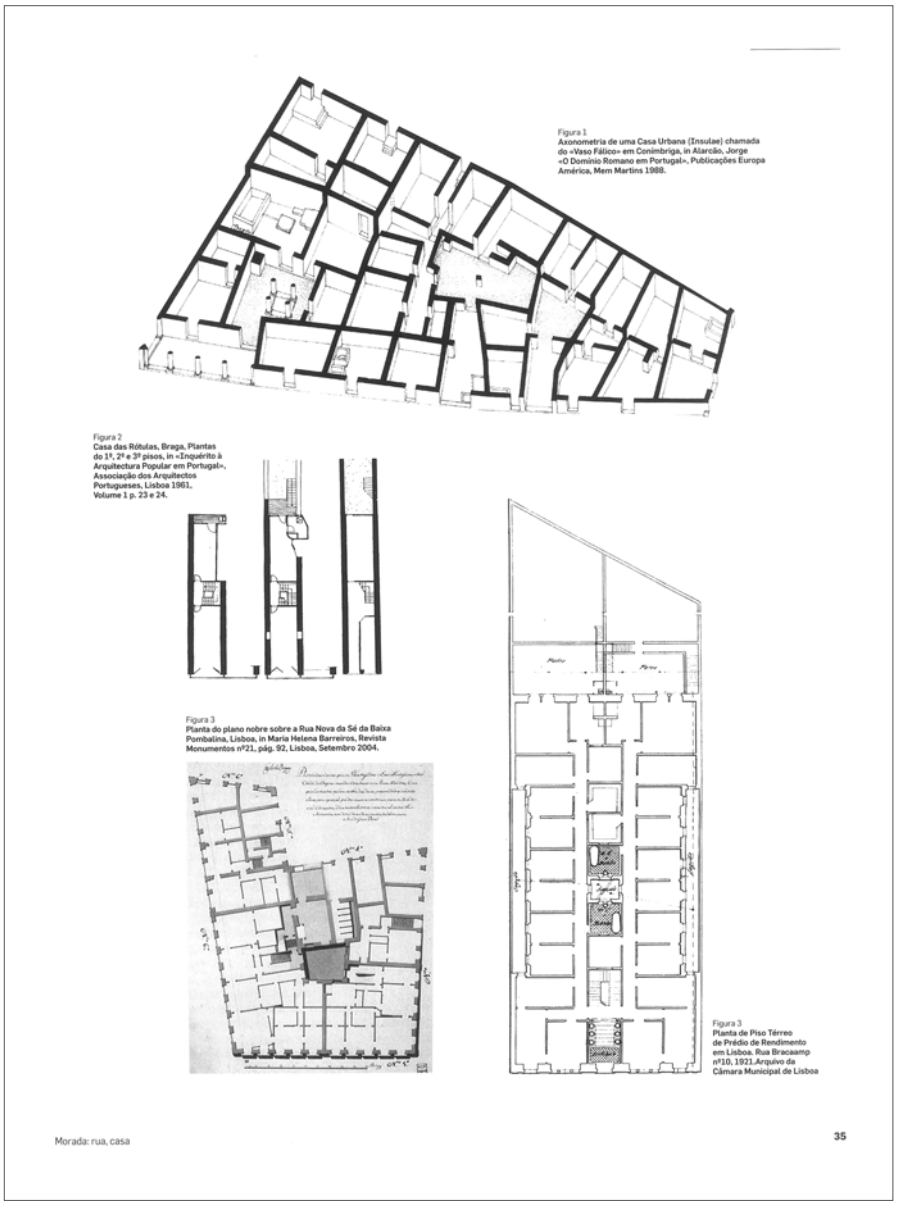


Figura 1.
Axonometria de uma Casa Urbana (Insulae) chamada do «Vaso Fálico» em Conimbriga, in Alarcão, Jorge «O Domínio Romano em Portugal», Publicações Europa América, Mem Martins 1988.

Figura 2
Casa das Rótulas, Braga, Plantas do 1º, 2º e 3º pisos, in «Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal», Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa 1961, Volume 1 p. 23 e 24.

Figura 3
Planta do plano nobre sobre a Rua Nova da Sé da Baixa Pombalina, Lisboa, in Maria Helena Barreiros, Revista Monumentos nº21, pág. 92, Lisboa, Setembro 2004.

Figura 3
Planta de Piso Térreo de Prédio de Rendimento em Lisboa. Rua Bracaamp nº10, 1921.Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa

Morada: rua, casa

35

FIG 37. página 35 de *Morada: Rua, Casa*, Ricardo Carvalho, JA224

sua associação inevitável com a cidade e com a sociedade, e por fim o paralelo que estabelece na história com momentos culturalmente singulares, que abonam em favor da casa, deixando, até ao movimento moderno, a habitação coletiva entregue a não arquitetos e ao consequente anonimato e desqualificação.

XVII

Ainda no artigo, Ricardo Carvalho estabelece a casa em contexto urbano como fixada por dois modelos: "*a casa-pátio e a casa-bloco*"[21], de herança da Antiguidade Greco-Romana, modelos que convergem no Renascimento, constituindo "*a génese do processo evolutivo da construção de habitação na cidade europeia, que se desenrola sem rupturas significativas, até início do século XIX.*"[22] Quando a casa deixa definitivamente de ser singular e passa a ser "*a casa colectiva, incorporada no quarteirão, tipologicamente reduzida ao apartamento de aluguer no edifício de rendimento*"[23], esta perde a sua identidade e passa a ser um objeto reprodutível, desprendendo-se da relação (muito física) com o lugar e com a paisagem, tornando-se sítio familiar por inverso ao uso coletivo das ruas e equipamentos. Com a consolidação da cidade e a criação de um "*esboço do moderno destinatário da habitação produzida em série*"[24], há uma movimento contraditório, atestado pelo autor, que se manifesta como fruto da dicotomia cidade/campo, o aparecimento das casas suburbanas ou 'villas', "*formulação reactiva a uma nostalgia por uma natureza cada vez mais distante.*"[25] Como conclusão, importará reter a ideia de que a casa foi sempre o espaço personalizado por oposição à estandardização do espaço doméstico coletivo, e que há, ao longo da história, provas dadas da sua validade.

XVIII

21. CARVALHO, Ricardo - *Morada: Rua, Casa.* JA. Nº224 (2006), p.36

22. Ibidém, p.36

23. Ibidém, p.36

24. Ibidém, p.39

25. Ibidém, p.38-39

Aberta esta extensa perspetiva histórica, é Álvaro Domingues quem dá o seu contributo para as páginas de *Morada*, assinando *De que é que se fala quando se fala de casas?*, onde questiona o problema da habitação nos territórios urbanos que estão, já por si, em profunda crise. Salientando num primeiro momento "*as lacunas no que hoje existe acerca da reflexão teórica arquitetónica sobre as casas e os modos de habitar*"[26] em detrimento de um pensamento onde se evidencia a forma, o autor e a excepção. Contextualizando o seu posterior discurso, Domingues refere a intervenção do Estado Novo pós Inquérito à Arquitectura Popular

26. DOMINGUES, Álvaro - *De que é que se fala quando se fala de casas?.* JA. Nº224 (2006), p.48

FIG 38-40. "Moradia de Sonho" - *De que é que se fala quando se fala de casas?*, Álvaro Domingues, JA224

em Portugal como decisiva no processo de estabelecimento do "*tipicismo das casas*"[27], da sua identidade e da sua ligação com o lugar. Quando a situação rural que caracterizava esses tempos muda, muda também o discurso sobre a habitação unifamiliar que se torna cada vez mais objeto onde se "*projectam ideais de vida, signos de diferenciação social, diferentes possibilidades económicas*"[28]. XIX

27. Ibidém, p.48

28. Ibidém, p.48

Encerrada a primeira parte em que contextualiza o fenómeno da ligação da casa com a identidade e o lugar, o autor assume na contemporaneidade dois modelos de fixação de habitação que têm uma aceitação urbana difícil: "*a casa de beira da estrada*" e os "*condomínios fechados*"[29], já aqui referidos em 'CIDADE'. O objetivo desta reflexão, sendo mais urbano do que 'objetual', não exclui considerações ligadas fortemente ao tratamento da privacidade, "*justamente aquilo que é suposto ser um elemento definidor da residência unifamiliar: a primeira porque mistura o público e o privado; a segunda porque exacerba a privatização. Ambas são, no entanto, constituintes elementares de novas vivências e territórios urbanos.*"[30] XX

29. Ibidém, p.50

30. Ibidém, p.50

A própria seleção de projetos de *Morada* (JA224), inclui uma alusão a este tema frequente da ligação com o lugar com as Casas no Algarve de Bak Gordon (2001-2006), descritas como 'marcos geodésicos' que pontuam um território dominante. XXI

Apesar de uma muito concentrada produção teórica generalizada e contemporânea sobre a habitação unifamiliar, muitos são os projetos que, subjugados aos temas centrais dos números em que aparecem, vão incluindo exemplos de casas. Não existindo temas de especial destaque, vários são aqueles que ligam este programa à questão da identidade. A título de exemplo, e com introdução de Ana Vaz Milheiro que escreve *Baixa Corrente (O Efeito Kubler)* (JA217), projetos como a Casa em Sintra de Paulo Gouveia (1999/2003) retratam uma condição bem portuguesa de economia material, gerando formas discretas e arquiteturas cuidadosas, ou, citando a autora, "*num momento em que a 'multiplicidade' serve de lugar-comum para explicar as diversas nuances da arquitectura portuguesa contemporânea, a Casa de Sintra mantém a sua abstenção.*

FIG 41. Casa em S. Pedro de Moel, José Charters Monteiro, 1978/1990 - JA217

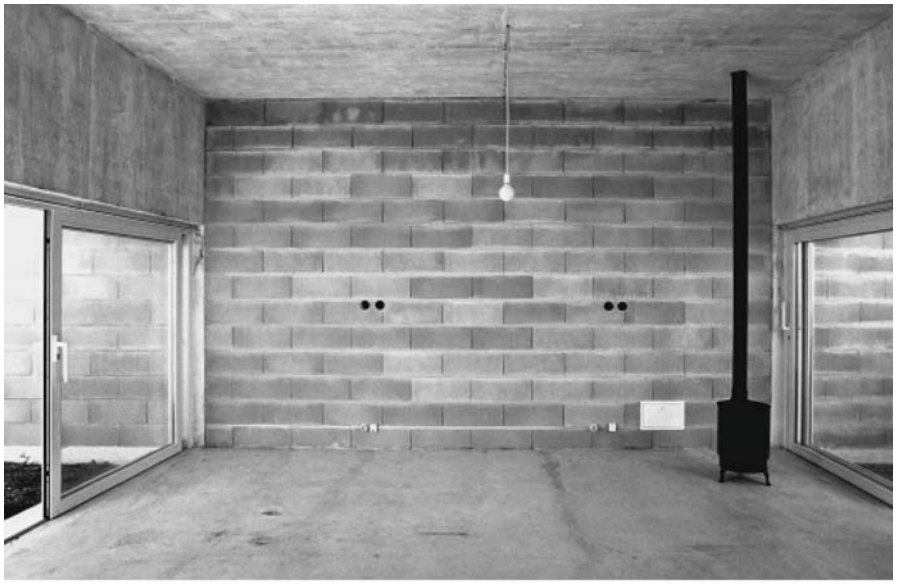


FIG 42. Casa em Santa Vitória, Rui Mendes, 2001/03 - JA223

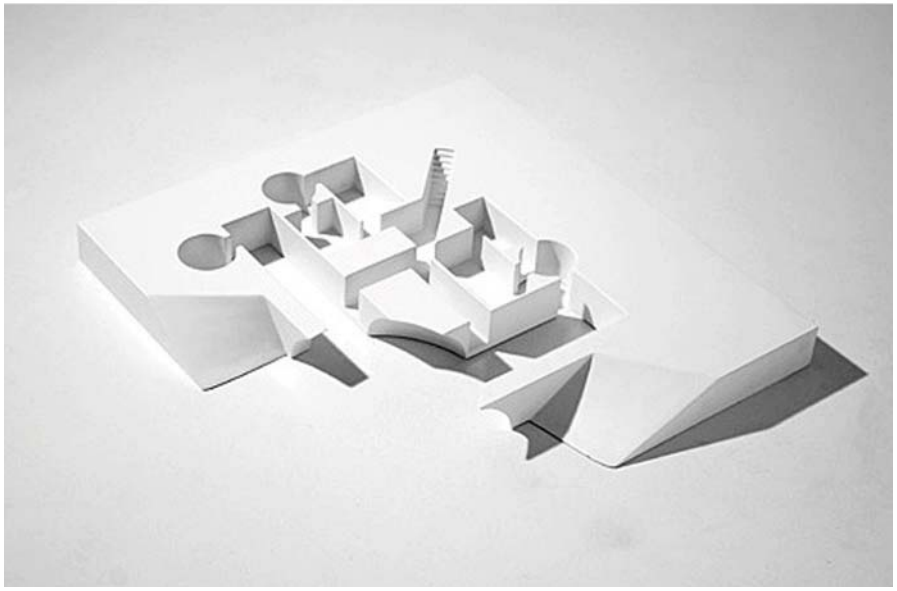


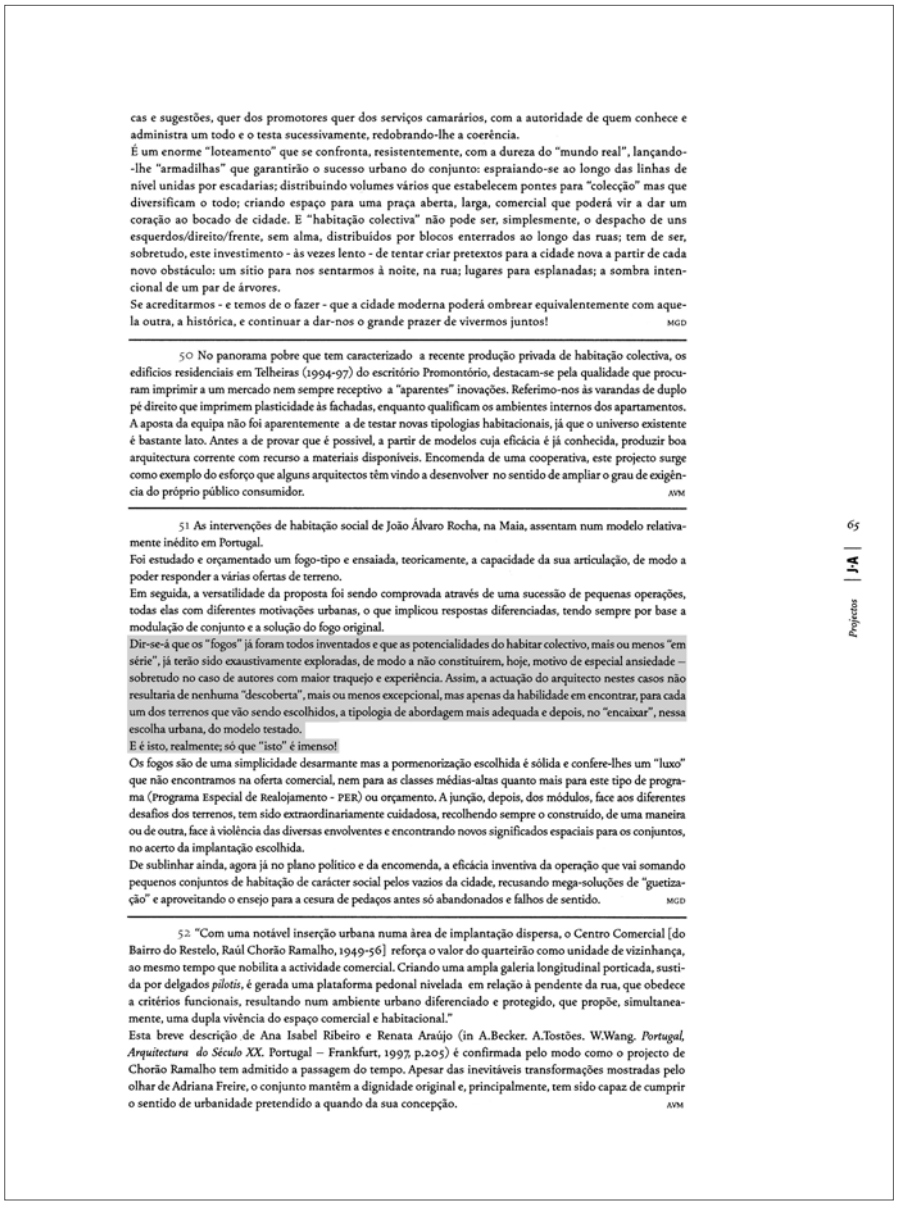
FIG 43. Casa em Monsaraz, Aires Mateus 2007/...- JA241

Crê na invisibilidade."[31] O número *Escassez* (JA223) acrescenta ainda a Casa em Santa Vitória, de Rui Mendes (2001/2003) e a Black Rubber Beach House de Simon Conder (2001/2003). XXII

Além deste tema, a própria imagem da arquitetura tem uma palavra forte a dizer e, talvez por isso, A Casa em Melides de Pedro Reis (2007-2010), A Casa em Monsaraz dos irmãos Aires Mateus (2007/...) e as Casas em Óbidos de Nuno Brandão Costa (2005-2008) ilustram o dossier de projetos de *Ser Belo* (JA241), onde apontam "*um futuro herdeiro de beleza, o desígnio*"[32], comprovando assim a importância do 'objeto casa' para o desenvolvimento linguístico de múltiplas arquiteturas. XXIII

31. MILHEIRO, Ana Vaz - *Baixa Corrente (O Efeito Kubler).* JA. Nº217 (2004), p.62

32. DIAS, Manuel Graça - *O Desígnio.* JA. Nº241 (2010), p.43



cas e sugestões, quer dos promotores quer dos serviços camarários, com a autoridade de quem conhece e administra um todo e o testa sucessivamente, redobrando-lhe a coerência.
É um enorme "loteamento" que se confronta, resistentemente, com a dureza do "mundo real", lançando-lhe "armadilhas" que garantirão o sucesso urbano do conjunto: espraiando-se ao longo das linhas de nível unidas por escadarias; distribuindo volumes vários que estabelecem pontes para "colecção" mas que diversificam o todo; criando espaço para uma praça aberta, larga, comercial que poderá vir a dar um coração ao bocado de cidade. E "habitação colectiva" não pode ser, simplesmente, o despacho de uns esquerdos/direito/frente, sem alma, distribuídos por blocos enterrados ao longo das ruas; tem de ser, sobretudo, este investimento - às vezes lento - de tentar criar pretextos para a cidade nova a partir de cada novo obstáculo: um sítio para nos sentarmos à noite, na rua; lugares para esplanadas; a sombra intencional de um par de árvores.
Se acreditarmos - e temos de o fazer - que a cidade moderna poderá ombrear equivalentemente com aquela outra, a histórica, e continuar a dar-nos o grande prazer de vivermos juntos! MGD

50 No panorama pobre que tem caracterizado a recente produção privada de habitação colectiva, os edifícios residenciais em Telheiras (1994-97) do escritório Promontório, destacam-se pela qualidade que procuram imprimir a um mercado nem sempre receptivo a "aparentes" inovações. Referimo-nos às varandas de duplo pé direito que imprimem plasticidade às fachadas, enquanto qualificam os ambientes internos dos apartamentos. A aposta da equipa não foi aparentemente a de testar novas tipologias habitacionais, já que o universo existente é bastante lato. Antes a de provar que é possível, a partir de modelos cuja eficácia é já conhecida, produzir boa arquitectura corrente com recurso a materiais disponíveis. Encomenda de uma cooperativa, este projecto surge como exemplo do esforço que alguns arquitectos têm vindo a desenvolver no sentido de ampliar o grau de exigência do próprio público consumidor. AVM

51 As intervenções de habitação social de João Álvaro Rocha, na Maia, assentam num modelo relativamente inédito em Portugal.
Foi estudado e orçamentado um fogo-tipo e ensaiada, teoricamente, a capacidade da sua articulação, de modo a poder responder a várias ofertas de terreno.
Em seguida, a versatilidade da proposta foi sendo comprovada através de uma sucessão de pequenas operações, todas elas com diferentes motivações urbanas, o que implicou respostas diferenciadas, tendo sempre por base a modulação de conjunto e a solução do fogo original.
Dir-se-á que os "fogos" já foram todos inventados e que as potencialidades do habitar colectivo, mais ou menos "em série", já terão sido exaustivamente exploradas, de modo a não constituirem, hoje, motivo de especial ansiedade – sobretudo no caso de autores com maior traquejo e experiência. Assim, a actuação do arquitecto nestes casos não resultaria de nenhuma "descoberta", mais ou menos excepcional, mas apenas da habilidade em encontrar, para cada um dos terrenos que vão sendo escolhidos, a tipologia de abordagem mais adequada e depois, no "encaixar", nessa escolha urbana, do modelo testado.
E é isto, realmente; só que "isto" é imenso!
Os fogos são de uma simplicidade desarmante mas a pormenorização escolhida é sólida e confere-lhes um "luxo" que não encontramos na oferta comercial, nem para as classes médias-altas quanto mais para este tipo de programa (Programa Especial de Realojamento - PER) ou orçamento. A junção, depois, dos módulos, face aos diferentes desafios dos terrenos, tem sido extraordinariamente cuidadosa, recolhendo sempre o construído, de uma maneira ou de outra, face à violência das diversas envolventes e encontrando novos significados espaciais para os conjuntos, no acerto da implantação escolhida.
De sublinhar ainda, agora já no plano político e da encomenda, a eficácia inventiva da operação que vai somando pequenos conjuntos de habitação de carácter social pelos vazios da cidade, recusando mega-soluções de "guetização" e aproveitando o ensejo para a cesura de pedaços antes só abandonados e falhos de sentido. MGD

52 "Com uma notável inserção urbana numa área de implantação dispersa, o Centro Comercial [do Bairro do Restelo, Raúl Chorão Ramalho, 1949-56] reforça o valor do quarteirão como unidade de vizinhança, ao mesmo tempo que nobilita a actividade comercial. Criando uma ampla galeria longitudinal porticada, sustida por delgados *pilotis*, é gerada uma plataforma pedonal nivelada em relação à pendente da rua, que obedece a critérios funcionais, resultando num ambiente urbano diferenciado e protegido, que propõe, simultaneamente, uma dupla vivência do espaço comercial e habitacional."
Esta breve descrição de Ana Isabel Ribeiro e Renata Araújo (in A.Becker. A.Tostões. W.Wang. *Portugal, Arquitectura do Século XX*. Portugal – Frankfurt, 1997, p.205) é confirmada pelo modo como o projecto de Chorão Ramalho tem admitido a passagem do tempo. Apesar das inevitáveis transformações mostradas pelo olhar de Adriana Freire, o conjunto mantêm a dignidade original e, principalmente, tem sido capaz de cumprir o sentido de urbanidade pretendido a quando da sua concepção. AVM

65 | JA | Projectos

FIG 44. página 65 de *O Habitar Colectivo 2*, Manuel Graça Dias, Ana Vaz Milheiro, Clara Germana Gonçalves, JA205

HABITAR EM COMUNIDADE: ESPAÇO SOCIAL?

"Dir-se-á que os fogos já foram todos inventados e que as potencialidades do habitar colectivo, mais ou menos "em série", já terão sido exaustivamente exploradas, de modo a não constituírem, hoje, motivo de especial ansiedade – sobretudo no caso de autores com maior traquejo e experiência. Assim, a actuação do arquitecto nestes casos não resultaria de nenhuma "descoberta", mais ou menos excepcional, mas apenas da habilidade em encontrar, para cada um dos terrenos que vão sendo escolhidos, a tipologia de abordagem mais adequada e depois, no "encaixar", nessa escolha urbana, do modelo testado. E é isto, realmente; só que isto é imenso!"[33] XXIV

33. DIAS, Manuel Graça [GONÇALVES, Clara Germana; MILHEIRO, Ana Vaz] – *O Habitar Colectivo 2* . JA. Nº205 (2002), p.65

Falar da presença do tema da habitação coletiva no *J.A.* é assumir que esta é uma discussão que começa de modo concentrado, em 2002, com *A Questão do Alojamento I* (JA204) e *II* (JA205), e que depois se dispersa. Deste primeiro momento de grande intensidade, lê-se de uma forma geral que a habitação coletiva é indissociável da cidade, do urbano, é aliás parte integrante do seu desenvolvimento, é aquilo que *"nos torna cidadãos, obrigados à gestão da(s) coisa(s) comum(s)."*[34] Pondo-a em oposição ao *"descomunal sprawl de 'moradias' que percorre o território de Monção a Lagos"*[35], o editorial abre o tema precisamente fazendo o seu elogio. XXV

34. DIAS, Manuel Graça – *Castro Portugal.* JA. Nº204 (2002), p.3

35. Ibidém, p.3

Sendo este debate fundamentalmente feito através da apresentação de sucessivos momentos da história, do contexto internacional ao mais particular dos exemplos portugueses, desconsidera-se até certo ponto a ordem de produção destes conteúdos em prol de uma coerência geral dada às ideias que, por serem tantas e tão profícuas, se tornam de difícil leitura quando abordadas de forma leve. XXVI

Num primeiro momento, Alexandre Alves Costa e Nuno Teotónio Pereira propõem uma reflexão sobre os modelos de habitação gerados em Portugal (com especial incidência no Porto e em Lisboa, respetivamente). O crescimento económico , o aumento demográfico e o crescente fluxo migratório para as cidades, provocados pela industrialização, são responsáveis por uma transformação urbana de larga escala que tem como consequência uma *"grave situação do alojamento das [...] classes laboriosas"*[36], que se agrava no final do século XIX e início do século XX. XXVII

36. PEREIRA, Nuno Teotónio – *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930. A promoção privada do Alojamento Operário.* JA. Nº204 (2002), p.18

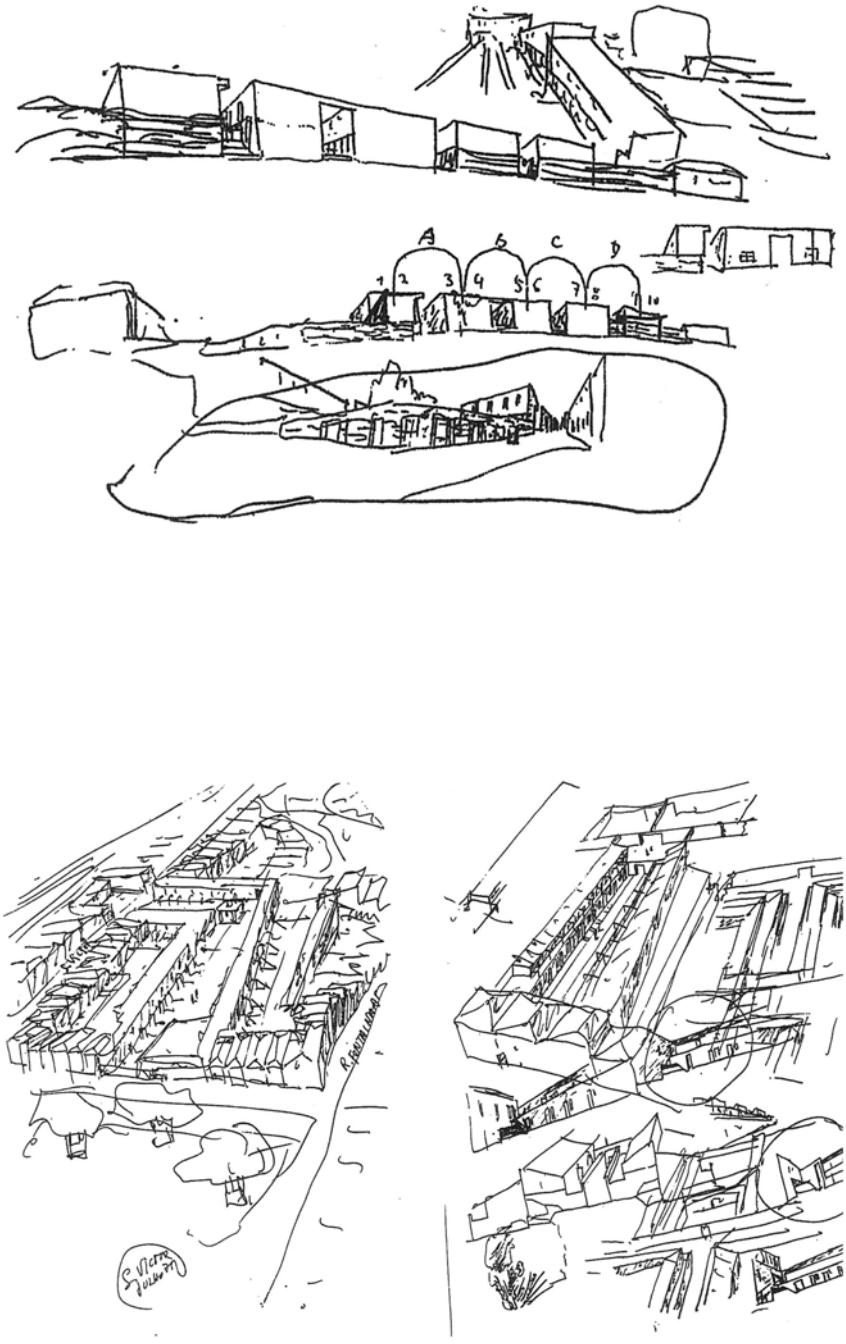


FIG 45-47. "Ilha Proletária - Ilustrações da Utopia", Álvaro Siza - *A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático*, Alexandre Alves Costa, JA.204

No Norte, o panorama é caracterizado por *A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático* (JA204), onde Alves Costa explica como o aparecimento de "*pequeníssimas casas, segundo uma tipologia em banda, de um ou dois pisos, que permitia o máximo aproveitamento do solo*"[37], instaladas no quintal de habitações já consolidadas, e com circulação feita por um 'corredor' confinante do lote, dá origem à 'ilha'. Como explica o autor, esta "*lógica modular foi utilizada em largos terrenos que já nada tinham a ver com a forma dos talhões que lhes deram origem.*"[38] Só quando a indústria é deslocada para a periferia, e depois da contestação generalizada sobre a salubridade daquelas habitações, muitas das ilhas se extinguem. No entanto, em alguns casos mais recentes, arquitetos assumem o valor simbólico daquele modo de habitar particular e reutilizam-no: Siza, por exemplo, no seu trabalho em S. Vítor, diz considerar "*a ilha como possível estrutura de desenvolvimento da cidade*"[39], executando um trabalho assente em ideias "*práticas, económicas, racionais, de bom senso*"[40]. XXVIII

Em Lisboa, a situação não havia sido muito diferente com as chamadas "*vilas operárias*"[41], que fazem também o aproveitamento máximo da área disponível por mão da iniciativa privada que estava à data preocupada com a melhoria das condições de vida e com o lucro que poderia advir desse investimento. São de facto estes os primeiros exemplos portugueses de uma vida 'comunitária', de um modelo coletivo de habitação. XXIX

Ultrapassado este exemplo das precedências locais, *A Cidade como um Ford* (JA205) é o artigo que melhor descreve uma situação generalizada de emergência da Europa pós-guerras, "*palco privilegiado para a experimentação extensiva de novos modelos urbanos*"[42], onde o uso do transporte público se massifica e a periferia se torna a ambição do 'operariado europeu'. A cidade europeia expande-se "*à custa de um finaciamento estatal e massivo, duplicando a área habitacional em torno dos grandes centros urbanos*"[43], fenómeno que só se concretiza em Portugal mais tarde, por atraso provocado pelas políticas localistas do Estado Novo, que só em 1959, com a criação do Gabinete Técnico de Habitação, desenvolve políticas de solo semelhantes às europeias. Abrindo caminho para apresentação de intervenções portuguesas de grande

37. COSTA, Alexandre Alves - *A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático.* JA. Nº204 (2002), p.9

38. Ibidém, p.9

39. SIZA, Álvaro cit. por COSTA, Alexandre Alves - *A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático.* JA. Nº204 (2002), p.12

40. Alexandre Alves - *A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático.* JA. Nº204 (2002), p.14

41. PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930. A promoção privada do Alojamento Operário.* JA. Nº204 (2002), p.19

42. GRANDE, Nuno - *A Cidade como um Ford.* JA. Nº205 (2002), p. 39

43. Ibidém, p.40-41

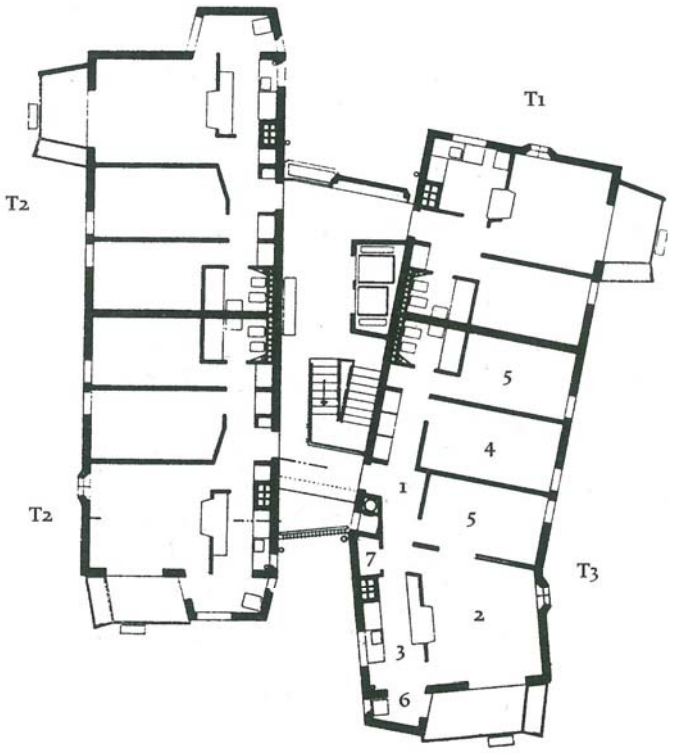


FIG 48. Habitações em Torre em Olivais-Norte, Lisboa, Nuno Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas e Nuno Portas - *A Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria*, Nuno Portas, JA204

FIG 49. Complexo Habitacional em Olivais-Sul, Lisboa, Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas, 1962 - *A Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria*, Nuno Portas, JA204

significância, Nuno Grande cita projetos como o de Olivais-Norte (1959), Olivais-Sul (1961) e Chelas (1966), "*decisivos para a introdução, entre nós, das premissas do planeamento funcionalista e, simultaneamente, da necessidade da sua própria revisão metodológica.*"[44] XXX

44. Ibidém, p.41

Madalena Cunha e Matos faz depois uma contextualização mais pormenorizada em *Para o Maior Número: sobre a Federação de caixas de Previdência* (JA204), onde aponta as Câmaras Municipais de Lisboa e Porto como os principais locais de construção de habitação moderna em Portugal, a par com o "*principal promotor de habitação social desse período, a Federação de Caixas de Previdência*"[45]. XXXI

45. MATOS, Madalena Cunha – *Para o Maior Número: sobre a Federação de caixas de Previdência.* JA. Nº204 (2002), p. 32

Estes momentos ganham depois desenvolvimento particular com escala de análise aumentada. Nuno Portas, autor de A *Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria* (JA204), fala na primeira pessoa da sua experiências nos bairros dos Olivais, "*um curioso catálogo de tendências que reflectiam respectivamente as preocupações da geração que se revelava nos primeiros anos 50 [...] e as dos discípulos/colaboradores nascidos nos anos 30/40.*"[46] Em Olivais-Norte, prevalece a regra dos blocos paralelos alternados com torres - "*unidade imposta à diversidade*"[47] -, e em Olivais-Sul, dois anos mais tarde, o oposto, com um desenho 'celular' e onde a individualidade da obra de autor encontra lugar – "*a diversidade impondo-se à unidade*".[48] Numa fase posterior, Nuno Portas fala da sua experiência na equipa NTP para o desenho de tipologias em Olivais-Norte, onde há uma preocupação de inserção em construções de baixo custo de estruturas de apoio a algumas atividades domésticas comuns e também um especial cuidado com questões de durabilidade e eficiência. Preocupações deste cariz aparecem depois no desenho de estruturas de espaço comum em Olivais-Sul, seja ao nível privado ou público, com "*a praça, a rua, o pátio como espaços positivos (menos residuais)*"[49] em relação direta com as divisões de maior vivência social viradas para esses espaços, contrariando o "*mainstream racionalista*".[50] XXXII

46. PORTAS, Nuno – *A Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria.* JA. Nº204 (2002), p. 48

47. Ibidém, p.49

48. Ibidém, p.49

49. Ibidém, p.51

50. Ibidém, p.51

Também Ana Tostões, desta feita concentrando-se no bairro de Alvalade, tema muito debatido no I Congresso Nacional de Arquitectura em 1948, escreve *Alvalade, uma Experiência Pioneira de Habitação*

FIG 50. Conjunto Habitacional em Alvalade, Lisboa, Filipe Figueiredo e José Segurado, 1950-1953 - *Alvalade, Uma Experiência Pioneira de Habitação Colectiva. Quando a Habitação é Capaz de Fazer Cidade*, Ana Tostões, JA204

Colectiva, quando a Habitação é capaz de fazer Cidade (JA204), onde descreve o processo como uma tomada de consciência do "*papel eminentemente social*"[51] da arquitetura, onde inclusive se cita Le Corbusier. Alvalade é descrito como fruto desta discussão, onde habitações para vários estratos sociais convivem com uma série ampla de equipamentos coletivos. A 'diversidade' parece ser a palavra de ordem: por um lado os jovens arquitetos chamados para "*projectarem de um modo actualizado, experimental e inovador*"[52]; por outro, uma "*grande diversidade de tipologias.*"[53]

XXXIII

Confirma-se assim, com alguns destes exemplos que representam uma extensa realidade, pelas palavras de Carlos Duarte, que "*a história do urbanismo e da Habitação Social em Portugal é exemplar.*"[54] Houve uma atitude generalizada, por parte do poder e dos técnicos envolvidos, que deixou construído um património cultural (além do físico) para o futuro. Para o autor de *Memória de Olivais-Sul* (JA204), resta hoje muito pouco deste momento de glória, em parte condenado por um "*eterno começar do zero*"[55], que causa a "*fraca qualidade da produção corrente no campo da habitação social e não só.*"[56] Carlos Duarte aponta caminhos para uma política de habitação eficiente, como sejam a disponibilização fácil de conteúdos produzidos com altíssima qualidade ao longo da história ou a inclusão no programa curricular das escolas de ferramentas associadas à investigação destes programas. No entanto, face à baixa "*exigência da parte dos promotores, do Estado e das Autarquias*" [57], monta-se um 'ciclo vicioso' que promove a desqualificação.

XXXIV

Ana Vaz Milheiro continua no número seguinte esta crítica à pobreza da herança do moderno escrevendo *Porque as Nossas Casas não São Modernas* (JA205). No artigo, afirma que "*o único traço programático 'moderno' que prevalece na produção actual de habitação colectiva é o ideal materializado pela 'cozinha equipada'*"[58] e que hoje, o espaço de habitação ideal se prende com o aparecimento cada vez mais alargado dos 'condomínios de luxo', que "*obedecem a uma privatização do espaço colectivo ao invés da partilha das áreas comuns com a cidade*".[59] Também o próprio interior dos fogos foi afetado por uma evolução do mercado imobiliário, tendo as áreas das divisões diminuído, uma

51. LOSA, Arménio cit. por TOSTÕES, Ana – *Alvalade, uma Experiência Pioneira de Habitação Colectiva. Quando a Habitação É Capaz de Fazer Cidade.* JA. Nº204 (2002), p.42

52. TOSTÕES, Ana – *Alvalade, uma Experiência Pioneira de Habitação Colectiva. Quando a Habitação É Capaz de Fazer Cidade.* JA. Nº204 (2002), p.43

53. Ibidém, p.43

54. DUARTE, Carlos S. – *Memória de Olivais-Sul.* JA. Nº204 (2002), p. 58

55. Ibidém, p.58

56. Ibidém, p.58

57. Ibidém, p.58

58. MILHEIRO, Ana Vaz – *Porque as Nossas Casas não São Modernas.* JA. Nº205 (2002), p. 22

59. Ibidém, p.22

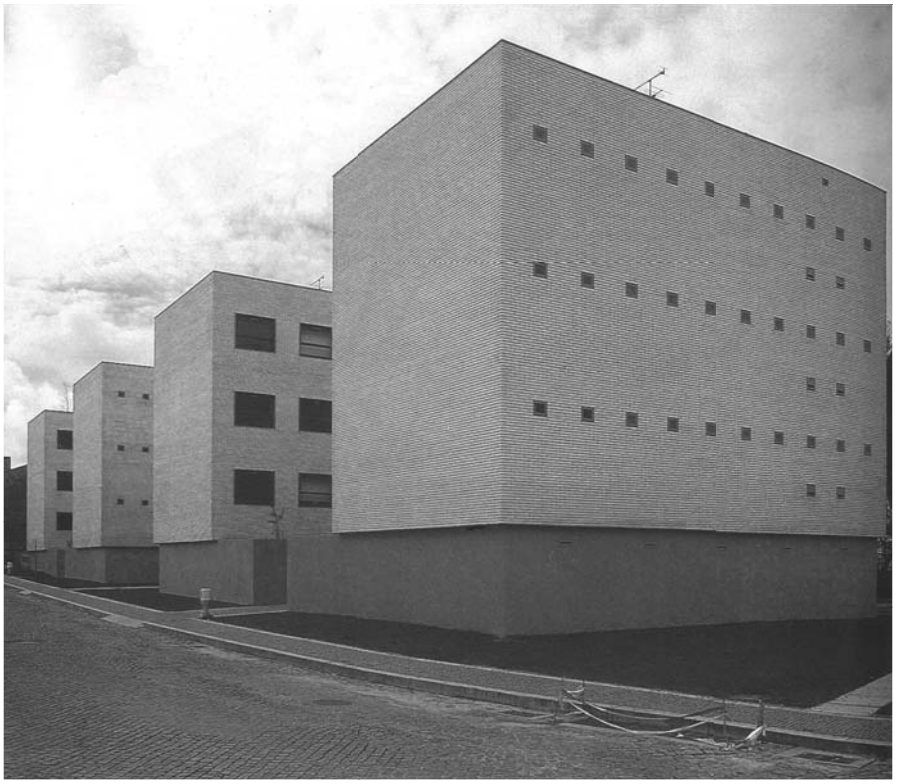


FIG 51. Conjunto Habitacional de Vila Nova da Telha I, Maia, João Álvaro Rocha, 1996-2000 - JA205

FIG 52. Edifícios Residenciais em Telheiras, Lisboa, Promontório Arquitectos, 1994-1997 - JA205

vez que aquilo que se vende são as assoalhadas e não a área útil. Na verdade, e usando a conclusão de Ana Vaz Milheiro, *"muito do que levaria à pronta 'excomunhão' do arquitecto moderno é agora algo tolerado e construído."*[60]

60. Ibidém, p.24

XXXV

Esgotada esta análise teórica dos conteúdo de *A Questão do Alojamento I e II*, sobram os projetos que, na sua maioria, são precisamente ilustrações dos conceitos apresentados. De salientar será apenas a publicação de dois exemplos contemporâneos à edição dos números: primeiro os Edifícios Residenciais em Telheiras (1994-1997) dos Promontório Arquitectos, que se destacam pela aposta na qualidade espacial que usa como referência alguns dos bons exemplos produzidos na modernidade, *"exemplo do esforço que alguns arquitectos têm vindo a desenvolver no sentido de ampliar o grau de exigência do próprio público consumidor"*[61]; depois as várias intervenções de João Álvaro Rocha na Maia (1996), que, ensaiando um modelo inovador em Portugal, usa uma tipologia fixa e se adapta, com pequenas variações, a vários contextos, permitindo assim uma atenção especial ao pormenor que Graça Dias chega a considerar *"um 'luxo' que não encontramos na oferta comercial, nem para as classes médias-altas quanto mais para este tipo de programa (Programa Especial de Realojamento – PER)."*[62]

61. Milheiro, Ana Vaz [DIAS, Manuel Graça; GONÇALVES, Clara Germana] - *O Habitar Colectivo 2* . JA. Nº205 (2002), p.65

62. DIAS, Manuel Graça [GONÇALVES, Clara Germana; MILHEIRO, Ana Vaz] - *O Habitar Colectivo 2* . JA. Nº205 (2002), p.65

XXXVI

Ultrapassado este momento de absoluta consolidação temática, surgem depois momentos pontuais de abordagem mais ligeira. Primeiro em *Morada* (JA224), onde os temas da habitação se misturam, mas se publica uma conversa de José Adrião e Ricardo Carvalho com Álvaro Siza. Siza fala com relativa ligeireza (como, aliás, lhe é tão próprio noutras momentos deste *J.A.*) da sua experiência com habitação social, comparando o processo por que passou no SAAL com o simples processo de negociação de uma casa com o cliente e a sua família. Para Siza, o processo de diálogo, hoje em crise, atrasa a evolução da arquitetura, arrastando consigo *"a despromoção no mercado imobiliário da qualidade, da intimidade e da tranquilidade"*[63]. Incluindo depois no seu discurso intervenções como a da Malagueira que se opõe, por exemplo, à dos Terraços de Bragança, em Lisboa, a preocupação com a qualidade é sempre uma constante, mesmo em condições de grande escassez material.

63. SIZA, Álvaro; ADRIÃO, José (entrevistador); CARVALHO, Ricardo (entrevistador) - *Conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho.* JA. Nº224 (2006) p.62

XXXVII

FIG 53. Terraços de Bragança, Lisboa, Àlvaro Siza, 1992/2004 - *Álvaro Siza Conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho,* JA.224

FIG 54. Conjunto Habitacional da Bouça, SAAL, Álvaro Siza, 1975/1978 (1ª fase) 2000/2006 (2ª fase), JA.232

O tema do SAAL, "*um programa estatal para o realojamento de populações de baixos rendimentos, lançado logo após o 25 de Abril por Nuno Portas, então secretário de estado da habitação*"[64], com especial incidência nas transformações que implementou na cidade do Porto, é aliás um dos mais constantes na revista sob o signo da habitação coletiva. Presente em 5 números do *J.A.*, aparece em primeiro lugar com a publicação do 'manifesto' original de 1976, assinado por Álvaro Siza. *Linha de Acção dos Técnicos enquanto Técnicos* (JA204), fala no plural, em nome da 'Brigada', trazendo para o *J.A.* ideias que temporalmente mantêm a sua validade. Declarando uma posição de "crítica permanente"[65], "*a Brigada não acredita – nem admite – que a urgência dos problemas possa constituir um limite à qualidade ou à poesia.*"[66]

64. COSTA, Alexandre Alves - *As Operações SAAL*. JA 236 (2009), p. 10

65. SIZA, Álvaro - *Linha de Acção dos Técnicos enquanto Técnicos*. JA 204 (2002), p. 17

66. Ibidém, p.17

XXXVIII

Há depois também um momento ilustrativo desta temática recorrente com a publicação, em 2008, do projeto para o Conjunto Habitacional da Bouça, no Porto, cuja segunda fase havia terminado em 2006. O texto que acompanha esta publicação, mais uma vez assinado por Álvaro Siza, demonstra não só transformações necessárias feitas ao projeto para acompanhar novas necessidades dos habitantes mas também para respeitar novos regulamentos, inexistentes na fase inicial da obra. Uma vez concluída esta segunda fase, "*a reacção do mercado mostrou que o tipo de habitação não só não correspondia por inteiro às tendências actuais na procura de habitação económica [...] como, por outro lado, eram atractivas para outros sectores da população: [...] protagonistas da mobilidade característica da cidade contemporânea.*"[67]

67. SIZA, Álvaro - *SAAL – Conjunto Habitacional da Bouça, Porto*. JA. Nº232 (2008), p.86 (Selecção Projectos)

XXXIX

Já em 2009, duas participações motivadas pelo documentário de João Dias, *As Operações SAAL*, descrito como um "*retrato de um povo esperançado na construção de uma vida melhor que se sentiu actor central de um projecto para uma sociedade nova, igualitária, democrática e participada*"[68]. Além da participação de Filomena Silvano, autora de *Porque riram as pessoas? Cultura material e diferenciação social,* Alexandre Alves Costa assina *As Operações SAAL* (JA236), onde, falando da sua experiência, conclui dizendo que "*é como se tivesse saudades do futuro que perdemos*"[69], já que a iniciativa não teve, como deveria, repetição igualável.

68. COSTA, Alexandre Alves - *As Operações SAAL*. JA 236 (2009), p. 10

69. Ibidém, p.10

XL

FIG 55. Conjunto de Habitação Municipal Rainha D. Leonor, Porto, Inês Lobo, 2005/... [Edifícios antes da Intervenção], JA236

FIG 56. Conjunto de Habitação Municipal Rainha D. Leonor, Porto, Inês Lobo, 2005/... [Edifícios depois da Intervenção], JA236

FIG 57. Conjunto de Habitação Municipal Rainha D. Leonor, Porto, Inês Lobo, 2005/... [Edifícios depois da Intervenção], JA236

Pode considerar-se que começa aqui um ciclo do *J.A.* em que o tema da habitação é apenas retratado neste molde social. É decisiva a participação de *Ser Pobre* (JA236), onde com grande evidência Miguel Graça publica *A pobreza é uma questão endémica da habitação*. Como o próprio título reitera, o autor assume a pobreza numa relação causa-efeito com a arquitetura, citando por isso alguns movimentos em curso para o combate de desalojamentos e demolições, processos esses que põem em risco o "*sentido de comunidade*"[70], num país já com "*um grande défice de participação.*"[71] Para o autor, um momento como o SAAL foi "*uma experiência única e muito à frente do seu tempo em Portugal e até na Europa, mas que actualmente se utiliza pouco, apesar de felizmente estar já estudada, documentada e divulgada*"[72], e, por isso mesmo, a aposta contemporânea deve passar por aquilo que chama '*acupunctura urbana*', processos localizados, de menor escala e maior eficácia, que lidem abertamente com os problemas instalados, preocupando-se também com a sustentabilidade do já existente sistema de habitação, em muitos casos devoluto. Como diz, "*preferimos falar de uma 'política social de habitação' e não de uma 'política de habitação social*"[73], de preferência baseada numa estrutura legislativa que apoie o processo, como existe em tantos outros países da Europa.

70. GRAÇA, Miguel; MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto); NUNES, Jorge (recolha e fixação de texto) - *A pobreza é uma questão endémica da habitação*. JA. Nº236 (2009) p. 34

71. Ibidém, p.36

72. Ibidém, p.38

73. Ibidém, p.38

XLI

Ainda neste número, a publicação de projetos, feita com apresentação de Nuno Grande em *Poetizar a Pobreza*, "*procurando perceber até que ponto estes encaram muitas das metodologias e dos resultados descritos anteriormente*"[74], menciona três exemplos portuenses que mostram precisamente as possibilidades de uma reabilitação pontual: Inês Lobo com a sua Intervenção no Conjunto de Habitação Municipal Rainha D. Leonor, a intervenção no Bairro de Pio XII do coletivo Domus Social, e Menos é Mais no Bairro do Contumil, "*melhoram condições de isolamento térmico, de fenestração e de ventilação dos edifícios, complementando a aposta no desenho de arruamentos, pracetas, muros e entradas nos diferentes lotes, cuja requalificação sistematizada permite vincar e clarificar o próprio plano de conjunto.*"[75]

74. GRANDE, Nuno - *Poetizar a Pobreza*. JA. Nº236 (2009), p.43

75. Ibidém, p.43

XLII

Ao encontro deste tipo de abordagem de 'reciclagem' vão artigos como os que se publicam em *Ser Português* (JA237): *Tipologia e Luta*

Nos bons anos de 1960, de Portas, foram as *Funções e exigências de áreas da habitação*, com ideias muito ligadas à sociologia francesa. É engraçado ver as pessoas que por aqui passaram nos últimos 40 anos: Alexandre Alves Costa foi uma delas, ou Francisco Silva Dias, que trabalhou na área da habitação evolutiva.
Aliás, o tema da habitação evolutiva é uma "coisa louca", no bom sentido do termo. Há sempre um retomar das coisas: Silva Dias trabalhou em habitação evolutiva, para Portugal, com Nuno Portas. Quando entrei para o LNEC, há 27 ou 28 anos, trabalhei com Reis Cabrita em habitação evolutiva; na altura havia um concurso promovido pelo INH e era preciso fazer um enquadramento teórico-prático para fornecer aos concorrentes. Ao mesmo tempo, trabalhámos também em habitação evolutiva, mas para Cabo Verde, quando as coisas começaram a mexer com alguma consistência, depois do 25 de Abril, com o apoio de uma equipa muito ampla, com Vítor Campos.
Em relação ao trabalho *Funções e exigências*, de Nuno Portas, de 1969, é muito engraçado ver que as primeiras reflexões remontam aí por bandas de 1964, 1965, sobre análise e organização de fogos, ainda antes de existir o Núcleo de Arquitectura. Se olharmos para trás, inclusivamente, a questão das habitações económicas, que esteve na origem de alguns núcleos aqui do Departamento, estabeleceu relações muito fortes com a economia e com a produtividade. Depois – posso estar a esquecer-me de alguma coisa importante –, houve, na época de Reis Cabrita, um grande desenvolvimento da área da relação com o projecto de comunicação à obra; de algum modo, o deslocar destes estudos mais para a área do projecto e do apoio ao projecto – e aí já não dizia só respeito à habitação.
Reis Cabrita fez entretanto um enquadramento da qualidade de habitação, chamado *O Homem e a casa* [1995], no qual há uma reflexão exaustiva ligada aos aspectos sociais, ao urbanismo, à arquitectura, de certa forma levando muito a fundo as preocupações que Nuno Portas já tinha sentido; um repensar e um reescrever sobre esses temas. E é um trabalho importante porquê? Porque na altura começa a ter alguma força o Núcleo de Ecologia Social, do Laboratório, iniciado por Luís Soczka, e foi da relação entre os Núcleos de Arquitectura e o de Ecologia que saíram alguns estudos que começaram a enquadrar o modo como os imigrantes usam o espaço urbano, a casa, etc.; houve mesmo um estudo específico, bastante grande, por parte do Núcleo de Ecologia Social sobre minorias, *Habitat e minorias*.

Há muitas minorias; quais as que foram consideradas?
Muçulmanos? Naturais da Guiné ou Moçambique?
Não participei nesse estudo mas, provavelmente, terão sido a etnia cigana, os cabo-verdianos, os angolanos...

funny to think of the people who have passed through here in the last 40 years: Alexandre Alves Costa was one of them, and so was Francisco Silva Dias, who worked in the area of evolutive housing.
The subject of evolutive housing is "crazy", crazy in a good way. We are always returning to certain things: Silva Dias worked with Nuno Portas on evolutive housing for Portugal. When I joined the LNEC 27 or 28 years ago, I worked with Reis Cabrita on evolutive housing. At the time the INH was organising a competition and a theoretical/practical framework had to be provided to the participants. At the same time, we were also working on evolutive housing for Cape Verde, when things began to pick up again after the 25th April Revolution, with the support of a very wide-ranging team, and with Vítor Campos.
As far as Nuno Portas' *Functions and Requirements* work in 1969 is concerned, it is funny to think that the first thoughts on the matter, on analysis and organisation of dwellings, date back to 1964/1965, before the Architecture Nucleus came into existence. If we look back, the question of affordable housing, which was at the origin of some of the nuclei here in the department, established very close relationships with areas of economics and productivity. Later – I may be leaving out something important – in Reis Cabrita's time, there was major development in the area of the relationship between the communication project and the work. Somehow, the shift in studies towards the area of design and support for design – that's where it no longer became only about housing.
Reis Cabrita later produced a contextualisation of the quality of housing called *O Homem e a Casa* [*The Man and the House*], which contains exhaustive reflection on social aspects, urbanism, architecture. In a way he was taking the concerns that Nuno Portas had already felt to a new level; a level of rethinking and rewriting on the questions. And why is that important work? Because, at the time, the Social Ecology Nucleus at the Laboratory, set up by Luís Soczka, was beginning to gain in importance and it was the relationship between the Architecture and Ecology nuclei that led to a number of studies looking into the question of how immigrants used the urban space, the house, etc. There was one quite comprehensive specific study by the Social Ecology Nucleus on minorities – *Habitat and Minorities*.

There are many minorities; which ones did the study cover?
Muslims? People from Guinea or Mozambique?
I wasn't involved in that study but it was most likely about ethnic gypsies, Cape Verdeans, Angolans...

Did it take minorities from Eastern Europe into account?
No, no. At the time there were very few of them and there were very few Brazilians living here.
But, to complete this "chapter" about studies, there was also another study which was my doctoral thesis, on "habitation: trends and architectural qualities" [*Quality in Residential Architecture*, 2000], which looked into a number of matters, including *appropriation*. A thesis like this, when it is well done, always throws up a lot of new questions, which is the basically the most important thing about a study. Later the work was reduced to a number of issues that, in our opinion, allowed us to advance to what we called "retrospective housing analyses". What's that? You might well ask. We are

FIG 58. página 37 de *Ao Inserir Minorias Fazemos Cidade*, Entrevista de Manuel Graça Dias a António Baptista Coelho, JA238

de Classes: a Propósito da Demolição das Torres do Aleixo no Porto, de Alexandre Alves Costa, e *A Propóstito da Eventual Demolição do Bairro Social do Fai Chi Kei, em Macau*, de Pedro Ravara, ambos preocupados com a preferência generalizada por uma política urbana de 'recomeço' ao invés da 'reutilização' ou do 'repensar'. XLIII

Por fim *Ser Imigrante* (JA238) traz um contributo de António Baptista Coelho: *Ao Inserir as Minorias Fazemos Cidade*, entrevista de Manuel Graça Dias, é um artigo que descreve exaustivamente muita da investigação feita em Portugal, designadamente no âmbito do Grupo Habitar, uma associação com sede no LNEC, onde o próprio Núcleo de Arquitectura e Urbanismo já tinha um contributo bastante relevante. Citando trabalhos como o de Nuno Portas, *Funções e exigências de áreas da habitação* (1969), muito ligado à analise e organização de fogos, ou o de Reis Cabrita, *O Homem e a Casa* (1995), "*no qual há uma reflexão exaustiva ligada aos aspectos sociais, ao urbanismo, à arquitectura, de certa forma levando muito a fundo as preocupações que Nuno Portas já tinha sentido*"[76], culminando no seu próprio trabalho, *Qualidade Arquitetónica Residencial* (2000), sobre rumos e qualidades arquitetónicas da habitação. No fundo, aquilo que acrescenta de realmente relevante é o facto de expor caminhos de investigação nem sempre conhecidos pela maioria, sublinhado que essa análise deve ser feita em busca do sentido de qualidade da obra: "*devemos estar abertos à forma como as pessoas irão usar as casas. Fazemos as casas para as pessoas.*"[77] XLIV

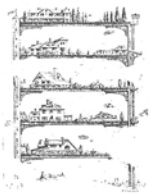
76. COELHO, António Baptista; DIAS, Manuel Graça (entrevistador) – *Ao Inserir as Minorias Fazemos Cidade*. JA. Nº238 (2010), p.37

77. Ibidém, p.48

De um modo geral, é importante reter dois aspetos: o aspeto formativo que existe na herança moderna ou em qualquer outra que reflita qualidade vivencial do espaço coletivo, seja no seu domínio interior ou no público; por outro lado, adotar estratégias capazes de pensar a cidade como um organismo mutável, que evolui por consequência das comunidades que nela se instalam, e que, por isso, deve incutir na intervenção um carácter social e de diálogo. Do *J.A.* espera-se, neste caso particular, um contributo contemporâneo mais ativo, que ultrapasse a publicação informativa de bons projetos e os torne matéria de reflexão operativa, na esperança de que o mercado imobiliário se eduque, abra espaço para novas reflexões e novos modelos. XLV

Cartografias da Domesticidade

Gonçalo Furtado e Inês Moreira



Utopia doméstica unifamiliar, 1901.

0. O Doméstico como Barómetro da Contemporaneidade

A sociedade contemporânea é atravessada por uma transformação cultural e tecnológica que a pode adjectivar como global, pós-industrial e digital. Nesta mutação, em que se diluem as fronteiras entre local-global, privado-público, material-digital e orgânico-tecnológico, suscitam-se reflexões sobre o seu impacto na arquitectura.

Essas reflexões podem resultar na proposta de modelos totalitários ou, pelo contrário, podem procurar revelar a essência do todo mediante a interpretação de um fragmento significativo. O presente artigo encaixa na segunda hipótese, concentrando-se sobre a habitação.

Tomar o sector doméstico como barómetro da contemporaneidade advém de vários motivos: por ser na história a unidade maioritária do todo urbano, e assim absorver maioritariamente a encomenda arquitetónica; por ser um ambiente para o qual existe um contacto permanentemente mas, sobretudo, porque na Era Pós-Industrial o doméstico será o centro de profundas transformações e deterá enorme protagonismo social.

1. Entre a Privacidade Local e a Telepresença Global do Público

Tome-se, como ponto de partida, o doméstico como manifestação das tensões privado-público e local-global decorrentes da mutação tecno-cultural contemporânea.

A história do pensamento e da teoria da arquitectura esteve, até há não muito tempo, marcada maioritariamente por abordagens centradas na *polis* em prejuízo da *domus*.

Quando Aristóteles, pensando na melhor forma de governo do Estado se refere à *polis*, atribui-lhe uma posição superior relativamente ao *oikós* (*do grego casa*) e ao indivíduo, porque a casa está determinada pelo que a *polis* for e o indivíduo é *per si* ser político e cidadão da *polis*. As casas seriam, então, microcosmos governativos sempre a montante da *polis*.

A ideia de casa que hoje partilhamos pressupõe a ideia de habitar e, por isso, também a ideia de um ocupante que a toma como lar. A casa é um lugar onde se passa parte significativa da vida, onde se busca protecção física e descanso psíquico e onde o cidadão se reconhece longe das máscaras dos papéis sociais. Por isso, continuamos a associá-la às ideias de privacidade, intimidade (e geralmente de família), embora habitemos uma *sobremodernidade* onde esses conceitos se debilitam. De resto, do ponto de vista histórico, essa associação nem sempre se verificou.[1]

No medievo, e incluso no período seguinte, a casa nem sempre era propriedade de uma única pessoa. Acolhia uma multiplicidade de funções e mantinha uma profunda relação com a *polis*, frequentemente assumindo-se como unidade produtiva ao abrir o piso térreo ao comércio ou a práticas oficinais. No seu interior nem todas as divisões tinham uma função especializada. Por vezes o *quarto grande* era usado continuamente ao longo do dia,

1. Witold Rybczynski. *La Casa. Historia de una Idea*. Madrid: Nerea, 1986.

FIG 59. página 96 de *Cartografias da Domesticidade*, Gonçalo Furtado e Inês Moreira, JA203

HABITAR: NOVOS MODOS DE OCUPAÇÃO

"A casa é um lugar onde se passa parte significativa da vida, onde se busca proteção física e descanso psíquico e onde o cidadão se reconhece longe das máscaras dos papéis sociais. Por isso, continuamos a associá-la às ideias de privacidade, intimidade (e geralmente de família), embora habitemos uma sobremodernidade onde esses conceitos se debilitam."[78]

78. FURTADO, Gonçalo e MOREIRA, Inês – *Cartografias da Domesticidade.* JA. 203 (2001), p.96

XLVI

Concluída a análise dos conteúdos que dizem respeito aos dois modos de habitar mais frequentes, a habitação unifamiliar e a habitação coletiva, e assumindo como foi sendo visível um vazio de reflexão sobre a contemporaneidade da discussão nessas que são as expressões mais comuns da morada, torna-se necessário mencionar contributos pontuais que incluam na discussão novas premissas de alteração do modelo já existente, ou que, em casos mais radicais, criem novos modelos.

XLVII

Em 2006, dentro do espetro de artigos de *Morada* (JA224), Álvaro Domingues enumera alguns temas comuns à discussão recente: *"a influência das tecnologias da informação na organização das vivências e do espaço doméstico"*; *"a habitação mínima"*, seja para famílias com poucos recursos ou para um modelo crescente de pessoas que vivem sozinhas; os espaços partilhados por vários indivíduos, à semelhança do modelo aplicado a estudantes, mas com *"ritmos e estilos de vida diferentes"*; o regresso a casa de atividades que unem trabalho e família, como *"o studio-residence, a office-house, o loft e a adaptação para habitação de antigos espaços não residenciais"*; *"a adaptação a um certo nomadismo"* cada vez mais frequente que se apoia em estruturas como o aparthotel ou, até, em casos mais extremos, ao próprio automóvel, e ao *"habitáculo que o veículo transporta"*; e, por fim, *"a casa ecológica"*[79], fruto de uma preocupação ambiental que cria já modos sustentáveis de habitar.

79. conceitos apresentados em DOMINGUES, Álvaro – *De que é que se fala quando se fala de casas?.* JA. Nº224 (2006), p.48-49

XLVIII

Temporalmente, o primeiro a tocar assuntos desta índole será Diogo Seixas Lopes quando, em 2000, escreve para *As Praias de Portugal I* (JA196) o artigo que intitula de *Parques de Campismo: Arquitectura Móvel*. Afirmar que *"montar uma tenda é, talvez, o mais democratizado acto arquitetónico"*[80], pode parecer, à primeira vista, uma subversão

80. LOPES, Diogo Seixas – *Parques de Campismo: Arquitectura Móvel.* JA 196 (2000), p. 57

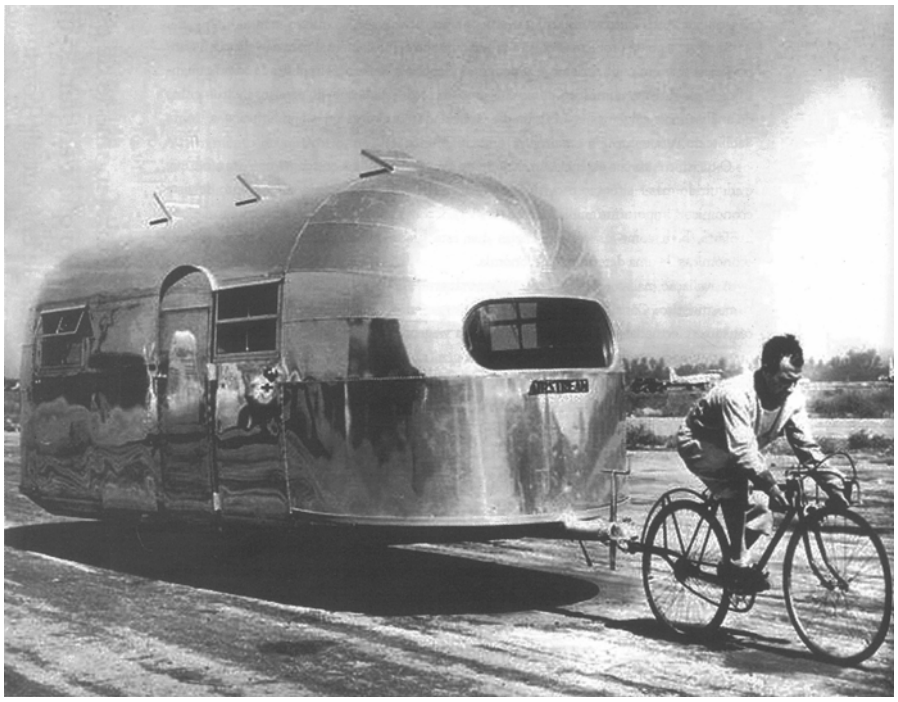


FIG 60. "Clipper", Airstream Trailer Co., 1936 - *Parques de Campismo: Arquitectura Móvel*, Diogo Seixas Lopes,

daquilo que é a arquitetura e da sua perenidade, embora o autor defenda que "*a arquitectura pode ser coisa lúdica e 'em trânsito', capaz de acompanhar os tempos nómadas que vivemos.*"[81] Esta subversão torna-se então necessária para o repensar da adequação de modelos já pré-definidos a vivências que se alteraram profundamente. A tenda torna-se capaz de desenhar cidades inteiras, embora sazonais, garantindo inclusive regras de vivência em comunidade estabelecidas por parques de campismo. A roulotte, "*uma unidade de habitação pré-definida*"[82], que Seixas Lopes estuda mais profundamente no artigo, gera ainda a possibilidade de migração, garantindo um nível de conforto uniforme. Estes apontamentos quase irreais ganham sustento quando o autor se refere à *plug-in city* dos Archigram ou a métodos de pré-fabricação sonhados por Buckminster Fuller e usados por Toyo Ito ou Coop Himmelblau.

81. Ibidém, p.58

82. Ibidém, p.58

XLIX

Segue-se a este contributo, já em 2001, *Cartografias da Domesticidade* (JA203). Gonçalo Furtado e Inês Moreira, autores, falam de uma sociedade "*global, pós-industrial e digital*"[83], em função da qual nascem questões que refletem sobre o seu impacto no panorama arquitetónico contemporâneo. Face a esta transformação, que desconsidera as comuns "*abordagens centradas na polis em prejuízo da domus*"[84] e reinterpreta relações público/privado e local/global, o contributo real do artigo para o estabelecimento de novas formas de habitar prende-se com a emergência das novas tecnologias que configuram um "*novo conceito de espaço de interacção e comunicação humana caracterizado pela imaterialidade físicos e virtuais*"[85], destacando a habitação como "*o local por excelência da tele-actividade, associando às suas características de comodidade, privacidade e intimidade, a possibilidade de alternar lazer e trabalho*".[86] Alguns apontamentos sugerem benefícios provenientes desta nova centralidade individual do habitáculo, que "*permitirá priviligiar as relações sociais primárias numa vigorosa vida comunitária local.*"[87]

83. FURTADO, Gonçalo e MOREIRA, Inês - *Cartografias da Domesticidade*. JA 203 (2001), p.96

84. Ibidém, p.96

85. Ibidém, p.97

86. Ibidém, p.98

87. Ibidém, p.98

L

Ainda dentro desta reflexão de Gonçalo Furtado e Inês Moreira, a casa parece recuperar o seu estatuto de 'máquina', ultrapassando a sua condição moderna, e materializando-se num modelo de auto-gestão com a emergência da "*habitação multimédia inteligente*".[88]

88. Ibidém, p.100

LI

FIG 61. Case Study House #22, PierreKoening, Los Angeles, 1959/60 - *A Nossa Casa, 44, piso 12, ap.136: Dois Pontos para Outras Formas de Habitar*, Rui Ramos, JA205

Rui Ramos dá continuidade à discussão em 2002 com *A Nossa Casa, 44, Piso 12, Ap.136: Dois Pontos para Outras Formas de Habitar* (JA205), onde define o exercício académico do projeto como um componente fundamental da investigação feita em torno das *"possibilidades actuais de inovação em edifícios de habitação colectiva."*[89] Para isso, o autor acredita que a exploração de novos modos de habitar passa não por uma ligação à sociologia ou à antropologia (como aconteceu na segunda metade do século XX), mas sim na informação do desenho, no cruzamento de várias áreas disciplinares. Identificando dois problemas principais na forma como moramos hoje (*"o primeiro trata a sua relação com o exterior, isto é, com o espaço não edificado e com a cidade; o segundo refere-se à alteração da organização interna do seu programa"*[90]), propõe uma diferente ligação do espaço interior com o exterior, mesmo quando esta não é feita ao nível da rua, mas sim *"transportando para um edifício em altura a nossa ideia de casa individual"*[91], potenciando uma relação casa-solo. Rejeitando os estereótipos que subjugam hoje a construção da habitação (os comuns T2 e T3), ideias que herdam princípios corbusianos do jardim no apartamento ou referências a novos modelos emergentes como a *Studio's House*, justificam que *"os modelos convencionais de habitação colectiva tendem para o seu esgotamento, configurando a necessidade de questionar e explorar diferentes alternativas de habitação, na tentativa de responder melhor aos actuais 'estilos de vida'."*[92] LII

89. RAMOS, Rui - *A Nossa Casa, 44, piso 12, ap. 136: Dois Pontos para Outras Formas de Habitar.* JA n°205 (2002), p. 28

90. Ibidém, p.29

91. Ibidém, p.29

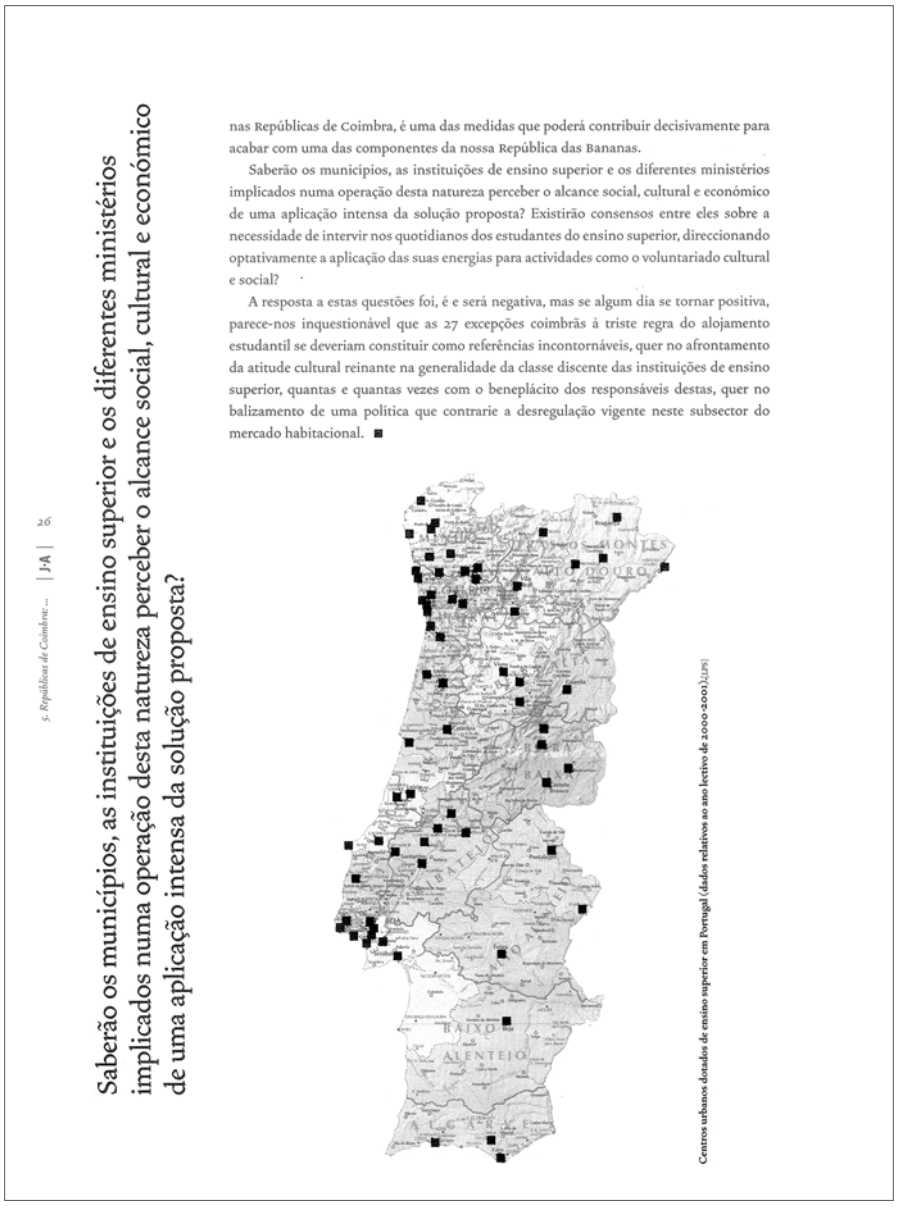
92. Ibidém, p.31

Mais á frente neste mesmo número *Flores de Plástico* (JA205), de José Capela, ilustra e fundamenta com exemplos algumas destas ideias quando cita Le Corbusier e Immeuble-Villas (1922), onde a *"possibilidade de recriar o suporte térreo a uma qualquer cota"*[93] é um dos mais importantes princípios, ou, mais à frente, Charles Correa e a sua torre em Bombaim, um projeto em altura que assume um carácter topográfico, onde *"cada habitação usufrui de um terraço jardim de pé-direito duplo onde, neste caso, se prevê a plantação de árvores de pequeno porte".*[94] LIII

93. CAPELA, José - *Flores de Plástico* . JA. N°205 (2002), p.53

94. Ibidém, p.53

Recuando um pouco, Luís Paulo Sousa e Gonçalo Seiça Neves são exclusivos no que toca a abordar o problema do alojamento estudantil. Primeiro *Repúblicas de Coimbra: o Alojamento Estudantil de que Portugal Precisa* (JA204), artigo que mostra de forma concreta como o atual



5. Repúblicas de Coimbra: ... | JA | 26

Saberão os municípios, as instituições de ensino superior e os diferentes ministérios implicados numa operação desta natureza perceber o alcance social, cultural e económico de uma aplicação intensa da solução proposta?

nas Repúblicas de Coimbra, é uma das medidas que poderá contribuir decisivamente para acabar com uma das componentes da nossa República das Bananas.

Saberão os municípios, as instituições de ensino superior e os diferentes ministérios implicados numa operação desta natureza perceber o alcance social, cultural e económico de uma aplicação intensa da solução proposta? Existirão consensos entre eles sobre a necessidade de intervir nos quotidianos dos estudantes do ensino superior, direccionando optativamente a aplicação das suas energias para actividades como o voluntariado cultural e social?

A resposta a estas questões foi, é e será negativa, mas se algum dia se tornar positiva, parece-nos inquestionável que as 27 excepções coimbrãs à triste regra do alojamento estudantil se deveriam constituir como referências incontornáveis, quer no afrontamento da atitude cultural reinante na generalidade da classe discente das instituições de ensino superior, quantas e quantas vezes com o beneplácito dos responsáveis destas, quer no balizamento de uma política que contrarie a desregulação vigente neste subsector do mercado habitacional. ■

Centros urbanos dotados de ensino superior em Portugal (dados relativos ao ano lectivo de 2000-2001). [LPS]

FIG 62. página 26 de *Repúblicas de Coimbra: o Alojamento Estudantil de que Portugal Precisa*, Luís Paulo Sousa, JA204

modo de funcionamento desta modalidade de alojamento é disfuncional economicamente e urge a "*implementação sustentada de uma política de intervenção pública neste sector*"[95]. O caso da República Coimbrã, que é depois explorado como objeto concreto em *A República do Prá-Kys-Tão* (JA204) de Gonçalo Seiça Neves, é exemplo de uma "*intersecção entre a vida familiar (...) e a vida associativa - porque há que tomar decisões e, portanto, existe uma esfera política permanentemente latente*".[96] Projetos como este programa surgem também publicado no *J.A.*, desde 2000, com as Residências Universitárias das Laranjeiras (1998/...) de a.s* (JA195), as Residências Universitárias em Coimbra (1996/1999) de Manuel Aires Mateus e Francisco Aires Mateus (JA200), as Residências de Estudantes R3 do Instituto Politécnico de Coimbra (1998/...) de Gonçalo Afonso Dias (JA204) e por fim a Residência Universitária II no Polo II da Universidade de Coimbra (1998-2003) por Carlos Martins e Elistário Miranda (JA224).

95. SOUSA, Luís Paulo - *Repúblicas de Coimbra: o Alojamento Estudantil de que Portugal Precisa*. JA. Nº204 (2002), p. 23

96. Ibidém, p.23-24

LIV

Esgotada a análise sobre a escassa produção teórica, são de facto alguns exemplo de projetos ilustrativos que nos alargam um pouco o panorama. Exemplo disso será a inclusão em *Ilegal* (JA226) de projetos de Oskar Leo Kaufmann e Albert Rü como as Casas A&B e a <cartonhouse> (esta com a colaboração de Johannes Norlander), "*uma resposta aos problemas de pobreza contemporâneos*"[97] onde uma pequena estrutura de cartão se torna acessível aos sem-abrigo, sendo paga integralmente por patrocinadores.

97. Projecto | Casas A&B e <cartonhouse>, JA. Nº226 (2007), p.98 (Selecção Projectos)

LV

Também em *Standard* (JA230), a maioria dos projetos representam o processo de ligação entre novas preocupações de sustentabilidade que podem 'desenhar' o espaço de habitar: Barbini e Silva Arquitectos, representado pelas suas Eco-Cabanas (2007), "*construídos com materiais reciclados, de grande eficiência energética e auto- sustentáveis, para albergar funções diversificadas*"[98]; os Alchemy Architects, autores das Casas-tipo Weehouse (2003) e Alexandre Teixeira da Silva + Miguel Ribeiro de Sousa com as Casas-tipo Modular System (2003-2007), onde se celebra a possibilidade de construção com base em princípios modulares; por fim, um projeto de autoria portuguesa e conteúdo internacional, a resposta a um concurso com objetivo de encontrar soluções para alojar

98. Projecto | Eco-Cabanas, JA. Nº230 (2008), p.78 (Selecção Projectos)

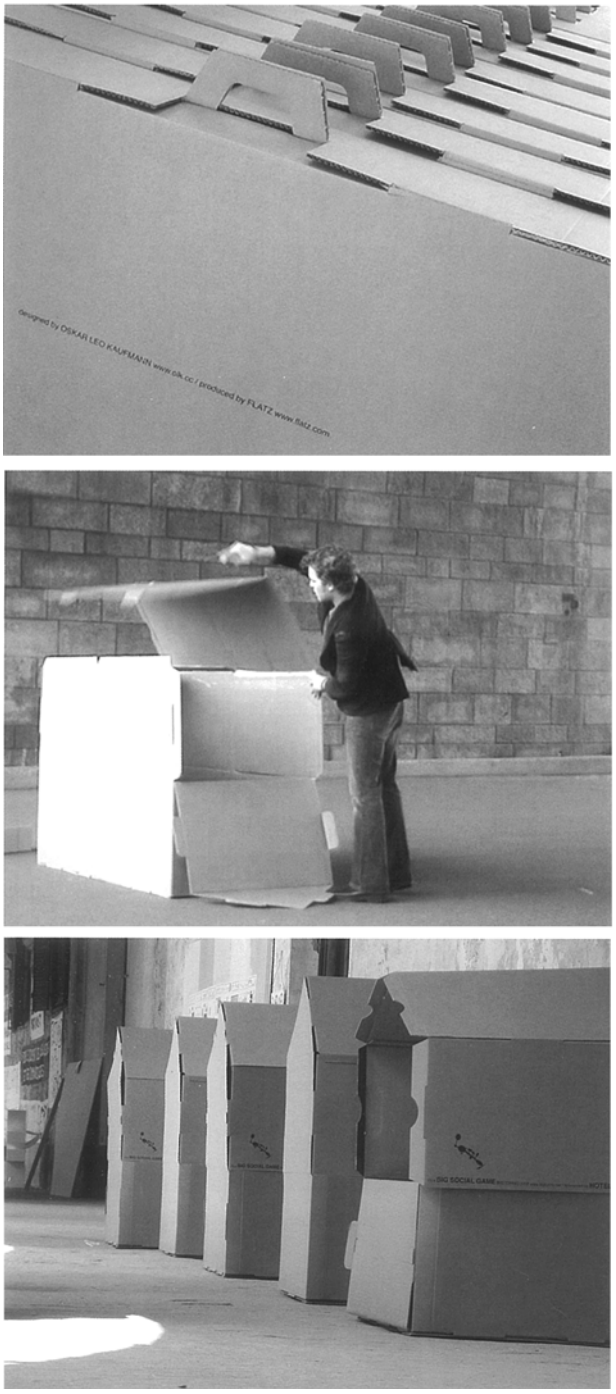


FIG 63-65. "cartonhouse", Turim, Itália, Oskar Leo Kaufmann e Albert Rüf, 2002, JA226

vítimas de catástrofes naturais, Habitações Provisórias de emergência em Nova Iorque (2007/2008), assinado por AJLS Arquitectos. LVI

Da última série do *J.A.*, que parece ficar fora deste debate, salienta-se apenas a publicação da Shelter Box (2007) dos JLS Arquitectos, um concurso para Marrocos onde desenvolvem um 'abrigo' e "*provam que é necessário regressar a uma certa experimentação para que não se desista da arquitectura quando se discute o valor contemporâneo da 'integração'.*"[99] LVII

99. MILHEIRO, Ana Vaz - *Arquitectura e Imigração.* JA. Nº238 (2010), p.51

Embora haja no *J.A.* exemplos dispersos de intervenções que buscam uma resposta para as novas necessidades contemporâneas no que toca ao espaço doméstico, os artigos concentrados no tema, além de se apresentarem em pequeno número, são temporalmente distantes, concentrando-se entre 2000 e 2002. A utilidade da arquitetura enquanto disciplina ativa na configuração do quotidiano do cidadão e principalmente no desenho do espaço que habita, precisa de encontrar novos caminhos válidos, eliminando nesse percurso a mediocridade com que se desenham, já de forma standard, a maioria dos exemplos contemporaneos de edifícios coletivos de habitação. Para isso pode também contribuir um mecanismo como o *J.A.*, pelo seu papel incontestávelmente formador e pela rara capacidade de associação teórica e prática que faz nos seus conteúdos. LVIII

© JOANA MELO

JA

AS PRAIAS DE PORTUGAL 1

AS PRAIAS DE PORTUGAL 2

A ARQUITECTURA PORTUGUESA CHÃ

JORNAL ARQ

CHERCHE DU TEMPS PERDU

VOYAGE DU CAVALIER BERNIN EN FRANCE

JA227 FÉRIAS

JA229 TEMPO

If, as Távora theorises, being Portuguese,
does not include negating being contemporary,
then being contemporary should also
not include negating being Portuguese

Patrícia Miguel
(O Corporema da Casa Portuguesa)

1.
Starting at the end, to avoid any suspense and so that we can understand the convergence of the lines of though on what one wishes to prove, which is certainly of dubious pertinence for many, let us go back, in a summarising way, to what we have written before on other occasions[1].

It should be a text elaborated from within *our* culture, exposing difficulties, contradictions and complexities in a process that has played, down through time, with the pressing need to come up with urgent and circumstantial responses, without losing its essential structure. In other words, as T. S. Eliot would put it, "without letting their past be altered by the present." And later, as Carlo Ginzburg states, counterpoising a weak scientific status that aspires to relevant findings against a strong scientific status with results of little relevance.

So let us renounce, for the moment, any temptation – while unquestionably pertinent – to answer certain questions, such as:

what is being Portuguese today and, above all, what will it be in the future? Will we want to continue – and will we be able to, in these scattered times of European integration, without succumbing to radical nationalisms, which Eduardo Lourenço referred to as *patriotric Benfica-isms*, or to ridiculous anti-European resistance stances… will we want, or will be be able to, continue to collectively maintain any conviction of identity that will guarantee for us – objectively and subjectively – the persistence of a Portugal/Nation?

Will we have to rebuild a new upgrade of the national identity of a purely ideological basis, we who are, by nature and by defence, born inventors of identities, or do we have it, or are on our way to having it, with certain sociological, economic or cultural justification?

Sophia de Mello Breyner Andresen.
(Paulo Marques. *Sophia de Mello Breyner Andresen: princesa da ética e da estética: 1919-2004*. Lisboa : Porcelo A. M. Pereira, 2008)

Se ser português, como teoriza Távora,
não passa por negar ser-se contemporâneo;
ser contemporâneo também não deveria
passar por negar ser-se português

Patrícia Miguel
(*O corporema da Casa Portuguesa*)

1.
Começando pelo final, para evitar qualquer *suspense* e para se entender a convergência dos raciocínios em função do que se quer provar, certamente de duvidosa pertinência, para muitos, retomaremos, em jeito de síntese, o que já escrevemos noutras ocasiões[1].

Deverá ser um texto elaborado a partir do interior da *nossa* cultura, pondo a nu dificuldades, contradições, complexidades, num processo que jogou, ao longo do tempo, com a premente necessidade de encontrar respostas urgentes e circunstanciais, sem perder a sua estrutura essencial, isto é, como diz T. S. Eliot, "sem deixar alterar o seu passado pelo presente". E, depois, como refere Carlo Ginzburg, contrapor a um estatuto científico forte, com resultados de escasso relevo, um estatuto científico débil que aspira resultados relevantes.

Renunciaremos, de momento, à tentativa, essa sim, seguramente pertinente, de responder a algumas perguntas, tais como:

O que será hoje e, sobretudo, no futuro, ser português? Será que vamos querer continuar, ou será que poderemos, neste momento difuso de integração na Europa, e sem cairmos em nacionalismos radicais, chamados por Eduardo Lourenço de *benfiquismos patrióticos*, ou em ridículas resistências antieuropeistas, será que queremos ou poderemos manter colectivamente alguma convicção identitária que nos garanta, objectiva e subjectivamente, a persistência de um Portugal/Nação?

Será que teremos de reconstruir uma nova actualização da identidade nacional de base puramente ideológica, nós que somos por natureza e por defesa, inventores natos de identidades, ou será que a temos ou estamos a caminho de ter, com algum fundamento sociológico, económico ou cultural?

Sabemos, no entanto, que a perda da identidade, mesmo daquela que, eventualmente, inventemos para o nosso tempo, significa a perda do nosso País, a sua diluição na periferia de alguma ou algumas regiões europeias.

Tentaremos provar que são, não só a Língua, mas também a Arquitectura e as Cidades de língua portuguesa, que nos permitem algum sentimento de pertença a uma comunidade construída com tanta injustiça e sofrimento, como esforço e imaginação. É, pois, através das *nossas* Língua e Arquitectura, das *nossas* Cidades, que permaneceremos ou não portugueses. Note-se como o pronome possessivo, *nosso*, tem, aqui, um valor substantivo.

Pouco tempo nos resta antes da desistência total, mergulhados no fatalismo da inevitável perda. Perda que, para alguns outros, novos-ricos do futuro, será, positivamente, um factor de progresso que nos deveria comprometer.

Ao contrário destes sinto-me como um homem do século XIX, porque é ao passado – mas por causa do presente que, com tanta mentira caminha ao nosso lado – que, como Garrett, dirijo a interrogação: "Que ser é o meu se a pátria a que pertenço não está segura de possuir o seu?" Como Sophia,

FIG 66. página 82 de *Nós Somos da Póvoa do Varzim*, Alexandre Alves Costa, JA237

MEMÓRIA E IDENTIDADE. 3

"O que será hoje e, sobretudo, no futuro, ser português? Será que vamos querer continuar, ou será que poderemos, neste momento difuso de integração na Europa, e sem cairmos em nacionalismos radicais, (...) ou em ridículas resistências antieuropeias, será que queremos ou poderemos manter colectivamente alguma convicção identitária que nos garanta, objectiva e subjectivamente, a persistência de um Portugal/Nação?"[1]

I

1. COSTA, Alexandre Alves - *Nós somos da Póvoa do Varzim*. JA. nº237 (2009,). p.82

A aparente simplicidade que existe na afirmação da existência de uma identidade para um contexto geográfico particular obriga-nos a pensar a pertinência dessas possíveis demarcações territoriais com correspondências nacionalistas que parecem dissolver-se cada vez mais na época de globalização aguda que hoje enfrentamos.

II

Criar um fio condutor de leituras do *J.A.* para responder a esta questão leva-nos a pensar Portugal, à partida, como um país que na sua geografia sempre se qualificou como marginal ao contexto europeu e que ganha a sua identidade muito cedo, ainda no período colonial, ou, como nos diz Eduardo Lourenço, *"uma pequena nação condenada a ser emigrante, a ter de ir para outros sítios"*[2]. Com este princípio será válido assumir a história como ponto de partida, *"como fonte inspiradora de novas e úteis experiências de projecto"*.[3] E se a partir da história se constrói uma memória, reconhecendo que *"a história é até um certo ponto uma*

2. LOURENÇO, Eduardo; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto); FIGUEIRA, Jorge (recolha e fixação de texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto) - *Ainda hoje os portugueses andam aí pelo mundo a apanhar os ossos do império*. JA. nº237 (2009), p.41

3. MESQUITA, Marieta Dá - *Pastiche - cópia ou citação*. JA. nº213 (2003), p.65

FIG 67. capa do JA197
FIG 68. capa do JA207

FIG 69. capa do JA208
FIG 70. capa do JA213

FIG 71. capa do JA227
FIG 72. capa do JA229

FIG 73. capa do JA237
FIG 74. capa do JA239

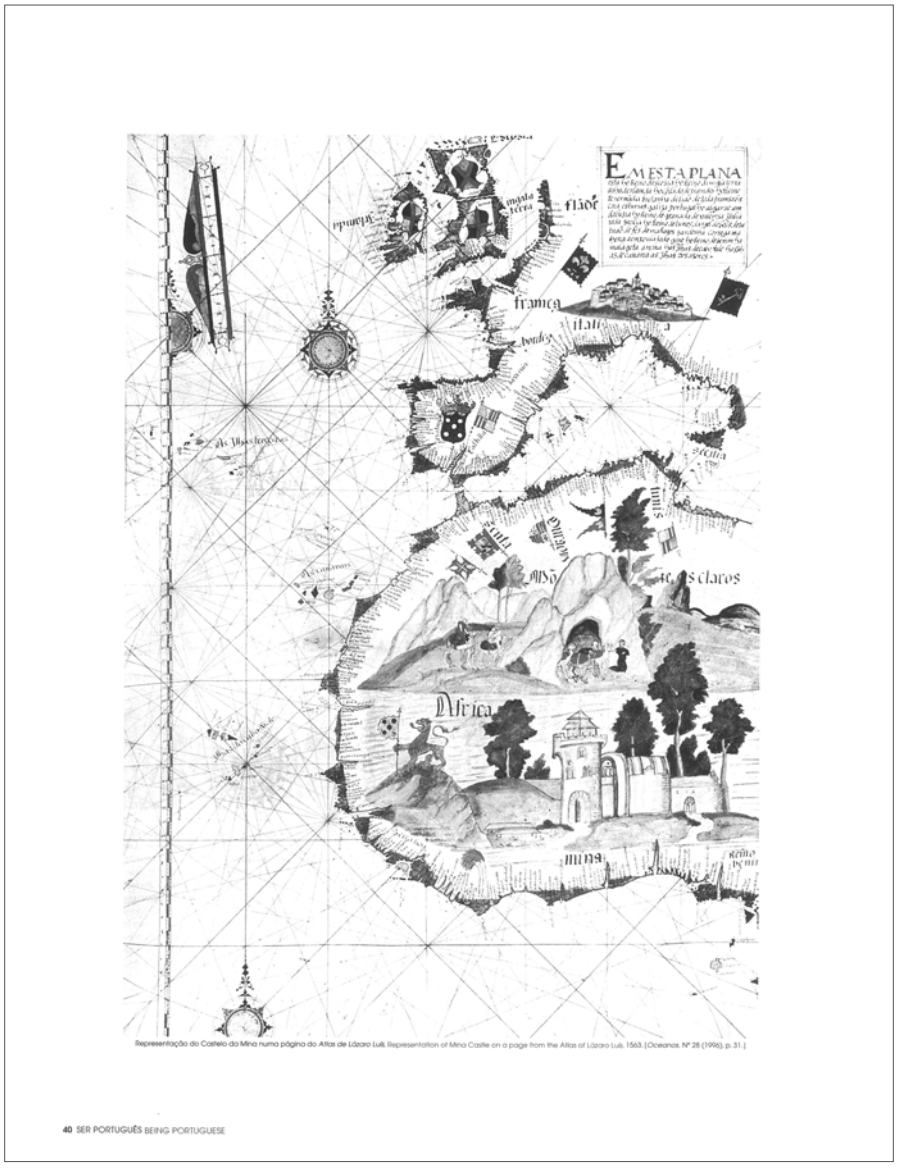
ilusão"[4], dessa memória se faz o novo, através de um processo crítico de reflexão, mais ou menos literal. Do virgem património se apropria a crítica, consolidando uma identidade. Essa identidade rápido se transforma em história, depois em memória... e o processo repete-se. É este processo o fio condutor da análise que poderá responder à questão, ou pelo menos relembrar algumas teorias. III

4. PIMENTEL, Irene - *O que parece é?*. JA.. nº244 (2012) p.22

Se confrontarmos este processo virtual de consolidação de identidade com a produção teórica do *J.A.*, é fácil perceber que, de forma mais ou menos deliberada, temas amplexos a esta questão da identidade vão pontuando em grande número as páginas da revista. Entre 2000 e 2004, na primeira série em análise, conduzida por Manuel Graça Dias, um total de 8 números mostram a grande relevância da questão: *As Praias de Portugal I* e *II* (JA196 e JA197), *Arquitectura Portuguesa Chã* (JA200), *Quando o moderno não era um estilo mas sim uma causa* (JA207), *A condição pós-moderna* (JA208), *Situação-Crítica* (JA211), *Journal du Voyage du Cavalier Bernin en France* (JA212) e *Á la Recherche du temps perdu* (JA213) são números essencialmente históricos que abrangem temas desde a herança modernista e pós-modernista ao turismo e à globalização. Na série que se lhe segue, destacam-se apenas os números *Férias* (JA227) e *Tempo* (JA229), sem grande relevo. Voltando a Graça Dias e Vaz Milheiro, de 2009 a 2012, *Ser Português* (JA237), *Ser Crítico* (JA239) e *Ser Lixo* (JA243) parecem vir programados para relançar a questão da identidade, não fosse a série guiada pelo '*Ser...*', desta vez secundarizando a história e pondo debaixo de luzes o embate da nossa arquitetura com um contexto de crise económica e cultural. É esta leitura simplificada que nos dá a pista para o lançamento do tema, retomando um total de 84 artigos relacionados, como consta, aliás, no mapeamento temático por artigo, em anexo. IV

Duma leitura global destes números retira-se a possível raiz da questão: numa luta entre particular e global, "*a arquitectura do século XX foi, quase sempre, um espelho fiel das contradições que moldaram a face das diversas nações, alternando entre a celebração de uma sociedade universal e a defesa, por vezes intransigente, dos últimos redutos das identidades nacionais*"[5]. Com o aumento da "*circulação de discursos,*

5. NUNES, Jorge - *Jet Lag*. JA. nº210 (2003), p.16



Representação do Castelo da Mina numa página do *Atlas de Lázaro Luís*. Representation of Mina Castle on a page from the Atlas of Lázaro Luís. 1563. [Oceanos. Nº 28 (1996), p. 31.]

40 SER PORTUGUÊS BEING PORTUGUESE

FIG 75. página 40 de *Ainda hoje os Portugueses andam por aí a apanhar os ossos do império*, Eduardo Loureço, JA237

projectos, e dos próprios profissionais"[6], o arquiteto pode transportar consigo, além fronteiras, uma arquitetura liberta de raízes culturais e da ligação profunda com o lugar, aproximando-se da hegemonia de uma cultura dominante e internacional, cujo resultado provável será a emergência de uma sociedade genérica, alimentada pelo domínio da informação e do consumo, onde surgem novas formas de experienciar o espaço construído e se instala o poder da imagem. V

6. Ibidém, p.18

Na sequência do problema, aparecem também nas páginas da revista algumas sugestões da necessidade de soluções. Urge repensar a importância do lugar, a identidade do (nosso) sítio. Reclama-se para a arquitetura uma nova ordem, capaz de responder à crise económica, hábil na reposição de um novo equilíbrio e na defesa de um património em risco. E se o declínio da fronteira geográfica leva consigo a diversidade cultural, será pertinente questionar a homogeneização de arquiteturas e a eventual promoção de modelos que garantam a identidade específica do lugar, construída com base na memória que a nossa história nos deixa, criando dessa forma novos objetos que representem em si progresso e tradição, adequados aos novos valores da arquitetura. VI

Cronologicamente, será difícil estabelecer uma relação direta dos acontecimentos com a produção teórica do *J.A.*, pelo menos mais do que aquela já aqui feita por série. A lógica de sucessão de subcapítulos tenta dar-nos antes uma visão clara do que poderá ser um filtro para esta informação, remetendo para o próprio processo crítico de formação de identidade: começa-se pela história e pelo património cultural, pelas cidades e paisagens, pelas ruas e edifícios que nos viram crescer, de que ouvimos falar ou que por qualquer outra razão fazem parte da nossa memória. A partir dessa construção explica-se a importância do processo crítico, pessoal e público. E, estabelecidas as premissas do nosso passado, fazem-se alguns paralelismos com o hoje: fala-se de globalização vs. tradição, ou de como o turismo falhou em projetar-nos e precisamos de outros meios alternativos, fala-se de autor, fala-se da excelência e da arquitetura invisível; por fim, volta-se a George Kubler, não à história, mas à teoria de que a arquitetura portuguesa poderia ser una, ter um estilo, e como esse estilo pode estar de volta num tempo de emergência

4. O Alargamento do Conceito de Património

Uma outra consequência do Inquérito, mais uma vez favorecida por uma importante coincidência temporal, foi a de ter contribuído para o alargamento do conceito de património edificado que foi abrindo caminho na Europa nos anos do pós-guerra.

Alargamento numa dupla direcção: primeiro, no sentido de defender que o património arquitectónico não se pode esgotar no monumento erudito, singular e classificado, mas se deve estender à edificação singela, anónima, muitas vezes escondida nos campos ou nos povoados, mas que constitui também um testemunho insubstituível, carregado de simbolismo, de um passado que não podemos deixar varrer da nossa memória. Estão neste caso, e para além das ermidas e igrejas do mundo rural e das habitações de diferentes épocas, as eiras, espigueiros, estábulos, adegas, moinhos e outros equipamentos ligados à produção, e ainda fontanários, escadas, muros, vedações, e mesmo fábricas, etc., etc.

Num outro sentido de alargamento do conceito de património, a valorização dos conjuntos edificados ou naturais, ultrapassando também aqui o objecto isolado, e que se tem estendido nos nossos dias aos centros históricos e a outros conjuntos e espaços urbanos ou rurais, como bairros, quintas, jardins, paisagens e que vai até às áreas protegidas.

Neste caso de uma visão mais abrangente do Património, tal como no da denúncia dos *clichés* nacionalistas e regionalistas e no da revisão crítica da Arquitectura Moderna, não é que o Inquérito tenha feito surgir qualquer destes movimentos, mas o que proporcionou foi extremamente importante: carreou materiais em abundância para a sua aceleração e o seu aprofundamento entre nós e para uma tomada de consciência da necessidade do combate a ideias feitas e a conceitos acanhados. Para tudo isto, o Inquérito foi favorecido por importantes coincidências no tempo. Mas tais coincidências mostram uma das suas grandes virtudes, que foi a da oportunidade: ele foi feito na altura própria, incorporando-se assim em importantes processos culturais de transformação. E no caso da preservação da memória de um mundo prestes a desaparecer, o que aconteceu foi mais do que uma coincidência - pois tratou-se de uma autêntica e quase milagrosa antecipação. ■

Comunicação apresentada no Congresso de Arquitectura Popular, realizado na Universidade Lusíada, no Porto, em Maio de 1998

Perafita, *moinho de linho*, idem.

FIG 76. página 71 de *Reflexos Culturais do Inquérito à Arquitectura Regional*, Nuno Teotónio Pereira, JA195

social, onde mais do que nunca o arquiteto é obrigado a olhar o valor intrínseco da arquitetura, a reduzir os seus meios. VII

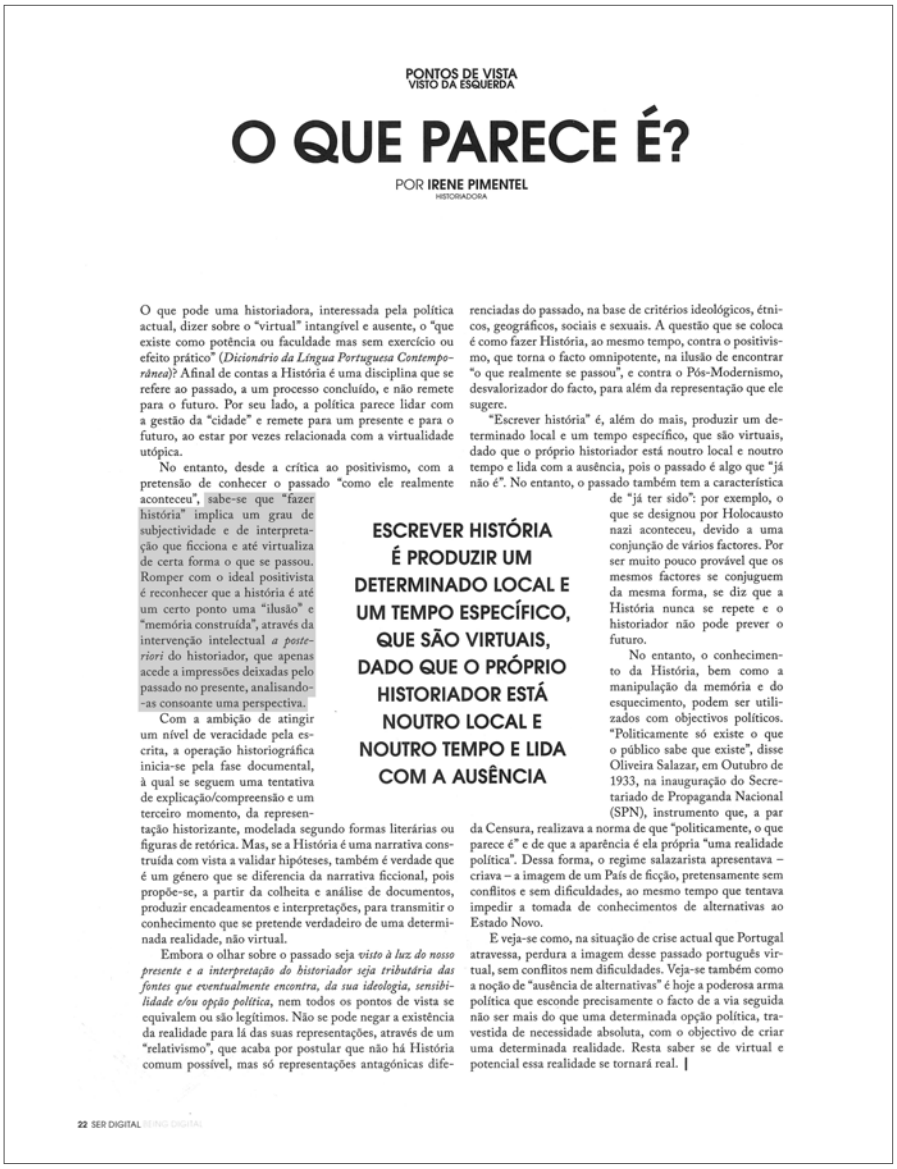
O tema é aberto por Nuno Teotónio Pereira em 2000, falando do 'Inquérito à Arquitectura Regional' (Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal) e defendendo que *"há-de chegar o dia em que a sua importância e singularidade serão reconhecidas e venha então a ser utilizado como fonte insubstituível de conhecimento da nossa identidade"*[7], fechando-o 48 números depois, em 2011, passada uma década, em *Ser Lixo*, Diogo Seixas Lopes: *"tal como noutros momentos, compete à arquitectura encontrar o seu novo lugar, (...) precisa criar um argumento de continuidade cultural, para que tudo não seja rasurado pela barbárie que também espreita. Uma nova geração desse despontar, alimentada ainda assim pela memória de outros arquitectos da revolução. Sendo a situação tão crítica, é preciso arriscar a mudança. Por outra palavras, change as must as you can as fast as you can"*[8]. VIII

Como defende Alexandre Alves Costas em 2009, não deixando de ser um conceito controverso, a identidade, neste caso portuguesa, aquela onde se quer com esta reflexão chegar, não envolve, necessariamente, a oposição. A universalidade de muitos princípios não tem de ir contra a diferença ou a particularidade. Os valores específicos do lugar, *"valores que contêm explicitamente uma vontade de unidade que, no nosso caso, tem de ser entendida como polémica expressão de uma complexa multiplicidade"*[9], não negarão o seu enlace global ou a sua ligação com raízes que não são exclusivas de um território. IX

7. PEREIRA, Nuno Teotónio - *Reflexos culturais do inquérito à arquitectura regional.* JA. nº195 (2000), p.69

8. LOPES, Diogo Seixas - *Profissão: Português.* JA. nº243 (2011), p.91

9. COSTA, Alexandre Alves - *Nós somos da Póvoa do Varzim.* JA. nº237 (2009), p.87



PONTOS DE VISTA
VISTO DA ESQUERDA

O QUE PARECE É?

POR **IRENE PIMENTEL**
HISTORIADORA

O que pode uma historiadora, interessada pela política actual, dizer sobre o "virtual" intangível e ausente, o "que existe como potência ou faculdade mas sem exercício ou efeito prático" (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*)? Afinal de contas a História é uma disciplina que se refere ao passado, a um processo concluído, e não remete para o futuro. Por seu lado, a política parece lidar com a gestão da "cidade" e remete para um presente e para o futuro, ao estar por vezes relacionada com a virtualidade utópica.

No entanto, desde a crítica ao positivismo, com a pretensão de conhecer o passado "como ele realmente aconteceu", sabe-se que "fazer história" implica um grau de subjectividade e de interpretação que ficciona e até virtualiza de certa forma o que se passou. Romper com o ideal positivista é reconhecer que a história é até um certo ponto uma "ilusão" e "memória construída", através da intervenção intelectual *a posteriori* do historiador, que apenas acede a impressões deixadas pelo passado no presente, analisando-as consoante uma perspectiva.

ESCREVER HISTÓRIA É PRODUZIR UM DETERMINADO LOCAL E UM TEMPO ESPECÍFICO, QUE SÃO VIRTUAIS, DADO QUE O PRÓPRIO HISTORIADOR ESTÁ NOUTRO LOCAL E NOUTRO TEMPO E LIDA COM A AUSÊNCIA

Com a ambição de atingir um nível de veracidade pela escrita, a operação historiográfica inicia-se pela fase documental, à qual se seguem uma tentativa de explicação/compreensão e um terceiro momento, da representação historizante, modelada segundo formas literárias ou figuras de retórica. Mas, se a História é uma narrativa construída com vista a validar hipóteses, também é verdade que é um género que se diferencia da narrativa ficcional, pois propõe-se, a partir da colheita e análise de documentos, produzir encadeamentos e interpretações, para transmitir o conhecimento que se pretende verdadeiro de uma determinada realidade, não virtual.

Embora o olhar sobre o passado seja *visto à luz do nosso presente e a interpretação do historiador seja tributária das fontes que eventualmente encontra, da sua ideologia, sensibilidade e/ou opção política*, nem todos os pontos de vista se equivalem ou são legítimos. Não se pode negar a existência da realidade para lá das suas representações, através de um "relativismo", que acaba por postular que não há História comum possível, mas só representações antagónicas diferenciadas do passado, na base de critérios ideológicos, étnicos, geográficos, sociais e sexuais. A questão que se coloca é como fazer História, ao mesmo tempo, contra o positivismo, que torna o facto omnipotente, na ilusão de encontrar "o que realmente se passou", e contra o Pós-Modernismo, desvalorizador do facto, para além da representação que ele sugere.

"Escrever história" é, além do mais, produzir um determinado local e um tempo específico, que são virtuais, dado que o próprio historiador está noutro local e noutro tempo e lida com a ausência, pois o passado é algo que "já não é". No entanto, o passado também tem a característica de "já ter sido": por exemplo, o que se designou por Holocausto nazi aconteceu, devido a uma conjunção de vários factores. Por ser muito pouco provável que os mesmos factores se conjuguem da mesma forma, se diz que a História nunca se repete e o historiador não pode prever o futuro.

No entanto, o conhecimento da História, bem como a manipulação da memória e do esquecimento, podem ser utilizados com objectivos políticos. "Politicamente só existe o que o público sabe que existe", disse Oliveira Salazar, em Outubro de 1933, na inauguração do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), instrumento que, a par da Censura, realizava a norma de que "politicamente, o que parece é" e de que a aparência é ela própria "uma realidade política". Dessa forma, o regime salazarista apresentava – criava – a imagem de um País de ficção, pretensamente sem conflitos e sem dificuldades, ao mesmo tempo que tentava impedir a tomada de conhecimentos de alternativas ao Estado Novo.

E veja-se como, na situação de crise actual que Portugal atravessa, perdura a imagem desse passado português virtual, sem conflitos nem dificuldades. Veja-se também como a noção de "ausência de alternativas" é hoje a poderosa arma política que esconde precisamente o facto de a via seguida não ser mais do que uma determinada opção política, travestida de necessidade absoluta, com o objectivo de criar uma determinada realidade. Resta saber se de virtual e potencial essa realidade se tornará real.

22 SER DIGITAL BEING DIGITAL

FIG 77. página 22 de *O que parece é?*, Irene Pimentel, JA244

MEMÓRIA E HISTÓRIA

"Sabe-se que 'fazer história' implica um grau de subjectividade e de interpretação que ficciona e até virtualiza de certa forma o que se passou. Romper com o ideal positivista é reconhecer que a história é até um certo ponto uma 'ilusão' e 'memória construída', através da intervenção intelectual à posteriori do historiador, que apenas acede a impressões deixadas pelo passado no presente, analisando-as consoante uma perspetiva."[10] X

10. PIMENTEL, Irene - *O que parece é?*. JA. nº244 (2012), p.22

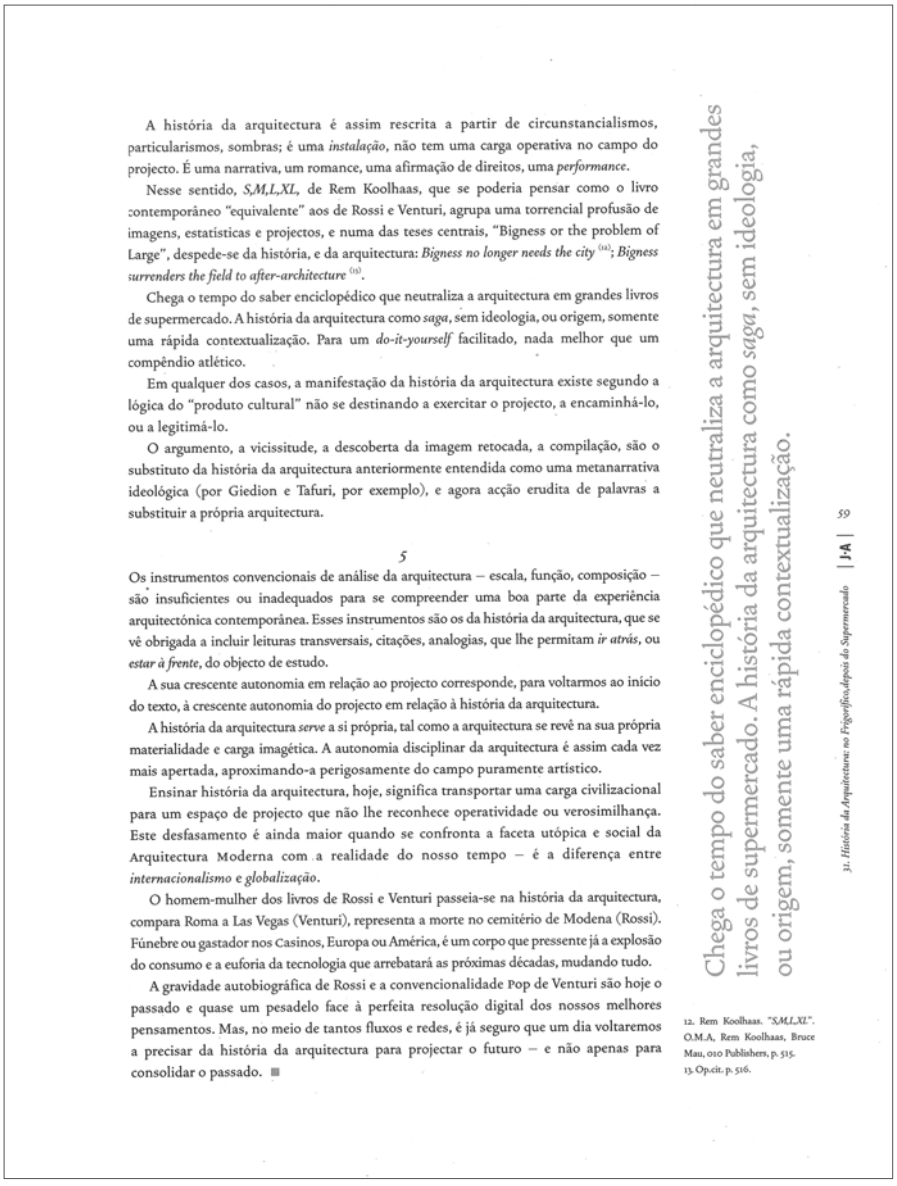
A relação que a arquitetura estabelece com a história e com as características do lugar deve ter presença efetiva nas preocupações do arquiteto, seja através da reinterpretação crítica das ferramentas presentes na história, seja pela sua consciente negação, pela obra em oposição ou até, eventualmente, pela cópia deliberada. Este pensamento sobre a importância do património, muitas vezes somente cultural, corre nas páginas do *J.A.* sob forma de numerosos artigos sobre a história da arquitetura portuguesa, com particular incidência no tão discutido século XX. XI

Mas, na verdade, a chave de leitura para que arquitetos e outros interessados façam o proveito devido destes conteúdos estará em artigos que apontam possíveis caminhos de "reciclagem". O debate abre-se com Jorge Figueira, em *História da Arquitectura: No frigorífico depois do supermercado* (JA202), artigo publicado em 2001, e que, numa perspetiva centrada no ensino, nos atrai para a procura do real valor da história e para a pertinência do seu ensino nas escolas de arquitetura contemporâneas: *"para os estudantes e arquitectos para que serve hoje a história da arquitectura?"* [11] XII

11. FIGUEIRA, Jorge - *História da Arquitectura: No frigorífico depois do supermercado*. JA. nº202 (2001), p.56

O artigo explica precisamente que num tempo em que a arquitetura se afasta cada vez mais dos modelos patrimoniais e *"assenta essencialmente nos valores texturais dos materiais e na manipulação expressiva de imagens"*[12], a linguagem é um conceito em decadência e o significado da obra frequentemente ilegível ou inexistente. O "minimalismo" (que muitas vezes é apenas pobreza) instalado no contexto português da

12. Ibidém, p.56



A história da arquitectura é assim rescrita a partir de circunstancialismos, particularismos, sombras; é uma *instalação*, não tem uma carga operativa no campo do projecto. É uma narrativa, um romance, uma afirmação de direitos, uma *performance*.

Nesse sentido, *S,M,L,XL*, de Rem Koolhaas, que se poderia pensar como o livro contemporâneo "equivalente" aos de Rossi e Venturi, agrupa uma torrencial profusão de imagens, estatísticas e projectos, e numa das teses centrais, "Bigness or the problem of Large", despede-se da história, e da arquitectura: *Bigness no longer needs the city* [12]; *Bigness surrenders the field to after-architecture* [13].

Chega o tempo do saber enciclopédico que neutraliza a arquitectura em grandes livros de supermercado. A história da arquitectura como *saga*, sem ideologia, ou origem, somente uma rápida contextualização. Para um *do-it-yourself* facilitado, nada melhor que um compêndio atlético.

Em qualquer dos casos, a manifestação da história da arquitectura existe segundo a lógica do "produto cultural" não se destinando a exercitar o projecto, a encaminhá-lo, ou a legitimá-lo.

O argumento, a vicissitude, a descoberta da imagem retocada, a compilação, são o substituto da história da arquitectura anteriormente entendida como uma metanarrativa ideológica (por Giedion e Tafuri, por exemplo), e agora acção erudita de palavras a substituir a própria arquitectura.

5

Os instrumentos convencionais de análise da arquitectura – escala, função, composição – são insuficientes ou inadequados para se compreender uma boa parte da experiência arquitectónica contemporânea. Esses instrumentos são os da história da arquitectura, que se vê obrigada a incluir leituras transversais, citações, analogias, que lhe permitam *ir atrás*, ou *estar à frente*, do objecto de estudo.

A sua crescente autonomia em relação ao projecto corresponde, para voltarmos ao início do texto, à crescente autonomia do projecto em relação à história da arquitectura.

A história da arquitectura *serve* a si própria, tal como a arquitectura se revê na sua própria materialidade e carga imagética. A autonomia disciplinar da arquitectura é assim cada vez mais apertada, aproximando-a perigosamente do campo puramente artístico.

Ensinar história da arquitectura, hoje, significa transportar uma carga civilizacional para um espaço de projecto que não lhe reconhece operatividade ou verosimilhança. Este desfasamento é ainda maior quando se confronta a faceta utópica e social da Arquitectura Moderna com a realidade do nosso tempo – é a diferença entre *internacionalismo* e *globalização*.

O homem-mulher dos livros de Rossi e Venturi passeia-se na história da arquitectura, compara Roma a Las Vegas (Venturi), representa a morte no cemitério de Modena (Rossi). Fúnebre ou gastador nos Casinos, Europa ou América, é um corpo que pressente já a explosão do consumo e a euforia da tecnologia que arrebatará as próximas décadas, mudando tudo.

A gravidade autobiográfica de Rossi e a convencionalidade Pop de Venturi são hoje o passado e quase um pesadelo face à perfeita resolução digital dos nossos melhores pensamentos. Mas, no meio de tantos fluxos e redes, é já seguro que um dia voltaremos a precisar da história da arquitectura para projectar o futuro – e não apenas para consolidar o passado. ■

Chega o tempo do saber enciclopédico que neutraliza a arquitectura em grandes livros de supermercado. A história da arquitectura como *saga*, sem ideologia, ou origem, somente uma rápida contextualização.

12. Rem Koolhaas. "*S,M,L,XL*". O.M.A, Rem Koolhaas, Bruce Mau, 010 Publishers, p. 515.
13. Op.cit. p. 516.

FIG 78. página 59 de *História da Arquitectura: No frigorífico depois do Supermercado*, Jorge Figueira, JA202

arquitetura anónima contemporânea está "*ostensivamente de costas para a história da arquitectura*"[13]. A arquitetura faz de repente parte de um território abstrato e a história torna-se inútil. XIII

13. Ibidém, p.56

A reflexão conclui-se com uma questão: se a arquitetura se aproxima cada vez mais do "*campo puramente artístico*"[14], solta de pesos do tempo, não estará a "*carga civilizacional*"[15] a ficar fora do debate? E a partir dessa mesma reflexão poderemos questionar: não teremos um lugar a que pertencer senão o lugar global onde todos somos atores indiferenciados, um lugar que nos grava na memória a imagem das nossas cidades, da nossa paisagem, a nossa língua? O tradicional escasseia e o global parece ter-se tornado um problema para a identidade, "*este desfasamento é ainda maior quando se confronta a faceta utópica e social da Arquitectura Moderna com a realidade do nosso tempo – é a diferença entre internacionalismo e globalização*"[16]. XIV

14. Ibidém, p.59

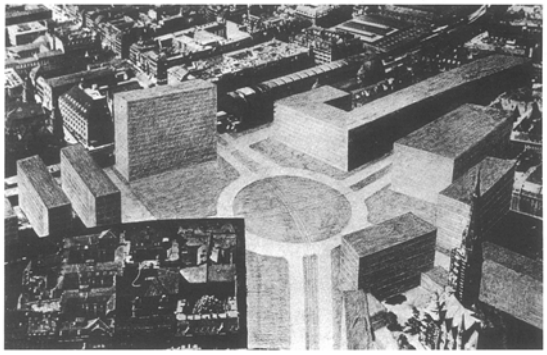
15. Ibidém, p.59

16. Ibidém, p.59

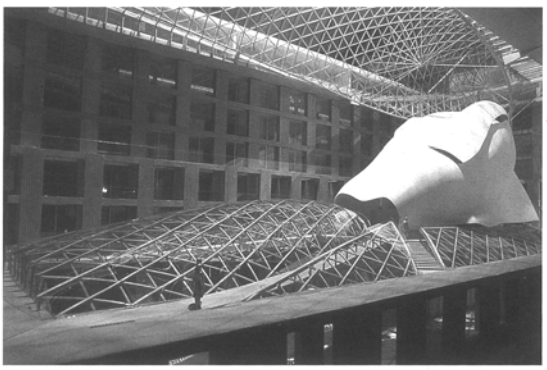
O problema da intervenção construída sobre o património histórico aparece pouco tempo depois, no final de 2002, quando Clara Germana Gonçalves escreve para o *J.A. Contraste e Analogia – instrumentos de relação entre o passado e o presente*, ilustrando o problema da intervenção no património histórico. O artigo posiciona-nos nos períodos charneira da arquitetura do século XX: no início com o moderno e, mais tarde, nos anos 60 e seguintes com a resposta do pós-moderno, dando destaque ao problema do encaixe entre o antigo e o novo. XV

E se o Moderno à primeira vista nos poderia parecer um movimento de recusa da história, estando de costas viradas para ela, porque assim o defendia, o artigo revela uma nova perspetiva sobre essa relação dizendo que o contraste não deixa de ser uma atitude de inclusão, atitude essa muito íntima do processo de projeto da altura, onde "*enfatizar o contraste entre a antiga e a nova arquitectura eram, então, princípios projectuais. Mas este contraste não surge do repúdio por uma arquitectura do passado, mas da convicção de que essa arquitectura se encontra desajustada e que, pelo facto de ser passada, no passado deve permanecer*"[17]. Clara Germana Gonçalves defende assim que o diálogo entre passado e presente é de oposição da forma, mais do que de oposição do mecanismo

17. GONÇALVES, Clara Germana – *Contraste e analogia – instrumentos e relação entre passado e presente*. JA. nº207 (2002), p.81



Mies Van de Rohe. *Reordenação da Alexanderplatz em Berlim*, 1928. [Frank Russell Ed.), *Mies van Der Rohe. European Works*. London: Academy Editions, 1986]



Frank O. Gehry. *DZ Bank*, Berlim, 1995 - 2001. [Fotos Gehry Partners]

Na contemporaneidade, depois de aceite a impossibilidade de estabelecimento de critérios universais (como sucedeu ainda no Movimento Moderno), e das tentativas analógicas (concretizadas, por exemplo, na busca tipológica) se terem também esgotado, parece claro, que a ausência de critérios *a priori* se tornou por todos aceite. A multiplicidade de opções dependendo, caso a caso, de arquitecto, lugar, programa, cliente, utilizador etc., é hoje visível e amplamente advogada, tanto em teoria como na prática. Multiplicidade que é visível na pluralidade de correntes, na heterogeneidade do percurso de determinados arquitectos, e até no projecto de algumas obras singulares.

A diferença entre a situação presente e a cultura académica ou da ortodoxia moderna, reside no facto de não ser hoje possível, formular um sistema estético com validade suficiente de modo a que seja aplicavel, para além das circunstâncias individuais.[4]

4. Ignasi de Solà-Morales. *Op. cit.* p.43.

9. Contraste e Analogia | J·A | 83

FIG 79. página 83 de *Contraste e Analogia - instrumentos de relação entre Passado e Presente*, Clara Germana Gonçalves, JA207

de pensamento, que reconhece força na universalidade do desenho, onde se nega a citação direta de linguagens de outros tempos uma vez que "*o reconhecimento da história não implica necessariamente uma atitude historicista e o mimetismo acabará por se tornar uma negação da história por não ter contemplado o presente*"[18].

18. Ibidém, p.81

XVI

Explicada esta relação do moderno com a história, o artigo passa para o pós-moderno definindo-o como uma resposta a um período vazio de referências historiográficas, dando o alerta para o problema e abrindo espaço para a "*emergência de debates relativos ao património, que revelam uma necessidade de retorno à história*"[19]. A analogia é apresentada como recuperação da história e como recurso para a trazer de novo para o debate contemporâneo da arquitetura, aplicando-a de forma subjetiva e não literal, caso a caso; "*a história passa a ser um modo de gerar capacidade criativa, como o tinha sido, no Movimento Moderno, a ânsia pelo 'novo'*"[20].

19. Ibidém, p.82

20. Ibidém, p.82

XVII

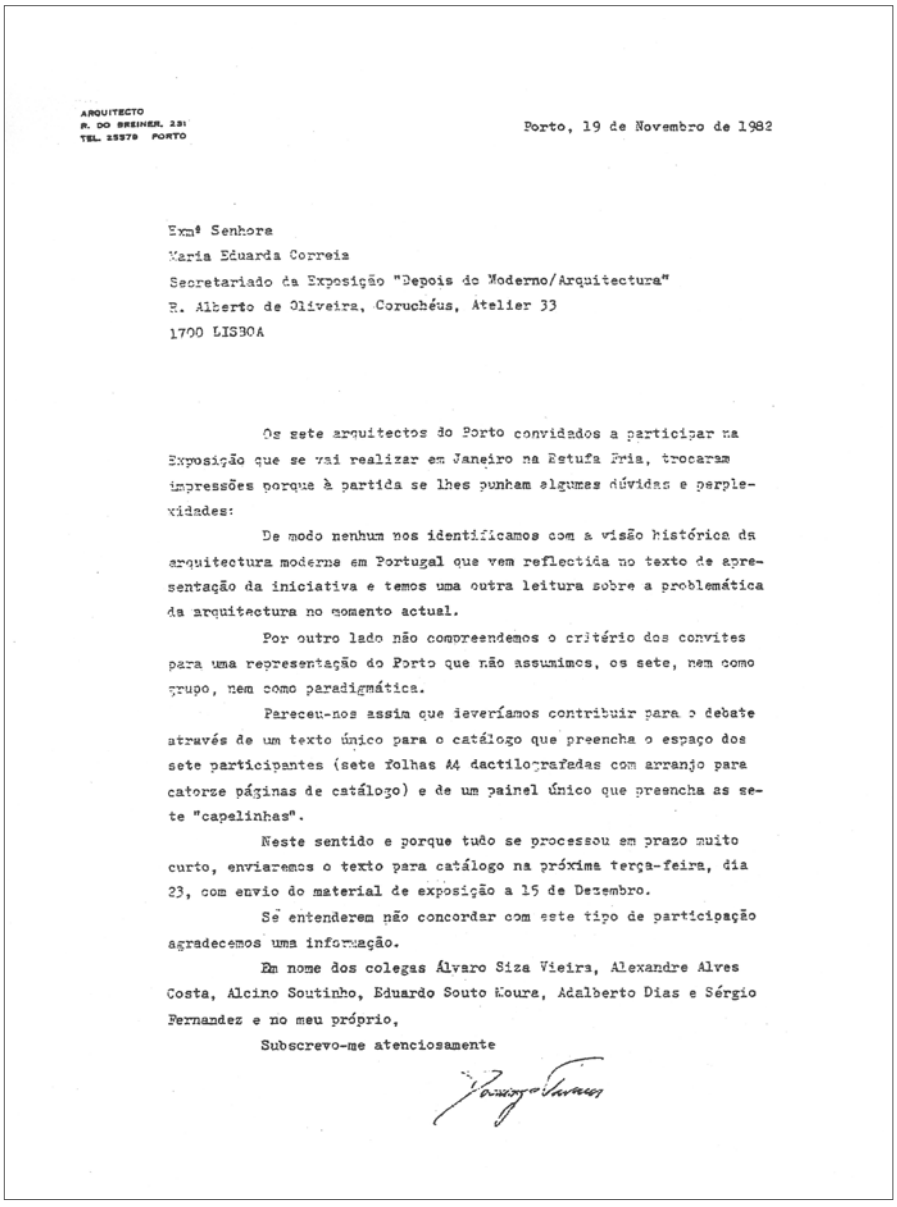
Ora se o modernismo europeu defendeu a rutura de fronteiras entre nações, pretendendo criar aquilo que chamariam de "estilo internacional", em Portugal não terá uma expressão tão clara de corte. É o artigo *Depois do Modernismo* (JA208), escrito para participação na exposição homónima e publicado integralmente no *J.A.* em 2002, que os arquitetos Aldalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza Vieira, Domingues Tavares, Eduardo Souto Moura e Sergio Fernandez assinaram, aquele que nos dá uma concisa e clara perspetiva dos acontecimentos mais relevantes do moderno até à discussão pós-moderna em Portugal: "*A evolução da arquitectura portuguesa é marcada pela condição de cruzamento de culturas e pautada pela alternância ou simultaneidade de estrangeiros nacionalizados e nacionais estrangeirados. Em pano de fundo a arquitectura sem arquitectos.*"[21]

21. COSTA, Alexandre Alves; DIAS, Adalberto; FERNANDEZ, Sergio; MOURA, Eduardo Souto; SIZA, Álvaro; SOUTINHO, Alcino; TAVARES, Domingos - *Depois do modernismo*. JA. n.º208 (2002), p.9

XVIII

O texto, de forma muito direta e consiva, mostra como a primeira geração moderna não apagou, a par com algumas preocupações modernas, a história como base e inspiração das suas obras onde "*a identidade dos sítios e os critérios de representatividade urbana assumem um papel bem mais identificador da cultura arquitectónica*"[22]. Num

22. Ibidém, p.11



ARQUITECTO
R. DO BREINER, 231
TEL. 25378 PORTO

Porto, 19 de Novembro de 1982

Exmª Senhora
Maria Eduarda Correia
Secretariado da Exposição "Depois do Moderno/Arquitectura"
R. Alberto de Oliveira, Coruchéus, Atelier 33
1700 LISBOA

Os sete arquitectos do Porto convidados a participar na Exposição que se vai realizar em Janeiro na Estufa Fria, trocaram impressões porque à partida se lhes punham algumas dúvidas e perplexidades:

De modo nenhum nos identificamos com a visão histórica da arquitectura moderna em Portugal que vem reflectida no texto de apresentação da iniciativa e temos uma outra leitura sobre a problemática da arquitectura no momento actual.

Por outro lado não compreendemos o critério dos convites para uma representação do Porto que não assumimos, os sete, nem como grupo, nem como paradigmática.

Pareceu-nos assim que deveríamos contribuir para o debate através de um texto único para o catálogo que preencha o espaço dos sete participantes (sete folhas A4 dactilografadas com arranjo para catorze páginas de catálogo) e de um painel único que preencha as sete "capelinhas".

Neste sentido e porque tudo se processou em prazo muito curto, enviaremos o texto para catálogo na próxima terça-feira, dia 23, com envio do material de exposição a 15 de Dezembro.

Se entenderem não concordar com este tipo de participação agradecemos uma informação.

Em nome dos colegas Álvaro Siza Vieira, Alexandre Alves Costa, Alcino Soutinho, Eduardo Souto Moura, Adalberto Dias e Sérgio Fernandez e no meu próprio,

Subscrevo-me atenciosamente

FIG 80. Carta de submissão da participação do grupo de arquitetos do Porto na exposição 'Depois do Modernismo' em 1982 - *Depois do Modernismo*, Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza, Domingos Tavares, Eduardo Souto de Moura e Sergio Fernandez, JA208

discurso claro, apresentam a ideia de que a arquitetura não poderia ter sofrido grandes desenvolvimentos (até porque envolveriam um fulgor económico e tecnológico que cá não chegava) naquele início de século tão conturbado, já que o panorama político português que se vivia durante a I República fechou o acesso à inovação e só com a entrada em cena do Estado Novo surgem meios para preocupações de ordem moderna, gerando muitas vezes contradições na obra de muitos arquitetos que se posicionavam ora numa "*linguagem de vanguarda*"[23] ora num "*conservadorismo ruralista*"[24]. A 'arquitetura do regime' promovia um país com fundamento maioritariamente rural, na sua relação forte com a agricultura, ao mesmo tempo que pretendia iluminar uma nova monumentalidade que representasse o estado totalitário e o seu poder. XIX

23. Ibidém, p.11

24. Ibidém, p.12

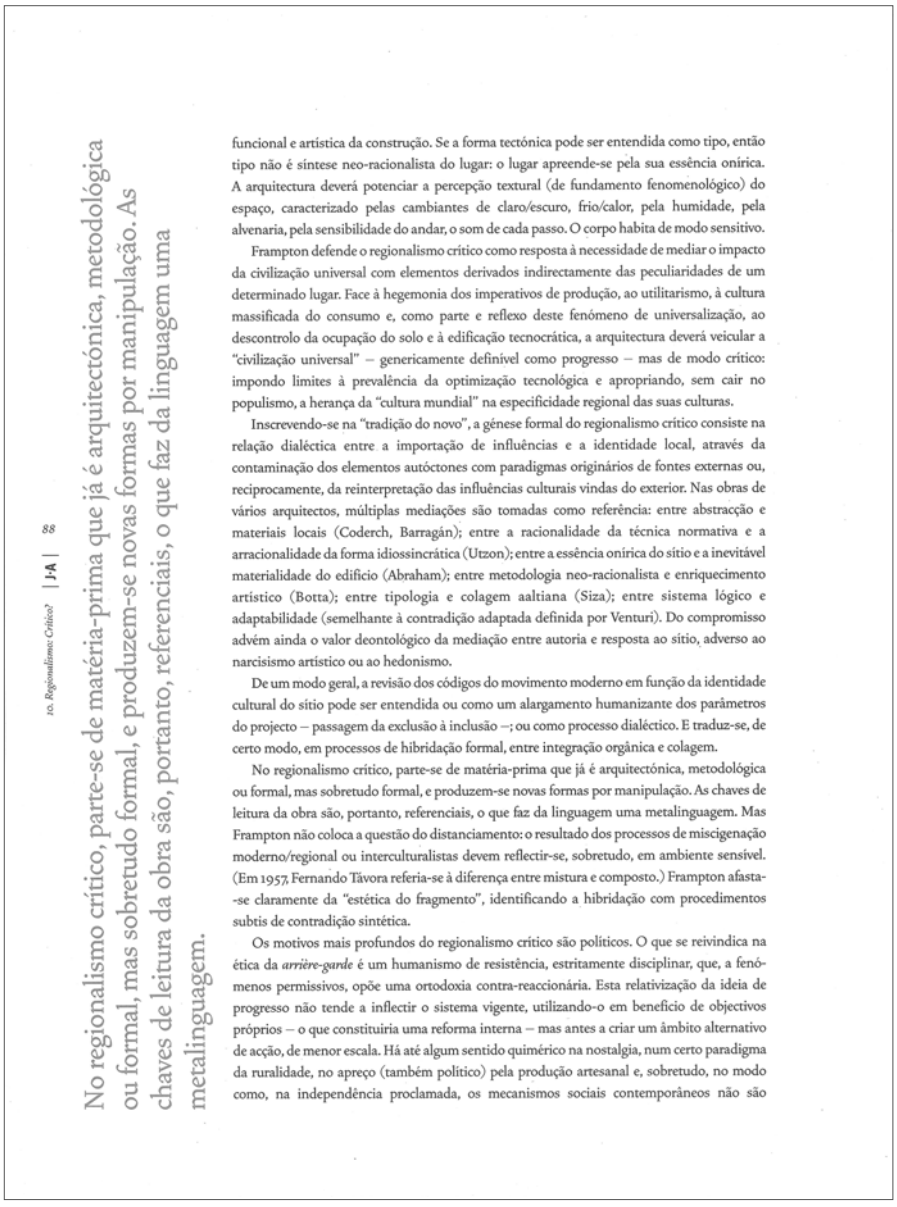
Como culminar destas ideias, o artigo utiliza o exemplo de Fernando Távora para a ilustração de uma tentativa de combate cultural, de fundamento crítico e indubitavelmente enraizada no modelo internacional e nos seus princípios metodológicos, "*apoiada numa compreensão mais humanista do fenómeno social e uma visão mais crítica dos modelos de referência*"[25]. Ora tomando Távora como "*um exemplo das tensões criadas pela necessidade cultural de aceitar o movimento moderno e simultaneamente respeitar as raízes do nacionalismo como factor contrário ao regionalismo fascizante*"[26], defende-se que o próprio representa para a arquitetura portuguesa o resultado de um processo controverso que tem início no final dos anos 40, uma revisão regionalista dos princípios modernistas e uma resposta à visão diminuta da arquitetura do Estado. XX

25. Ibidém p.13

26. Ibidém, p.13

No *J.A.*, a ponte desta tensão para as questões identitárias materializa-se com alguns artigos que assumem o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal de 1955 , ideia de Francisco Keil do Amaral, publicado 6 anos depois, em 1961, como tema central, ou pelo menos relevante, para o estabelecimento de algumas premissas importantes. Citando Nuno Teotónio Pereira, o inquérito "*tornou possível documentar algumas características fundamentais de algo então prestes a ser profundamente desfigurado ou mesmo a desaparecer: o mundo rural português*"[27]. O seu artigo, *Reflexos Culturais do Inquérito à Arquitectura Regional* (JA195), faz uma análise dos principais efeitos dessa iniciativa, expondo

27. PEREIRA, Nuno Teotónio – *Reflexos culturais do inquérito à arquitectura regional*. JA. nº195 (2000), p.69



No regionalismo crítico, parte-se de matéria-prima que já é arquitectónica, metodológica ou formal, mas sobretudo formal, e produzem-se novas formas por manipulação. As chaves de leitura da obra são, portanto, referenciais, o que faz da linguagem uma metalinguagem.

funcional e artística da construção. Se a forma tectónica pode ser entendida como tipo, então tipo não é síntese neo-racionalista do lugar: o lugar apreende-se pela sua essência onírica. A arquitectura deverá potenciar a percepção textural (de fundamento fenomenológico) do espaço, caracterizado pelas cambiantes de claro/escuro, frio/calor, pela humidade, pela alvenaria, pela sensibilidade do andar, o som de cada passo. O corpo habita de modo sensitivo.

Frampton defende o regionalismo crítico como resposta à necessidade de mediar o impacto da civilização universal com elementos derivados indirectamente das peculiaridades de um determinado lugar. Face à hegemonia dos imperativos de produção, ao utilitarismo, à cultura massificada do consumo e, como parte e reflexo deste fenómeno de universalização, ao descontrolo da ocupação do solo e à edificação tecnocrática, a arquitectura deverá veicular a "civilização universal" – genericamente definível como progresso – mas de modo crítico: impondo limites à prevalência da optimização tecnológica e apropriando, sem cair no populismo, a herança da "cultura mundial" na especificidade regional das suas culturas.

Inscrevendo-se na "tradição do novo", a génese formal do regionalismo crítico consiste na relação dialéctica entre a importação de influências e a identidade local, através da contaminação dos elementos autóctones com paradigmas originários de fontes externas ou, reciprocamente, da reinterpretação das influências culturais vindas do exterior. Nas obras de vários arquitectos, múltiplas mediações são tomadas como referência: entre abstracção e materiais locais (Coderch, Barragán); entre a racionalidade da técnica normativa e a arracionalidade da forma idiossincrática (Utzon); entre a essência onírica do sítio e a inevitável materialidade do edifício (Abraham); entre metodologia neo-racionalista e enriquecimento artístico (Botta); entre tipologia e colagem aaltiana (Siza); entre sistema lógico e adaptabilidade (semelhante à contradição adaptada definida por Venturi). Do compromisso advém ainda o valor deontológico da mediação entre autoria e resposta ao sítio, adverso ao narcisismo artístico ou ao hedonismo.

De um modo geral, a revisão dos códigos do movimento moderno em função da identidade cultural do sítio pode ser entendida ou como um alargamento humanizante dos parâmetros do projecto – passagem da exclusão à inclusão –; ou como processo dialéctico. E traduz-se, de certo modo, em processos de hibridação formal, entre integração orgânica e colagem.

No regionalismo crítico, parte-se de matéria-prima que já é arquitectónica, metodológica ou formal, mas sobretudo formal, e produzem-se novas formas por manipulação. As chaves de leitura da obra são, portanto, referenciais, o que faz da linguagem uma metalinguagem. Mas Frampton não coloca a questão do distanciamento: o resultado dos processos de miscigenação moderno/regional ou interculturalistas devem reflectir-se, sobretudo, em ambiente sensível. (Em 1957, Fernando Távora referia-se à diferença entre mistura e composto.) Frampton afasta-se claramente da "estética do fragmento", identificando a hibridação com procedimentos subtis de contradição sintética.

Os motivos mais profundos do regionalismo crítico são políticos. O que se reivindica na ética da *arrière-garde* é um humanismo de resistência, estritamente disciplinar, que, a fenómenos permissivos, opõe uma ortodoxia contra-reaccionária. Esta relativização da ideia de progresso não tende a inflectir o sistema vigente, utilizando-o em benefício de objectivos próprios – o que constituiria uma reforma interna – mas antes a criar um âmbito alternativo de acção, de menor escala. Há até algum sentido quimérico na nostalgia, num certo paradigma da ruralidade, no apreço (também político) pela produção artesanal e, sobretudo, no modo como, na independência proclamada, os mecanismos sociais contemporâneos não são

FIG 81. página 88 de *Regionalismo Crítico*, José Capela, JA207

o seu efeito imediato como descredibilizante da "*pseudo-arquitectura propagandeada*"[28] cujo fundamento linguístico e tradicional era superficial e manipulado em nome de uma 'monumentalidade tradicional' imagética. XXI

28. Ibidém, p.70

Com esta perceção por parte dos arquitetos estava aberto o caminho para o encontro das raízes vernaculares de que se falava aquando do inquérito, o caminho da citação de elementos do tradicional, utilizados de forma crítica e renovada numa nova linguagem alternativa, "*procurando aquilo que Ana Tostões chama 'a integração da modernidade na tradição'*"[29]. O pós-modernismo em Portugal é o sucessor das já enunciadas condenações do processo de internacionalização, "*entendendo-o como uma evolução degenerada, um produto visualmente empobrecedor, anónimo, e, sobretudo, incapaz de diálogo com os lugares e as populações. Conceitos como lugar, contexto e identidade permaneceram como as armas escolhidas para combater a abstração moderna.*"[30] XXII

29. Ibidém, p.70

30. NUNES, Jorge – *Jet Lag*. JA. Nº210 (2003), p.17-18

Jorge Nunes vem precisamente completar a ideia de que a utilização da história na resposta ao Moderno, por vezes até excessiva, foi progressivamente dando lugar a uma arquitetura popular, onde os arquitetos "*entretanto elevados ao estatuto de estralas pop*"[31], caminhavam de um vocabulário global para a individualização da imagem própria, "*enredando-se em léxicos idiossincráticos que facilmente contradiziam as suas premissas iniciais*"[32]. XXIII

31. Ibidém, p.18

32. Ibidém, p.18

Os movimentos de resposta ao Moderno que foram acontecendo em Portugal encontram resposta em dois números do *J.A.* publicados em 2002. Em *Quando o Moderno não era um Estilo mas sim uma Causa* (JA207), destaca-se o artigo de José Capela, onde o autor defende que o pós-moderno como "*revisão dos códigos do movimento moderno em função da identidade cultural do sítio*"[33] se torna um procedimento de "*hibridação formal, entre integração orgânica e colagem*"[34], e contextualiza este processo que se viu acontecer em Portugal como "regionalismo crítico", conceito que definem Tzonis e Lefaivre em 1981. Sublinhando a importância da reutilização dos valores regionais e tradicionais, o autor leva-nos inclusive até exemplos muito contemporâneos como Siza ou Souto de Moura, abrindo caminho para a descodificação de uma

33. CAPELA, José – *Regionalismo crítico*. JA. nº207 (2002), p.88

34. Ibidém, p.88

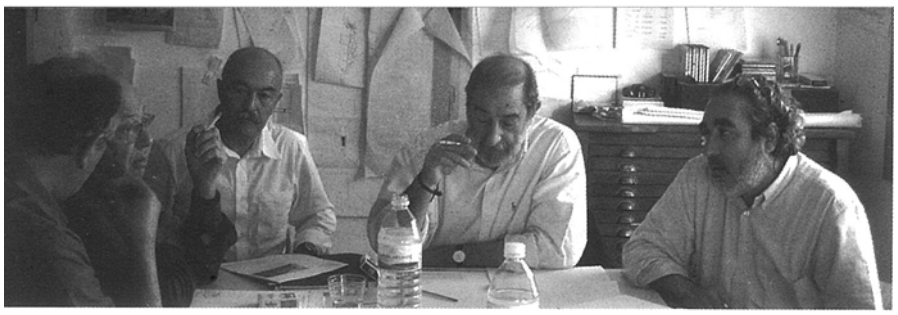


FIG 82. Domingos Tavares, Alexandre Alves Costa, Àlvaro Siza e Eduardo Souto de Moura em conversa para *Um quadradinho a menos*, JA.208

arquitetura portuguesa baseada na história, como *"processo que seleciona os elementos regionais pela sua potencialidade de constituírem suporte, físico ou conceptual, para as relações humanas e para a comunidade – aquilo a que se poderá chamar elementos 'definidores de lugar'"*[35]. XXIV

35. Ibidém, p.87

Já no número seguinte, *A Condição Pós-Moderna* (JA208), aqui referido anteriormente com *Depois do Modernismo,* interessa precisamente salientar o artigo *Um Quadradinho a Menos*, texto produzido por alguns dos mesmos autores, e que pretende acrescentar uma perspetiva contemporânea dos acontecimentos daquela época. O 'ensaio conversado' de Alves Costa, Álvaro Siza, Domingos Tavares, Souto de Moura e Sergio Fernandez vem acrescentar precisamente alguns argumentos que consolidam a realidade nacional como 'moderadora cultural'. A aparente resistência da arquitetura portuguesa a modas europeias é apresentada como um filtro cultural importante, filtro esse que também tem responsabilidade na desconfiança generalizada face ao pós-modernismo: *"O que a arquitectura portuguesa faz, é absorver, razoavelmente bem e com algum senso e algum sentido da realidade, os valores estruturais, muito mais que os valores epidérmicos"*[36]. Como exemplo desta pós-modernidade 'especial' citam o SAAL, *"uma espécie de pós-moderno ideológico ou re-ideologizado"*[37], onde *"a história entrou como matéria de projecto com uma grande naturalidade"*[38] e o lugar e as tradições *"foram interpretados e assumidos como património, nunca fazendo deles 'tábua-rasa'"*[39]. XXV

36. COSTA, Alexandre Alves; FERNANDEZ, Sergio; MOURA; Eduardo Souto; SIZA, Álvaro; TAVARES, Domingos - Um quadradinho a menos. JA. n.º208 (2002), p.19

37. Ibidém, p.16

38. Ibidém, p.16

39. Ibidém, p.16

Conseguir ler a arquitetura de um certo território na busca daquilo que podemos chamar identidade não será de todo fácil. Na contemporaneidade, a existência de um princípio à priori do projeto, como era regra imposta, por exemplo, pelo Moderno, deixou de estar convencionado. A intervenção parece ser plural e fragmentada, reunindo uma abundância de soluções distintas onde predomina o sistema individual. Existem abordagens de contraste, abordagens mais conservadores e abordagens de analogia, empurrando a arquitetura contemporânea para um vazio de sentido global, de missão. XXVI

O recurso à história, uma disciplina que nos remete para o passado, implica sempre o envolvimento de uma subjetividade própria do seu

autor, sujeita, como qualquer outra, a erros de interpretação, virtualizando uma realidade que já não é senão uma memória ou uma transmissão de memórias entre vários intervenientes. Essa 'realidade virtual' que nos mostra um determinado lugar é depois ainda filtrada por uma leitura que salienta os fatores necessários para o estabelecimento de uma essência da arquitetura, de um país ou região. Para o sucesso deste processo é preciso "*reconhecer que a história é até um certo ponto uma 'ilusão' e 'memória construída'*"[40], e que o filtro usado pelo investigador tem também as suas distorções.

40. PIMENTEL, Irene - *O que parece é?*. JA. nº244 (2012), p.22

BEM-VINDOS AO VÁCUO

WELCOME TO THE VACUUM

Joaquim Moreno – O que lhe interessa mais, ser crítico ou fazer crítica? De que modo se relaciona com esta importante divisão geracional?
Mark Wigley – Ser crítico significa apenas pensar. Nesse caso, o que significa pensar? Significa não só ter uma ideia mas também, simultaneamente, ter uma ideia sobre o efeito dessa ideia; senti-la mover-se no mundo. Ser crítico é pensar nesse movimento. Uma crítica a uma peça de arquitectura, ou a um amigo, ou a uma refeição não se limita a dizer o que uma coisa é. Não é um documentário, é antes uma reflexão sobre a forma como algo se move no mundo, interagindo com ele. Esta reflexão é por si só uma obra, uma espécie de obra de arte, pois nada se move de forma circunstancial, singular ou não ambígua. Há muitas formas de entender o movimento. Como tal, a crítica a uma peça de arquitectura é uma reflexão sobre como essa obra, essa ideia, pode ser relevante, pode interagir com o que a rodeia: acompanhando os seus movimentos possíveis. E todos nós podemos ter diferentes ideias sobre estes movimentos possíveis, em especial porque o edifício propriamente dito obviamente não se move, limita-se a estar ali. Assim, de certa maneira, a crítica a um edifício tenta

AS ESCOLAS DE ARQUITECTURA ESTÃO CHEIAS DE CRÍTICOS. MAS É CLARO QUE OS PROFESSORES TÊM DIFERENTES GRAUS DE IMAGINAÇÃO. MUITOS DOS NOSSOS CRÍTICOS ESQUECERAM-SE DO QUE SIGNIFICA SER CRÍTICO.

imaginar de que forma o objecto estacionário se está na realidade a mover no mundo das ideias, no mundo da cultura, ou da economia, do clima, o que for. Crítica é imaginação. Numa escola de arquitectura acreditamos a tal ponto nisto que tendemos a chamar críticos aos nossos professores. As escolas de arquitectura estão cheias de críticos. Mas é claro que os professores têm diferentes graus de imaginação. Muitos dos nossos críticos esqueceram-se do que significa ser crítico.
Julgo que se a actividade crítica, no seu melhor, é crítica, nem toda a crítica o é. É um facto que a crítica muitas vezes tenta desacelerar o pensamento. Crítica, enquanto vocábulo, é um conceito que em medicina se relaciona com um sentido de crise, por isso ser crítico é estar à beira de um possível colapso, de uma possível síncope. O crítico que é crítico faz um diagnóstico, e reage ao diagnóstico desenvolvendo cenários prováveis com diferentes prognósticos, diferentes ideias sobre movimentos futuros.
Na verdade, uma crise é habitualmente anunciada não quando tem início mas quando já fazemos uma ideia de como fazer frente à ameaça. Durante a crise propriamente dita ninguém fala de crise. Fala-se em crise quando já se consegue perceber do que se trata. A verdadeira crise dá-se antes, quando não sabemos o que é. Até mesmo a ideia de uma bancarrota iminente tem implícito o facto de finalmente se conseguir ver bem o mercado, perceber a sua forma, e ser possível vê-lo em queda, e até mesmo fazer-se o seu desenho. Por isso, quando alguém diz

Joaquim Moreno – What are you more interested in, being critical or doing criticism? How do you relate to this important generational divide?
Mark Wigley – To be critical simply means to think. What does it mean to think then? It means not just having an idea but also at the same time to have an idea about what your idea is doing; to feel the idea moving in the world. To be critical is to be thinking about this movement. Criticism of a piece of architecture, or of a friend, or of a meal, is not trying to say what something simply is. It is not a documentary, but a reflection on the way something is moving in the world, interacting with the world. This reflection is in itself a work, a kind of art work because nothing is moving in a particular, singular, or non ambiguous way. There are many ways you could understand the movement. So the critique of an architecture work is trying to think how this work, how this idea, might be relevant, might interact with its environment; tracking its possible movements. And all of us can have different ideas about these possible movements, especially since the building itself obviously doesn't move, it's just sitting there. So in a way, the critique of a building tries to imagine in which way the stationary object is actually moving in the world of ideas, the world of culture, or economy, or weather, or whatever. Criticism is imagination. We believe this so much in a school of architecture that we tend to call our teachers critics. Architecture schools are filled with critics. But obviously teachers have differenthave different degrees of imagination. Many of our critics have forgotten what it means to be critical.
I think if criticism at its best is critical, not all criticism is critical. Indeed, criticism often tries to slow thinking down. Critical as a word is a medical concept related with a sense of crisis, so to be critical is to be at the threshold of a possible collapse, a possible breakdown. The critical critic is making a diagnosis, and reacting to the diagnosis by developing possible scenarios with different prognoses, different ideas about future movement.
Usually we announce a crisis not when the crisis begins but actually when we already have a sense of how to address the threat. During the crisis itself, no one talks about crisis. Crisis is what you say when you finally can see what the thing is. The real crisis is earlier when you do not know what the thing is. Even the idea of imminent collapse implies that you finally really see a market, you can see its shape, and you can see it fall, you can actually make a drawing of it. So when someone says we are in crisis what they really mean is: not only is there a crisis but I see the way out, and it is the same in medicine. So putting these two thoughts together: the critic is the person who reads the movement of things and reads a possible change in direction, imagining a future. Criticism at its best does this in real time. Criticism is an action, a work, an ongoing work. Criticism makes a drawing.

FIG 83. página 31 de *Bem-Vindos ao Vácuo*, Mark Wigley, Joaquim Moreno (entrevistador), JA239

"Ser crítico significa apenas pensar. Nesse caso, o que significa pensar? Significa não só ter uma ideia mas também, simultaneamente, ter uma ideia sobre o efeito dessa ideia."[41] XXVIII

41. WIGLEY, Mark; MORENO, Joaquim (entrevistador) – *Bem-vindos ao vácuo*. JA. nº239 (2010), p31

O estabelecimento da crítica como processo necessário para a construção de premissas arquitetónicas válidas assim como para a formação da identidade, aparece no *J.A.* muito concentrado em dois números, *Situação-Crítica* em 2003 (JA211), resultado de um seminário homónimo da OASRN, e *Ser Crítico* (JA239), publicado em 2010. Partindo da ideia de que *"a crítica não sabe passar – nem quer, tanto quanto nos parece – sem a história"*[42], o vínculo mais claro entre as duas aparece a partir do Movimento Moderno, onde a historiografia tem um papel fundamental e inquestionável e onde a necessidade da crítica se manifesta mais intencionalmente. XXIX

42. PEREIRA, Paulo – *Os recursos da crítica, a leitura da história*. JA. nº211 (2003), p.47

O artigo que explora isto de forma mais ampla, assinado por Ana Tostões, é *Afirmação, Questionamento e Contestação do Paradigma Moderno* (JA211), que além da apresentação ligeira do panorama europeu, nos dá uma visão clara dos acontecimentos em território nacional. A autora explica então que a utilização de um conjunto de pensamentos pouco aprofundados, por *"ausência de uma crítica"*[43], condenou uma primeira geração moderna que *"trabalhou numa renovação linguística, sem aprofundar o ideário do movimento moderno"*[44]. Em Portugal, a crítica aparece com maior fulgor na revista *Arquitectura*, *"instrumento da divulgação do que de novo se produzia"*[45] que é responsável pela publicação de muitos projetos essenciais do Modernismo Internacional a par com obras da arquitetura portuguesa da nova geração, principalmente depois de 1956 com uma nova direção da revista. XXX

43. TOSTÕES, Ana – *Afirmação, questionamento e contestação do paradigma moderno*. JA. nº211 (2003), p.18

44. Ibidém, p.18

45. Ibidém, p.19

Segundo Tostões, este é um processo que deve muito à intervenção de Keil do Amaral, com destaque para a sua publicação das Maleitas da Arquitectura Nacional (recuperado no artigo *Reler as Maleitas*

18. Cassiano Barbosa. *ODAM, Organização dos Arquitectos Modernos. Porto, 1947-1952.* Porto: Asa, 1947, p.145.
19. *Arquitectura Religiosa Contemporânea*, Cat. da Exp.. Lisboa: Galeria de S.Nicolau, Abril-Maio de 1953.
20. Nuno Teotónio Pereira. "A Arquitectura e a Engenharia na Construção". *Técnica*, nº138. Lisboa: Instituto Superior Técnico, Lisboa: Maio 1942; "As Necessidades Colectivas e a Engenharia". *Idem*, nº142, Dezembro 1943 e nº143, Janeiro de 1944.
21. Manfredo Tafuri, Francesco Dal Co. *Architettura Contemporanea*. Milano: Electa, p.330.
22. Geração de arquitectos nascidos na década de 30 distinguindo-se entre outros Frederico Sant'Ana, Carlos Duarte, Pedro Vieira de Almeida, Hestnes Ferreira.
23. Alexandre Alves Costa. *Álvaro Siza, architectures 1980-1990*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1990, p.12.

demarcando do sistema vigente. A "Exposição de arquitectura religiosa contemporânea", apresentava uma evolução baseando as condições da "arquitectura cristã" no espírito do evangelho: "Pureza, Verdade, Pobreza,Paz"19, aproximando-a do sentido de pureza, de verdade dos materiais, de simplicidade e de rigor da arquitectura moderna. Nuno Teotónio Pereira, que integrou o movimento, já tinha desenvolvido desde o tempo de estudante (1943) e à margem de qualquer organização, um assinalável papel na divulgação da arquitectura moderna publicando pioneiramente na revista de estudantes Técnica: Le Corbusier sobre a *"Cité Radieuse"* e a primeira resenha em português da *Carta de Atenas* 20. Também ele, que acreditava na possibilidade de uma terceira via, foi capaz de desenvolver o olhar crítico em direcção à arquitectura moderna, ensaiando a ponte com a arquitectura vernácula.

4. Quando a crítica ao paradigma é re-encontro com a modernidade

Como é sabido, o "estilo Internacional" defendido pelos "homens do Congresso"como um meio de luta por um "Mundo Melhor, rapidamente será reduzida a uma "autêntica arquitectura da burocracia"21. A partir de meados dos anos 50 é justamente a contestação ao paradigma e á ortodoxia moderna cria as condições para o acto inaugural crítico. Por outras palavras, uma crítica que vai no sentido do ensaio aberto, especulativo, como ainda não tinha acontecido entre nós. Em 1956, os jovens da nova geração 22 pontuada por Nuno Portas, que começou na crítica de cinema, encetam na revista *Arquitectura* uma outra fase, caracterizada por uma reflexão estruturada, que vai funcionar como suporte teórico de uma nova geração de arquitectos que está atenta: à necessidade de uma diferente adequação social e histórica, de criar perspectivas críticas polémicas que possam estruturar uma nova plataforma resultante das clivagens inevitáveis da "ampla unidade do Congresso"23.

FIG 84. página 21 de *Afirmação, Questionamento e Contestação do Paradigma Moderno*, Ana Tostões, JA211

da Arquitectura Nacional (JA199) por Michel Toussaint) e para o lançamento do problema da arquitetura tradicional em *Uma Iniciativa Necessária*, que culminaria na realização do Inquérito à Arquitectura Popular, já aqui referido antes. "*Consciente da necessidade de uma investigação para o caminhar da arquitectura moderna, Keil acredita numa arquitectura funcional, 'feita para servir mais do que para agradar' com raízes nas muitas e valiosas lições da arquitectura regional*"[46]. Segundo esta perspetiva, a revista *Arquitectura* é, na verdade, a fundadora da crítica de arquitetura em Portugal: "*a crítica era a revista! Operacional, estimulante e dinâmica*"[47]. A influência de uma publicação deste cariz foi, desde o seu aparecimento nos anos 50 e até ao período da Revolução de Abril, de valor incomensurável para uma discussão contemporânea dos temas do Moderno em território Português, "*estimulando um re-encontro com a modernidade que assume, pela primeira vez entre nós, uma posição de contemporaneidade*"[48].

46. Ibidém, p.20

47. Ibidém, p.22

48. Ibidém, p.22

XXXI

Como complemento desta reflexão, Nuno Grande defende em *Panorama recente da crítica: Portugal e o Contexto Europeu* (JA211) que é, efetivamente, a revista *Arquitectura* que garante reconhecimento internacional da crítica de arquitetura feita em Portugal. Para o autor, prova disso é Nuno Portas, "*o mais profícuo crítico dessa geração*"[49], que procura relação constante e cruzamento de pensamentos com Oriol Bohigas, Vittorio Gregotti e Bruno Zevi, opondo-se definitivamente à política redutora do Estado Novo. Acrescenta ainda, num registo mais atual, alguns apontamentos sobre a realidade das revistas de arquitetura portuguesas, hoje presentes com uma variedade impensável noutros tempos. Neste âmbito cita também o *J.A.*, opondo-o aos exemplos de difusão mais comercial, posicionando-o "*à ilharga das estratégias comerciais de edição, optando assim por uma reflexão teórica tematizada e supra-corporativa.*"[50]

49. GRANDE, Nuno – *Panorama recente da crítica: Portugal e o contexto europeu.* JA. nº211 (2003), p.17

50. Ibidém, p.17

XXXII

Estabelecida esta proveniência da crítica de arquitetura a partir da história como domínio maior, será pertinente citar o artigo de Fréderic Migayrou, *Compreender a topografia dos discursos* (JA211), que questiona precisamente qual será o ponto de partida para um discurso crítico válido. Para o autor, fundamentar um pensamento crítico, assegurando-

FIG 85. participantes do seminário da OASRN, "Situação-Crítica" - JA211

-lhe uma validade à priori da subjetividade que depois se lhe impõe, é estar em confronto com a história, "*com a biblioteca de arquitectura, que representa, ao mesmo tempo, a 'autoridade' e uma espécie de norma para quem deseja ter uma posição crítica em arquitectura*"[51]. XXXIII

51. MIGAYROU, Fréderic – *Compreender a topografia dos discursos.* JA. nº211 (2003), p.42

Segundo Ana Vaz Milheiro, a crítica e a história não são mais do que dois modos de usar a memória, valendo-se obviamente, com mais ou menos validade, da sua possibilidade de omissão. Na crítica essa verdade 'incompleta' diz respeito ao prevalecimento de uma teoria, ao estabelecimento de um novo mundo virtual: "*a memória está ainda presente. Mas é uma memória que se perde em teias complexas, que questiona cada vez mais a sua validade, que perdeu certa capacidade de discernimento*"[52]. Quando a autora apresenta uma distinção não permeável entre história e crítica, distinção esta usada erradamente em muitos campos disciplinares, está já ela própria a posicionar-se num campo de julgamento, dizendo que a crítica, ao contrário da história que se destina ao passado, corre assim o risco de ser considerada "*uma espécie de adivinhação*"[53], tratando do "*presente imediato*".[54] Face a esta falta de credibilidade da crítica por parte do senso comum, e fazendo aquilo que podemos chamar uma 'crítica da crítica', Ana Vaz Milheiro descreve o cenário atual como um conformismo da crítica ao domínio da historiografia: "*Nesta, vislumbrou a credibilidade de que carecia. Nesta, ainda, viu um campo aberto à clarificação dos seus próprios objectivos e defesa de interesses que só por pudor se inibia de confessar. Desta forma assumiu discursos históricos e retirou a carga panfletária que a obrigava a ser afirmativa, a transportar um desejo de revolução.*"[55] É esta revolução de que fala que fica esclarecidamente classificada como 'interdita', retirando da crítica "*muita da sua vivacidade e sentido de transgressão.*"[56] XXXIV

52. MILHEIRO, Ana Vaz – *Memória e adivinhação ou os recursos da crítica.* JA. nº211 (2003) p.59

53. Ibidém, p.55

54. Ibidém, p.55

55. Ibidém, p.58

56. Ibidém, p.58

Dando-nos uma perspetiva mais contemporânea da crítica, e perante o cenário das últimas décadas em Portugal, que parece ter-se munido de suportes para o exercício da crítica e onde o número de revistas de arquitetura aumentou substancialmente, passando por vezes a fronteira nacional na projeção do seu conteúdo, Pedro Bandeira (JA211) comenta que o crescimento dos meios parece ser inverso ao da crítica: "*habituámo-*

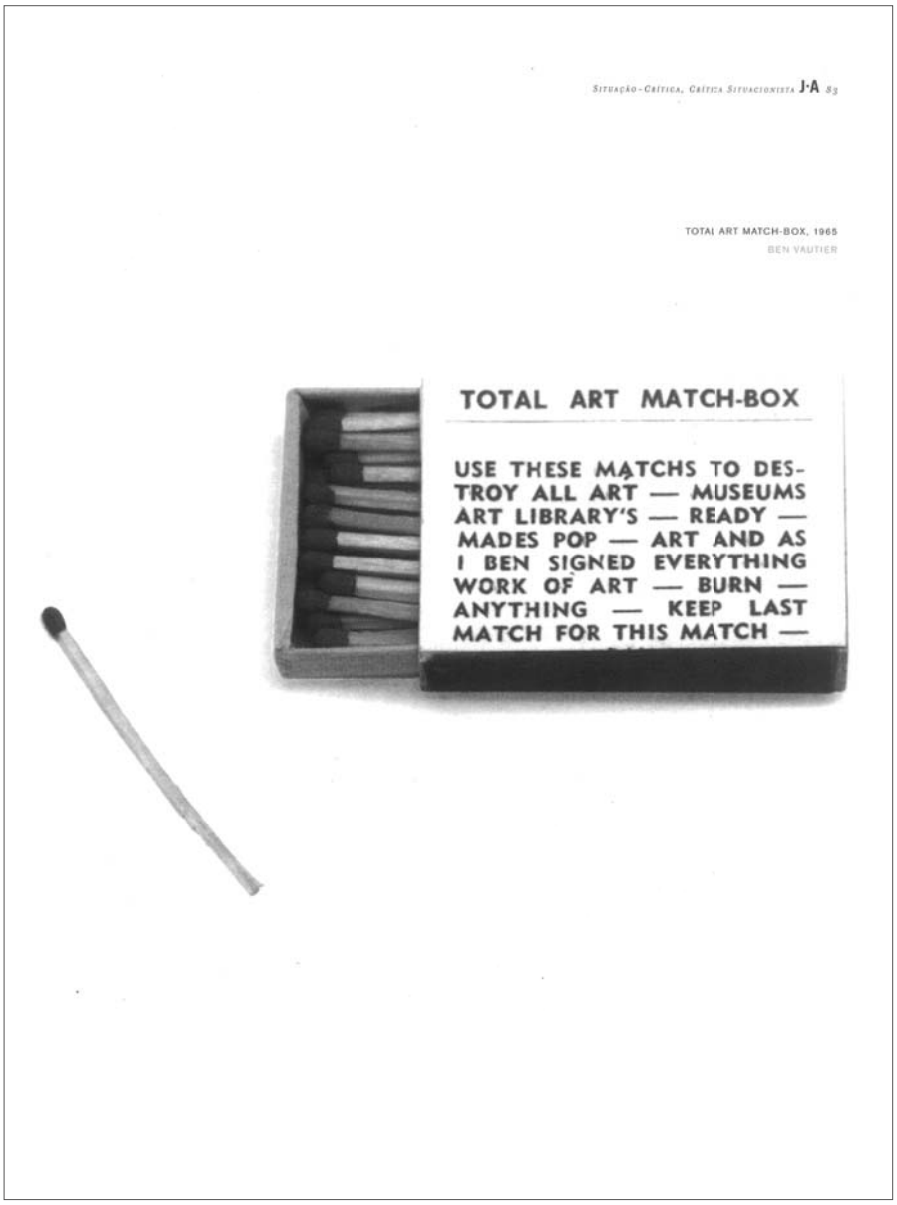


FIG 86. página 83 de *Situação-Crítica, Crítica Situacionista, Pedro Bandeira, JA211*

nos a denominar por crítica o que não passa de divulgação, como uma espécie de publicidade dissimulada. Deverá ser possível ultrapassar a situação-crítica da critica sem ser enredado na escala da meta-narrativa ideológica ou no perverso deslumbre por uma superficialidade efémera"[57]. XXXV

57. BANDEIRA, Pedro – *Situação-Crítica, Crítica Situacionista.* JA. nº211 (2003), p.87

Duma leitura global de alguns ensaios sobre a realidade mais atual da crítica, percebe-se que esta sofre com a mediatização globalizada e larga o seu papel de estrutura maior do pensamento arquitetónico de um tempo, perdendo-se entre *"documentalismo técnico e o comentarismo elogioso"*[58], dando lugar a um discurso vazio que se esconde por detrás de enigmas 'pseudo-eruditos'. Paulo Martins Barata faz até um paralelo entre a crise da crítica e a crise da arquitetura, dizendo que *"esta ataraxia inviabiliza a emergência de uma cultura crítica que não seja imediatamente entendida como mais um projecto de promoção. E, no entanto, não será dessa faculdade que depende a própria sobrevivência da cultura arquitectónica?"*[59] XXXVI

58. BARATA, Paulo Martins – *As funções da crítica. Depois das ideologias.* JA. nº211 (2003), p.67

59. Ibidém, p.67

Neste sentido, e voltando a Ana Vaz Milheiro, a história continua a fazer vencer a sua segurança, a prender-nos a ela, quando *"deveríamos cada vez mais libertar-nos dela"*[60]. O uso da história na obra corre o risco de tocar o pop com as suas referências literais, o uso da crítica faz da história um ensinamento para a obra com aplicação filtrada. XXXVII

60. MILHEIRO, Ana Vaz – *Memória e adivinhação ou os recursos da crítica.* JA. nº211 (2003), p.59

Quando se passa deste momento particular para o número que pode ser considerado o seu prolongamento temático, embora temporalmente adiantado, aquilo que *Ser Crítico* (JA239) retorna é, em muitos dos seus conteúdos, uma continuação de um discurso preocupado com o futuro da crítica de arquitetura, com a sua operatividade e com o futuro da obra sem um apoio teórico. Ainda no momento de lançamento do tema, feito como é habitual por Manuel Graça Dias, a definição de crítica de arquitetura é apresentada como *"entender o fazer dos outros e orientar-se por aí; relatar as dificuldades sentidas, a quantidade de desacerto ou, pelo contrário, as sobreposições perfeitas."*[61] Com base nesta definição desenrola-se depois o papel do próprio arquiteto, enredado numa 'estetização', para quem a capacidade crítica deveria também ser fundamental, exercendo *"a capacidade de ler e recusar o 'gasto', o*

61. DIAS, Manuel Graça - *O Segredo de Visconti.* JA. Nº239 (2010), p.5

FIG 86. página 83 de *Situação-Crítica, Crítica Situacionista, Pedro Bandeira, JA211*

FIG 87. página 36 de *Os Críticos não se inventaram de um dia para o outro, Carlos S. Duarte, JA239*

muito experimentado, o modo infantil de continuar a repetir palavras ou gestos que nada significam. E significar é a sempre procura presente na actividade artística."[62]

62. Ibidém, p.5

XXXVIII

Da globalidade do número, destaque especial para três participações. A entrevista que dá Mark Wigley a Joaquim Moreno, *Bem-vindos ao vácuo*, seguida de um depoimento de Carlos S. Duarte, *Os críticos não se inventaram de um dia para o outro*, e por fim aquele que talvez se possa considerar o mais importante e contemporâneo artigo sobre o tema, *Houston we have a problem, O fim da crítica de arquitectura.*

XXXIX

Mark Wigley, embora inserido num panorama longe da realidade portuguesa, tece considerações generalistas também relevantes para a percepção de uma realidade como a portuguesa. Enfatizando a ideia de que a crítica *"não se limita a dizer o que uma coisa é "*[63], e que deve antes ser *"uma reflexão sobre a forma como algo se move no mundo, interagindo com ele"*[64], releva a importância do discurso por parte do arquiteto autor, considerando-o como portador de uma retórica mais interessante que qualquer outra, pelo seu fundamento, acrescentando no entanto que esse discurso não exclui a possibilidade de outras interpretações que devem, ao contrário do que acontece em muitos meios de comunicação, incluir uma crítica que crie e suporte outras leituras.

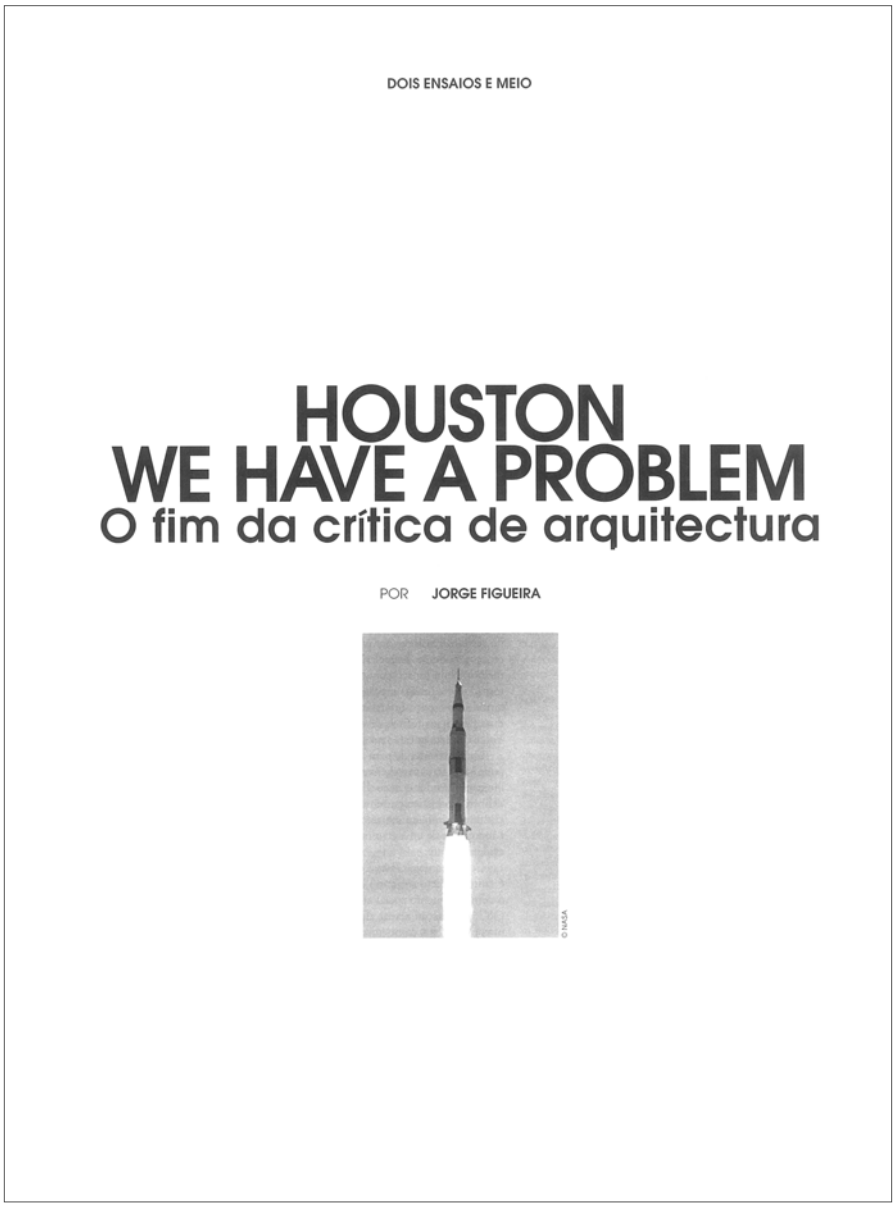
63. WIGLEY, Mark; MORENO, Joaquim (entrevistador) - *Bem-vindos ao vácuo.* JA. n.º239 (2010), p.31

64. Ibidém, p.31

XL

Quando Carlos S. Duarte dá o seu contributo narrado na primeira pessoa como integrante da revista *Arquitectura* em 1957, data em que a mudança da direção altera o paradigma da revista de político para arquitetónico, aquilo que se lê é mais um contributo para a validação da crítica portuguesa na história, uma constante no pensamento interventivo daquela geração: *"uma das nossas preocupações era iniciar uma coisa que nunca tinha existido em Portugal: a crítica de arquitectura."*[65] Muito embora a fundação desta crítica seja apresentada como um processo controverso e difícil, muito por causa da contradição entre pré e pós 1957, e também pela inexperiência dos novos (e escassos) intervenientes, o seu posterior sucesso será inegável. Num constante paralelismo entre aqueles tempos e os que vivemos hoje, o autor acredita que o papel

65. DUARTE, Carlos S.; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação do texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação do texto) - *Os Críticos não se inventaram de um dia para o outro.* JA. n.º239 (2010), p.38


DOIS ENSAIOS E MEIO

HOUSTON
WE HAVE A PROBLEM
O fim da crítica de arquitectura

POR JORGE FIGUEIRA

FIG 88. página 85 de *Houston we have a problem, o fim da crítica de arquitectura*, Jorge Figueira, JA239

da crítica se mantém de alguma forma inalterado: "ser capaz de fazer pensar e de abalar convicções".[66] Nesse sentido considera necessário que a divulgação feita junto do grande público seja eficaz, usando uma escrita "legível, fácil, compreensível"[67], que consiga "obrigar as pessoas a pensar"[68] e que fomentando o debate adquira capacidade para contribuir activamente na melhoria do nível geral da produção de arquitetura. XLI

66. Ibidém, p.43

67. Ibidém, p.43

68. Ibidém, p.45

Jorge Figueira, que apresenta uma participação assertiva, extensa e fundamentada, coloca a avaliação como constante da realidade, presente na maior parte das vezes como simples 'opinião' a que chama de *"adoçante da crítica."*[69] A atividade da crítica como *"procura de sentido no espaço intersticial entre a teoria e a promoção/reportagem, as duas principais formas de discurso à volta da arquitectura da nossa época"*[70], parece impor dificuldade acrescidada no seu exercício que se qualifica como público. Fazendo algumas distinções fundamentais para a compreensão do seu campo de ação, o autor di*stingue história, "o exame do passado através das suas marcas"*[71] e teoria, "um modo discursivo sedutor, com a plasticidade e o poder de 'denunciar' as narrativas da história"[72], posicionando depois a crítica num espaço de experiência quotidiana, de reflexão sobre o acontecimento imediato, e por isso mesmo. colocando-se num plano distinto do da história e da teoria, lutando contra valores de comunicação informativos e descritivos que prejudicam a consolidação da arquitetura contemporânea, assim como impedem o seu avanço consciente, fundamentado e 'crítico'. *"Hoje, perante a sobrecarga de sentidos que as obras (de arquitectura) integram, talvez o caminho da crítica passe por ser [...] o sítio de uma arqueologia do impacto; onde se analisa a origem (a história) e a trajectória (a teoria) do objecto."*[73] XLII

69. FIGUEIRA, Jorge - *Houston we have a problema. O fim da crítica de arquitectura.* JA. nº239 (2010), p.86

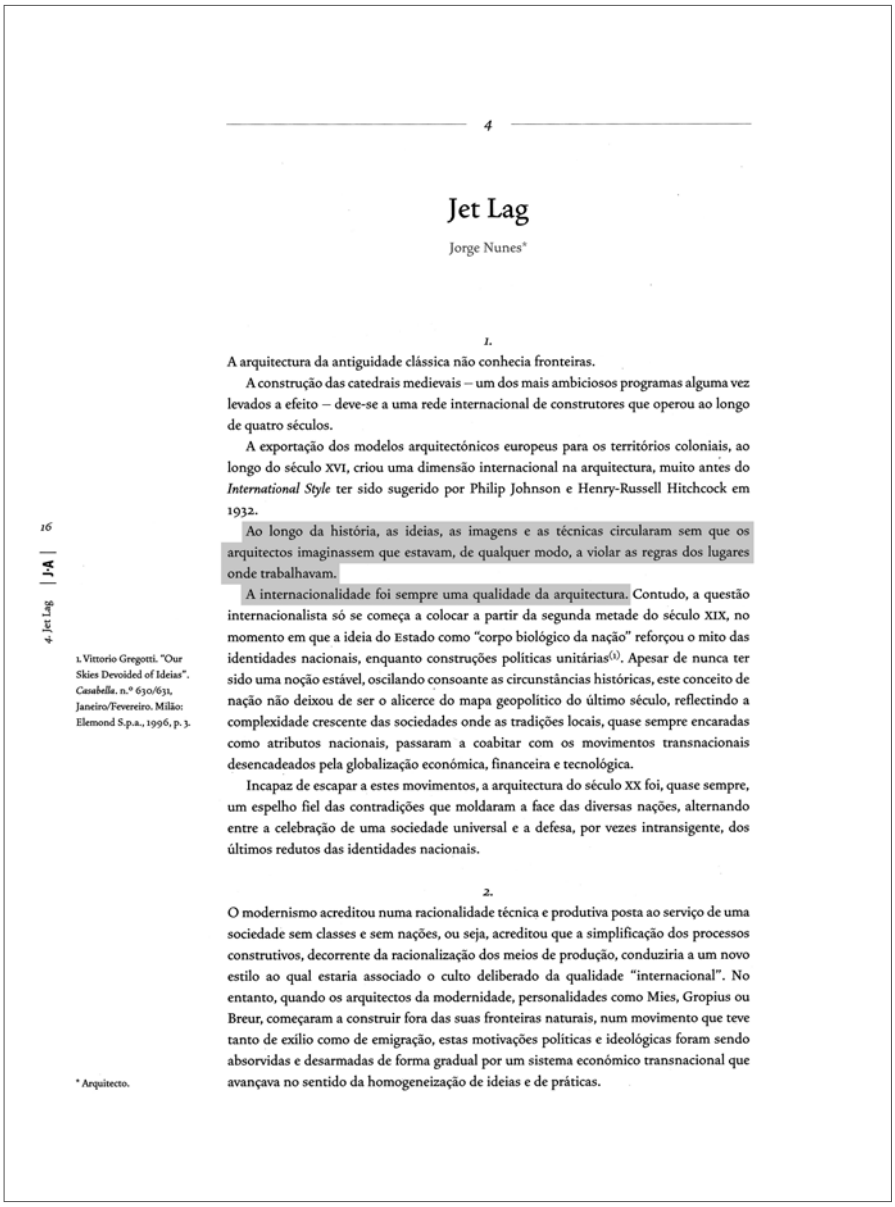
70. Ibidém, p.86

71. MATTOSO, José - *A Escrita da História, Teoria e Métodos* cit. por FIGUEIRA, Jorge - *Houston we have a problema. O fim da crítica de arquitectura.* JA. nº239 (2010), p.91

72. FIGUEIRA, Jorge - *Houston we have a problema. O fim da crítica de arquitectura.* JA. nº239 (2010), p.91

73. Ibidém, p.93

De uma forma geral, e muito embora haja uma raiz cultural portuguesa da crítica, explicada aqui com o exemplo da revista *Arquitectura*, sente-se hoje não uma falta de espaço ou plataformas mas antes um conformismo no seu exercício, reclamado em moldes que abranjam mais do que um núcleo 'académico' restrito de arquitetos, projetando-se de forma global e capaz de discernir valores e gerar debate, afastando as cautelas que surgem de ressentimentos e geram o silêncio que compromete o desenvolvimento cultural. XLIII



4

Jet Lag

Jorge Nunes*

1.

A arquitectura da antiguidade clássica não conhecia fronteiras.

A construção das catedrais medievais – um dos mais ambiciosos programas alguma vez levados a efeito – deve-se a uma rede internacional de construtores que operou ao longo de quatro séculos.

A exportação dos modelos arquitectónicos europeus para os territórios coloniais, ao longo do século XVI, criou uma dimensão internacional na arquitectura, muito antes do *International Style* ter sido sugerido por Philip Johnson e Henry-Russell Hitchcock em 1932.

Ao longo da história, as ideias, as imagens e as técnicas circularam sem que os arquitectos imaginassem que estavam, de qualquer modo, a violar as regras dos lugares onde trabalhavam.

A internacionalidade foi sempre uma qualidade da arquitectura. Contudo, a questão internacionalista só se começa a colocar a partir da segunda metade do século XIX, no momento em que a ideia do Estado como "corpo biológico da nação" reforçou o mito das identidades nacionais, enquanto construções políticas unitárias(1). Apesar de nunca ter sido uma noção estável, oscilando consoante as circunstâncias históricas, este conceito de nação não deixou de ser o alicerce do mapa geopolítico do último século, reflectindo a complexidade crescente das sociedades onde as tradições locais, quase sempre encaradas como atributos nacionais, passaram a coabitar com os movimentos transnacionais desencadeados pela globalização económica, financeira e tecnológica.

Incapaz de escapar a estes movimentos, a arquitectura do século XX foi, quase sempre, um espelho fiel das contradições que moldaram a face das diversas nações, alternando entre a celebração de uma sociedade universal e a defesa, por vezes intransigente, dos últimos redutos das identidades nacionais.

2.

O modernismo acreditou numa racionalidade técnica e produtiva posta ao serviço de uma sociedade sem classes e sem nações, ou seja, acreditou que a simplificação dos processos construtivos, decorrente da racionalização dos meios de produção, conduziria a um novo estilo ao qual estaria associado o culto deliberado da qualidade "internacional". No entanto, quando os arquitectos da modernidade, personalidades como Mies, Gropius ou Breur, começaram a construir fora das suas fronteiras naturais, num movimento que teve tanto de exílio como de emigração, estas motivações políticas e ideológicas foram sendo absorvidas e desarmadas de forma gradual por um sistema económico transnacional que avançava no sentido da homogeneização de ideias e de práticas.

16 | J.A | 4. Jet Lag

1. Vittorio Gregotti. "Our Skies Devoided of Ideias". *Casabella*. n.º 630/631, Janeiro/Fevereiro. Milão: Elemond S.p.a., 1996, p. 3.

* Arquitecto.

FIG 89. página 16 de *Jet Lag*, Jorge Nunes, JA210

MEMÓRIA LOCAL OU IDENTIDADE GLOBAL?

"Ao longo da história, as ideias, as imagens e as técnicas circularam sem que os arquitectos imaginassem que estavam, de qualquer modo, a violar as regras dos lugares onde trabalhavam. A internacionalidade foi sempre uma qualidade da arquitectura."[74] XLIV

74. NUNES, Jorge – *Jet Lag.* JA. nº210 (2003), p.16

Como sugere Jorge Nunes em 2003, limitar fronteiras para o discurso da arquitetura parece ser uma impossibilidade. Elas existem para países e/ou regiões, existem política e economicamente, mas o impedimento da circulação livre de cultura parece inconcretizável. Essa condição genérica, ou pelo menos mestiça, da arquitetura, põe em destaque o binómio local/global, tradicional/internacional, levando-nos a questionar prós e contras desse efeito na constituição de uma identidade específica de cada lugar. XLV

O ensaio de que aqui se fala, *Jet Lag* (JA210), é talvez o mais amplo no questionamento do carácter global da arquitetura. Como defende o autor, a questão internacional assumiria mais evidência apenas a partir da segunda metade do século XIX com a qualificação do Estado e dos seus princípios a *"corpo biológico da nação"*[75] e no sentido de construções identitárias fortes, *"enquanto construções políticas unitárias"*[76]. XLVI

75. Ibidém, p16

76. Ibidém, p16

Perante esta questão universal podemos, no caso de Portugal, começar por colocá-la no período colonial e na transferência de princípios entre colónia e colono. Para isso cita-se Eduardo Lourenço, em 2009, no único artigo do *J.A.* que faz esta referência, *Ainda hoje os portugueses andam aí pelo mundo a apanhar os ossos do império* (JA237): *"se tivermos uma perspetiva apenas a partir do interior do nosso rectângulo, falhamos essa outra maneira de nos percepcionarmos como portugueses. Portugal é essa nação que, num certo momento, saiu"*[77]. Fica exposto no ensaio que a primeira grande oportunidade de globalização, embora não se possa dizer que totalmente (porque resistem muitas arquiteturas no Brasil e na "nossa" África), falhou na projeção da riqueza cultural de um país em crescimento. XLVII

77. LOURENÇO, Eduardo; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto); FIGUEIRA, Jorge (recolha e fixação de texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto) – *Ainda hoje os portugueses andam aí pelo mundo a apanhar os ossos do império.* JA. nº237 (2009), p.41

FIG 90. "Turista de calções e sapatos de vela planeando uma viagem numa esplanada", Luís Torgal - JA197

A segunda maior oportunidade talvez tenha sido a da afirmação das nossas qualidades territoriais únicas com a expansão do turismo a partir do início do século XX, essa já extensivamente documentada no *J.A.*. Este tema, o do turismo, interno e externo, ganha campo iniciando-se com dois números em 2000, *As Praias de Portugal I* (JA196) e *As Praias de Portugal II* (JA197), repercutindo-se em 2007 com o número *Férias* (JA227). XLVIII

É Atílio Forte quem sublinha a posição decisiva do turismo no panorama português. Em *Turismo é Actividade Determinante na Economia Portuguesa* (JA196), explica que a atividade económica do turismo detém um papel de grande relevância no equilíbrio da economia portuguesa, *"ocupando o décimo quinto lugar entre os destinos turísticos mundiais, tendo recebido em 1999 um total de 11,6 milhões."*[78]. Não só deste artigo, mas também de uma leitura generalizada se pode concluir que se o processo de divulgação do território poderia envolver uma estratégia global que implicasse uma estrutura territorial planeada e uma arquitetura de qualidade a par com a valorização do património, tal nem sempre se verifica e a oportunidade de transmissão da boa imagem da arquitetura portuguesa fica por passar. XLIX

78. FORTE, Atílio - *Turismo é actividade determinante na economia portuguesa*. JA. nº196 (2000), p.54

"Os portugueses despertaram para o turismo em 1922, quando uma excursão de 800 americanos desembarcou em Lisboa"[79], afirma Carlos Duarte em *O Algarve Soma e Segue*, como parte da pequena historiografia que faz do turismo. Começam-se a desenvolver planos para a expansão do turismo interno nos anos 30, maioritariamente concentrado em polos regionais como a Figueira da Foz ou Espinho, e só nos anos 50, consequência da popularidade da atividade, se dá o investimento no Sul do país com o Algarve a ganhar visitantes de toda a Europa, inserido já, a par com Espanha, no turismo de massas. Em 1961, fruto da já sentida inexistência de plano para a zona, Keil do Amaral elabora, conforme encomenda do governo, o Estudo de Bases para o desenvolvimento temático do Algarve. *"Entretanto, ao longo dos anos 60, terras e praias mudavam de aspecto a grande velocidade"*[80], mutação impossível de acompanhar por uma arquitetura conscienciosa e respeitadora das especificidades do lugar. L

79. DUARTE, Carlos - *O Algarve soma e segue*. JA. nº196 (2000) p.11

80. Ibidém, p.13

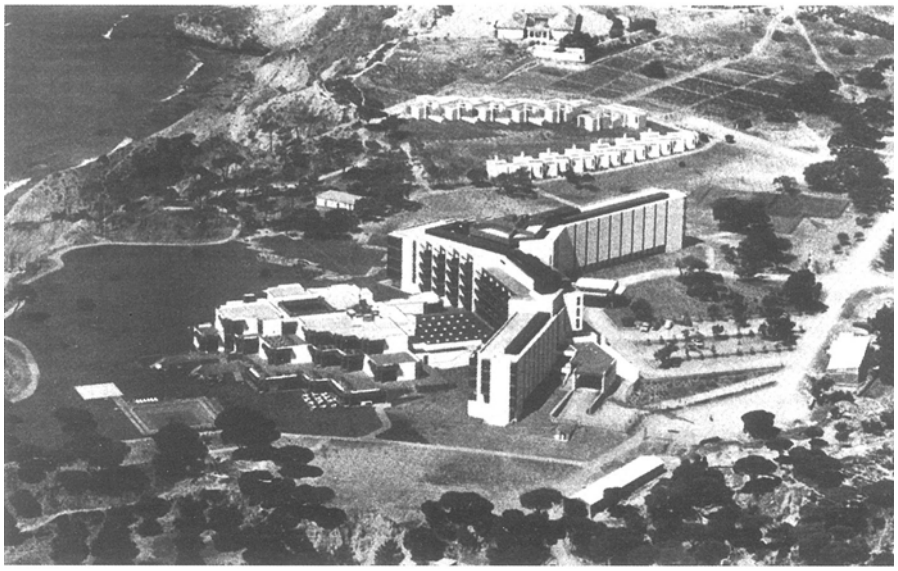


FIG 91. Hotel da Balaia, Praia Maria Luísa - *O Algarve Soma e Segue*, Carlos Duarte, JA196

FIG 92. Hotel Algarve, Praia da Rocha - *O Algarve Soma e Segue*, Carlos Duarte, JA196

Como defende o autor, a nova paisagem daninha criada por hotéis e aldeamentos, pagos por gananciosos promotores e com o consentimento de câmaras municipais ávidas de contribuições maiores, culmina numa ocupação máxima, até excessiva, de um território frágil ecológica e infraestruturalmente. *"O ambiente degrada-se? As infra-estruturas não resistem? As praias excedem largamente a sua capacidade? Que importa, o negócio continua, toda a gente ganha, toda a gente está contente. Entretanto, já ninguém tem coragem para falar em turismo de qualidade, slogan ultrapassado de outros tempos. Qualidade, para quê?"* [81]

81. Ibidém, p.14

LI

A conclusão que aqui importa reter será que transformar o Algarve no que ele é hoje, um grande polo europeu de turismo balnear, com muitas das mais bonitas praias da Europa, acessível a todos, não tinha que ser contrário a uma *"política de turismo inteligente e diligente, com a defesa da paisagem e das tradições locais"*[82], que como estabelecimento identitário falha na projeção da qualidade da arquitetura portuguesa.

82. Ibidém, p15

LII

Como remate desse discurso crítico sobre a imagem projetada de Portugal através do turismo, diz Manuel Graça Dias em *Três Praias de Portugal* (JA196), com tom sugestivo, que a linguagem arquitetónica utilizada é pouco verdadeira, desrespeita o lugar e está muito pouco preocupada com a urbanidade que (não) gera na outra metade do ano, quando apenas a população local utiliza espaços agigantados e desconfortáveis; que os territórios em questão são, na sua maioria, aglomerados urbanos sem identidade que passam de Portugal uma imagem culturalmente diminuta, sítios onde a arquitetura é *"'fixada' por modelos de vaga portugalidade ou de duvidosa organicidade 'mediterrânica"*[83]. Este discurso crítico induz-nos então o problema da identidade do lugar que, num país que depende economicamente desta atividade, deveria procurar como prioridade uma diferença, até porque o desenvolvimento e a preservação não têm de ser incompatíveis.

83. DIAS, Manuel Graça - "Três Praias de Portugal". JA. nº196 (2000) p.19

LIII

É Alexandre Alves Costa, em *Então e Portugal, hein?...Cheira bem!* (JA197), quem expõe verdadeiramente esta união. Num artigo profundamente crítico, questiona-se a falta de atenção política para

centralidades. Julgamos que é a hora dos arquitectos que o saibam entender, no seu conjunto, e actuem como se de uma obra de arquitectura contemporânea se tratasse: uma estrutura unitária, clara e sólida, que integre partes, diversidades, identidades.

Não há percursos turísticos pelo subúrbio e a cidade abandonada, sem comércio e meio arruinada, não é um muito animador campo para explorar turisticamente.

Nos edifícios, nas cidades ou no território sempre humanizado, a arquitectura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos.

Tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e de continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a sua transformação chama-se Arquitectura. Uma sem a outra chama-se fracasso da arquitectura moderna. Citei Álvaro Siza.

A questão da identidade cultural — e a do património, portanto — é cada vez mais actual. O património assume-se, também, como um campo de debate político. E é através do seu uso e rentabilização pelo turismo qualificado que, simultaneamente, o ajudaremos a sobreviver e daremos razão própria ao peregrinar contemporâneo.

Por isso, retomando a metáfora inicial, um verdadeiro projecto de desenvolvimento turístico passa por manter vivo e presente o visitável, única forma de evitar os prazeres fáceis ou as aventuras suaves. Os contactos autênticos que propomos não excluem a importância simbólica e mítica do monumento silencioso cuja vitalidade será sempre um exercício de imaginação retrospectiva. Nesse sentido, esperamos não ver convertidos em pousadas turísticas o Mosteiro da Batalha ou a Torre de Belém, substituída a imaginação do visitante por circuitos funcionais climatizados que representam o fim da História, a qual, afinal, todos desejamos que continue, com passado, presente e futuro. ■

Foto: Arnold Borgerth [1993]. Lisboa: Edições 19 de Abril, 1996

Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a sua transformação chama-se Arquitectura. Uma sem a outra chama-se fracasso da arquitectura moderna.

21. "Então é Portugal, hein?... Cheira bem!" | JA | 39

FIG 93. página 39 de *Então e Portugal, hein?... Cheira bem!*, Alexandre Alves Costa, JA197

o problema e reclama-se para a classe um papel ativo na criação de imagens para promover o país. Citando-o termino: "*Poderão fazer-se automóveis Ford em Portugal. O que nunca poderá é fazer-se turismo português... na América*"[84], o que sugere que esta oportunidade ainda não está, afinal, totalmente perdida. LIV

84. COSTA, Alexandre Alves - *Então e Portugal, hein?...Cheira bem!.* JA.. nº197 (2000), p.37

A projeção da arquitetura portuguesa tem também outras vias que podem conduzir à prosperidade. O número *Journal du Voyage du Cavalier Bernin en France* (JA212) é precisamente o fruto da reflexão sobre a internacionalização da cultura e a respetiva dissolução de fronteiras. Deste número de 2003, destacam-se então dois artigos: O editorial assinado por Graça Dias, *Uma Chance Maior*, e um artigo de Jorge Sampaio, *Oportunidades Ímpares*, que não sendo profundamente enraizado nas questões íntimas da arquitetura, acaba por mostrar o papel fundamental da política neste processo de promoção de um estilo, de uma identidade, mesmo que ela seja apenas um modo de fazer ou uma determinada base teórica. LV

Estas leituras explicam que com a entrada na União Europeia há um facilitismo de lançamento mas também um envolvimento na política global, "*o nascimento de novas oportunidades e contactos*"[85], fatores que transformam em muitos sentidos Portugal, mas que não levam consigo a existência de um património construído, a mais valia portuguesa para "amarrar" os seus lugares. Por isso mesmo, face à nossa afirmação das últimas décadas, existe por parte dos autores uma chamada de atenção para o aproveitamento das oportunidades que vão surgindo já que "*é visível o desejo dos nossos arquitectos de assumirem, na sociedade global, dotada de capacidades de comunicação antes impensáveis, o papel que lhes cabe.*"[86] LVI

85. SAMPAIO, Jorge - *Oportunidades ímpares.* JA. nº212 (2003), p.14

86. Ibidém, p.14

Jorge Sampaio lança o apelo: "*O Estado - do estado central às autarquias - tem de ter presente esta nova realidade. E a sociedade também. Por isso, é necessário multiplicar os esforços [...] para alargar a influência de uma arte que desde há séculos, os portugueses souberam difundir um pouco por toda a parte*"[87]. Manuel Graça Dias também: "*Dever-se-ia apostar muito mais na divulgação das capacidades do*

87. Ibidém, p.14

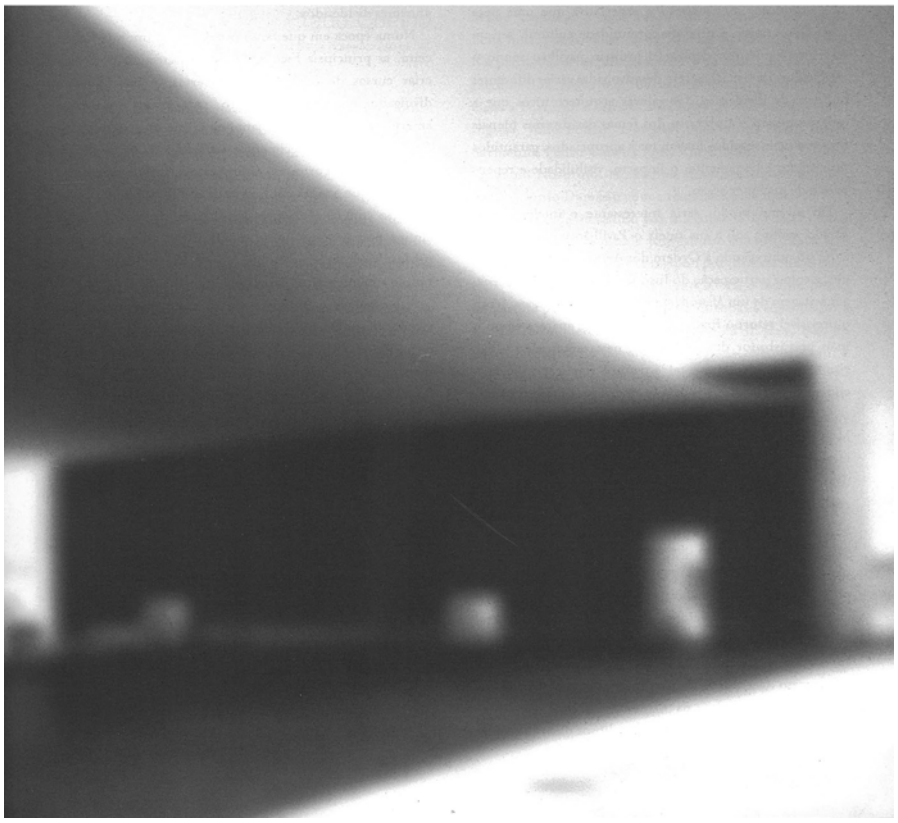


FIG 94. Pavilhão de Portugal, Álvaro Siza, 1998 - *Uma Chance Maior*, Manuel Graça Dias, JA212

país, utilizando as qualidades da sua arquitectura, dos seus arquitectos, das suas escolas e dos seus professores."[88] Além disto, sugere ainda a possibilidade de reutilização do Pavilhão de Portugal na Expo'98 para "*montagem de um Museu da Arquitectura Moderna Portuguesa."*[89] LVII

88. DIAS, Manuel Graça - *Uma chance maior.* JA. nº212 (2003), p.16

89. Ibidém, p.18

Se esta distribuição plural de discursos falha, como sugerem as citações anteriores, é a difusão individual de imagens e estilos que pode tomar o seu lugar. Acresce que se por um lado essa projeção internacional de uma pequena fração dos arquitetos portugueses pode ser "*um evidente sinal da qualidade das nossas escolas*"[90], por outro esta divulgação apoia-se numa 'indústria cultural' que sobrevive "*através de mecanismos de circulação que se apoiam num marketing mais ou menos agressivo, mais ou menos injusto face à quantidade de autores que ficam por conhecer e partilhar* "[91]. LVIII

90. SAMPAIO, Jorge - *Oportunidades ímpares.* JA. nº212 (2003), p.14

91. DIAS, Manuel Graça - *Uma chance maior.* JA. nº212 (2003), p.16

No caso específico da arquitetura portuguesa, como nos diz pontualmente Seixas Lopes, a origem do fenómeno está provavelmente enraizada no Regionalismo Crítico e em Álvaro Siza, principal percursor da difusão do trabalho feito em Portugal, por meio de Kenneth Frampton e outros promotores, quando "*a sociologia da profissão era outra, mais restrita. Ser arquitecto no início de 1980 ainda era uma questão de pedigree. Hoje, são precisos outros atributos para marcar uma posição. [...] A especulação imobiliária e a massificação do ensino arrumaram com qualquer altivez olímpica da arquitectura."*[92] LIX

92. LOPES, Diogo Seixas - *Profissão: Português.* JA. nº243 (2011), p.9

Voltando a incluir *Jet Lag* (JA210), também publicado em 2003, o autor defende que esta arquitetura do star system, *"a marca pessoal, imediatamente identificável, do autor, mais do que o edifício ou o projecto"*[93], cujo pico exponencial da mediatização acontece nos anos 90, estava apenas disponível para quem tinha meios económicos para encher as suas cidades de 'estrelas colecionáveis' e que "*actuando deste modo, a arquitectura reduz-se a uma mensagem sem uma identidade linguística que esteja especificamente relacionada com o lugar e uma tradição"*[94]. LX

93. NUNES, Jorge - *Jet Lag.* JA. nº210 (2003), p.18

94. Ibidém, p.18

Como conclusão, e segundo Graça Dias, este elogio de vocabulários pessoais põe em risco a distribuição igualada do trabalho e alimenta o

preconceito: tomar a parte pelo todo é uma análise *mainstreem*, de chavões redutores sobre uma cultura que os ultrapassa largamente. Falar de arquitetura em Portugal é falar talvez de uma dezena de intervenientes, onde Souto Moura e Siza são sem dúvida as maiores estrelas da profissão. Felizmente há nas suas obras suficiente universalidade para que a síntese do nosso panorama não seja um erro integral: "*A disponibilidade de atenção provocada pelo respeito que a figura Álvaro Siza inspira (...), faz mais pela cultura portuguesa, pela vontade de a visitar, conhecer e discutir, que a maior parte das dispendiosas e desgarradas acções de marketing comercial ou turístico que algumas instituições promovem de tempos a tempos.*"[95]

95. DIAS, Manuel Graça – *Uma chance maior*. JA. nº212 (2003), p.16

LXI

A arquitetura portuguesa, que durante demasiado tempo dispensou a construção do seu discurso para além da obra, precisa agora de o fazer. E esse discurso é tanto maior quanto maior for o número de arquitetos envolvidos no "debate" internacional. E maior será também o reconhecimento da arquitetura que fica cá dentro, aquela que é tantas vezes anónima, aquela que constrói os nossos lugares, as nossas cidades, as nossas casas. Mas, como tudo em arquitetura, esta valorização do lugar também sofre aumento no processo inverso. Nada impede que "*um edifício como a Casa da Música no Porto possa ser um símbolo do país e da cidade onde foi construído.*"[96]

96. NUNES, Jorge – *Jet Lag*. JA. nº210 (2003), p.18

LXII

Fernando Távora diria: o estilo não conta, conta sim a relação entre a obra e a vida. E a arquitectura, do objecto ao território, será eficaz nesse compromisso quando e só quando, numa exemplaridade radical se fizer a si própria

Os que, como nós, negamos a fenomenologia acrítica do quotidiano que, em última análise, se limita a seguir mais ou menos euforicamente a sucessão das modas ou a sua coexistência pacífica, serão chamados, antes de mais por si próprios, a revelar o outro lado da revalorização do local e do particular, reavaliando as lógicas daquele quotidiano para descortinar outros traços que não os da sua irremediável degradação.

De resto, legitimando-os, é evidente o constante alargamento das formas de domínio da lógica da circulação mercantil sobre as actividades humanas. Daí as suspeitas ou acusações de efemeridade ou circunstancialismo, não na busca do antigo equilíbrio com a provisoriedade do quotidiano, "mas na dependência do ritmo económico da promoção e lançamento de correntes ou tendências elaboradas e apoiadas pelos críticos, conselheiros e comissários que ocupam lugares estratégicos no circuito internacional ou nacional do comércio das artes" (Vattimo).

Diremos, em síntese, que, sem recusar liminarmente a lógica do senso comum, a possibilidade de um consenso crítico e uma nova atenção à praxis quotidiana, permitirão aprofundar os projectos apenas aflorados da nossa sui generis modernidade a cumprir à revelia da teoria da modernização, com um novo senso comum que deixado a si mesmo é conservador e pode legitimar prepotências, como no passado, mas interpenetrado de novos conhecimentos pode estar na origem de uma nova racionalidade. "Uma racionalidade feita de racionalidades" (Sousa Santos).

Assim sendo, a arquitectura portuguesa tardo-moderna, dando continuidade ao seu destino histórico, não será um estilo mas o resultado de uma atitude.

Fernando Távora diria: o estilo não conta, conta sim a relação entre a obra e a vida. E a arquitectura, do objecto ao território, será eficaz nesse compromisso quando e só quando, numa exemplaridade radical se fizer a si própria fora do denominador comum dos gestos degradados e gratuitos ou do nexo dominante da "indústria da cultura" que os vai condicionando. E nesta densa e pairante camada de ideias e fórmulas que constitui a atmosfera mental das cidades, não deixará arregimentar a sua inteligência na banalidade, nem a empurrará para a extravagância.

Sem partilhar a angústia da contaminação, podemos manter a lucidez sem melancolia, com a consciência de que se faz caminho a andar, como sempre se fez na arquitectura portuguesa e, talvez só sendo radicalmente subversivos, recuperar a antiga eficácia. ■

Évora, *S. Clara, fachada.*
Foto: M. Novais.
George Kubler, idem.

FIG 95. página 38 de *Excertos Dispersos dos Anos 80*, Alexandre Alves Costa, JA200

"Sem partilhar a angústia da contaminação, podemos manter a lucidez sem melancolia, com a consciência de que se faz caminho a andar, como sempre se fez na arquitectura portuguesa e, talvez só sendo radicalmente subversivos, recuperar a antiga eficácia."[97] XLIV

97. COSTA, Alexandre Alves - *Excertos dispersos dos anos 80*. JA. nº200 (2001), p.38

Na sequência da temática da globalização, podemos considerar, a partir das leituras feitas, que a ligação da cultura portuguesa com os modelos europeus de renome é inegável. Como escreve Jorge Figueira, em *Arquitectura com Pernas* (JA200), aparentemente, o fator maior que apoia o nosso valor é uma espécie de comparação indigente com o indiscutível domínio exterior a nós. A maior prova da nossa capacidade será conseguir produzir igual, pensar igual, estar ao mesmo nível que. *"É a doença infantil da cultura portuguesa. É o nosso vício"*[98]. O que, para um país como Portugal, periférico e economicamente frágil, com as suas especificidades, será dificilmente alcançado. *"Por isso inventámos – inventaram-nos – a 'especificidade' portuguesa, onde seríamos menos racistas, mais poetas. Podia ser pior. Mas quem é que quer ser um português específico nos tempos que correm*?"[99], inquire. XLV

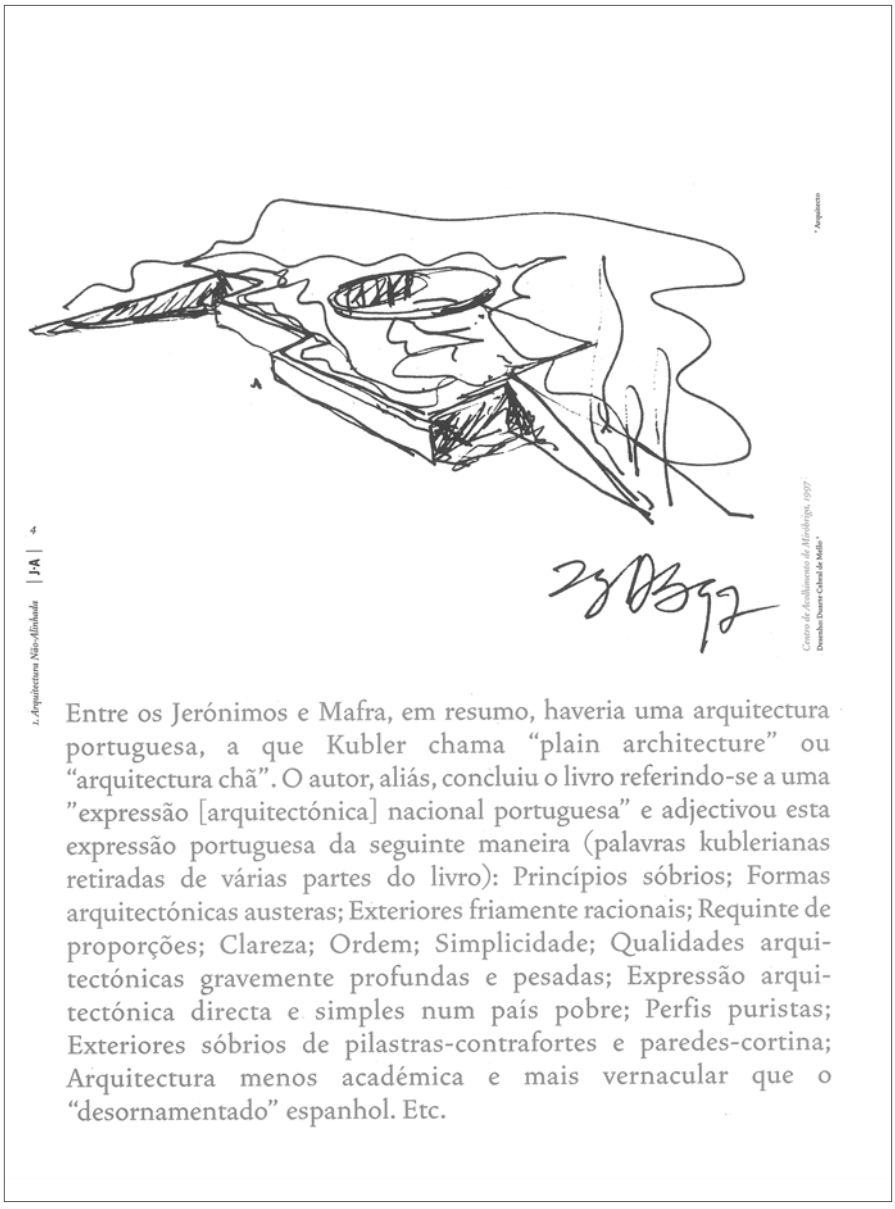
98. FIGUEIRA, Jorge - *Arquitectura com pernas*. JA. nº200 (2001), p.50

99. Ibidém, p.50

Com a publicação de *Arquitectura Portuguesa Chã* (JA200), em 2001, reconhece-se precisamente o valor de um dos poucos momentos da história em que se desenvolveu uma teoria fundamentada de que a nossa identidade residia nas condições de base menos favoráveis de um país de 'cauda'. O número socorre-se obviamente da investigação feita por George Kubler, *Arquitectura Portuguesa Chã*, no início dos anos 70, e, de uma forma global, propõe, muito além de uma simples analogia com a contemporaneidade, analisar a excelência de alguma produção arquitetónica portuguesa como *"devedora da qualidade e justeza da leitura a que é submetida a realidade que envolve as necessidades originais."*[100] XLVI

100. DIAS, Manuel Graça - *O Internacional Local*. JA. nº200 (2001), p.3

É Paulo Varela Gomes, como não poderia deixar de ser, quem inicia a discussão com o artigo *Arquitectura não Alinhada* e descreve a teoria



Centro de Acolhimento de Miralonga, 1997
Desenho Duarte Cabral de Mello

Entre os Jerónimos e Mafra, em resumo, haveria uma arquitectura portuguesa, a que Kubler chama "plain architecture" ou "arquitectura chã". O autor, aliás, concluiu o livro referindo-se a uma "expressão [arquitectónica] nacional portuguesa" e adjectivou esta expressão portuguesa da seguinte maneira (palavras kublerianas retiradas de várias partes do livro): Princípios sóbrios; Formas arquitectónicas austeras; Exteriores friamente racionais; Requinte de proporções; Clareza; Ordem; Simplicidade; Qualidades arquitectónicas gravemente profundas e pesadas; Expressão arquitectónica directa e simples num país pobre; Perfis puristas; Exteriores sóbrios de pilastras-contrafortes e paredes-cortina; Arquitectura menos académica e mais vernacular que o "desornamentado" espanhol. Etc.

FIG 96. página 4 de *Arquitectura não Alinhada*, Paulo Varela Gomes, JA200

formulada por Kubler como "*o mais importante ensaio de história da arquitectura portuguesa editado na segunda metade do século XX*"[101], numa busca incessante pela "*coerência interna*"[102] da história dos edifícios portugueses entre 1521 e 1706. Esta realização do desejo português, o da colocação da arquitetura portuguesa numa classificação própria, é o fator que permite, finalmente, reconhecer valor na "'*pobreza' (construtiva, de matérias, decorativa, de composição, de desenho de alçados)*"[103], constituindo assim o conjunto de premissas (com palavras como 'sóbria', 'purista', 'directa' e ' racional') que lançam a discussão. XLVII

101. GOMES, Paulo Varela - *Arquitectura Não-Alinhada.* JA. nº200 (2001), p.5

102. Ibidém, p.5

103. Ibidém, p.6

Ao longo do número muitas opiniões vão aparecendo, muitas vezes díspares, resultado de uma mesa redonda protagonizada por Ana Vaz Milheiro, Eduardo Souto de Moura, Jorge Figueira e Manuel Graça Dias. Em *Chão Moderno Híbrido I* e *II,* define Graça Dias o 'estilo chão' como "*essa espécie de 'recurso' a um estilo 'limpo', desornamentado, liso, 'plano', quase só baseado nas proporções, no jogo de equilíbrio formal estabelecido entre os elementos indispensáveis à construção*"[104], questionando a sua efetiva relação com as condicionantes económicas. XLVIII

104. DIAS, Manuel Graça; FIGUEIRA, Jorge; MILHEIRO, Ana Vaz; MOURA, Eduardo Souto de; - *Chão Moderno Híbrido I.* JA. nº200 (2001), p.23

É o Edifício de Escritórios de Arquitectos que Álvaro Siza desenha no Porto em 1993-1997, o caso em que se centra a discussão, sendo caracterizado como "*um exemplo bastante perfeito das capacidades de sistematização do desenho*"[105] por Carrilho da Graça, que assumindo muita da influência de Siza como 'clássica', considera-o dotado de uma 'capacidade de revolução conservadora', onde "*tenta englobar um conjunto de valores que vai progressivamente ordenando, dando continuidade, sem estabelecer rupturas fortes com os modos do passado.*"[106] A referência a este edifício, assim como às Residências Universitárias de Coimbra, de Manuel e Francisco Aires Mateus, 1996/1999, são depois retomadas na secção 'Projectos', apresentadas por um pequeno texto síntese de Manuel Graça Dias. Se a obra de Siza resulta da "*fria aplicação de normas regulamentares previstas [...] colocação mais económica dos pilares [...] um único tipo de porta e janela*"[107], também na obra de Aires Mateus as "*peças de contraplacado da fachada nos surgem [...] como modo económico e feliz de convocar 'expressão' a uma parede que, objectivamente, pouco nos poderia dar, para lá do*

105. Ibidém, p.12

106. Ibidém, p.15

107. DIAS, Manuel Graça - *Caminhos da Escrita Contemporânea [Projectos 22-25].* JA. nº200 (2001), p.62

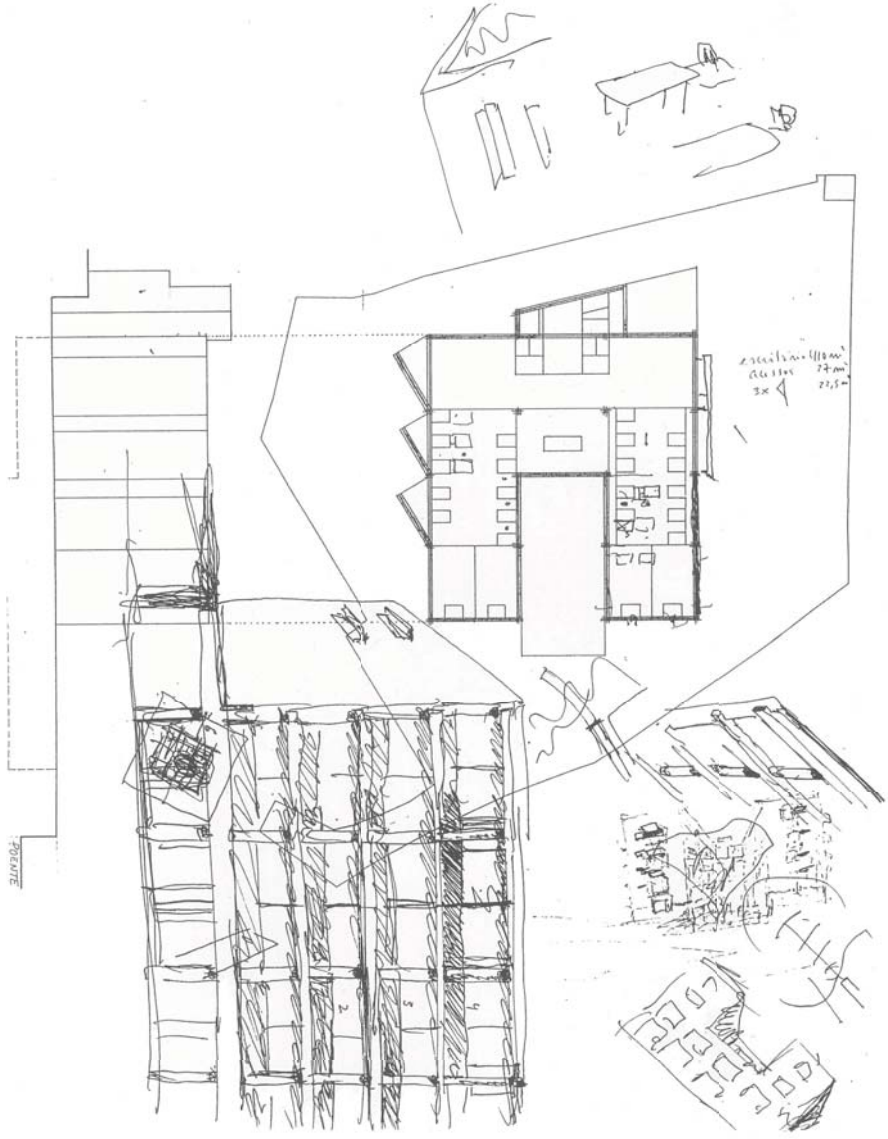


FIG 97. Esquisso de trabalho de Álvaro Siza para os Escritórios na Rua do Aleixo, Porto, 1993 - *Continuando uma Conversa na qual não participei*, Michel Toussaint, JA200

rigoroso desenho de acumulação de janelas necessárias"[108], ambos os casos remetendo para princípios de economia da construção corrente, mas tornando restrições orçamentais em oportunidades para alterar a realidade "*desinteressante ou pouco generosa que nos cerca*".[109] Desta forma, e de volta ao diálogo de *Chão Moderno Híbrido I*, "*a história da arquitectura, em geral, é a história do trabalho que se estabelece com a realidade, com o que existe, com o que se tem; é a história da ultrapassagem das adversidades, da gestão dos inúmeros conflictos, é a história de uma 'invenção' imprevisível...*"[110]

LXIX

Em resposta, por exemplo, Jorge Figueira opondo-se à "'*arquitectura chã como destino português', que resolveria a nossa condição, acantonando-nos no lugar da aculturação via depuração*"[111] e ainda o mesmo declarando que "*arquitectura chã possa ser mais um expediente, uma fórmula que se joga, do que um verdadeiro conceito operativo*"[112]. O problema do discurso feito a partir da obra, ou até antes desta, põe em causa a aferição de premissas válidas para a definição da arquitetura portuguesa, já que, cada vez mais, "*o projecto é uma síntese artificial de diferentes intenções e intervenientes, no pressuposto da resposta competitiva à intensa mediatizaçãoo da arquitectura que se faz sentir*".[113]

LXX

Esta discussão sobre 'arquitetura chã' tem ainda reflexo, no final da série, num artigo de Ana Vaz Milheiro, muito agarrado a este início de discussão, mas posicionando o debate sobre a relação, muito explorada no século XX, entre a historiografia e a prática. Para a autora, "*o texto de Kubler activava nos portugueses a consciência de um território (físico e material), projectando-se numa (renovada) condição cultural*"[114], e por isso conseguindo fortes influências nas práticas contemporêneas que se lhe seguem, que encontram no valor da 'memória' a possibilidade de se afastarem da tendência internacional, "*dando veracidade a uma identidade portuguesa*"[115].

LXXI

Esta leitura possível da arquitetura portuguesa não como um código global mas como fruto das mesmas condicionantes de uma atitude generalizada face às dificuldades de um país periférico, uma arquitetura de causa e não de linguagem, embora geradora de controvérsia,

108. Ibidém, p.62

109. Ibidém, p.62

110. Ibidém, p.16

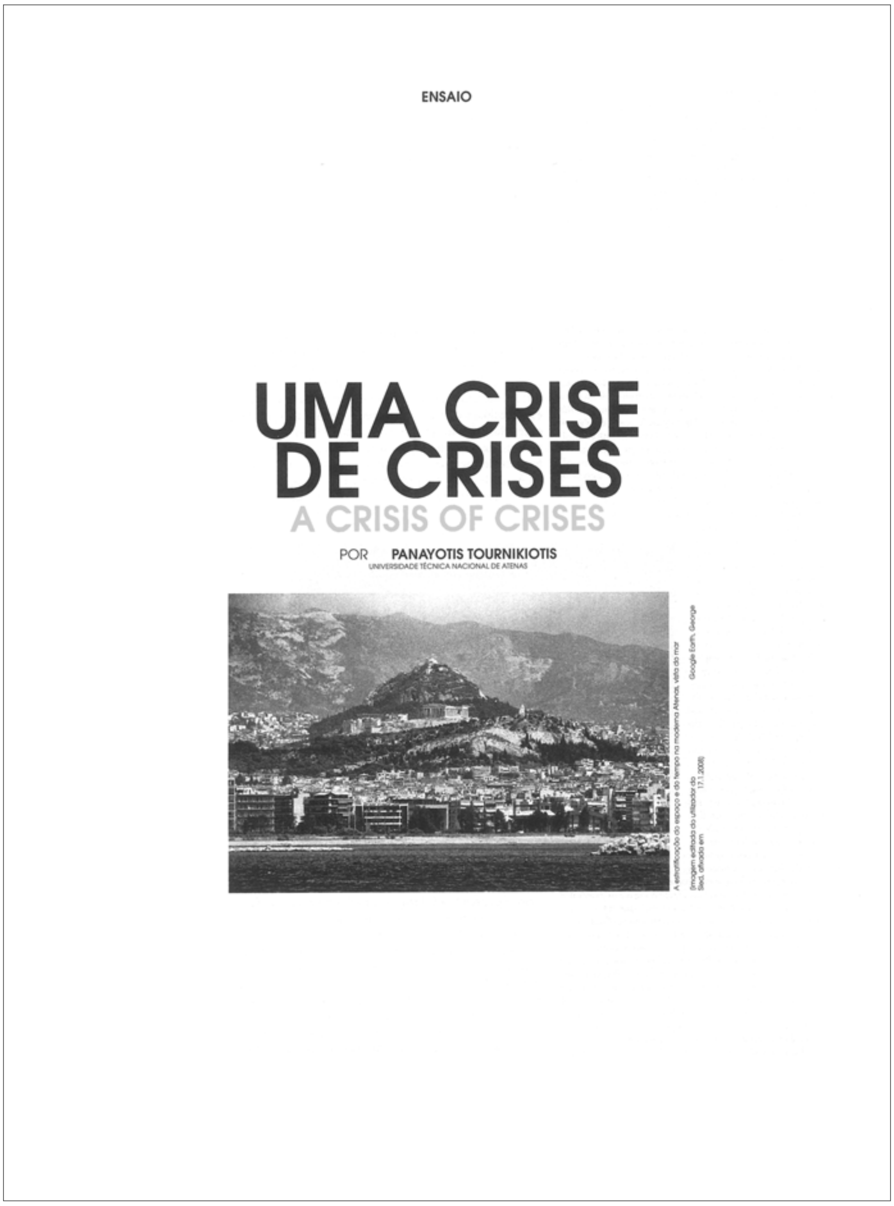
111. Ibidém, p.31

112. DIAS, Manuel Graça; FIGUEIRA, Jorge; MILHEIRO, Ana Vaz; MOURA, Eduardo Souto de; - *Chão Moderno Híbrido 2.* JA. nº200 (2001), p.39

113. Ibidém, p.39

114. MILHEIRO, Ana Vaz - *Baixa Corrente (O Efeito Kubler).* JA. nº217 (2004), p.57

115. Ibidém, p.58



ENSAIO

UMA CRISE DE CRISES

A CRISIS OF CRISES

POR PANAYOTIS TOURNIKIOTIS

UNIVERSIDADE TÉCNICA NACIONAL DE ATENAS

A estratificação do espaço e do tempo na moderna Atenas, vista do mar

(Imagem editada do utilizador do Google Earth, George Sed, alterada em 17.1.2008)

FIG 98. página 81 de *Uma Crise de Crises*, Panayotis Tournikiotis, JA243

transporta-nos depois para a situação de emergência que vivemos hoje. É esta possibilidade, a da relação entre um estilo chão, enraizado na nossa história (e memória), e a atual crise económica como fator de identidade, que cria espaço para a pertinência da publicação de *Ser Lixo* (JA243), 11 anos passados sobre os pensamentos aqui citados. LXXII

A ponte para esse encadeamento, pode até ser vista quando Alves Costa sugere em *Excertos dispersos dos anos 80* que arquitetura não pode dar-se ao luxo de continuar a ser um luxo, afirmando que precisamos de uma arquitetura para todos, anónima, menos mediática e realmente preocupada com as necessidades dos lugares que constrói porque, de facto, "*os critérios da arquitectura portuguesa não são tanto os da coerência, mas sobretudo os da eficiência*"[116]. LXXIII

116. COSTA, Alexandre Alves - Excertos Dispersos dos Anos 80. JA. nº200 (2001), p.36

Já em 2011, pela mão de Panayotis Tournikiotis, chega-nos uma reflexão sobre as oportunidades da crise para o desenvolvimento cultural e urbano dos "*elos 'fracos' do Sul da Europa*"[117]. Se, como explica o autor, Portugal tem de herança a aprendizagem comum a toda a Europa que viveu o período entre guerras, o funcionalismo imperativo, a racionalização de meios, o uso de materiais simples e a depuração das construções, está já preparado para enfrentar "*uma época de grande crise social, política e económica*"[118]. Com a introdução do standard, "*a arquitectura aprendeu a reduzir drasticamente as necessidades espaciais, a responder idealmente às necessidades mínimas de mais pessoas com menores custos e, pela mesma razão, a reduzir decorações supérfulas*"[119].Anos mais tarde, preocupações com o design ecológico e a sustentabilidade crescem e nasce uma alternativa ao vernacular, com um princípio comum, o do respeito pelo lugar. "*Da crise geral nasceu um arquitecto que pensa num sociedade respeitadora do passado e do ambiente*"[120]. Por outro lado, e em favor da identidade particular dos lugares, o autor defende que este novo panorama parece afastar a ideia do arquiteto criador: "*O culto do sujeito criador, o brilho do arquitecto-estrela e o menosprezo pelo cliente comum, que apenas pretende satisfazer as suas necessidades e por menos dinheiro, são conceitos que crescem facilmente em tempo de prosperidade e dinheiro fácil*"[121]. LXXIV

117. TOURNIKIOTIS, Panayotis – *Uma crise de crises.* JA. nº243 (2011) p.84

118. Ibidém, p.82

119. Ibidém, p.84

120. Ibidém, p.84

121. Ibidém, p.83

FIG 99. página 40 de *Subverter a Ideia de que não há Futuro*, Tiago Mota Saraiva e Ana Vaz Milheiro, JA243

A par com este discurso, o arquiteto Tiago Mota Saraiva dá uma entrevista a Graça Dias e Ana Vaz Milhero, *Subverter a ideia de que não há futuro* (JA243), sobre a ação do arquiteto em cenários de pobreza. Na entrevista, expressa a ideia de que as cidades das últimas décadas se foram enchendo de luxos e símbolos que deixam de fazer sentido como aspiração maior dos arquitetos anónimos, que são já muitos. Os mais novos já não podem esperar a primeira grande encomenda, o tempo da arquitetura é mais demorado, o futuro parece não querer chegar. A arquitetura de emergência, de preocupação social, "*está em construção e para já, acho que se trata de uma nova agenda para a arquitectura a nível global que vem substituir a ideia da arquitectura icónica*"[122]. LXXV

122. SARAIVA, Tiago Mota; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) – *Subverter a ideia de que não futuro.* JA. nº243 (2011) p.39

Em *Uma Crise de Crises*, surge o que se pode assemelhar a uma conclusão sobre os temas da identidade e da crise, a ideia de que essa crise "*poderá ter alguns efeitos benéficos na qualidade do ambiente arquitectónico. Dar-nos-á tempo para pensar, para ler e para entrar em contacto directo com o nosso mundo. Forçar-nos-á a reavaliar o valor da medida certa e a importância do suficiente e necessário...*"[123] Como sugere o próprio editorial, que representa da melhor maneira a globalidade dos conteúdos, a história da arquitectura "*é, sempre foi, e deverá continuar a ser, a história dos modos económicos de programar*"[124], onde 'eficácia' e 'conforto' se completem, fazendo uso da tão necessária 'economia'. Esta economia, que Graça Dias vê também como "*o contrário do desbaratamento, da dispersão, do 'vale tudo', da falta de senso, da desarrumação, da duplicidade de esforços, da irracionalidade antevista, da confusão do pensamento conceptual*"[125], é então o valor que defende como essencial para a redifinição da arquitetura num panorama de escassez económica, afastando-se assim do "*arbitrário capricho 'artísitco.*"[126] Não corramos o risco de transformar a crise económica numa crise de valores, na pobreza definitiva da arquitetura! LXXVI

123. TOURNIKIOTIS, Panayotis – *Uma crise de crises.* JA. nº243 (2011) p.84-85

124. DIAS, Manuel Graça – *Do Conforto como Economia.* JA. nº243 (2011) p.3

125. Ibidém, p.3

126. Ibidém, p.3

If, as Távora theorises, being Portuguese, does not include negating being contemporary, then being contemporary should also not include negating being Portuguese

Patrícia Miguel
(O carpinteiro da Casa Portuguesa)

1.
Starting at the end, to avoid any suspense and so that we can understand the convergence of the lines of though on what one wishes to prove, which is certainly of dubious pertinence for many, let us go back, in a summarising way, to what we have written before on other occasions[1].

It should be a text elaborated from within *our* culture, exposing difficulties, contradictions and complexities in a process that has played, down through time, with the pressing need to come up with urgent and circumstantial responses, without losing its essential structure. In other words, as T. S. Eliot would put it, "without letting their past be altered by the present." And later, as Carlo Ginzburg states, counterposing a weak scientific status that aspires to relevant findings against a strong scientific status with results of little relevance.

So let us renounce, for the moment, any temptation – while unquestionably pertinent – to answer certain questions, such as:

what is being Portuguese today and, above all, what will it be in the future? Will we want to continue – and will we be able to, in these scattered times of European integration, without succumbing to radical nationalisms, which Eduardo Lourenço referred to as *patriotic Benfica-isms*, or to ridiculous anti-European resistance stances… will we want, or will be be able to, continue to collectively maintain any conviction of identity that will guarantee for us – objectively and subjectively – the persistence of a Portugal/Nation?

Will we have to rebuild a new upgrade of the national identity of a purely ideological basis, we who are, by nature and by defence, born inventors of identities, or do we have it, or are on our way to having it, with certain sociological, economic or cultural justification?

Sophia de Mello Breyner Andresen
(Paulo Marques. *Sophia de Mello Breyner Andresen: poesia da ética e da estética: 1919-2004* Lisboa : Porcelio A. M. Pereira, 2008)

Se ser português, como teoriza Távora,
não passa por negar ser-se contemporâneo;
ser contemporâneo também não deveria
passar por negar ser-se português

Patrícia Miguel
(O carpinteiro da Casa Portuguesa)

1.
Começando pelo final, para evitar qualquer *suspense* e para se entender a convergência dos raciocínios em função do que se quer provar, certamente de duvidosa pertinência, para muitos, retomaremos, em jeito de síntese, o que já escrevemos noutras ocasiões[1].

Deverá ser um texto elaborado a partir do interior da *nossa* cultura, pondo a nu dificuldades, contradições, complexidades, num processo que jogou, ao longo do tempo, com a premente necessidade de encontrar respostas urgentes e circunstanciais, sem perder a sua estrutura essencial, isto é, como diz T. S. Eliot, "sem deixar alterar o seu passado pelo presente". E, depois, como refere Carlo Ginzburg, contrapor a um estatuto científico forte, com resultados de escasso relevo, um estatuto científico débil que aspira resultados relevantes.

Renunciaremos, de momento, à tentativa, essa sim, seguramente pertinente, de responder a algumas perguntas, tais como:

O que será hoje e, sobretudo, no futuro, ser português? Será que vamos querer continuar, ou será que poderemos, neste momento difuso de integração na Europa, e sem cairmos em nacionalismos radicais, chamados por Eduardo Lourenço de *benfiquismos patrióticos*, ou em ridículas resistências antieuropeístas, será que queremos ou poderemos manter colectivamente alguma convicção identitária que nos garanta, objectiva e subjectivamente, a persistência de um Portugal/Nação?

Será que teremos de reconstruir uma nova actualização da identidade nacional de base puramente ideológica, nós que somos por natureza e por defesa, inventores natos de identidades, ou será que a temos ou estamos a caminho de ter, com algum fundamento sociológico, económico ou cultural?

Sabemos, no entanto, que a perda da identidade, mesmo daquela que, eventualmente, inventemos para o nosso tempo, significa a perda do nosso País, a sua diluição na periferia de alguma ou algumas regiões europeias.

Tentaremos provar que são, não só a Língua, mas também a Arquitectura e as Cidades de língua portuguesa, que nos permitem algum sentimento de pertença a uma comunidade construída com tanta injustiça e sofrimento, como esforço e imaginação. É, pois, através das *nossas* Língua e Arquitectura, das *nossas* Cidades, que permaneceremos ou não portugueses. Note-se como o pronome possessivo, *nosso*, tem, aqui, um valor substantivo.

Pouco tempo nos resta antes da desistência total, mergulhados no fatalismo da inevitável perda. Perda que, para alguns outros, novos-ricos do futuro, será, positivamente, um factor de progresso que nos deveria comprometer.

Ao contrário destes sinto-me como um homem do século XIX, porque é ao passado – mas por causa do presente que, com tanta mentira caminha ao nosso lado – que, como Garrett, dirijo a interrogação: "Que ser é o meu se a pátria a que pertenço não está segura de possuir o seu?" Como Sophia,

82 SER PORTUGUÊS SER PORTUGUESE

FIG 100. página 82 de *Nós Somos da Póvoa do Varzim*, Alexandre Alves Costa, JA237

IDENTIDADE PORTUGUESA: VERDADE OU MENTIRA

"Será que teremos de reconstruir uma nova actualização da identidade nacional de base puramente ideológica, nós que somos por natureza e por defesa, inventores natos de identidades, ou será que a temos ou estamos a caminho de ter, com algum fundamento sociológico, económico ou cultural?"[127]

127. COSTA, Alexandre Alves - *Nós somos da Póvoa do Varzim*. JA. nº237 (2009). p.82

LXXVII

Falámos de história e do que fica dela para o que somos hoje, das memórias que construímos, falámos de crítica e de como ela, enquanto qualidade pessoal, nos faz falta para vencer, falámos de mediatização e globalização, falámos do que ficámos por ser e do que poderemos voltar a falhar face à crise. No todo, fala-se de Portugal, da sua identidade enquanto código formal que possa organizar práticas futuras, enquanto código ético que possa formar a nova geração, enquanto fator decisivo de diferença e triunfo numa Europa que insiste em marcar a nossa descentralização, mas é *Ser Português* (JA237), onde a questão da identidade nacional ganha espaço e se expande em artigos que acabam por refletir muitos dos fatores já aqui apresentados, que aparece como remate desta reflexão.

LXXVIII

Ainda antes deste momento, em 2009, muitas contribuições terão ficado por citar. Alexandre Alves Costa, talvez um dos participantes mais ativos neste estabelecer da identidade portuguesa em todo o *J.A.*, diz em 2001 que o risco de por em hipótese uma 'unidade' face a uma tão complexa realidade, permite fazer uma leitura generalizada assim como *"uma sistematização do que temos chamado valores permanentes [que] deveriam ser determinantes para a compreensão da arquitectura corrente que é a que marca objectivamente a imagem do nosso território humanizado"*[128]. Para o autor, que cita Távora (*"o estilo não conta"*[129]), a arquitetura portuguesa é descrita como fruto de uma interpretação de modelos de origem exterior, mas onde a 'memória', vinda de um generalizado senso comum, é trabalhada como elemento de continuidade, *"adequando modelos do passado a novas situações ou transformando-os em contacto com outros."*[130]

128. COSTA, Alexandre Alves - *Excertos Dispersos dos Anos 80*. JA. nº200 (2001), p.35

129. Ibidém, p.35

130. Ibidém, p.35

LXXIX

No seguimento desta ideia, e referindo-se sempre à arquitetura portuguesa no seu todo, incluindo as práticas ditas 'anónimas', acaba por confluir as suas ideias na defesa de que a arquitetura portuguesa é um fenómeno pouco individualizado, *"sendo os seus critérios sobretudo os da eficácia da resposta e não a artisticidade ou o domínio activo e pessoal da linguagem da erudição arquitectónica"*[131], justificando assim os comuns fenómenos de 'réplica', inspirados por um instalado *"conservadorismo estrutural"*.[132] Passando pela análise de vários momentos na história, volta à ideia de que a linguagem, o estilo, devem ser secundarizados, excluindo da sua construção *"gestos degradados e gratuitos"*[133], comandados pela 'indústria da cultura', que impedem a arquitetura portuguesa de retomar o carácter de *"um todo formal, funcional e simbólico, coerente e original"*[134]. LXXX

131. Ibidém, p.36

132. Ibidém, p.36

133. Ibidém, p.38

134. Ibidém, p.37

Face a este depoimento, em muitos sentidos positivista, será curioso opor-lhe a participação de Jorge Figueira, ainda no mesmo número. Em *Arquitectura com Pernas* (JA200), onde o tema da globalização guia todo o artigo, Figueira afirma que a ideia das 'especificidades' portuguesas, na contemporaneidade e face à globalização, *"já não explicam [...] o que se passa de essencial, e são, pelo contrário, uma vertigem embaraçante sobre nós próprios."*[135] No entanto, o artigo sugere a necessidade forte de pensar sobre o nosso contexto, *"fazermos a nossa radiografia"*[135], em nome de um reconhecimento histórico ainda escasso. LXXXI

135. FIGUEIRA, Jorge – *Arquitectura com pernas.* JA. nº200 (2001), p.49

135. Ibidém, p.49

É de encontro a essa necessária 'radiografia' que surge então a materialização destas preocupações em *Ser Português* (JA237). As opiniões são muitas e diversas. Quando o problema é exposto, no editorial *Por Involuntário Começo*, de Manuel Graça Dias, onde se explica a 'condição portuguesa' de origem como algo natural e inegável, faz-se também o apelo ao aproveitamento da condição transversal de transmissão de ideias. Essa oportunidade, a capacidade de *"mudar a informação que recebemos; transformá-la, adaptá-la, fazer dela outra"*[136], ao invés do estrangulamento causado pelo 'conformismo identitário', poderá ser o caminho para a descoberta de um território comum que permita a interpretação particular, garantindo-lhe de alguma forma um conhecimento alargado que permita gerar, acima de tudo, qualidade. LXXXII

136. DIAS, Manuel Graça – *Por involuntário começo.* JA. nº237 (2009) p.5

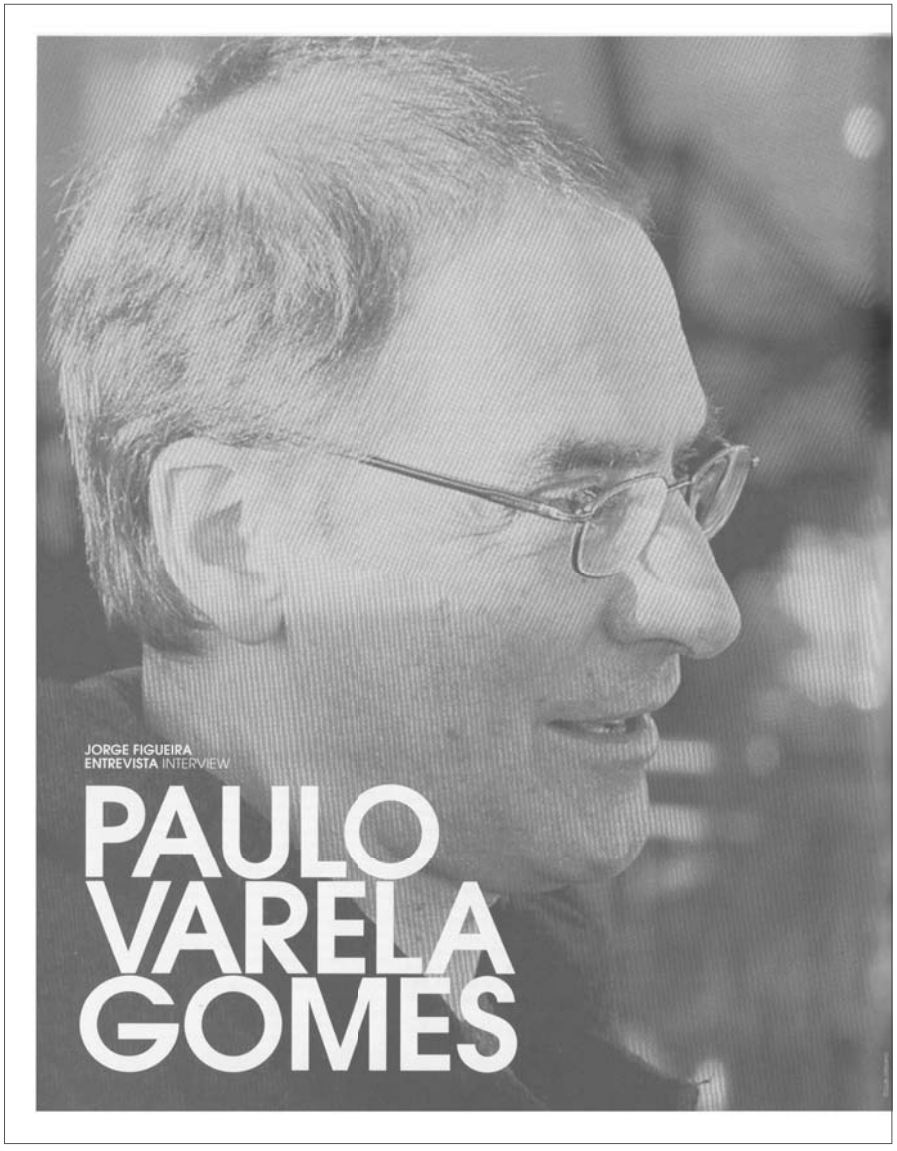


FIG 101. página 26 de *Cartas de Lado Nenhum*, entrevista a Paulo Varela Gomes, JA237

O número apresenta assim dois factos que, de forma simples, permitem perceber que a condição territorial é uma premissa relevante no estabelecimento de culturas locais. O primeiro facto inegável, é que viver no mesmo espaço durante séculos é inevitavelmente um fator de 'contágio', potenciando a criação de "*laços que não são só as da língua: criaram história, mitos, uma literatura*"[137]. E, por isso mesmo, por muito que hoje se tente recusar o reflexo da identidade na sociedade contemporânea, é inegável que existe uma base comum. Em segundo lugar, importaria referir a ideia, apresentada apenas como uma possibilidade, de que mesmo num período de livre circulação de ideias, suportado por meios de comunicação eficazes e pela União Europeia, a nossa condição territorial de exclusão garante-nos uma resistência maior no que toca a manter alguns aspetos mais vernaculares da nossa arquitetura. Aspectos esses que não sendo de ordem formal, dizem respeito à construção de uma urbanidade própria que nos é, ainda, familiar, ligada aos sítios que nos viram crescer: "*existem valores distintos na nossa Arquitectura e nas nossas Cidades, seja qual for o lugar que lhes tenha dado terra.*"[138] LXXXIII

137. GOMES, Paulo Varela; FIGUEIRA, Jorge (entrevistador) - *Cartas de lado nenhum*. JA. nº237 (2009) p.29

138. COSTA, Alexandre Alves - *Nós somos da Póvoa do Varzim*. JA. nº237 (2009). p.87

É Paulo Varela Gomes, em *Cartas de Lado Nenhum*, uma entrevista dada a Jorge Figueira, que introduz a ideia de 'ser português' como "*imagem estereotipada com que nos distinguem lá fora, [...] poética, delicada, relacionada com o lugar*"[139], admite que tentar esta categorização tão extrema pode, mediante um reconhecimento alargado, transformar-se numa "*receita para fazer projectos e fotografias*"[140], que nos conduz à 'apatia cultural'. Em vez disso, sublinha o valor que teria um estudo das origens deste estereótipo, "*perceber o contexto, enfim cinquentão, sessentão, em que esta história da arquitectura portuguesa começa enquanto regionalismo crítico ou não crítico, inventada de fora, mais uma vez.*"[141] LXXXIV

139. GOMES, Paulo Varela; FIGUEIRA, Jorge (entrevistador) - *Cartas de lado nenhum*. JA. nº237 (2009) p.31

140. Ibidém, p.31

141. Ibidém, p.31

A contribuição de Alves Costa neste número, em grande parte um seguimento do que tinha sido a sua participação anterior, compõe um retrato, muitas vezes sinuoso, de uma identidade baseada não só em fatores primários como a língua mas também na arquitetura e nas cidades, identidade essa que, uma vez perdida, "*significa a perda do nosso País, a sua diluição na periferia de alguma ou algumas regiões*

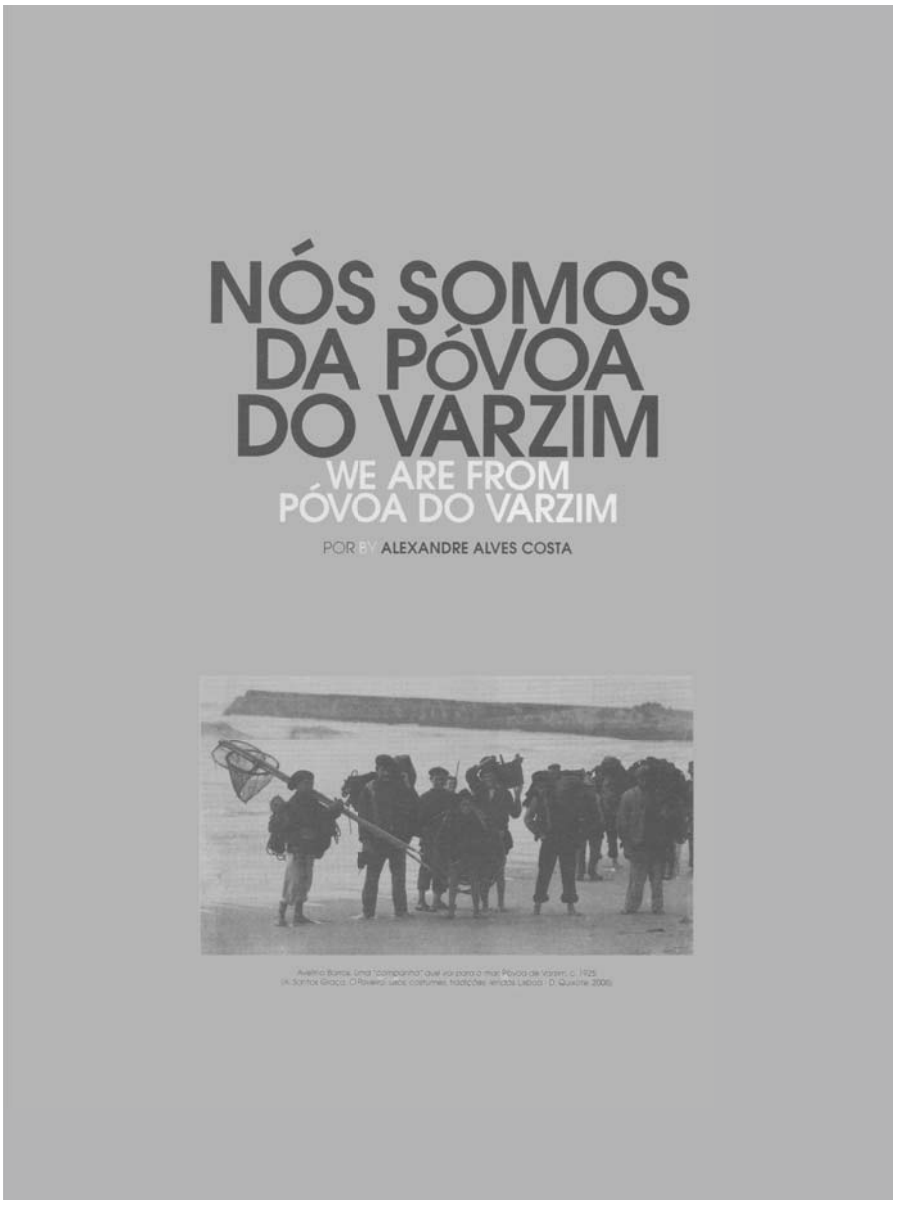


FIG 102. página 81 de *Nós Somos da Póvoa do Varzim*, Alexandre Alves Costa, JA237

europeias"[142]. Nesta análise transversal da cultura portuguesa, onde cita vários exemplos literários de reconhecido valor, menciona também Teixeira de Pascoais, autor de *Arte de Ser Português* , 1920 (onde propõe "*instruir, educar, criar portugueses, através de uma nova disciplina que deveria fechar e coroar esplendorosamente o Curso Geral dos Liceus*"[143]), como forma de mostrar que há na história sucessivas tentativas de consolidar a hipótese de uma identidade. LXXXV

142. COSTA, Alexandre Alves - *Nós somos da Póvoa do Varzim*. JA. nº237 (2009). p.82

143. Ibidém, p.84

Quando passa para uma análise territorial mostra um Portugal desigual, marcado por condicionantes políticas que geraram pólos opostos interior-litoral, sendo este fator político "*determinante na formação de uma identidade nacional.*"[144] Como exemplo, usa o salazarismo e a sua imposição de modelos formais, combatido pelo resultado do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, que havia revelado uma imensa diversidade pré-estatal ou primitiva. Pode então perceber-se que a unidade formal é, muitas vezes, fruto do poder institucional, seja estatal ou religioso, e que os valores que o autor procura estabelecer são uma "*polémica expressão de uma complexa multiplicidade.*"[145] A expressão que realmente identifica como comum, originada pela forma como "*este pobre País se vai fazendo, caso 'sobre algum dinheiro' e de acordo com a possibilidade de cumprir 'mais ou menos' os seus projectos*"[146], é um sentido de adaptabilidade, de resistência. Como conclusão, defende Alves Costa, que o espaço para a existência da tão falada 'identidade', tem de ultrapassar o "*território mental de subjectividades identitárias que nos habita como uma obsessão inconsciente de egos portugueses num país que se chama cada vez menos Portugal.*"[147] LXXXVI

144. Ibidém, p.85

145. Ibidém, p.87

146. Ibidém, p.89

147. Ibidém, p.92

Segue-se o artigo de Daniele Vitale, *Arquitectos Portugueses: Identidade, Nacionalidade, Modernidade*, que espelha a ambiguidade da identidade portuguesa. Descrevendo 'ser português' como "*um acto de fe*"[148] que se divide entre "*uma razão profunda e a uma realidade remota*"[149] e "*pressupõem uma memória a longo prazo*"[150] criada sobre territórios e paisagens. A memória dos arquitetos, feita desses lugares e dessa multiplicidade, permite criar "*fenómenos de síntese*"[151], que não sendo coerentes, parecem preocupar-se de igual forma com a eficiência, valor constante na exposição de todo o número sobre o tema. LXXXVII

148. VITALE, Daniele - *Arquitectos portugueses. Identidade, Nacionalidade, Modernidade*. JA. nº237 (2009) p.94

149. Ibidém, p.94

150. Ibidém, p.96

151. Ibidém, p.98

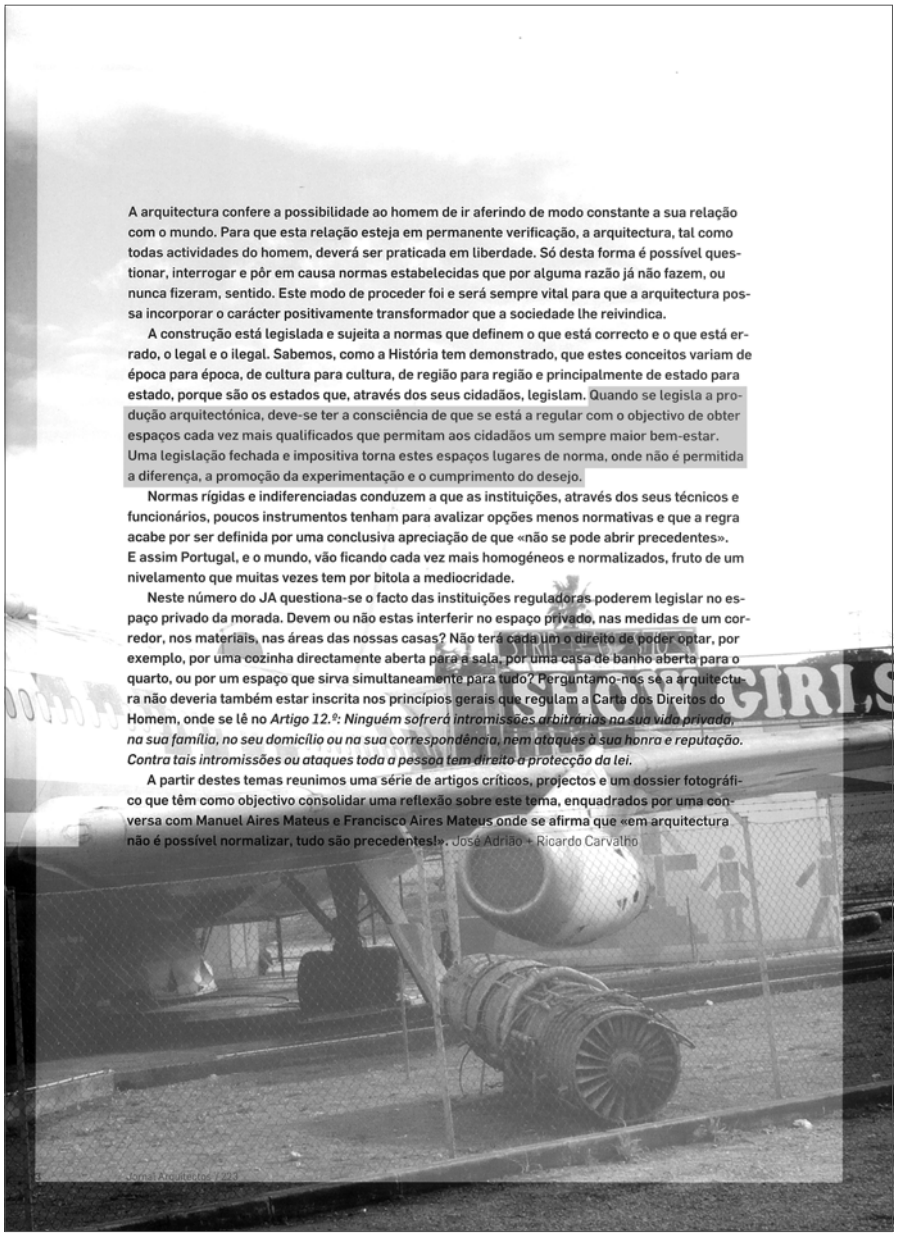
Voltando a *Cartas de lado nenhum*, Paulo Varela Gomes diz que a reflexão sobre identidade só pode dar frutos se estiver "*obrigatoriamente ligada a um conjunto de formas. Ou melhor, a um estilo, chamemos-lhe assim, para utilizar uma palavra antiga*"[152]. Num tempo em que o estilo está em decadência e um código linguístico global parece inatingível, terá de prevalecer o que podemos chamar de 'código de valores', o novo caminho da arquitetura contemporânea.

LXXXVIII

152. GOMES, Paulo Varela; FIGUEIRA, Jorge (entrevistador) - *Cartas de lado nenhum*. JA. nº237 (2009) p.31

© JOANA MELO

ILEGAL
JA226
S 216 OS CAVALOS TAMBÉM SE ABATEM
OS 215 O PROCESSO
Publicação Trimestral do Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos / Portugal / 215 / Abril, Maio, Junho
PARADOXO SOBRE O ACTOR
Publicação Bimestral da Ordem dos Arquitectos
SEIS PROPOSTAS PARA O PROXIMO MILÉNIO (LIÇÕES AMERICANAS) II
SEIS PROPOSTAS PARA O PROXIMO MILÉNIO (LIÇÕES AMERICANAS) I
Publicação Bimestral da Ordem dos Arquitectos - Portugal / nº209 / Janeiro / Fevereiro 2003 / € 10,00
SEIS PROPOSTAS PARA O PROXIMO MILÉNIO
(LIÇÕES AMERICANAS)



A arquitectura confere a possibilidade ao homem de ir aferindo de modo constante a sua relação com o mundo. Para que esta relação esteja em permanente verificação, a arquitectura, tal como todas actividades do homem, deverá ser praticada em liberdade. Só desta forma é possível questionar, interrogar e pôr em causa normas estabelecidas que por alguma razão já não fazem, ou nunca fizeram, sentido. Este modo de proceder foi e será sempre vital para que a arquitectura possa incorporar o carácter positivamente transformador que a sociedade lhe reivindica.

A construção está legislada e sujeita a normas que definem o que está correcto e o que está errado, o legal e o ilegal. Sabemos, como a História tem demonstrado, que estes conceitos variam de época para época, de cultura para cultura, de região para região e principalmente de estado para estado, porque são os estados que, através dos seus cidadãos, legislam. Quando se legisla a produção arquitectónica, deve-se ter a consciência de que se está a regular com o objectivo de obter espaços cada vez mais qualificados que permitam aos cidadãos um sempre maior bem-estar. Uma legislação fechada e impositiva torna estes espaços lugares de norma, onde não é permitida a diferença, a promoção da experimentação e o cumprimento do desejo.

Normas rígidas e indiferenciadas conduzem a que as instituições, através dos seus técnicos e funcionários, poucos instrumentos tenham para avalizar opções menos normativas e que a regra acabe por ser definida por uma conclusiva apreciação de que «não se pode abrir precedentes». E assim Portugal, e o mundo, vão ficando cada vez mais homogéneos e normalizados, fruto de um nivelamento que muitas vezes tem por bitola a mediocridade.

Neste número do JA questiona-se o facto das instituições reguladoras poderem legislar no espaço privado da morada. Devem ou não estas interferir no espaço privado, nas medidas de um corredor, nos materiais, nas áreas das nossas casas? Não terá cada um o direito de poder optar, por exemplo, por uma cozinha directamente aberta para a sala, por uma casa de banho aberta para o quarto, ou por um espaço que sirva simultaneamente para tudo? Perguntamo-nos se a arquitectura não deveria também estar inscrita nos princípios gerais que regulam a Carta dos Direitos do Homem, onde se lê no *Artigo 12.º: Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei.*

A partir destes temas reunimos uma série de artigos críticos, projectos e um dossier fotográfico que têm como objectivo consolidar uma reflexão sobre este tema, enquadrados por uma conversa com Manuel Aires Mateus e Francisco Aires Mateus onde se afirma que «em arquitectura não é possível normalizar, tudo são precedentes!». José Adrião + Ricardo Carvalho

Jornal Arquitectos 223

FIG 103. página 3 de *Ilegal (Editorial)*, José Adrião e Ricardo Carvalho, JA226

NORMA . 4

"Quando se legisla a produção arquitectónica, deve-se ter a consciência de que se está a regular com o objectivo de obter espaços cada vez mais qualificados que permitam aos cidadãos um sempre maior bem-estar. Uma legislação fechada e impositiva torna estes espaços lugares de norma, onde não é permitida a diferença, a promoção da experimentação e o cumprimento do desejo."[1]

I

1. ADRIÃO, José; CARVALHO, Ricardo - *Ilegal (Editorial)*. JA. Nº226 (2007), p.3

Exercer a prática da arquitetura é um exercício que, apesar da sua inegável ligação com a arte, a liberdade e a moral, tem, em paralelo, um lado burocrático, técnico e normativo de grande peso. Dessa forma, analisar a 'NORMA' (em oposição aos 'VALORES'), parece ser inevitável quando se pensa no *J.A.* como mecanismo formador e aglutinador da classe dos arquitetos portugueses. Torna-se assim pertinente a análise das condicionantes principais da atividade do projeto e da construção que, de certo modo, se aproximam cada vez mais de processos quantificáveis e pragmáticos. *"Desde as normas comportamentais para os artesãos, (...), passando pelas regras clássicas subjacentes à forma de componentes, como capitéis e colunas, e à regulação modernista de dimensões mínimas para casas-de-banho, cozinhas e unidades habitacionais durantes o séc. XX, até aos níveis máximos permitidos de ruído e poluição tóxica: tudo isto e muito mais sempre existiu e terá sido mais ou menos respeitado pelos alegados artesãos, projectistas e poluentes."*[2]

II

2. WANG, Wilfred - *Standard* . JA. Nº230 (2008), p.19

FIG 104. capa do JA198
FIG 105. capa do JA209

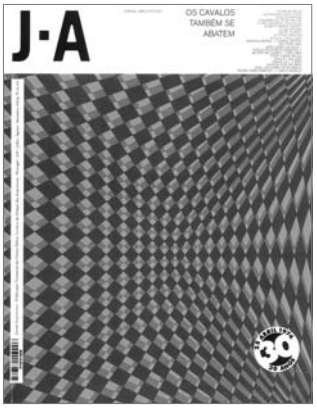


FIG 106. capa do JA215
FIG 107. capa do JA216

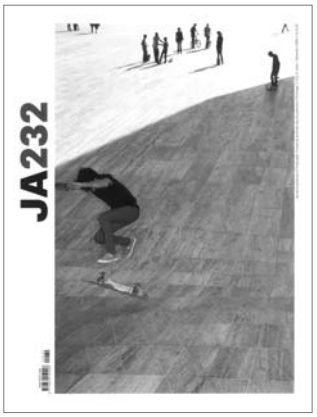


FIG 108. capa do JA226
FIG 109. capa do JA232

FIG 110. capa do JA234
FIG 111. capa do JA240

Uma primeira análise simplificada das publicações permite, de forma rápida, retirar alguns conteúdos que sustentam esta reflexão. Por um lado, parece ser consensual que a relação entre a arquitetura e o poder (político ou não), desenvolveram ao longo da história uma afinidade que permitiu usar a primeira como instrumento ideológico. "*Este contrato de representação constitui, até hoje, uma das principais forças propulsoras da disciplina*"[3], o que nos leva a pensar que, de facto, "*não existe arquitectura sem sentido político*"[4]. É este 'sentido político', de controlo, que hierarquicamente será sempre superior à arquitetura, que gera um conjunto de códigos ou regulamentos capazes de se sobrepor ao próprio arquiteto, supostamente habilitado a fazer, ele próprio, o controlo qualitativo da sua intervenção. Dessa forma, "*entre nós, a tecnoburocracia pesa de tal forma sobre o exercício da arquitectura que mal há espaço para invocar a liberdade de criação.*"[5]

III

Traduzindo estes princípios numa análise por número, a base que o *J.A.* estabelece é, sem qualquer dúvida, composta por conteúdos vários que conseguem dar uma visão ampla da realidade normativa portuguesa. Começando logo em 2000, *Paradoxos Sobre o Actor I* (JA198) e *II* (JA199) abordam algumas das dificuldades que os arquitetos encontram para o exercício da profissão, incluindo já o papel do arquiteto municipal; segue-se, em 2003, *Seis Propostas para o Próximo Milénio I* (JA209) e *II* (JA210), que usando o exemplo do programa POLIS clarificam algumas relações entre a cidade e a ação política que a desenha; *O Processo* (JA215), em 2004, concentrado na possível revogação do DL 73/73; ainda no mesmo ano, *Os Cavalos Também se Abatem* (JA216), cuja temática se centra nos concursos de arquitetura como processo de avaliação qualitativa. Já na série seguinte *Ilegal* (JA226), que em 2007 se propõe debater a legislação que está ligada ao exercício da arquitetura, seguido de *Política* (JA232), de 2008, que confronta política e arquitetura. Por fim, *Ser Populista* (JA234), de 2009, destacando a participação do cidadão na construção da cidade, e ainda *Ser Independente* (JA240) e *Ser Lixo* (JA243), que de forma mais ligeira acabam por se ligar à discussão. No total, cerca 6 dezenas de artigos estão implicados na construção da temática que aqui se analisa.

IV

3. LOPES, Diogo Seixas – *A Arquitectura não se referenda?* . JA. Nº234 (2009), p.36

4. CAPELA, José – *Arquitectura Política*. JA. Nº232 (2008), p.30

5. BENTO, João ; GONÇALVES, Fernando – *Política sem Arquitectura. Território sem Memória*. JA. Nº232 (2008), p.23

Quanto à pertinência temporal do tema, importa talvez dizer que a sua presença, embora materializada em diversos subtemas, é constante. No entanto, a sucessão temporal não apresenta um especial incremento de informação ou alguma transformação específica no contexto e, por isso mesmo, assumem-se fases de reflexão que dizem respeito a uma sucessão coerente dos temas, mais do que em concordância com o tempo em que vão surgindo. Deste modo, será importante refletir, num primeiro momento, sobre a influência destes mecanismos nas linhas de ação do arquiteto, questionando até que ponto pode ser feita uma avaliação da qualidade do objeto produzido com base em normas estáticas e pré-definidas, até que ponto as dificuldades da profissão estão intrinsecamente ligadas à 'normalização'. "*Calendários e tempos apertados [...] ? Honorários mais rateados? Sublimados mecanismos de vigilância de matriz totalitária? [...] E a complexidade do exercício publico da profissão?*"[6] Não serão estes mecanismos, ao invés de uma garantia de qualidade, um fomento da mediocridade? V

6. DIAS, Manuel Graça - *O Único* . JA. Nº198 (2000), p.3

Num segundo momento, avaliam-se as consequências efetivas no território de uma relação estreita entre arquitetura e política, onde se lê um descontentamento geral por parte dos intervenientes: "*Alguém se importa que o território siga na posse moral de uns quantos eleitos (...) e que nada se discuta? Que nada venha a público mais do que para publicitar mais algum grande homem da nação?*"[7] VI

7. PEDROSA, Patrícia Santos - *Desejo e Persistência ou da pouca linearidade do Fazer Arquitectónico.* JA. Nº215 (2004), p.68

Por fim, importa saber qual pode ser a solução, por onde passa o caminho assertivo da normalização. Para isso, destaca-se o papel do arquiteto como funcionário do poder político e municipal, aquele que está hoje a construir o país, o agente principal de mediação entre o arquiteto 'liberal' e a norma, ao mesmo tempo que se apontam como praticantes necessários os cidadãos, discutindo fundamentalmente processos participativos já decorridos em Portugal, auxiliando a ideia de que "*os cidadãos portugueses têm direito a uma política nacional de arquitectura*"[8], mais do que a um conjunto de regras que não lhes trazem uma mudança visível. VII

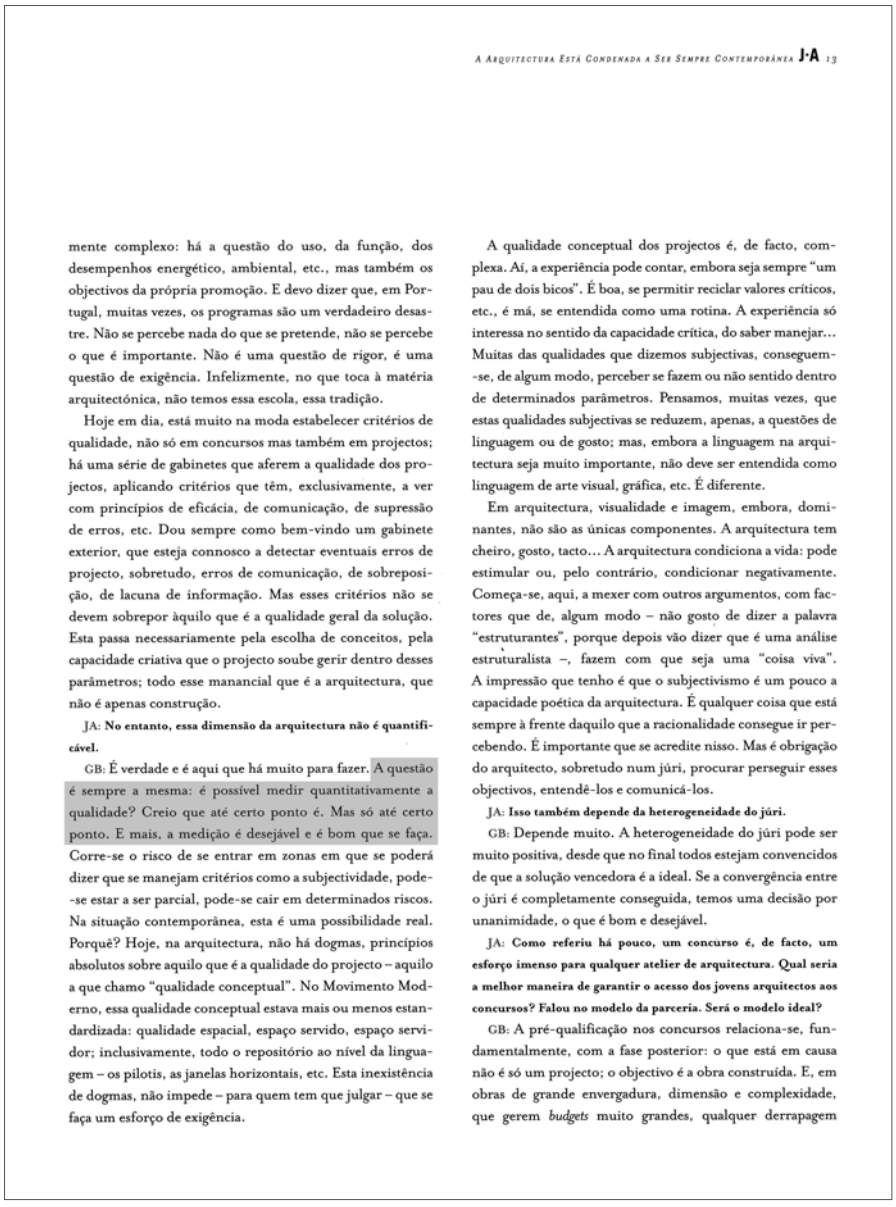
8. BENTO, João ; GONÇALVES, Fernando - *Política sem Arquitectura. Território sem Memória.* JA. Nº232 (2008), p.23

De um modo global, interessa expor, analisar e questionar o conjunto de normas que o *J.A.* vai enumerando, tentando discernir quais fazem

realmente parte de uma normalização necessária e quais a tornam um mecanismo que estimula a expansão do banal pelo território. Mesmo quando o objetivo de determina regra é honroso, é preciso garantir que a sua aplicação acompanha esse valor, evitando a inflexibilidade, já que *"há radicalismos que põem em causa a qualidade."*[9]

VIII

9. SOUTINHO, Alcino; DIAS, Manuel Graça (entrevistador) - *Quando há dinheiro é possível, com inteligência, fazer coisas bem-feitas.* JA. Nº235 (2009), p.29



mente complexo: há a questão do uso, da função, dos desempenhos energético, ambiental, etc., mas também os objectivos da própria promoção. E devo dizer que, em Portugal, muitas vezes, os programas são um verdadeiro desastre. Não se percebe nada do que se pretende, não se percebe o que é importante. Não é uma questão de rigor, é uma questão de exigência. Infelizmente, no que toca à matéria arquitectónica, não temos essa escola, essa tradição.

Hoje em dia, está muito na moda estabelecer critérios de qualidade, não só em concursos mas também em projectos; há uma série de gabinetes que aferem a qualidade dos projectos, aplicando critérios que têm, exclusivamente, a ver com princípios de eficácia, de comunicação, de supressão de erros, etc. Dou sempre como bem-vindo um gabinete exterior, que esteja connosco a detectar eventuais erros de projecto, sobretudo, erros de comunicação, de sobreposição, de lacuna de informação. Mas esses critérios não se devem sobrepor àquilo que é a qualidade geral da solução. Esta passa necessariamente pela escolha de conceitos, pela capacidade criativa que o projecto soube gerir dentro desses parâmetros; todo esse manancial que é a arquitectura, que não é apenas construção.

JA: **No entanto, essa dimensão da arquitectura não é quantificável.**

GB: É verdade e é aqui que há muito para fazer. A questão é sempre a mesma: é possível medir quantitativamente a qualidade? Creio que até certo ponto é. Mas só até certo ponto. E mais, a medição é desejável e é bom que se faça. Corre-se o risco de se entrar em zonas em que se poderá dizer que se manejam critérios como a subjectividade, pode-se estar a ser parcial, pode-se cair em determinados riscos. Na situação contemporânea, esta é uma possibilidade real. Porquê? Hoje, na arquitectura, não há dogmas, princípios absolutos sobre aquilo que é a qualidade do projecto – aquilo a que chamo "qualidade conceptual". No Movimento Moderno, essa qualidade conceptual estava mais ou menos estandardizada: qualidade espacial, espaço servido, espaço servidor; inclusivamente, todo o repositório ao nível da linguagem – os pilotis, as janelas horizontais, etc. Esta inexistência de dogmas, não impede – para quem tem que julgar – que se faça um esforço de exigência.

A qualidade conceptual dos projectos é, de facto, complexa. Aí, a experiência pode contar, embora seja sempre "um pau de dois bicos". É boa, se permitir reciclar valores críticos, etc., é má, se entendida como uma rotina. A experiência só interessa no sentido da capacidade crítica, do saber manejar... Muitas das qualidades que dizemos subjectivas, conseguem-se, de algum modo, perceber se fazem ou não sentido dentro de determinados parâmetros. Pensamos, muitas vezes, que estas qualidades subjectivas se reduzem, apenas, a questões de linguagem ou de gosto; mas, embora a linguagem na arquitectura seja muito importante, não deve ser entendida como linguagem de arte visual, gráfica, etc. É diferente.

Em arquitectura, visualidade e imagem, embora, dominantes, não são as únicas componentes. A arquitectura tem cheiro, gosto, tacto... A arquitectura condiciona a vida: pode estimular ou, pelo contrário, condicionar negativamente. Começa-se, aqui, a mexer com outros argumentos, com factores que de, algum modo – não gosto de dizer a palavra "estruturantes", porque depois vão dizer que é uma análise estruturalista –, fazem com que seja uma "coisa viva". A impressão que tenho é que o subjectivismo é um pouco a capacidade poética da arquitectura. É qualquer coisa que está sempre à frente daquilo que a racionalidade consegue ir percebendo. É importante que se acredite nisso. Mas é obrigação do arquitecto, sobretudo num júri, procurar perseguir esses objectivos, entendê-los e comunicá-los.

JA: **Isso também depende da heterogeneidade do júri.**

GB: Depende muito. A heterogeneidade do júri pode ser muito positiva, desde que no final todos estejam convencidos de que a solução vencedora é a ideal. Se a convergência entre o júri é completamente conseguida, temos uma decisão por unanimidade, o que é bom e desejável.

JA: **Como referiu há pouco, um concurso é, de facto, um esforço imenso para qualquer atelier de arquitectura. Qual seria a melhor maneira de garantir o acesso dos jovens arquitectos aos concursos? Falou no modelo da parceria. Será o modelo ideal?**

GB: A pré-qualificação nos concursos relaciona-se, fundamentalmente, com a fase posterior: o que está em causa não é só um projecto; o objectivo é a obra construída. E, em obras de grande envergadura, dimensão e complexidade, que gerem *budgets* muito grandes, qualquer derrapagem

FIG 112. página 13 de *A arquitectura está condenada a ser sempre contemporânea*, Entrevista a Gonçalo Byrne, JA 216

"*A questão é sempre a mesma: é possível medir quantitativamente a qualidade? Creio que até certo ponto é. Mas só até certo ponto. E Mais, a medição é desejável e é bom que se faça.*"[10]

10. BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (entrevistador) ; NUNES, Jorge (entrevistador) - *A arquitectura está condenada a ser sempre contemporânea.* JA. Nº216 (2004), p.13

IX

Embora possam parecer, à primeira vista, inquantificáveis os deveres morais do arquiteto enquanto profissional responsável que exerce uma atividade de peso elevado sobre o território e a comunidade, muitos são os mecanismos que tentam 'normalizar' comportamentos morais ou qualidades do projeto. A primeira aplicação deste processo, que garante que o valor moral é conferido à ação pela instituição de deveres fixos, aparece na discussão sobre as dificuldades da profissão no final de 2000 (JA198) início de 2001 (JA199), em *Paradoxos Sobre o Actor I* e *II*. Destes números destacam-se 3 artigos de especial significância: *Crespúsculos da Ética 1* e *Crespúsculos da Ética 2*, de Pedro Brandão, e *A Face de Dentro da Profissão*, de Nuno Lourenço.

X

Refletindo sobre a ética associada à profissão, Pedro Brandão estabelece como fixos dois campos que lhe dizem respeito: "*o domínio axiológico*"[11], aqui explorado em 'VALORES', e "*o domínio deontológico*"[12], onde se exploram precisamente os códigos comportamentais, códigos esses associados a uma necessidade crescente de garantia por parte do cidadão que exige resguardo. De forma generalista, constituem-se então regras assentes numa cientificidade com forma de "*um regulamento impessoal*"[13] que implica um sentido de justiça, mesmo que apenas aparente. Assim sendo, e como explica o autor, a arquitetura à semelhança de outras profissões liberais dotou-se de uma organização profissional, a Ordem dos Arquitectos (O.A.), que consequentemente se dotou de um regulamento de deontologia que vem 'normalizar' os comportamentos. Apesar desta garantia operativa, a arquitetura parece ultrapassá-la em muito: "*exige convicções quanto à ideias fortes que a arquitectura deve seguir, uma cultura profissional que procure dar respostas alternativas aos homens do seu tempo, sem sair do campo que lhe é próprio e sem se confundir*

11. BRANDÃO, Pedro - *Crepúsculos da Ética? 1* . JA. Nº198 (2000), p.51

12. Ibidém, p.51

13. Ibidém, p.53

risco, cuja imputabilidade não deixa de revelar também determinações éticas, como por exemplo:

– a ignorância é menos imputável que o conhecimento. Assim, a responsabilidade do profissional difere da responsabilidade do não-profissional, porque o profissional tem obrigações especiais provenientes do seu saber;

– para estabelecer a responsabilidade é preciso situar o erro, o que exige comparar a conduta do agente com uma forma de comportamento *standard*, pelo que é precisa uma referencia técnica, ou seja uma profissionalização em Direito.

A responsabilidade profissional envolve uma *agenda técnico-comercial:*

– a necessidade de fazer corresponder a oferta à procura dos serviços de arquitectura, garantindo ajuste quantitativo e qualitativo;

– a necessidade de desenvolver uma filosofia do exercício profissional consistente e que corresponda às expectativas e requisitos dos promotores;

– a necessidade de controlar o mercado dos serviços marcando pontos na concorrência com outras profissões;

– a necessidade de encontrar formas de melhorar a rentabilidade com melhor controlo na gestão da produção da arquitectura;

– a necessidade de melhor organização e motivação para a produção de trabalho de qualidade para reduzir o risco e aumentar o valor acrescentado.

Lutar pela "reserva de território" para os arquitectos e por regras justas de concorrência, é sem dúvida um papel das organizações profissionais. Mas estas só podem ter um papel positivo neste âmbito se actuarem com fundamento no Interesse Público, e não no interesse próprio de auto-protecção da "corporação".

É por isso importante reconhecer que os profissionais têm de contribuir, individual e colectivamente, para criar as condições em que pode melhor florescer a arquitectura, ancorando o seu exercício em valores e obrigações coerentes com problemas da cultura contemporânea nas nossas sociedades. É a *agenda ético-cultural da responsabilidade*, partindo da aclaração de relações de confiança social:

– a responsabilidade perante os clientes é dar-lhes "o maior beneficio justo" possível;

– a responsabilidade perante o público é colocar à frente o seu interesse e bem-estar;

– a responsabilidade para com a arte para lá do que existe exige emoção e invenção;

– a responsabilidade para com o oficio é a do seu aperfeiçoamento permanente;

– a responsabilidade para com o ambiente refere-se ao futuro do homem no mundo.

No 3º Encontro das Profissões Liberais em nome do "Fórum da Ética" a que tive o prazer de presidir, afirmei que as organizações profissionais só são investidas de poderes de auto-regulação para intervir na relação do profissional com os destinatários da sua acção, com base em condições e princípios específicos do interesse público. A urgência da actuação das Ordens no domínio da deontologia é hoje a de ultrapassar os limites da acção disciplinar, de julgamento, em várias direcções das quais se destacam:

– resolver a conflitualidade crescente do exercício profissional intervindo no sentido de aumentar oportunidades; instituir procedimentos na concorrência e arbitrar conflitos;

– ampliar o domínio da actuação deontológica para a prevenção, através da reflexão ética e formação ética permanente;

– assegurar a coerência da auto-regulação recusando o auto-proteccionismo e fazendo a promoção dos seus valores [no caso, da arquitectura] na sociedade. ■

Lutar pela "reserva de território" para os arquitectos e por regras justas de concorrência, é sem dúvida um papel das organizações profissionais. Estas só podem ter um papel positivo se actuarem com fundamento no Interesse Público, e não no de auto-protecção da "corporação".

FIG 113. página 51 de *Crepúsculos da Ética? 2*, Pedro Brandão, JA199

com moralismo."[14] Assim sendo, e porque a 'norma' não desqualifica o 'valor', o autor questiona se não pode associar-se uma 'escola ética e moral' a uma 'escola normativa', concluindo que *"a formação ética não será mais do que um instrumento de informação e reflexão sobre as realidades da cultura profissional, já que sendo a sua aprendizagem um processo envolvente da vida afectiva, a sua educação, na realidade, só se processa 'a quente', na experiência real."*[15]

14. Ibidém, p.54

15. Ibidém, p.55

XI

Quando passa, já no número seguinte, para *Crepúsculos da Ética 2* (JA199), Pedro Brandão recentra a sua abordagem, fazendo um pequeno cronograma dos Códigos Deontológicos desde o seu aparecimento em 1895, que descreve como sendo fundados num modelo de profissão já extinto, em que o arquiteto tinha em si todo o poder de controlo da obra e de defesa dos interesses do cliente. É no pós-guerra que a situação se altera e esses mesmos códigos deixam de ser aplicáveis ao exercício feito no âmbito de grandes empresas, com grande número de arquitetos contratados, ou no serviço público, que passa também ele a requerer a participação da arquitetura. Num tempo em que o arquiteto se vê obrigado a partilhar decisões com um grande número de outros intervenientes, estes códigos tornam-se um *"instrumento protecionista da profissão, perante a crescente suspeita da sociedade"*[16].

16. BRANDÃO, Pedro - *Crepúsculos da Ética? 2.* JA. Nº199 (2001), p.49

XII

Além disto, muitos outros mecanismos regulam já parcelas da atividade, como sejam leis, contratos ou o código dos direitos de autor, o que faz com que o domínio deontológico se refira cada vez menos a regras e cada vez mais a valores expressos de forma codificada, valores esses que face á crescente falta de oportunidades estão em decadência. Como conclusão destes raciocínios que confirmam a inoperância de um modelo ético codificável, sugere o autor uma intervenção da própria O.A. em vários campos: *"resolver a conflitualidade crescente do exercício profissional intervindo no sentido de aumentar oportunidades; instituir procedimentos na concorrência e arbitrar conflitos; ampliar o domínio da actuaçao deontológica para a prevenção, através da reflexão ética permanente; assegurar a coerência da auto-regulação recusando o auto-proteccionismo e fazendo a promoção dos seus valores [no caso, da arquitectura] na sociedade"*[17].

17. Ibidém, p.51

XIII

se e a fortaleça face às pressões do mercado e das conveniências políticas.

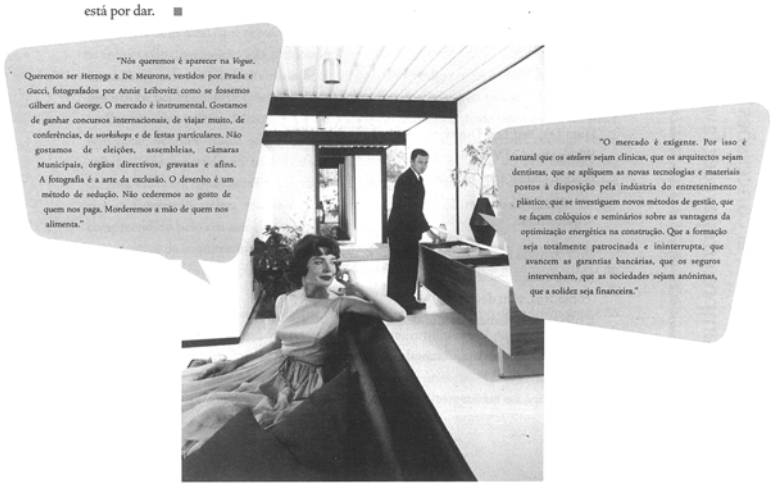
Precisamos de promover e divulgar os valores da arquitectura junto do público. Estabelecer uma política editorial própria da profissão. Estudar, mostrar e fazer visitar as obras dos nossos arquitectos de referência, do passado e do presente. Viciar as pessoas no espaço qualificado, o que é absolutamente determinante para um papel visível da profissão nas transformações importantes da nossa realidade.

Precisamos de projectos mobilizadores da classe, como o foi, no seu tempo, o *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa*. Projectos que permitam o aprofundar do conhecimento da realidade em todas as suas vertentes e que nos motivem a tomar posição. Por exemplo, não estão inventariadas e avaliadas as transformações da paisagem urbana dos últimos vinte anos, e o papel dos arquitectos nessas transformações.

Precisamos não só de estabelecer parâmetros de acesso ao exercício da profissão, mas, uma vez concedido esse acesso, contribuir com acções institucionais para a integração dos novos arquitectos na profissão, responsabilizando-nos, perante a sociedade, pela sua valia técnica, saber profissional e experiência mínima. Isto, sob pena de transformar a prerrogativa da nossa Ordem de atribuição do título profissional num sinistro instrumento de controlo do mercado de trabalho e do acesso à encomenda, o que seria inaceitável, seja qual for o ponto de vista.

Creio que, se a última década portuguesa foi a década das reivindicações ligadas aos direitos cívicos e do consumidor, consagrando direitos elementares dos cidadãos, como sejam, o direito a não ser espancado por um polícia, o direito a não ser maltratado pelo funcionário da repartição de finanças, o direito a reclamar das contas e dos serviços, etc., etc., esta década poderá bem ser a década das reivindicações ligadas ao espaço público e ordenamento do território, claro que é, cada vez mais, mesmo para a generalidade dos consumidores, que não serão os espaços de circulação dos Centros Comerciais a salvar-nos do deserto ou do caos em que nos movimentamos diariamente.

Para tal, será que os portugueses podem contar com os arquitectos? Esta é a resposta que está por dar. ■


"Nós queremos é aparecer na *Vogue*. Queremos ser Herzogs e De Meurons, vestidos por Prada e Gucci, fotografados por Annie Leibovitz como se fossemos Gilbert and George. O mercado é instrumental. Gostamos de ganhar concursos internacionais, de viajar muito, de conferências, de *workshops* e de festas particulares. Não gostamos de eleições, assembleias, Câmaras Municipais, órgãos directivos, gravatas e afins. A fotografia é a arte da exclusão. O desenho é um método de sedução. Não cederemos ao gosto de quem nos paga. Morderemos a mão de quem nos alimenta."

"O mercado é exigente. Por isso é natural que os *ateliers* sejam clínicas, que os arquitectos sejam dentistas, que se apliquem as novas tecnologias e materiais postos à disposição pela indústria do entretenimento plástico, que se investiguem novos métodos de gestão, que se façam colóquios e seminários sobre as vantagens da optimização energética na construção. Que a formação seja totalmente patrocinada e ininterrupta, que avancem as garantias bancárias, que os seguros intervenham, que as sociedades sejam anónimas, que a solidez seja financeira."

17 | J·A | 3. *A Face de Dentro da Profissão*

FIG 114. página 17 de *A Face de Dentro da Profissão*, Nuno Lourenço, JA198

Dentro deste panorama de exigência de algumas alterações encaixa também Nuno Lourenço quando sugere *"exemplos do que poderia ser uma carta de reivindicações da classe, no que diz respeito às condições exteriores de qualificação do exercício da profissão"*[18], reclamando para os arquitetos a responsabilidade necessária para garantir o melhor funcionamento possível de todos os aspetos da obra, sejam eles pré-estabelecidos por regulamentação ou por outros agentes, qualificando assim a invenção formal como um processo fiável: *"sabemos que a autoridade do arquitecto, perante a infernal complexidade técnica, política e administrativa que no sufoca, só se pode fundar na assunção clara das nossas responsabilidades."*[19] Como conclusão o artigo lança um apelo muito claro quanto à constituição de um novo Código Deontológico funcional e do conhecimento global, que reflita sobre deveres reais, promova a solidariedade entre a classe e auxilie a prática concreta do projeto de forma digna, *"que promova a unidade da classe e a fortaleça face às pressões do mercado e das conveniências políticas"*.[20]

18. LOURENÇO, Nuno - *A Face de Dentro da Profissão.* JA. Nº198 (2000), p.16

19.Ibidém, p.16

20. Ibidém, p.16-17

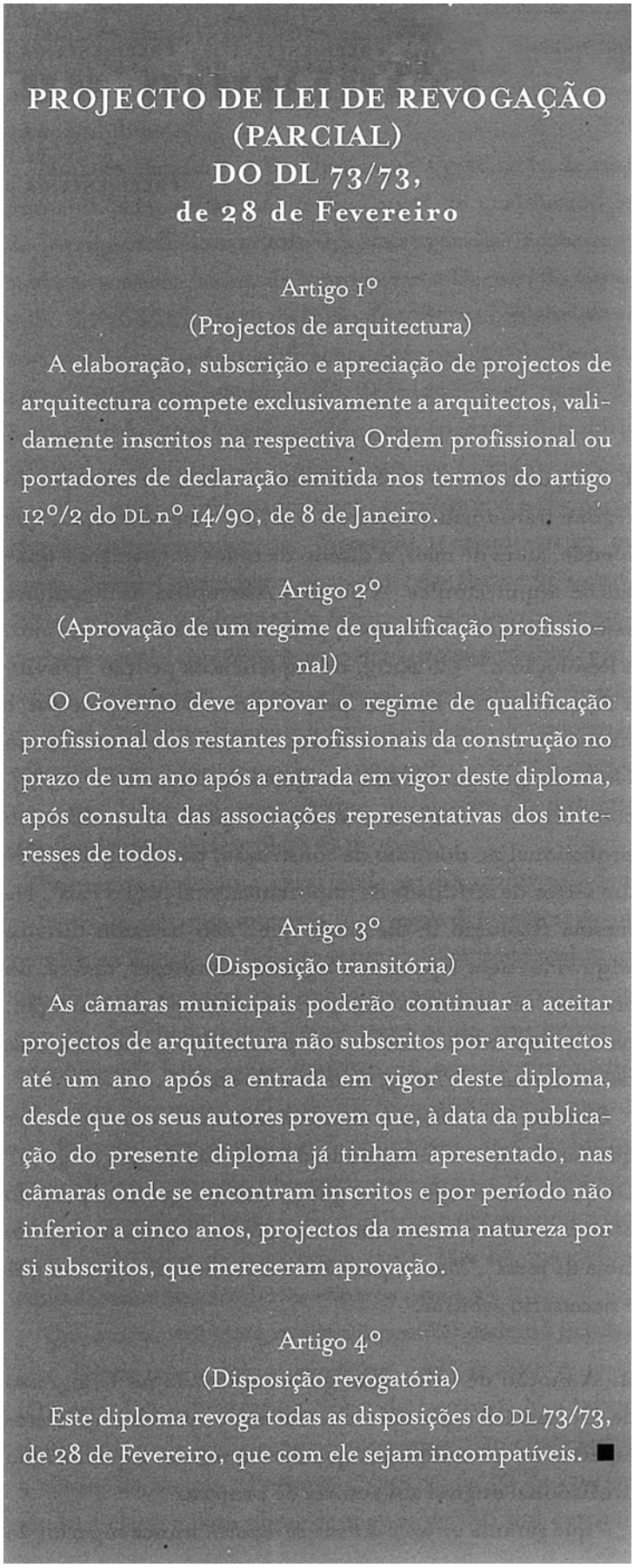
XIV

Este conjunto de participações, cuja reflexão incide na relação com a ética profissional do arquiteto, têm especial pertinência já que tendo uma 'norma' operativa que defenda a classe e a promova da melhor maneira, fica garantida maior eficácia na resposta consciente perante outras 'normas' que lhe são absolutamente exteriores.

XV

Essa possibilidade de 'combate' coletivo encontra então forma na reflexão que se materializa em 2004, com a publicação de *O Processo* (JA215), um número que se dedicou inteiramente ao DL 73/73 e à sua desejada revogação, numa altura que parecia estar próximo o desfecho do problema. Muitos são os artigos de extrema pertinência e, por isso, nem todos aqui podem ser expostos. No entanto, é possível perceber de forma muito clara, através de uma leitura global, que essa mesma revogação é um acontecimento há muito pretendido, já que o decreto é considerado responsável pela situação em que se encontra o nosso território e a nossa arquitetura, promovendo assimetrias no mercado profissional e incoerências no que toca ao vasto crescimento do número de profissionais nas últimas décadas; *"uma aberração, que ofende, antes de mais, o direito de todos os cidadãos à qualidade arquitectónica."*[21]

21. ROSETA, Helena - *A Morte do Decreto 73/73: Exigência ou Transigência?.* JA. Nº 215 (2004), p.20



PROJECTO DE LEI DE REVOGAÇÃO (PARCIAL) DO DL 73/73, de 28 de Fevereiro

Artigo 1º
(Projectos de arquitectura)

A elaboração, subscrição e apreciação de projectos de arquitectura compete exclusivamente a arquitectos, validamente inscritos na respectiva Ordem profissional ou portadores de declaração emitida nos termos do artigo 12º/2 do DL nº 14/90, de 8 de Janeiro.

Artigo 2º
(Aprovação de um regime de qualificação profissional)

O Governo deve aprovar o regime de qualificação profissional dos restantes profissionais da construção no prazo de um ano após a entrada em vigor deste diploma, após consulta das associações representativas dos interesses de todos.

Artigo 3º
(Disposição transitória)

As câmaras municipais poderão continuar a aceitar projectos de arquitectura não subscritos por arquitectos até um ano após a entrada em vigor deste diploma, desde que os seus autores provem que, à data da publicação do presente diploma já tinham apresentado, nas câmaras onde se encontram inscritos e por período não inferior a cinco anos, projectos da mesma natureza por si subscritos, que mereceram aprovação.

Artigo 4º
(Disposição revogatória)

Este diploma revoga todas as disposições do DL 73/73, de 28 de Fevereiro, que com ele sejam incompatíveis. ■

FIG 115. Projecto de Lei de Revogação (Parcial) do DL 73/73, de 28 de Fevereiro - *Projecto de Lei de Revogação (Parcial) do DL 73/73, de 28 de Fevereiro*, Diogo Freitas do Amaral, JA215

Mais uma vez, no próprio editorial, é requerida a intervenção da O.A. na tentativa de negociação de uma *"regulação eficaz e socialmente útil dos actos de arquitectura"*[22]. XVI

22. DIAS, Manuel Graça - *Está lá fora o 73/73[!].* JA. Nº215 (2004), p.3

Como apresenta Diogo Freitas do Amaral em *Projecto de Lei de Revogação [Parcial] do DL 73/73 de 28 de Fevereiro*, excerto do estudo encomendado pela Ordem dos Arquitectos em Maio de 2002, esse mesmo DL veio capacitar uma ampla classe de profissionais (engenheiros, arquitetos, construtores, etc.) para o projeto de arquitetura, situação consequente de um panorama onde o número de arquitetos era restrito e que, por isso, é hoje o oposto do que era nesse tempo. O artigo, que representa de certa forma os interesses da classe, posiciona a revogação como essencial para *"devolver e reservar aos Arquitectos as competências cujo exercício só a sua especial qualificação justifica e exige."*[23] Enumerando razões sociais e jurídicas, este estudo publicado no âmbito da revista, conclui a sua análise reiterando a ideia de que é preciso quebrar a inércia política face ao problema, devolvendo à classe *"o exclusivo da concepção de projectos de arquitectura, em nome do interesse público e do prestigio da profissão."*[24] XVII

23. AMARAL, Diogo Freitas do - *Projecto de Lei de Revogação (Parcial) do DL 73/73, de 28 de Fevereiro.* JA. Nº 215 (2004), p.14

24. Ibidém, p.19

Esta possível revogação, que só chega efetivamente a termo, mais tarde, em 2009, levanta então questões de como garantir a qualidade da arquitetura que se reclamava, se inscrita noutros moldes. Esta preocupação face ao caminho pós-73/73 encontra assim corpo em dois artigos. XVIII

Por um lado João Guilherme Appleton, preocupado com as consequências da alteração legislativa e indicando alguns sentidos possíveis de ação, *"para que pós e pré não sejam sinónimos"*[25]. À semelhança da Câmara de Lisboa, exemplo que o autor usa, onde já era obrigatória a participação do arquiteto no processo de projeto, a existência de uma obrigatoriedade pode não garantir qualidade. Em *A Pretexto da Revogação de um Decreto* a responsabilização do arquiteto, em desfavorecimento da 'normalização', é o ponto chave. O autor defende portanto *"uma sólida formação técnica dos arquitectos (...) a compreensão dos limites que o contexto cultural, industrial e económico impõem à arquitectura*

25. APPLETON, João Guilherme- *A pretexto da revogação de um decreto.* JA. Nº215 (2004) p.70

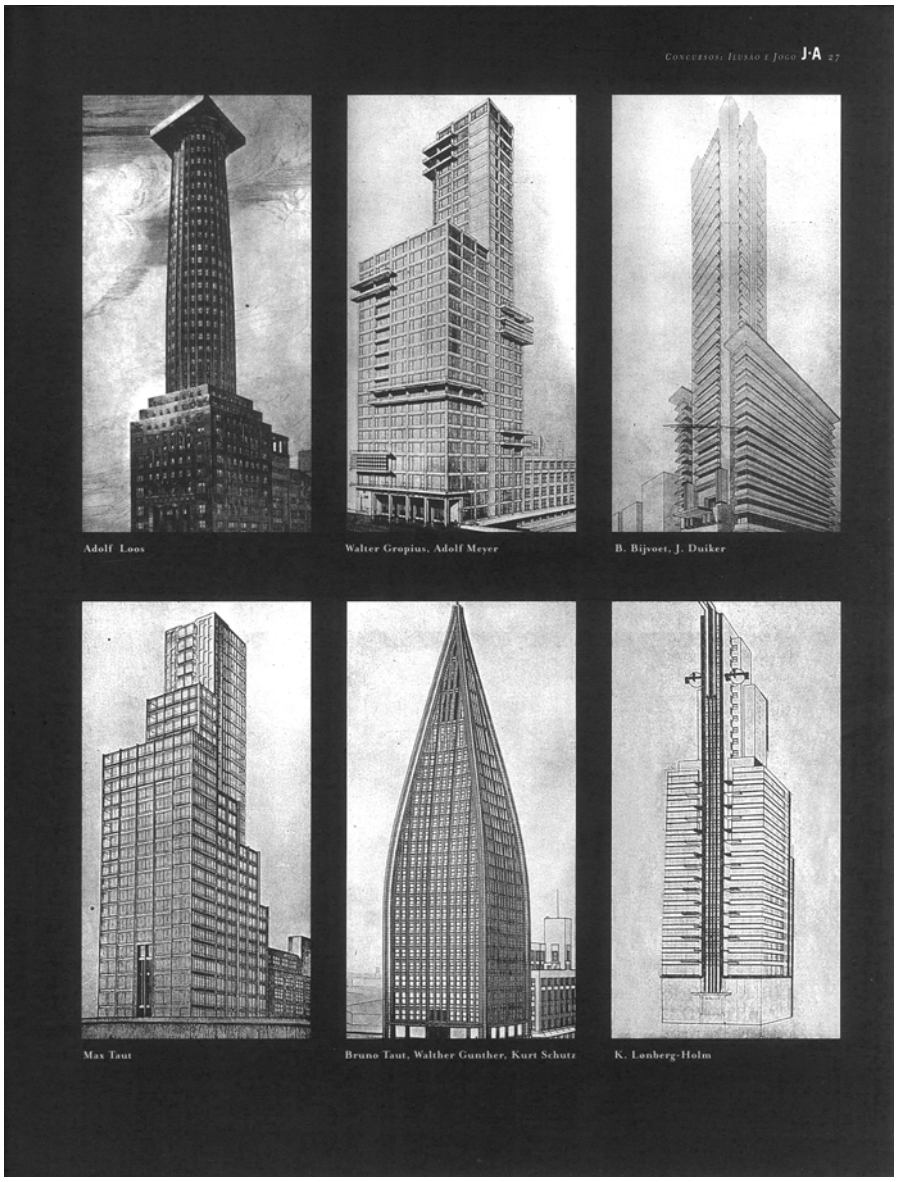


FIG 116. [Concurso para a Sede do Chicago Tribune, Chicago, 1922] página 27 de *Concursos: Ilusão ou Jogo*, Clara Germana Gonçalves, JA.216

portuguesa (...) a valorização do mérito e da ética"[26] como ferramentas necessárias para a melhoria do crédito da classe perante a sociedade, permitindo assim uma intervenção útil e capaz na melhoria do panorama arquitetónico português. XIX

26. Ibidém, p.71

Segue-se-lhe Bruno Baldaia, autor de *Ground Zero*, que começa por considerar a revogação "*promissora e preocupante*"[27], no sentido em que parece haver uma falta de preparação para enfrentar a responsabilidade pessoal face à prática da arquitetura e, por isso, torna-se pertinente "*pensarmos um espaço que garanta condições de reflexão e de divulgação, que nos permita assegurar a competência da arquitectura que se pratica*".[28] Neste caso, o autor abandona a responsabilização da O.A., que deve manter o seu campo de ação nos interesses corporativos, e apresenta a hipótese de criação de um mecanismo intermédio, entre a Ordem e o Estado, o 'Instituto Nacional de Arquitectura', "*um espaço de confronto e um espaço de discussão onde possamos encontrar todos os que sentem a insatisfação do tempo presente, lutando não pelo espaço de respiração mas contra a banalização absoluta.*"[29] XX

27. BALDAIA, Bruno - *Ground Zero*. JA. Nº215 (2004), p.67

28. Ibidém, p.67

29. Ibidém, p.67

Esta relação entre norma e qualidade, que se pretende possível mas difícil de estabelecer, continua a ser explorada ainda em 2004, desta vez sob o tema dos concursos de arquitetura, em *Os Cavalos Também se Abatem* (JA216). Globalmente, o número afigura-se como baseado no princípio de que a legislação genérica que define os concursos públicos é, de muitas formas, inconciliável com a metodologia própria do projeto, acabando por se lhe sobrepor de forma indistinta, causando a deterioração de algumas qualidades. XXI

Quando Clara Germana Gonçalves escreve *Concursos: Ilusão e Jogo*, numa análise histórica deste instrumento de suposta aferição da melhor solução, denotam-se já, ao longo da história "*discussões e polémicas à sua volta, quase sempre relacionadas com as escolhas do júri.*"[30] Transformar a aferição da qualidade arquitetónica num processo democrático é, apesar de uma solução difícil, "*a menos má de todas as que conhecemos*"[31], pelo menos segundo António Miranda, que completa a reflexão com *Arquitectura: Juízo e Avaliação,* dizendo que "*um júri intelectualmente*

30. GONÇALVES, Clara Germana - *Concursos: Ilusão e Jogo*. JA. Nº216 (2004) p. 24

31. MIRANDA, António - *Arquitectura: Juízo e Avaliação*. JA. Nº216 (2004) p. 48

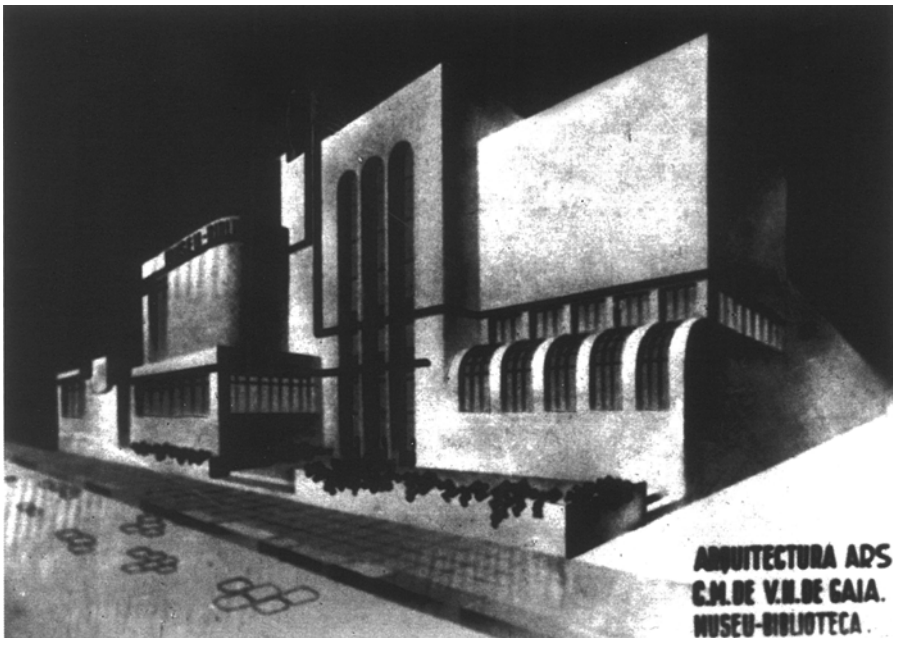


FIG 117. Proposta vencedora para o Concurso Público do Museu-Biblioteca de Vila Nova de Gaia, ARS Arquitectos, 1934 - *O Direito de Interpretar ARS-Arquitectos e o Concurso de 1934*, Duarte Morais Soares, JA.216

honesto (...) deve ser capaz de captar a qualidade, isto é, a quantidade de verdade que possa existir nas propostas mais surpreendentes, das mais viscerais e gelatinosas às mais fracturadas, arestadas e explosivas."[32] XXII

32. Ibidém, p.49

Além do problema da avaliação por parte de um júri, citado ainda mais algumas vezes em nome do anonimato obrigatório que vigora em Portugal, outros se vão levantando. Gonçalo Byrne fala de *"um excesso de legislação e de burocratização"*[33], em nome da qual *"se escolhem soluções completamente medíocres"*[34], e ainda das principais diferenças para o panorama europeu que considera de exigência superior no que toca à qualidade. Alexandre Alves Costa menciona com maior fulgor *"a aceitação tácita e pragmática da desigualdade"*[35] que os concursos pressupõem, principalmente para jovens arquitetos que face a exigências de curriculum ou de logística vão sendo excluídos. XXIII

33. BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (entrevistador) ; NUNES, Jorge (entrevistador) - *A arquitectura está condenada a ser sempre contemporânea.* JA. Nº216 (2004), p.10

34. Ibidém, p.10

35. COSTA, Alexandre Alves - *Revolução ou Concursos.* JA. Nº216 (2004), p.8

Esta inadequação normativa que acontece no cenário português é depois objeto de estudo por parte de André Tavares, em *Elefantes à Solta: A Fogueira dos Concursos de Arquitectura*, que mais uma vez recomenda a O.A. como organismo responsável para gerir uma necessária intervenção, *"não apenas reorganizar o quadro legal dos mecanismos de encomenda pública mas, sobretudo, criar uma cultura de encomenda de arquitectura em que o concurso de emulação seja um instrumento valorizado e estimado"*[36], passando por desfazer as desconfianças de corrupção que hoje assolam estes processos, alimentadas pela já referida obrigatoriedade de anonimato do júri, assim como encontrar espaço para a flexibilidade quer no estabelecimento do enunciado, quer no resultado final sob apreciação, garantindo que o concurso ultrapassa *"um mero acto administrativo"*[37]. XXIV

36. TAVARES, André - *Elefantes à Solta: A Fogueira dos Concursos de Arquitecura.* JA. Nº216 (2004), p. 45

37. Ibidém, p.47

Há, no entanto, também contributos que enaltecem o mecanismo, resultando por isso numa conclusão: apesar de um concurso ser *"um excelente método para estabelecer critérios de qualidade em relação ao que se constrói"*[38], é preciso encontrar na norma espaço para a qualidade, campo para a aplicação flexível da regra. XXV

38. BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (entrevistador) ; NUNES, Jorge (entrevistador) - *A arquitectura está condenada a ser sempre contemporânea.* JA. Nº216 (2004), p.11

Esta discussão é preenchida em 2007 por Fernando Martins que introduz o RGEU, *"um conjunto de regras rudimentares herdadas do*

Estado Novo"[39], como mais um regulamento que une à norma o controlo de qualidade. O autor, concentrado no processo de revisão a decorrer em 2004, processo esse que seguiu "*o caminho de normalizar, pelos mínimos, em vez de responsabilizar o seu autor*"[40], assume, mais uma vez, que tal como na polémica discussão do DL 73/73, as regras em questão são fundadas com base numa prática não exclusiva de arquitetos e que, por isso mesmo, implicam pouca formação por parte do técnico implicado. Com a independência disciplinar comprometida, torna-se impossível melhorar a situação, uma vez que a regulamentação necessita do auxílio da delimitação disciplinar.

XXVI

"*Sabemos que a regulamentação normaliza. E também sabemos que os grandes afectos espaciais que temos são sempre exteriores à norma.*"[41] A 'norma', aquela que de forma premeditada e responsável consegue promover a 'qualidade', implica, primeiro que tudo, um complemento de 'responsabilidade', até porque do arquiteto não se deveria esperar nada "*senão rigor profissional e ético, afinal os alicerces do processo educativo e da formação profissional.*"[42]

XXVII

39. MARTINS, Fernando – *Revisão do RGEU: o conformismo enquanto directriz de um processo.* JA. Nº226 (2007), p.22

40. Ibidém, p.22

41. MATEUS, Manuel Aires; MATEUS, Francisco Aires; ADRIÃO, José (entrevistador); CARVALHO, Ricardo (entrevistador) – *Aires Mateus conversam com José Adrião e Ricardo Carvalho.* JA. Nº 226 (2007), p.72-73

42. MARTINS, Fernando – *Revisão do RGEU: o conformismo enquanto directriz de um processo.* JA. Nº226 (2007), p.23

* Versão adaptada (em espanhol) pelo autor a partir do texto original (em catalão) publicado em Aixalà, Albert et al. *L'Esquerra, un instint bàsic : vint-i-una reflexions sobre els reptes del socialisme al segle XXI*. Lleida : Pagès, 2008. ISBN 9788497796583
Tradução para Português: Pedro Sobral Pignatelli

* Version adapted (in Spanish) by the author on the basis of the original text (in Catalan) published in Aixalà, Albert et al. *L'Esquerra, un instint bàsic: vint-i-una reflexions sobre els reptes del socialisme al segle XXI*. Lleida : Pagès, 2008. ISBN 9788497796583
Translation from the Portuguese version

1 Jordi Borja. *La ciudad conquistada*. Madrid : Alianza Editorial, 2003.

2 Lucio Caracciolo (dir.). *La democrazia in Europa: Dialogo entre Ralf Dahrendorf, François Furet y Bronislaw Geremek*. Roma : Laterza, 1992.

calorosa e faz o contraponto com a democracia, que é frígida – disse o liberal Dahrendorf num interessante diálogo com Furet e Geremek[2]. A cidade, como a democracia, tem por vocação maximizar a liberdade individual transformando-a num objectivo de vida colectiva que minimize as desigualdades. A cidade humaniza o ideal democrático abstracto, introduz o prazer dos sentidos na racionalidade sistemática e os desejos íntimos de cada um modulam os projectos colectivos. Na cidade o herói é a personagem de Chandler – duro e terno: "Se não fosse duro, senhora, não estaria vivo, e se não pudesse ser terno não o mereceria estar."

A cidade como metáfora da democracia interessa-nos especialmente, pois permite enfatizar algo que é próprio da primeira e necessário à segunda: a dimensão sentimental e sensual, cordial e amorosa, individualizadora e cooperativa, plural e homogeneizadora, protectora e segura, incerta e surpreendente, transgressora e misteriosa. E também porque vivemos numa época em que não é por acaso que, simultaneamente, cidade e democracia se estão a perder, como se se dissolvessem no espaço público, no sentido físico e político. O desapego dos cidadãos face à política institucional e aos partidos políticos é crescente e se, por um lado, é em parte um efeito da globalização e da crise do Estado-Nação, por outro, expressa-se e, em parte, acentua-se, nas novas formas extensivas do desenvolvimento urbano, socialmente segregador, ambientalmente insustentável e politicamente opaco. Se a cidade constitui o espaço produtor da cidadania e gerador da inovação, constitui igualmente o húmus em que a democracia vive, progride e responde aos novos desafios. Sem cidade, lugar que maximiza intercâmbios, a democracia perde a força vocacionada para criar futuros possíveis e promover acções presentes. A cidade, simultaneamente, passado, presente e futuro da democracia. E não ter um projecto e uma acção constante de construção da cidade, que se faz e desfaz a cada dia, é aceitar a degradação lenta mas contínua da democracia.

2. A DISSOLUÇÃO PARALELA DA CIDADE E DA DEMOCRACIA

A revolução urbana que vivemos é uma das principais expressões da nossa época. Não nos alongaremos sobre uma temática amplamente tratada, inclusive pelo autor deste artigo (v. nota 1). As novas áreas metropolitanas questionam a nossa ideia de cidade: são vastas regiões de urbanização descontínua, fragmentada em alguns casos, difusa noutros, sem limites precisos, com escassos referentes físicos e simbólicos que marquem o território, espaços públicos pobres e submetidos a potentes dinâmicas de privatização, caracterizadas pela segregação social e pela especialização funcional em grande escala e por centralidades "gentrificadas" (classistas) ou "museificadas", convertidas em parques temáticos ou estratificadas pelas ofertas de consumo. Esta cidade, ou "não-cidade" (como diria Marc Augé, o inventor do "não-lugar"), é, simultaneamente, expressão e reprodução de uma sociedade ao mesmo tempo heterogénea e compartimentada (ou "guetizada"), isto é, deficientemente coesa. As promessas resultantes da revolução urbana, especialmente a maximização da autonomia individual, estão ao alcance apenas de uma minoria. A multiplicação das ofertas de

and is the counterweight to democracy, which is frigid, as liberal philosopher Dahrendorf put it in an interesting dialogue with Furet and Geremek[2]. The vocation of the city and democracy is to maximise individual liberty in a collective life that minimises inequality. The city humanises the abstract democratic ideal, introduces the pleasure of the senses into systematic rationality. In the city, the personal desires of each of us shape the collective projects. In the city the hero is the typical Chandler character: tough and tender "If I wasn't tough, lady, I wouldn't be alive and if I couldn't be soft I wouldn't deserve to be".

The city as a metaphor for democracy is of particular interest to us, as it enables us to highlight something that is inherent in the former and necessary for the latter: the sentimental and sensual, cordial and amorous, individualising and cooperative, plural and homogenising, protective and safe, uncertain and surprising, transgressive and mysterious dimension. And also because we live in a time in which it is no coincidence that we are simultaneously losing the city and democracy, as if they were being dissolved in the public space in both the physical and political sense. The detachment of the citizens in relation to institutional politics and the political parties is growing and while, on the one hand, this is an effect of globalisation and the crisis of the nation state, on the other it is expressed in and in part accentuated by the new extensive forms of urban development: socially segregating, environmentally unsustainable and politically opaque. As the productive environment of citizenship and the generator of innovation, the city is also the humus in which democracy lives, thrives and responds to new challenges. Without the city, the place that maximises exchange, democracy forfeits strength in its vocation to create possible futures and carry through present actions. The city is at once the past, present and future of democracy. And not having a project and constant action in terms of building the city, which is made and unmade every day, is accepting the slow but continuous degradation of democracy.

2. THE PARALLEL DISSOLUTION OF THE CITY AND DEMOCRACY

The urban revolution we are currently experiencing is one of the main signs of our times. I will not delve further into a subject that has already been amply dealt with elsewhere, including by myself (see note 1). The new metropolitan regions challenge our notion of the city: they are huge areas of interrupted urbanisation, fragmented in some cases, diffuse in others; they lack precise limits, lack physical and symbolic reference points that mark the territory and are poor in public spaces; the public spaces are subjected to powerful privatisation dynamics, characterised by social segregation and functional specialisation on a large scale and by "gentrified" (class-based) or "museified" centralities, ending up converted into theme parks or stratified by the consumer offer. This city or "non-city" (as Marc Auge, inventor of the "non-place", would call it) is at the same time expression and reproduction of a society that is simultaneously heterogeneous and compartmentalised (or "ghettoised"); i.e. it is not very cohesive. The promises

FIG 118. página 53 de *A Democracia em Busca da Cidade Futura*, Jordi Borja, JA234

NORMA, TERRITÓRIO E POLÍTICA

"O desapego dos cidadãos face à política institucional e aos partidos políticos é crescente e se, por um lado, é em parte um efeito da globalização e da crise do Estado-Nação, por outro, expressa-se e, em parte, acentua-se, nas novas formas extensivas do desenvolvimento urbano, socialmente segregador,ambientalmente insustentável e politicamente opaco."[43]

43. BORJA, Jordi - *A Democracia em busca da Cidade Futura*. JA. Nº 234 (2009), p.53

XXVIII

Estudar a relação da arquitetura com a política é estudar as relações de ambas com o território. Inevitavelmente, a arquitetura que desenha a cidade passa por um filtro político, filtro esse que usa a norma como intermediário. Estas relações, dadas pelo panorama aberto pelo *J.A.*, são percebidas num primeiro momento, quando em 2003 são publicados *Seis Propostas Para o Próximo Milénio (Lições Americanas) I* (JA209) e *II* (JA210), onde há uma análise profunda do programa Polis, exemplo português inevitável quando se trata de caracterizar políticas de ação no território. Entre 2005 e 2008, na série com direção de José Adrião e Ricardo Carvalho, os números *Ilegal* (JA226), *Público* (JA228) e especialmente *Política* (JA232), incidem de forma central sobre os temas em questão. Depois disso, e até 2012, há uma relação que importa sublinhar, mesmo que não seja objeto concreto de estudo, mas ainda assim contribuindo para a estruturação do tema: uma presença constante da política na última série de Manuel Graça Dias e Ana Vaz Milheiro, sob forma de uma dicotomia esquerda/direita, com participação de membros exteriores à classe dos arquitetos e ligados ao meio político. Ainda nesta série, em *Ser Populista* (JA234), *Ser Pobre* (JA236) e *Ser Lixo* (JA243), alguns artigos vão, com diferentes abordagens, relembrando relações começadas na série anterior.

XXIX

É Nuno Portas quem abre o tema, quando em 2007 escreve *A Regulação Urbanística da Arquitectura* (JA226). De forma sintética, Portas começa por explicar como a origem do planeamento territorial praticado hoje está já ultrapassada: *"está ligada às políticas do estado-providência do segundo e terceiro quartos do séc. XX (...) que legitimavam*

FIG 119. Bairro do Restelo, Lisboa, Filipe Jorge, 2006 - *A Regulação Urbanística da Arquitectura*, Nuno Portas, JA226

a convicção [...] da omnipresença dos aparelhos governamentais e do investimento público"[44], onde se verificava uma categorização decrescente do território baseada em binómios como sejam nacional/regional ou cidade/campo. Hoje, por razões ligadas às transformações económicas, como sejam a deslocação das atividades industriais para fora do núcleo urbano ou a massificação do turismo e da emigração, o autor explica que "*a urbanização pública que aguentava o crescimento, cede o lugar à regulamentação passiva ou quantitativa das «pretensões»"*[45]. Assim sendo, a desadequação de um sistema de planos de sucessivas escalas, como é praticado em Portugal, tem gerado maus resultados práticos, uma vez que essa hierarquia é dificilmente acompanhada pela prática, e "*tem a grave deficiência de não incidir (...) senão em um dos três níveis da regulação – o da delimitação dos usos e volumetria dos solos –, «esquecendo» na prática o nível estratégico e o nível do projecto infra-estrutural."*[46] Como solução para este desajuste, diz Portas que é preciso implementar um sistema mutável, que descarte os "*formalismos abusivos"*[47] e que separe definitivamente o desenho urbano do desenho de arquitetura dos edifícios, abrindo espaço para a participação de vários autores, em vários tempos, baseados na mesma estratégia mas com alguma flexibilidade, desde que em nome do bem comum: "*não se trata de dizer «o que» é obrigatório mas sim de indicar «o como» assegurar o interesse geral."*[48]

44. PORTAS, Nuno – *A Regulação Urbanística da Arquitectura*. JA. Nº226 (2007), p.18

45. Ibidém, p.18

46. Ibidém, p.18

47. Ibidém, p.20

48. Ibidém, p.20

A esta primeira conceção sobre os problemas de compatibilidade entre um pensamento 'normativo' de origem política e regras intuitivas de bem construir o território com as quais os arquitetos devem trabalhar, junta-se o artigo de Leonor Gomes, *Limite Público* (JA228). Neste artigo, partindo do pressuposto que há na atividade do arquiteto uma capacidade de delimitar a fronteira entre privado e publico, através do exercício do desenho urbano, a autora enumera as ferramentas e respetivas características que estão ao alcance da profissão: o plano de pormenor, iniciativa do Estado, e as operações de loteamento, iniciativa privada, ambos com elaboração entregue a equipas multidisciplinares. Esta separação do desenho urbano em dois domínios, tal como nos diz a história que a autora cita, tem como pressuposto, desde o seu início

Olivais Norte, Lisboa

construídos e minimizando espaços públicos. As novas urbanizações nascem quando, como e onde os loteadores determinam — a Lei é rica em alçapões que se abrem e fecham segundo a subjectividade arbitrária de decisores jurídico-administrativos. O loteador decide os volumes e as implantações, o jurista legitima, o político aprova, o funcionário despacha e o loteador factura; e por fim o urbanista é consultado apenas para "alindar" a obra com os trocos que o loteador se digna retirar das MVU. O contorno das novas expansões deixa de obedecer à racionalidade de um planeamento holístico da cidade, passando a subordinar-se à malha cadastral agrícola preexistente — os bairros dão lugar à "urbanização *Quinta de Fulano*" e ao "condomínio *Herdade de Sicrano*", quando não às "moradias *Casal de Beltrano*", onde o bucolismo dos topónimos dá o toque final de sarcasmo à piada de mau gosto.

Em semelhante quadro legal não há espaço de manobra para aplicar filosofias urbanísticas coerentes; a única palavra de ordem é maximizar MVU. Será por esse motivo que as grandes obras do urbanismo português resultam de loteamentos anteriores a 1965. Os anéis de crescimento urbano de Lisboa atestam essa evolução: até àquele ano o urbanismo português logrou, com maiores ou menores atrasos, importar os modelos urbanísticos de vanguarda. O bairro iluminista da Baixa de Lisboa; os bairros haussmanianos das Avenidas Novas; os volumes modernistas do Bairro das Estacas; a pequena cidade-jardim da Encarnação; o modelo híbrido dos precedentes, no bairro de Alvalade — todos são, expressivamente, loteamentos públicos anteriores ao Decreto-Lei de 65. Desde então praticamente nenhuma expansão urbana de igual qualidade se voltou a realizar em Portugal. Quase sem excepção, apenas se fez pior — e mais caro.

Não obstante, foi justamente nas últimas quatro décadas que a maioria da população portuguesa migrou para as cidades e, ao fazê-lo, erigiu subúrbios imensos onde outrora pouco mais havia que arrabaldes rurais. As novas vilas-dormitório da Amadora e de Sintra, reunidas, albergam hoje mais população que o município de Lisboa. As urbanizações de Vila Nova de Gaia abrigam mais residentes que o concelho do Porto. Estes números, só por si, não seriam dramáticos, se não se desse o caso de descreverem localidades cuja malha urbana foi programada para maximizar as rendas fundiárias do promotor e não a qualidade de vida do residente; de serem na maioria lugares onde quase ninguém — nem sequer os seus autores — desejariam viver.

Para uma ressurreição do urbanismo e do desenho urbano em Portugal

A ressurreição do urbanismo português exigirá uma profunda alteração da política de solos inaugurada há quatro décadas pelo Decreto-Lei n.º 46 673 e hoje mantida pela ordem jurídica vigente. Enquanto os loteamentos e as mais-valias urbanísticas continuarem nas mãos de promotores privados, os planos de ordenamento do território não serão mais do que "mapas do tesouro" úteis para distribuir rendas (administrativamente criadas) de modo desigual entre os cidadãos, mas inúteis (quando não prejudiciais) para o bom exercício da arquitectura, da engenharia e do urbanismo.

FIG 120. [Olivais-Norte, Lisboa] página 20 de *O Ano da Morte do Urbanismo Português*, Pedro Bingre, JA232

em 1965, uma preocupação por parte do Estado de salvaguarda de solo para a concretização de infra-estruturas públicas, sejam elas vias de circulação ou equipamentos. No entanto, a esta preocupação legítima de "*defesa do interesse público*"[49], supostamente garantida pela fiscalização, e que estabelece à partida "*princípios de convivência*"[50] entre público e privado, é depois subvertida em nome de interesses privados que estipulam como domínio público espaços sobrantes e desqualificados. Como conclusão da reflexão, Leonor Gomes cita o estatuto da O.A. em forma de apelo: "*o arquitecto deve, no exercício da sua profissão, pôr os seus conhecimentos e a sua criatividade ao serviço do interesse público, mantendo sempre e em quaisquer circunstâncias a maior independência e isenção*".[51]

49. GOMES, Leonor Cintra - *Limite Público*. JA. Nº228 (2007), p.23

50. Ibidém, p.23

51. Ibidém, p.23

XXXI

Pedro Bingre acaba por completar estas ideias já em 2008, com *1965: O ano da morte do Urbanismo Português*, onde descreve as obras feitas sob este mecanismo como "*construídas sem um cérebro que gizasse um desenho urbano elegante, uma estrutura inteligente, uma filosofia ilustrada da cidade*"[52], vítimas de um "*assalto especulativo ao território nacional*"[53] que 'matou' o planeamento urbano português, promovendo arquiteturas desqualificadas e "*uma política de solos terceiro-mundista*"[54]. Assim, conceder ao privado a possibilidade de especulação sem limites sobre o território, condenou à mediocridade o modo de vida urbano, criando, na sua maioria, "*bairros densos de apartamentos, com escassos espaços de lazer*"[55], gerados por "*uma escassa e incompetente legislação reguladora do sector*".[56]

52. BINGRE, Pedro - *1965: O ano da morte do urbanismo português*. JA. Nº232 (2008), p.18

53. Ibidém, p.18

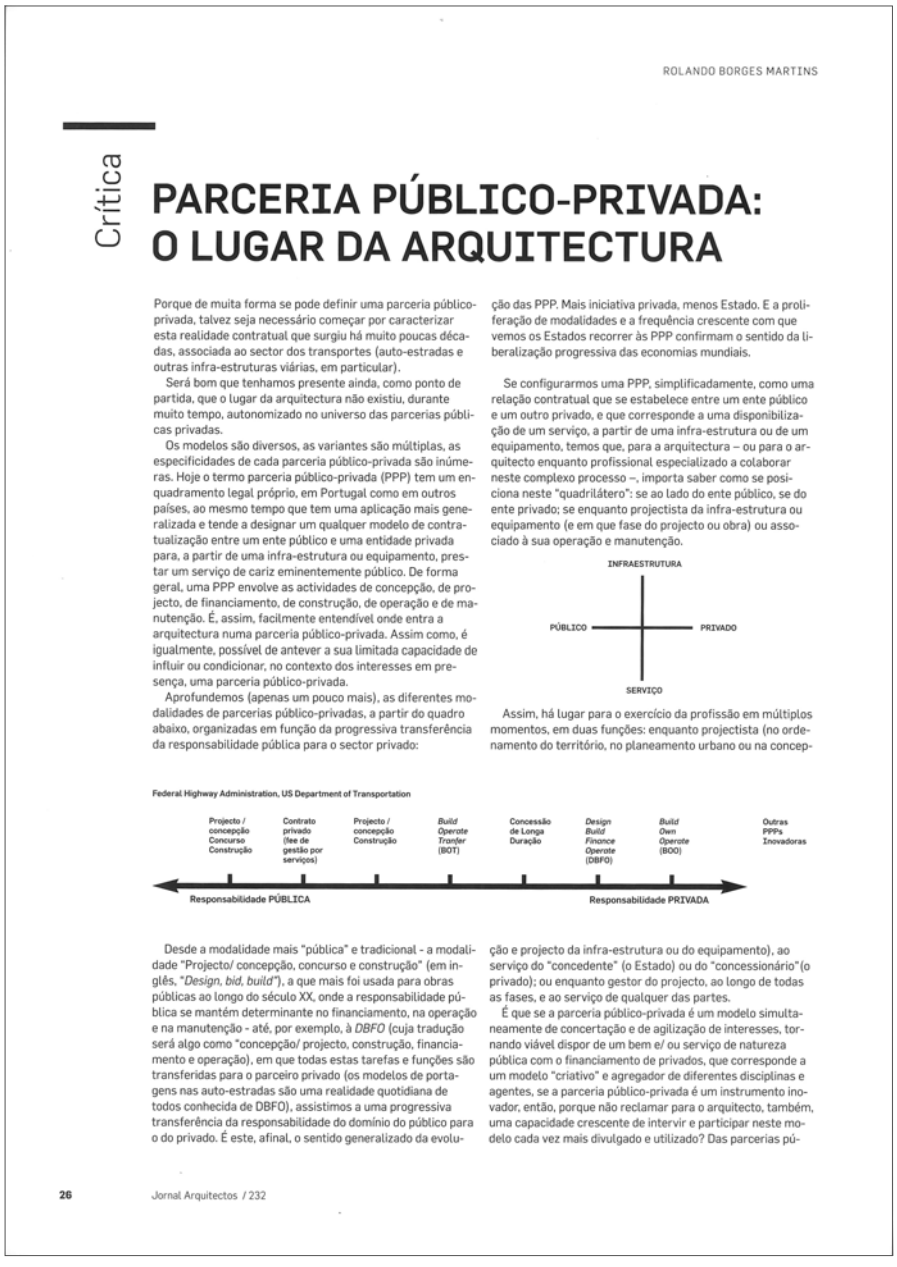
54. Ibidém, p.18

55. Ibidém, p.18

56. Ibidém, p.18

XXXII

Este processo de urbanização privado passa então por três fases: a inicial, com o loteamento, a intermédia, com a instalação de infraestruturas, e a final, com a construção dos edifícios, o que parece tornar possível um controlo mais rigoroso se apenas a primeira fase for reatribuída aos municípios, contribuindo assim para uma melhoria significativa do exercício da arquitetura e do desenho urbano, de preferência colocando a concurso estes loteamentos. A principal ideia a reter desta leitura será a de que, mesmo num país com as condições técnicas necessárias para um desenvolvimento saudável, são a política e as normas que lhe estão associadas o principal entrave à qualificação do cenário urbano,



ROLANDO BORGES MARTINS

Crítica

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: O LUGAR DA ARQUITECTURA

Porque de muita forma se pode definir uma parceria público-privada, talvez seja necessário começar por caracterizar esta realidade contratual que surgiu há muito poucas décadas, associada ao sector dos transportes (auto-estradas e outras infra-estruturas viárias, em particular).

Será bom que tenhamos presente ainda, como ponto de partida, que o lugar da arquitectura não existiu, durante muito tempo, autonomizado no universo das parcerias públicas privadas.

Os modelos são diversos, as variantes são múltiplas, as especificidades de cada parceria público-privada são inúmeras. Hoje o termo parceria público-privada (PPP) tem um enquadramento legal próprio, em Portugal como em outros países, ao mesmo tempo que tem uma aplicação mais generalizada e tende a designar um qualquer modelo de contratualização entre um ente público e uma entidade privada para, a partir de uma infra-estrutura ou equipamento, prestar um serviço de cariz eminentemente público. De forma geral, uma PPP envolve as actividades de concepção, de projecto, de financiamento, de construção, de operação e de manutenção. É, assim, facilmente entendível onde entra a arquitectura numa parceria público-privada. Assim como, é igualmente, possível de antever a sua limitada capacidade de influir ou condicionar, no contexto dos interesses em presença, uma parceria público-privada.

Aprofundemos (apenas um pouco mais), as diferentes modalidades de parcerias público-privadas, a partir do quadro abaixo, organizadas em função da progressiva transferência da responsabilidade pública para o sector privado:

Federal Highway Administration, US Department of Transportation

Desde a modalidade mais "pública" e tradicional - a modalidade "Projecto/ concepção, concurso e construção" (em inglês, "*Design, bid, build*"), a que mais foi usada para obras públicas ao longo do século XX, onde a responsabilidade pública se mantém determinante no financiamento, na operação e na manutenção - até, por exemplo, à *DBFO* (cuja tradução será algo como "concepção/ projecto, construção, financiamento e operação), em que todas estas tarefas e funções são transferidas para o parceiro privado (os modelos de portagens nas auto-estradas são uma realidade quotidiana de todos conhecida de DBFO), assistimos a uma progressiva transferência da responsabilidade do domínio do público para o do privado. É este, afinal, o sentido generalizado da evolução das PPP. Mais iniciativa privada, menos Estado. E a proliferação de modalidades e a frequência crescente com que vemos os Estados recorrer às PPP confirmam o sentido da liberalização progressiva das economias mundiais.

Se configurarmos uma PPP, simplificadamente, como uma relação contratual que se estabelece entre um ente público e um outro privado, e que corresponde a uma disponibilização de um serviço, a partir de uma infra-estrutura ou de um equipamento, temos que, para a arquitectura – ou para o arquitecto enquanto profissional especializado a colaborar neste complexo processo –, importa saber como se posiciona neste "quadrilátero": se ao lado do ente público, se do ente privado; se enquanto projectista da infra-estrutura ou equipamento (e em que fase do projecto ou obra) ou associado à sua operação e manutenção.

Assim, há lugar para o exercício da profissão em múltiplos momentos, em duas funções: enquanto projectista (no ordenamento do território, no planeamento urbano ou na concepção e projecto da infra-estrutura ou do equipamento), ao serviço do "concedente" (o Estado) ou do "concessionário" (o privado); ou enquanto gestor do projecto, ao longo de todas as fases, e ao serviço de qualquer das partes.

É que se a parceria público-privada é um modelo simultaneamente de concertação e de agilização de interesses, tornando viável dispor de um bem e/ ou serviço de natureza pública com o financiamento de privados, que corresponde a um modelo "criativo" e agregador de diferentes disciplinas e agentes, se a parceria público-privada é um instrumento inovador, então, porque não reclamar para o arquitecto, também, uma capacidade crescente de intervir e participar neste modelo cada vez mais divulgado e utilizado? Das parcerias pú-

FIG 121. página 26 de *Parceria Público-Privada: O Lugar da Arquitectura*, Rolando Borges Martins, JA232

uma vez o colocam refém de interesses económicos privados e não do bem comum. XXXIII

Quando, ainda no mesmo número, Fernando Gonçalves e João Bento fazem mais algumas considerações sobre os PROT ou os planos de pormenor, o ponto comum a essas análises é o mesmo: questionar qual o lugar da qualidade arquitetónica no meio da normalização dos processos de construção. De forma queixosa reclamam para a arquitetura e para o urbanismo uma condição só alterada no Estado Novo, a descentralização das políticas urbanas e a participação de pequenas associações que possam garantir um pensamento mais humano. A máxima parece mesmo ser o título: "*Política sem Arquitectura. Território sem Memória*"[57]. XXXIV

57. BENTO, João; GONÇALVES, Fernando; – *Política sem Arquitectura. Território sem Memória*. JA. Nº232 (2008), p.23-25

Por fim, e para completar o destaque de artigos de *Política* (JA232), um regresso ao exemplo da Expo'98, num ensaio sobre a parceria público-privada, realidade recente no panorama português, onde Rolando Martins reclama para o arquiteto um papel ativo num processo em que cada vez mais "*se vai alargando a aplicação para territórios mais vastos, mais complexos, mais completos, onde o ordenamento ganha peso, o planeamento se torna imperioso e a arquitectura ganha relevância*".[58] O exemplo maior disto, a 'Expo', onde a Parque Expo fez um trabalho de planeamento que envolveu especialistas de várias áreas, incluindo um vasto número de arquitetos, e onde a ligação da arquitetura à iniciativa política é inegável. XXXV

58. MARTINS, Rolando Borges – *Parceria Público-Privada: O Lugar da Arquitectura*. JA. Nº232 (2008), p.27

Ultrapassado este momento de maior densidade de produção sobre o assunto político de gestão do território, destaca-se, de 2008 a 2012, apenas um artigo, em 2011, assinado por Luís Santiago Baptista. *Arquitectura ou Política, podemos evitar a questão?* (JA243), onde se retoma o confronto do papel do arquiteto com o regime, como na história, onde "*a Arquitectura assumia a tarefa radical de conduzir os destinos das sociedades*"[59]. Esta herança modernista do arquiteto transformador do mundo é hoje incompatível com a realidade portuguesa, "*dividida entre um star-system alimentado pelos poderes financeiro e mediáticos e uma massa profissional remetida para a indiferença das lógicas do mercado*"[60], e portanto a atual posição política do arquiteto é a de

59. BAPTISTA, Luís Santiago – *Arquitectura ou Política, podemos evitar a questão?* JA. Nº243 (2011), p.11

60. Ibidém, p.12

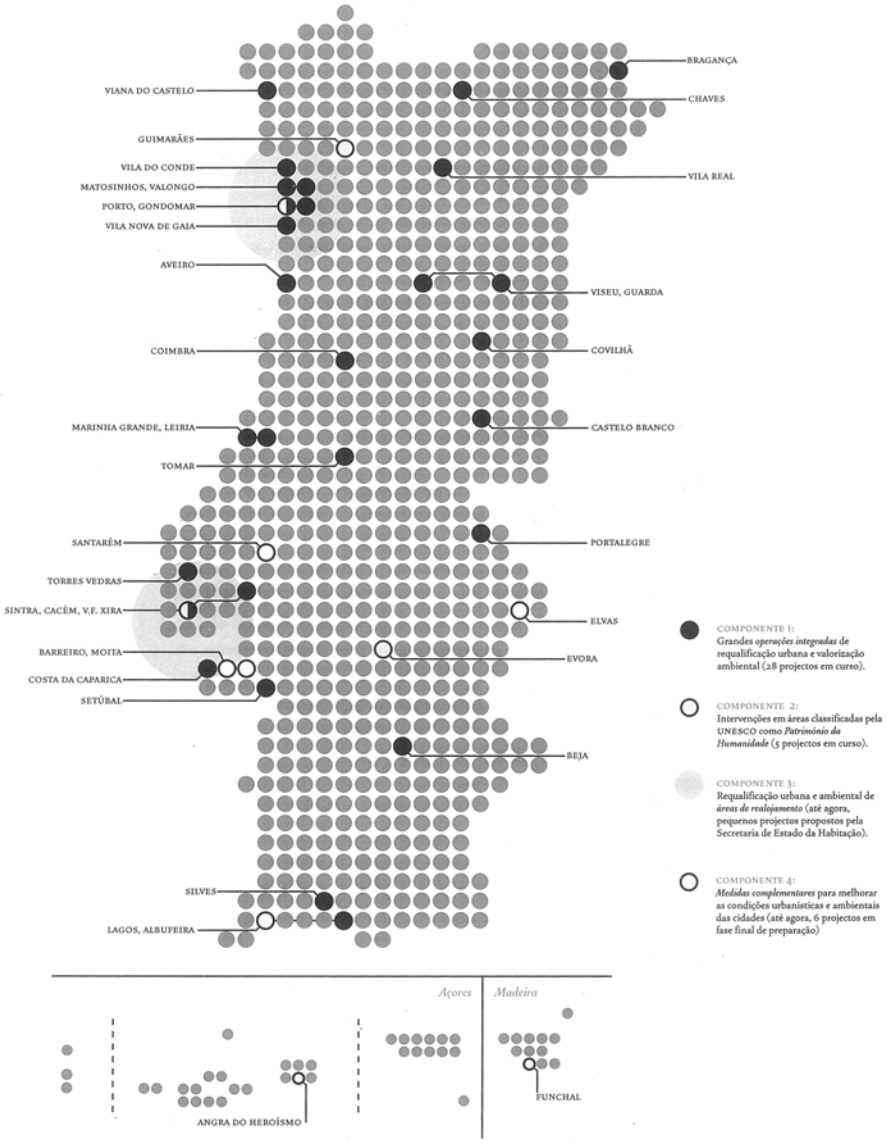


FIG 122. Localização e Identificação dos Planos Polis, JA209

reivindicação de um papel de maior importância "*na qualificação do ambiente construído*"[61] e na exigência de "*mais responsabilidade aos poderes públicos*"[62], conclusões que aliás retira da intervenção de arquitetos portugueses na conferência Architecture [in]]out[politics, para a *2ª Trienal de Arquitectura de Lisboa 2010*. XXXVI

61. Ibidém, p.12

62. Ibidém, p.12

Fazendo uma subversão temporal, valerá a pena voltar a 2003, quando em *Seis Propostas Para o Próximo Milénio I* (JA209) e *II* (JA210), o Programa Polis parece ser o melhor exemplo português para analisar o poder de ação no território de uma norma política. Convém então perceber os objetivos do programa e os resultado efetivos: Francisco Nunes Correia explica em entrevista a Ana Vaz Milheiro e a Manuel Graça Dias que, somando quase três dezenas de cidades, o Polis é um programa que quer "*mudar a qualidade de vida*"[63] e "*reforçar a identidade de cada cidade*"[64] através da identificação das suas imagens icónicas, transformando essas cidades em "'*alavancas' do desenvolvimento regional*"[65], e usando a arquitetura como principal ferramenta para a qualificação do ambiente global. E se é verdade que "*a mensagem da urgência da qualificação das áreas urbanas passou para os responsáveis camarários e para a opinião pública*"[66], muitos outros aspetos terão falhado. Em nome desta projeção para possíveis prossecuções, o programa parece concentrar-se "*na prática para um 'polimento' da face mais visível e mediática das cidades onde intervém*"[67], assim como "*decorre de uma lógica imediatista e populista, mais do que de uma análise dos problemas reais das cidades*"[68], tentando por isso 'aligeirar' o seu carácter realmente urbano e concentrando-se numa "*espécie de obsessão ribeirinha*"[69], quando "*o que as cidades portuguesas precisam é de maior densidade – ou de uma melhor densidade*".[70] É por isso mesmo que tanto Fernando Nunes Silva como Jorge Figueira consideram "*necessário e urgente começar a desenhar uma verdadeira e operacional política de cidades – que o Polis não é nem nunca foi*"[71], "*lançar uma nova espécie de inteligência sobre os espaços de conflicto*".[72] XXXVII

63. CORREIA, Francisco Nunes; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) – *Levar a Expo ao País Todo*. JA. Nº209 (2003), p.12

64. Ibidém, p.13

65. Ibidém, p.10

66. PEREIRA, Nuno Teotónio – *Intervenções que se querem exemplares e de efeito multiplicador*. JA. Nº209 (2003), p.31

67. SILVA, Fernando Nunes – *O programa Polis: da escala 1/10000 à 1/1*. JA. Nº209 (2003), p.27

68. FIGUEIRA, Jorge – *A ordem das dunas nunca será uma política urbana*. JA. Nº209 (2003), p.96

69. Ibidém, p.97

70. Ibidém, p.97

71. SILVA, Fernando Nunes – *O programa Polis: da escala 1/10000 à 1/1*. JA. Nº209 (2003), p.27

72. FIGUEIRA, Jorge – *A ordem das dunas nunca será uma política urbana*. JA. Nº209 (2003), p.98

criada pelas pessoas, é essencial a intervenção do arquiteto como profissional capaz de pensar as diferentes escalas, de orientar processos com grande carga burocrática, e é sobretudo imprescindível que a norma, fruto de uma desresponsabilização política, encontre encaixe para a verdadeira qualidade. A lacuna de produção contemporânea do *J.A.* sobre o tema pode realmente significar que a produção de novos conteúdos justificar-se-ia apenas na presença de reais transformações. XXXVIII

3 Manfredo Tafuri. *Projecto e Utopia*. Lisboa : Presença, 1985. Tít. orig.: *Progetto e Utopia*. (2ª ed. orig. rev. e aum. 1973), p. 92-121.

4 Paul-Henry Chombart de Lauwe foi autor, entre inumeráveis escritos, relatório e artigos, de: *Des hommes et des villes*, Paris, Payot, 1963; Paris , *essais de sociologie*, Paris, Editions Ouvrières, 1965; *Pour l'université*, Paris, Payot, 1968; *Pour une sociologie des aspirations*, Paris, Denoël, 1969, e "Le développement anarchique des grandes agglomérations est une cause supplementaire de tensions et de troubles". *Le Monde Diplomatique*, Fevrier 1970.

Amongst many other writing, reports and articles, Paul-Henry Chombart de Lauwe was the author of: *Des hommes et des villes*, Paris, Payot, 1963; Paris , *essais de sociologie*, Paris, Editions Ouvrières, 1965; *Pour l'université*, Paris, Payot, 1968; *Pour une sociologie des aspirations*, Paris, Denoël, 1969, and "Le développement anarchique des grandes agglomérations est une cause supplementaire de tensions et de troubles": *Le Monde Diplomatique*, February 1970

5 Paul-Henry Chombart de Lauwe. Espace social et urbanisme des grandes cités (1952). In Marcel Roncayolo; PAQUOT, Thierry, dir. *Villes & Civilisation Urbaine XVIIIe-XXe Siècle*. Paris : Larrousse, 1992, p. 353-355.

necessidades, nem, muito provavelmente, as aspirações futuras. Achava, porém, que negar a existência de necessidades era fazer o jogo daqueles que projectavam as suas próprias aspirações e as da sua classe no terreno de toda a sociedade, concretizando-as com a pretensão de o fazer no interesse geral.

Sob o ponto de vista da sociologia, preconizava, portanto, novos meios de estudo que lhe permitissem analisar, por um lado, as relações entre os comportamentos da vida prática e as aspirações expressas, sabendo que estas não passavam de representações, de meras imagens, e, por outro, estudar as transformações económicas, demográficas, sócio-institucionais e o modo como se confrontam com as mudanças de sistemas de valores e de visão do mundo, testemunhadas pela análise dos conteúdos da imprensa, da literatura e de outros meios de comunicação.

Preconizava, portanto, a substituição do modo de decisão autocrático, exclusivo das cúpulas, por um outro, mais democrático, que permitisse criar canais de comunicação ascendentes, através dos quais se pudessem exprimir as aspirações das bases. As decisões tomadas pelas cúpulas não poderiam correr o risco de responder directamente aos desejos do momento, expressas pelos inquéritos de opinião, o que seria infantil, mas deveriam, em sua opinião, tentar ajustar-se progressivamente aos processos de evolução estudados de um modo infinitamente mais complexo.

Esse seria o caminho para que os seus contemporâneos deixassem de ter uma visão catastrófica dos processos de urbanização e passassem a contemplar a cidade de um modo mais sereno. Fazer com que sentissem que o ordenamento dos espaços em vez de ser pensado para eles – *pour eux* – fosse pensado com eles – *avec eux* – e por eles – *par eux* – era o primeiro passo para construir uma sociedade e um espaço que permitissem aos homens de todas as classes aproveitar verdadeiramente as vantagens materiais e culturais que advinham do desenvolvimento da produção[5].

A ideia de uma participação mais activa dos destinatários da arquitectura surgia, pela via das ciências sociais, como uma forma de conferir maior base de credibilidade à disciplina, alargando a sua capacidade de interferência social, tradicionalmente limitada ao papel de resposta às encomendas do poder. Mas, estimulado por esse alargamento de base social, depreendia-se sempre do sentido do debate disciplinar uma tendência para considerar que, além dessas constatações, estavam incentivos metodológicos capazes de romper com a inércia de motivos inovadores na produção arquitectónica propriamente dita.

Este tema de um novo compromisso da Arquitectura para com as "verdadeiras" aspirações da população vai sendo desenvolvido, de um modo muito intenso, ao longo dos finais da década de sessenta e do início da de setenta. Ora teorizando em volta das potencialidades geradas por uma anunciada "democratização" da Arquitectura, ora ampliando e divulgando os movimentos sociais que se vão desenvolvendo em torno do direito à cidade e da melhoria das condições de vida. Sobretudo na Europa e nos EUA, várias são as vozes que se erguem por uma participação mais activa das pessoas nos projectos que decidirão os destinos dos seus bairros, das suas cidades.

© D.R.

aspirations and those of their class on to all of society, fulfilling them under the pretext of doing so in the interest of all.

From the sociological viewpoint he therefore recommended new means of study that enabled him to analyse, on the one hand, the relationships between behaviours in practical life and the aspirations expressed, knowing that the latter were nothing more than representations or mere images, and, on the other, to study the economic, demographic and socio-institutional transformations and how they compared to the changes in value systems and world views, as reflected in the contents of the press, literature and other forms of communication.

He recommended substituting the autocratic decision-making mode that was exclusive to the upper echelons of power by another more democratic one that allowed one to create bottom-up communication channels through which the groups at the bottom could express their aspirations. The decisions made by the upper echelons could not run the risk of responding directly to desires of the moment expressed in opinion surveys, which would be childish, but should, in Chombart de Lauwe's opinion, seek to progressively adapt to the evolution processes that were now studied in an infinitely more complex way.

This was to become the path through which his contemporaries were no longer to have a catastrophic view of the urbanisation processes and to begin contemplating the city in a more serene way. Making people feel that the planning of the spaces, instead of being thought for them — *pour eux* — was thought with them — *avec eux* — and by them — *par eux*, was the first step towards building a society and a space that allowed men of all classes to make use of the true material and cultural advantages that came from the development of production[5].

The idea of more active participation by the users of architecture emerged via the social sciences as a way of giving architecture a wider credibility basis and expanding its capacity for social intervention, as it was traditionally limited to the role of responding to commissions from instances of power. But, stimulated by this expansion of its social base, the debate within the discipline began to produce a tendency to consider that, beyond these ascertainments were methodological incentives capable of breaking with the inertia of innovation in architectural production itself.

This theme of a new commitment on the part of architecture to the "true" desires of the population developed intensively in the late 1960s and early 1970s - now theorising on the potentials generated by a heralded "democratisation" of architecture, now amplifying and divulging the social movements that grew up around the right to the city and the improvement of living conditions. Above all in Europe and the United States, many voices came out in favour of more active participation of the people in the design projects that would shape the destinies of their neighbourhoods and their cities.

Of the sociological thought produced at the time on the question of the aspirations and needs of the population, the works and thoughts of Henri Lefèbvre and Manuel Castells in particular stand out.

FIG 123. página 67 de *Emília e o Espelho de Siza ou a incómoda residência da Arquitectura*, José António Bandeirinha, JA234

NORMA, PARTICIPAÇÃO E SOLUÇÃO

"A substituição do modo de decisão autocrático, exclusivo das cúpulas, por um outro, mais democrático (...) seria o caminho para que os seus contemporâneos deixassem de ter uma visão catastrófica dos processos de urbanização e passassem a contemplar a cidade de um modo mais sereno."[73] XXXIX

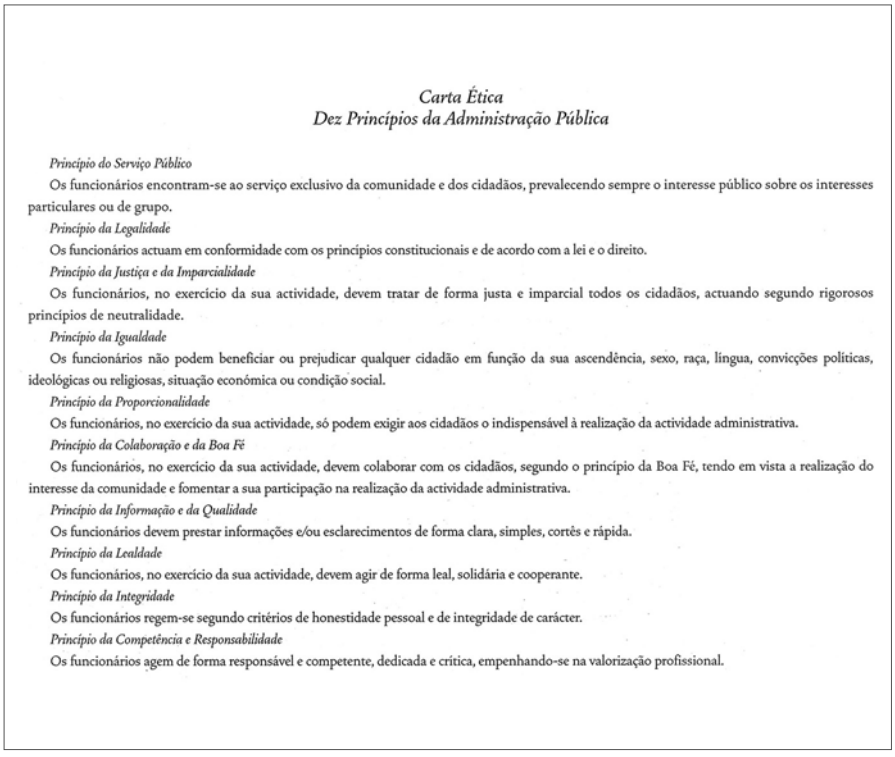
73. BANDEIRINHA, José António - *Emília e o Espelho de Siza ou a incómoda residência da Arquitectura.* JA. Nº234 (2009), p.67

Ficando estabelecida a relação existente entre norma e arquitetura, importa agora sublinhar quais as formas de participação possíveis nos mecanismos políticos de decisão. Em primeiro lugar, é preciso perceber que é o arquiteto empregado na administração quem está efetivamente a transformar o território; o poder de intervenção que lhe é atribuído, seja num processo de avaliação de projetos dos seus colegas ditos 'liberais', seja por outro lado na capacidade que individualmente tem de diálogo com os responsáveis ou ainda com a possibilidade de escape a uma ditadura imobiliária. A sua capacidade de ação é efetivamente muito superior àquela que pensa ter o arquiteto transformador social, herdeiro do legado moderno. Será por isso de lamentar que o *J.A.*, como instrumento que deve ter a função de incluir na discussão arquitetos de todas as espécies, esqueça muitas vezes esta perspetiva. XL

No total a revista publica apenas 7 artigos, quase todos representativos de uma experiência pessoal muito particular, mais informativos do que formativos. Apesar desta informação se encontrar relativamente dispersa, o primeiro esforço acontece logo em 2000, com *Paradoxos Sobre o Actor II* (JA199), onde, depois de uma já extensa reflexão no número anterior sobre a profissão 'liberal', se assume com alguma força esta dicotomia que é cada vez mais visível. XLI

Fernando Travassos, autor de *Ser Autarca/Arquitecto ou Ser Arquitecto/Autarca* (JA199), é um exemplo desta partilha da experiência pessoal, narrando nas páginas da revista a sua experiência a trabalhar para autarquias no Alentejo e, mais recentemente, como presidente da Câmara Municipal de Grândola. Classificando a arquitetura como "*uma intervenção claramente política*"[74], o autor considera fundamental

74. TRAVASSOS, Fernando - *Ser Autarca/Arquitecto ou Ser Arquitecto/Autarca.* JA. Nº 199 (2001), p.24



Carta Ética
Dez Princípios da Administração Pública

Princípio do Serviço Público
Os funcionários encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo.

Princípio da Legalidade
Os funcionários actuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito.

Princípio da Justiça e da Imparcialidade
Os funcionários, no exercício da sua actividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, actuando segundo rigorosos princípios de neutralidade.

Princípio da Igualdade
Os funcionários não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social.

Princípio da Proporcionalidade
Os funcionários, no exercício da sua actividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da actividade administrativa.

Princípio da Colaboração e da Boa Fé
Os funcionários, no exercício da sua actividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa Fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da actividade administrativa.

Princípio da Informação e da Qualidade
Os funcionários devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida.

Princípio da Lealdade
Os funcionários, no exercício da sua actividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante.

Princípio da Integridade
Os funcionários regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de carácter.

Princípio da Competência e Responsabilidade
Os funcionários agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.

FIG 124. Carta Ética. Dez Princípios da Administração Pública - *O Arquitecto na Administração Local*, Cláudia Silva, JA199

que a concretização dos planos, que devem valorizar o lugar enquanto identidade regional, seja feita de forma responsável, ativa e esclarecida, reivindicando para o poder maiores responsabilidades: aqui precisamos do "*mesmo cuidado posto em todos os projectos, quer sejam de edifícios notáveis, quer sejam de anónimas arquitecturas de acompanhamento. (...) Precisamos de arquitectura!*" [75]

75. Ibidém, p.25

XLII

Com um título idêntico, *Ser Arquitecto Municipal*, vem também nesta linha de produção, com assinatura de Jorge Bonito e um conteúdo que procura realmente esclarecer qual é (e qual pode ser) o papel do arquiteto inserido em estruturas municipais, um papel embrenhado em "*procedimentos administrativos e diplomas legais, na maior parte dos casos desajustados da realidade actual*"[76], "*fundamental – interveniente e determinante – no processo de concepção e consolidação da cidade contemporânea" e [...] na criação do ambiente urbano.*"[77] O autor considera ainda fundamental que se estreite a relação entre a classe, na tentativa de agilizar o processo de aprovação municipal do projeto, em nome de uma mais-valia urbana e do aumento da qualidade da arquitetura, assim como que o arquiteto municipal ganhe consciência de que desempenha um papel fundamental "*para a criação de uma consciência arquitectónica de cidade assente numa parceria construtiva de diálogo e articulação entre público e o privado com vista à obtenção de um melhor e mais qualificado ambiente urbano.*"[78]

76. BONITO, Jorge – *Ser Arquitecto Municipal.* JA. Nº 199 (2001), p.26

77. Ibidém, p.26

78. Ibidém, p.28

XLIII

Há ainda o contributo de Cláudia Silva, autora de *O Arquitecto na Administração Local*, onde, face a um país já instrumentalizado com processos de planeamento juridicamente fundamentados, com câmaras municipais munidas de técnicos de várias classes e onde "*se produziu legislação por vezes excepcional, onde predomina o interesse público e a transparência em detrimento dos interesses particulares*"[79], a prática parece ainda ser rudimentar e desqualificada, exacerbando a questão que muitos deveriam colocar: "*onde pára o arquitecto?*"[80] Como explica o artigo, o arquiteto parece, muitas vezes, ser uma simples ferramenta para a obtenção de um objetivo político, facto comprovado por um desinteresse geral mostrado pela ausência de qualquer estudo ou documento focado nas dificuldades do exercício da profissão enquanto funcionário municipal.

79. SILVA, Cláudia – *O Arquitecto na Administração Local.* JA. Nº 199 (2001), p.30

80. Ibidém, p.31

FIG 125. Infra-estrutura e Espaço Público para as Antas, Porto, Risco, 2002-2004 - Manuel Salgado *conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho*, JA232

Há um discurso de urgência que pede a "*credibilização do exercício da nossa profissão*"[81] como fator decisivo para uma intervenção plena na alteração no território e que não se subjugue a um interesse meramente político. XLIV

81. Ibidém, p.33

Duas contribuições 'bem humoradas' por Francisco Pires Keil do Amaral, *O Modesto Arquitecto Municipal* (JA199) e depois pelo seu pai Francisco Keil do Amaral, *O Homem que Regia o RGEU* (JA215), abrem ainda lugar para uma 'perspetiva anedótica', com muito de realidade, narrando pequenas histórias sobre o infortúnio do arquiteto para quem "*o Planeamento é quase todo feito no terreno, com o Sr. Presidente e os Vereadores a dizerem onde querem os arruamentos ou onde se vão situar os futuros equipamentos*"[82]. XLV

82. AMARAL, Francisco P. Keil do - *O Modesto Arquitecto Municipal.* JA. Nº 199 (2001), p.35

Passado este momento conciso de concentração sobre o tema, aparecem apenas 2 artigos com este carácter, de 2001 a 2012: uma entrevista dada por Manuel Salgado a Ricardo Carvalho e José Adrião no número *Política* (JA232) e uma outra dada por Miguel Figueira a Ana Vaz Milheiro em 2010, *Se queres dançar paga a Banda!,* do número *Ser Independente* (JA240). XLVI

Manuel Salgado, arquiteto responsável pelo atelier 'Risco', fez a sua carreira com base em grandes obras públicas, como sejam o CCB, o estádio das Antas para o Euro 2004 e o plano de requalificação do Cacém no âmbito do Programa Polis. Além desta experiência com organismos públicos, Manuel Salgado integrou a partir de 2007 a equipa responsável pela Câmara Municipal de Lisboa como vereador do Urbanismo e Planeamento Estratégico. Começando por assumir um conservadorismo instalado no meio, consequência de um nível de qualidade muito baixo na maioria das intervenções pretendidas, explica que é depois difícil assimilar a rutura do ponto de vista positivo (para a qual cita o caso de Siza com as torres de Alcântara ou de Manuel Aires Mateus e Frederico Valsassina com o edifício para o largo do Rato). Como solução sugere que "*a Ordem dos Arquitectos, ou outras instituições, poderiam certificar os projectos. Hoje já temos projectos certificados como as águas, o gás, são certificados por entidades exteriores à Câmara – as*

But, I have been studying the Mondego Valley for a long time and the relationship the river establishes with the river banks and historic town centres. With the knowledge we had of the territory and its potential, we quickly came to the conclusion that such a programme alone could not bring about the transformation we desired for the valley, that it had to be something different, we wanted more…

So you saw an opportunity?
I did, and we began to work with that opportunity in mind. It's a long story, and to cut it short I have to leap forward a decade. The Mayor played a decisive role when he understood that we had to get the federations around the same table… and that opportunity was gradually worked on. Initially, the Mayor had a proposal from a private company for a "thatched"-type project: it was nice, it was "sustainable", it had an ecological "stamp". And what we did looks like an "assault" because it's all in steel. We thought: "There are four Olympic federations involved; there's a programme for high performance sports from the Secretary of State for Sports; we have the pre-existing facilities – the bed of the "old" river – anchored precisely on the two sides of the Mondego Valley; and we have the opportunity to habitate the centre of the valley and make the necessary urban interconnection…" Suddenly we had in our hands large slices of the Operational Programme Territorial Enhancement (POVT) cake, and the National Strategic Reference Framework (QREN), which we were investing in Montemor – money well spent, because the facility is needed in the country and also does good for the Coimbra Figueira da Foz axis.
The QREN favours inter-municipal actions: there is more money and so you have to be organised – and rightly so; this was an external factor that helped us and will make life easier for us in the future. The legislation also provides for work groups – technical groups within the inter-municipal associations – in line with the territorial scale. But it is still difficult to articulate interventions at the supra-municipal level.

Let's go back to the question of independence: you have more power to make decisions when you are "on the public power side".
I have a greater margin for decision making. In my thoughts I can entertain other things because I'm not dependent on the market logic. And then there's another dimension, which is the consolidation of the idea of "participation" as a trend in modern democracies, or in the contemporary democracy. In Northern Europe they have a greater awareness of the collective as a common good worthy of protection (the feeling of revolt associated with paying taxes is not so common there). This attitude is increasingly reflected in the inclusion of the citizen in the city building process, because there is the idea that the big interests – those strong, albeit isolated interests – become more diluted the greater the participation is. Our constitution also establishes that right but the practice is still very far from meeting that objective.

Montemor-o-Velho © Gabriele Basilico

havia uma reivindicação para fazer uns balneários... Para os fazer, tínhamos de ir buscar um financiamento, etc... Mais uma vez a questão que se colocava era a seguinte: podia ter feito eu, na qualidade de técnico camarário, ou a câmara podia ter encomendado fora e até poderia vir a ser uma peça de arquitectura absolutamente notável... com um *conceito* e tudo!...
Mas há muito que ando a estudar o Vale do Mondego e a relação que o rio estabelece com as margens e com os centros históricos. Assim, com o conhecimento que temos do território e do seu potencial, depressa concluímos que este programa não conseguiria responder à transformação que pretendíamos para o vale, tinha de ser outra coisa, queríamos mais...

OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS SERVEM PARA PODERMOS TER A CIDADE QUE QUEREMOS OU ENTÃO TEREMOS A CIDADE QUE MERECEMOS

Portanto, viste ali uma oportunidade?
Vi, e começámos a trabalhar para essa oportunidade. A história é longa e, para simplificar, tenho de saltar mais do que uma década. O presidente da Câmara teve aqui um papel determinante quando percebeu que tinha de juntar as federações à volta da mesma mesa... e essa oportunidade foi-se desenhando.
Inicialmente, o presidente tinha na mão uma proposta de uma empresa privada que se propunha fazer um projecto "tipo palhotas": aquilo era giro, era "sustentável", tinha uma "fórmula-carimbo" ecológico; e lá está, o que fizemos parece um "atentado" porque é tudo em aço.
Pensámos: "Há quatro federações olímpicas envolvidas; há um programa do Secretário do Estado para o Alto Rendimento; temos esta preexistência – o leito do rio "velho" – ancorada precisamente nas duas margens do vale do Mondego; é esta a oportunidade para habitar o centro do vale e fazer a interligação urbana que se impõe..." De repente, tínhamos em mãos a maior fatia do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), fatia que estamos a investir em Montemor, dinheiro bem gasto, porque aquele equipamento é necessário ao País e serve bem o eixo urbano Coimbra/Figueira da Foz.

106 SER INDEPENDENTE BEING INDEPENDENT

FIG 126. página 106 de *Se queres dançar paga a banda!*, entrevista de Ana Vaz Milheiro a Miguel Figueira, JA240

concessionarias. O caminho será nesse sentido."[83] Passa depois para um dos grandes problemas no que toca à relação da classe com o trabalho público, uma relação de afastamento crescente, próxima da negação de um lado político da arquitetura, a qual justifica pelo "*peso que tem do ponto de vista da exigência*"[84] e ainda pela frustração que lhe está associada, uma vez que o acontecimento imediato é quase sempre inatingível, o que gera uma ausência insubstituível de arquitetos nos quadros de decisão e planeamento. XLVII

83. SALGADO, Manuel; ADRIÃO, José (entrevistador); CARVALHO, Ricardo (entrevistador) – Conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho. JA. Nº232 (2008), p.43

84. Ibidém, p.48

Miguel Figueira, por outro lado, mostra como é possível encontrar um 'espaço de liberdade' dentro da Administração Local, "*local ideal para trabalhar com independência*"[85], desfazendo a ideia de que o trabalho é feito para o autarca, estando antes direcionado para o cidadão, em relação ao qual existe uma sensação de serviço e dever. Se por um lado a prática liberal implica uma relação comercial com o cliente, onde entram valores económicos que visam o lucro, a prática institucional pode libertar-se dessa ditadura, concentrando-se numa ideia de serviço público que responde perante as necessidades coletivas, e, por isso, "a *acção tem de ser uniforme e impessoal*"[86]. As vantagens que traz a "*convergência técnico/política*", um trabalho de reflexão, discussão e eventual acordo, podem não implicar necessariamente uma "*convergência ideológica*"[87], que deve ser encarada como um processo de formação mútuo. Miguel Figueira termina depois a reflexão com o tema que será objeto de estudo como segundo processo de participação na prossecução de uma solução além da norma: a participação da comunidade, em nome de "*uma maior consciência do colectivo como um bem comum a proteger*"[88], função essa que o autor considera o primordial objetivo da arquitetura, muito para além da discussão da autoria e do ego. XLVIII

85. FIGUEIRA, Miguel; MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) – *Se queres dançar paga a Banda!* JA. Nº240 (2010), p. 99

86. Ibidém, p.100

87. Ibidém, p.101

88. Ibidém, p.107

O tema da participação popular, embora vagamente abordado anteriormente, materializa-se no início de 2009 em *Ser Populista* (JA234). *A Arquitectura não se Referenda!*, editorial assinado por Manuel Graça Dias, alerta primeiramente para a necessidade do arquiteto tomar responsabilidade sobre a sua ação, não deixando que a arquitetura seja instrumentalizada em nome de uma vontade, seja individual ou conjunta, precisando para isso de produzir respostas "*envolventes*

DEPOIMENTO
TESTIMONY

UM PROCESSO PARTICIPATIVO TAMBÉM PODE SER MANIPULÁVEL
A PARTICIPATIVE PROCESS CAN ALSO BE MANIPULATED

POR BY **ÁLVARO SIZA**

jornal arquitectos 234

Alguns casos de projectos "participados" em que estive envolvido foram muito positivos, mas não tiveram nada que ver com *referendos* (de resto, a própria palavra *participação,* significa uma coisa muito diferente de *referendo*). As experiências mais interessantes foram projectos feitos para *comunidades*. Foi, aqui [em Portugal], o SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) – tanto a minha experiência como a de muitos outros; e na Holanda, num contexto muito diferente.

E porque é que acho que são exemplos interessantes? Porque verifiquei que daí resultou uma *melhoria* no projecto. *Alimento* para o projecto.

É preciso não esquecer que quando se faz uma casa para uma família trata-se também de uma pequena "comunidade". Há muito debate com o interessado, que será quem vai lá viver, o futuro utente. Conversa-se e, atrás da conversa com o próprio, fala-se também com a mulher, com os filhos, com os vizinhos, com a sogra, etc. – é um processo rico, que traz muitos temas para o projecto, possibilitando que resulte mais denso, mais *preciso*. E no decorrer desse processo também se abre, em geral, o campo de pensamento das pessoas que estão a debater; numa casa, começarão por discutir a relação da cozinha com a sala mas, se se prolongar o diálogo, entrarão numa conversa diferente.

No caso do SAAL, o problema principal era a integração na cidade – o *problema da cidade* –; mas, quando tudo começou, o problema centrava-se nas casas de que as pessoas necessitavam. Era um debate com uma comunidade. Conhece-se o contexto histórico em que aconteceu: havia um apoio concreto do governo de

Some of the "participative" projects I have been involved in were very positive experiences but had nothing to do with *referendums* (indeed, the meaning of the word *participation* is much different to that of *referendum*). The most interesting experiences I have had were projects carried out for *communities*. These include my experience, and that of many others, with the SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) [Mobile Local Support Service] projects here in Portugal; and in Holland, where the context was very different.

Why do I think they are interesting examples? Because I noted that they resulted in an *improvement* for the design project. They *nourished* the project.

One must not forget that when designing a house for a family, that family is also a small "community". There is a lot of discussion with the interested party, i.e. the people who are going to live there, the future users. One talks with the client, and that conversation leads to conversations with his wife, his children, the neighbours, the mother-in-law, etc. It is a fertile process that brings a lot of ideas to the design project, making it denser, more *precise*. In the course of this process, the minds of the people involved in the discussions also generally are opened; in a house, they may begin by discussing the relationship between the kitchen and the living room but, if the dialogue is continued, the conversation will go on to other things.

In the SAAL case, the main problem was integrating the project into the city – *the problem of the city*. However, at the beginning, the real problem was: the people needed houses. It was a debate with a com-

FIG 127. página 16 de *Um processo participativo também pode ser manipulável,* Álvaro Siza, JA234

e eficazes"[89], excluindo a arbitrariedade das soluções, assumindo que a participação da comunidade não seja do domínio do senso comum popular e usando essa participação como modo de *"entender, interpretar, processar, adaptar"*[90] uma solução conjunta e de qualidade superior. XLIX

89. DIAS, Manuel Graça – *A Arquitectura não se Referenda!.* JA. Nº234

90. Ibidém, p.3

Quem explica o fundamento deste desígnio sociológico aparentemente recente é José António Bandeirinha, autor de *Emília e o Espelho de Siza ou a incómoda residência da Arquitectura*, que define a arquitetura como necessariamente política, tendo desenhado ao longo da sua história inúmeras representações de poder, além de ter, ela mesma, uma fundação *"como acto de poder, no modo como domina a matéria, no modo como ordena o espaço, no modo como antecipa soluções"*.[91] No entanto, Bandeirinha sublinha uma *"sensação de desconforto, de inquietação, da arquitectura em relação à política"*[92], sensação essa que vai procurando descodificar fazendo ligações ao panorama social do pós-guerras onde é crescente a empatia com a sociologia e se reclama a participação do cidadão a par da intervenção do estado, *"a ânsia de se inscrever numa esfera de acção liberta do sistema capitalista, mais dedicada ao 'povo"*.[93] L

91. BANDEIRINHA, José António – *Emília e o Espelho de Siza ou a incómoda residência da Arquitectura* . JA. Nº234 (2009), p.65

92. Ibidém, p.65

93. Ibidém, p.69

O fenómeno contemporâneo que Bandeirinha identifica, e a que chama *"novo populismo mediático"*[94], herdeiro destas premissas modernas, é, segundo o autor, fruto de uma vontade política de dissimulação do processo de decisão, que conta com o apoio dos meios de comunicação de massas e cujo principal objetivo é o de 'agradar', subjugando a arquitetura e trocando *"o esclarecimento cabal, a informação rigorosa e o consequente debate"*[95] por iniciativas excessivamente burocráticas de falsa e pouco esclarecida participação. LI

94. Ibidém, p.71

95. Ibidém, p.71

Quem dá também o seu contributo, baseado na sua experiência de processos participativos, em Portugal e na Holanda, é Álvaro Siza, neste *J.A.* autor de *Um processo participativo também pode ser manipulável,* apresentando a ideia de que qualquer projeto é, numa certa medida, participado pelo cliente, seja ele uma família, uma empresa ou uma comunidade, e o importante fruto dessa participação deve ser o enriquecimento do desenho, trazendo *"alimento para o projecto."*[96] No

96. SIZA, Álvaro; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto) – *Um processo participativo também pode ser manipulável.* JA. Nº234 (2009), p.16

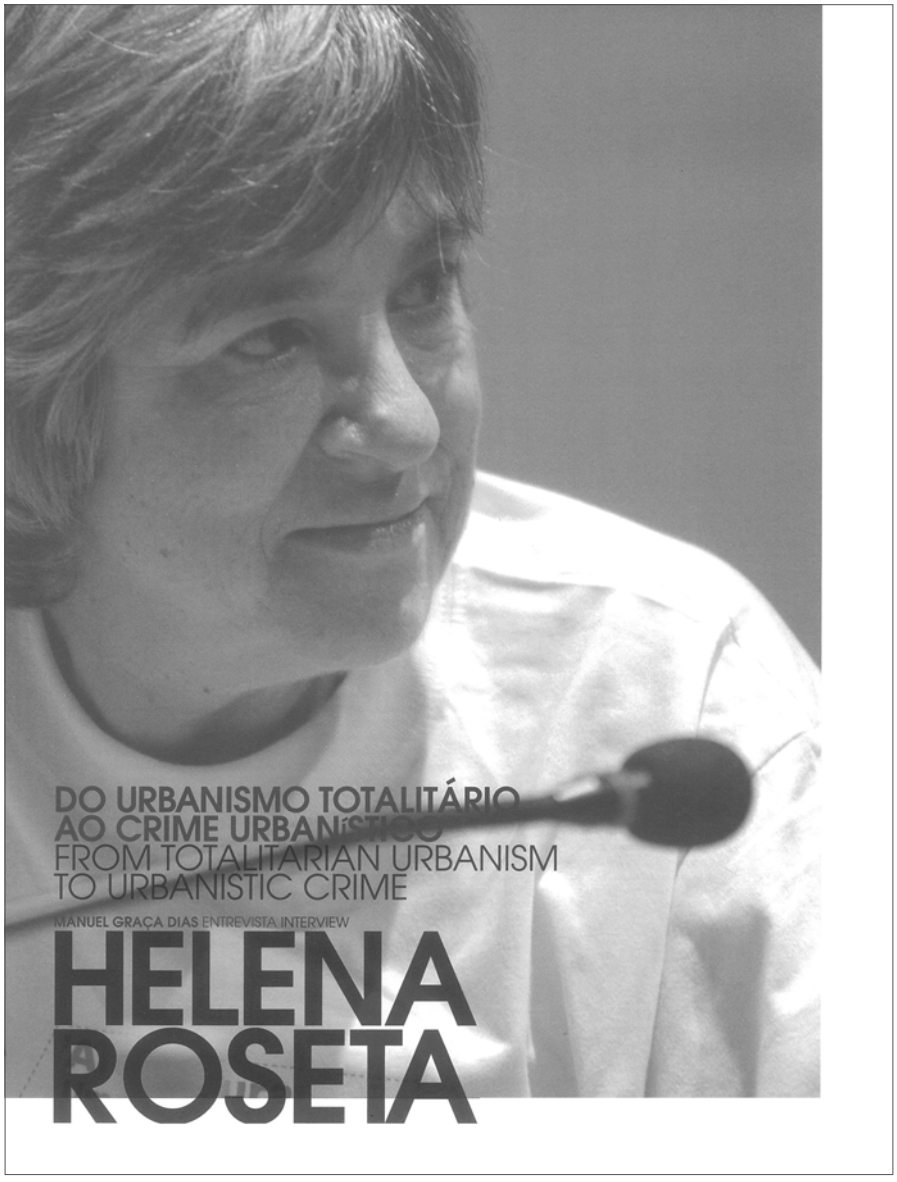


FIG 128. página 22 de *Do Urbanismo Totalitário ao Crime Urbanístico,* Entrevista de Manuel Graça Dias a Helena Roseta, JA234

caso do SAAL, já aqui referido sob o signo da 'HABITAÇÃO', o processo "*não era um referendo, no sentido de se chegar a "consensos", o que seria uma coisa mais reduzida*"[97] mas sim um diálogo fértil e abundante que acabaria por conferir ao projeto uma certa densidade. Hoje, o autor acredita, com base na sua experiência com as torres de Alcântara, que este processo de debate público é demasiado superficial, precipitado e politizado, preso numa teia de oposição ao novo, onde a participação parece ter um lado "*muito utópico, muito de 'ideal'*."[98] LII

97. Ibidém, p.17

98. Ibidém, p.19

O contributo final que aqui se releva é dado por Helena Roseta, entrevistada por Manuel Graça Dias. *Do Urbanismo Totalitário ao Crime Urbanístico* é mais um artigo extremamente pessoal, de relato, que se debruça sobre o 'urbanismo participativo' e apresenta a ideia de que o arquiteto tem de garantir um discurso acessível às pessoas, apoiado por um sistema político que não pode colocar a decisão antes da discussão e que deve promover a transparência, já obrigatória para alguns plano urbanos, mas ainda opcional para o projeto de arquitetura. Para a autora, o fenómeno 'opinião pública' "*não é uma coisa para ignorar: existe. É manipulável, é perversa*"[99], e o arquiteto deve estar preparado para lidar com ela, inclusive pela sua formação, superando a sua dificuldade de comunicação, garantindo que torna a arquitetura um processo 'educativo' quer da comunidade quer do próprio poder político, retirando-os da ignorância reinante, "*resultado de não termos uma 'iniciação à cidade', à 'forma da cidade' ou ao 'uso da cidade' no curriculum geral do ensino básico.*"[100] LIII

99. ROSETA, Helena; DIAS, Manuel Graça (entrevistador) - *Do Urbanismo Totalitário ao Crime Urbanístico*". JA. Nº 234 (2009), p.25

100. Ibidém, p.26

Aquilo que se pode constituir desta análise como a 'solução' da relação entre a 'norma' e a 'participação' será então a necessidade de aligeirar o quadro normativo em nome da eficácia das soluções, fomentando um processo educativo, "*devendo a Ordem e os arquitectos promover acções com vista à construção de uma consciência colectiva*"[101], trabalhando também para uma relação de maior conforto entre o arquiteto e o sistema político, humanizando a prática para todos: arquitetos, autarcas e comunidade. LIV

101. SILVA, Cláudia - *O Arquitecto na Administração Local*. JA. Nº199 (2001), p.34

© JOANA MELO

JA222
PROGRAMA
JA223
ESCASSEZ
JA230
STANDARD
JA229
TEMPO

didáctico, num currículo de ensino, do modo mais simples para o mais complexo.

Mas a linearização, a extrapolação mecânica, a classificação rígida, não deixam espaço para as interacções múltiplas que as experiências afectivas (como são as dos valores) sempre exigem. O certo é que a construção experimentada de uma Ética Profissional é tanto mais imprescindível aos profissionais quanto é um facto que a dialéctica do comportamento profissional não coincide com a dialéctica do conhecimento profissional.

Entender o processo ético da profissão de arquitecto na sua globalidade é, pois, inseparável da acção. Só no acto se interiorizam os valores morais como mediadores das relações. Só no acto se resolvem as contradições entre valores de sinal contrário. E a sensibilidade aos valores só se adquire pelo empenhamento em valores.

Eis porque só um processo formativo assente na experiência prática deixa espaço, na preparação do jovem profissional, para a ruptura, a contestação ou a reinvenção dos valores. "É muitas vezes a expensas do adulto e não por causa dele, que as noções de justo e injusto encontram o seu caminho na jovem mente", Piaget.

Assim, a educação na Ética Profissional, não se poderá reduzir à transmissão de conhecimentos e normas de deontologia, nem pode comunicar o incomunicável.

Na formação ética pode, contudo, ter lugar o testemunho, a discussão e a avaliação que deve sempre acompanhar a prática. A formação ética não será mais do que um instrumento de informação e reflexão sobre as realidades da cultura profissional, já que sendo a sua aprendizagem um processo envolvente da vida afectiva, a sua educação, na realidade, só se processa "a quente", na experiência real. ■

em sociedade, ao pé da lareira, a ler ou a interpretar para alguns auditores conseguimos transmitir, e no teatro nada transmitir que valha a pena; é que no teatro e com aquilo a que chamamos sensibilidade, alma, entranhas, transmitem-se bem duas ou três tiradas e no resto falhamos; é que abraçar toda a amplitude de um grande papel, fazer ressaltar nele os claros e os escuros, as suavidades e os vigores, mostrarmo-nos de igual qualidade nos pontos calmos e nos pontos agitados, sermos variados nos pormenores, harmoniosos e unos no conjunto e construirmos um inflexível sistema de declamação que vá ao ponto de salvar os ímpetos de um poeta, é obra de uma cabeça fria, de um julgamento profundo, de um gosto requintado, de um estudo cansativo, de uma longa experiência e de uma tenacidade de memória pouco vulgar; é que a regra *qualis ab incoepto prossecerit et sibi constet* tem de ser observada pelo poeta com muito rigor mas levada até à minúcia

55 | JA | 16. *Crepúsculos da Ética? 1*

FIG 129. página 55 de *Crepúsculos da Ética? 1*, Pedro Brandão, JA198

VALORES . 5

"Entender o processo ético da profissão de arquitecto na sua globalidade é, pois, inseparável da acção. Só no acto se resolvem as contradições entre valores de sinal contrário. E a sensibilidade aos valores só se adquire pelo empenhamento em valores."[1]

1. BRANDÃO, Pedro - *Crepúsculos da Ética? 1.* JA. Nº198 (2000), p.55

I

Aceitar a arquitetura como palco inegável de ambiguidades e multiplicidade de soluções é assumir também a importância dos 'valores' que lhe são contíguos. O cenário português, marcado fortemente por uma crise global, não só económica como cultural e valorativa, cria portanto abertura para a discussão do papel do arquiteto além dos seus deveres deontológicos e da sua obrigação científica. Assumir, como assume Margarida Silva, que *"esta crise pode tornar-se numa revolução de ideias"*[2], é a ponte necessária para incluir na análise que aqui se estabelece a inevitável discussão da qualidade em arquitetura.

2. SILVA, Margarida - *Uma Nova Etapa; Mas que Futuro?.* JA. Nº243 (2011), p.99

II

Usar o *J.A.* como suporte para esta reflexão é começar por assumir que *"hoje a arquitectura fala-se no abstracto"*[3] (JA198), e é necessária uma *"reflexão sobre 'as dificuldades da profissão do arquitecto' num período que pressentimos de transição acelerada para as novas situações ainda mal esclarecidas"*[4], premissa defendida por Manuel Graça Dias, no momento da primeira aproximação ao tema, em 2000. Essas dificuldades, já aqui explicadas aquando da reflexão sobre 'MEMÓRIA

3. PEREIRA, Paulo - *Arquitecto, Profissão Antiga.* JA. Nº198 (2000), p.46

4. DIAS, Manuel Graça - *O Único.* JA. Nº198 (2000), p.3

FIG 130. capa do JA198
FIG 131. capa do JA199

FIG 132. capa do JA201
FIG 133. capa do JA202

FIG 134. capa do JA222
FIG 135. capa do JA223

FIG 136. capa do JA229
FIG 137. capa do JA230

E IDENTIDADE' (cap.3), onde se percebe que a arquitetura está cada vez mais a desprender-se dos lugares e da sua identidade local, ou aquando do tema da 'NORMA' (cap.4), onde fica claro que os deveres impostos ao arquiteto pelos mecanismos legais e pelos padrões estabelecidos no panorama português, adquirem agora uma nova abordagem, desta vez centrada na ética moral, nos valores culturais e até no próprio método aplicado ao projeto, como momento subjetivo e individual. III

Quando confrontamos estas questões mais delicadas e particulares da profissão do arquiteto com os conteúdos do *J.A.*, o teor retornado é obviamente vasto. Dos 48 números sob análise, 15 têm a maioria dos seus conteúdos relacionados com o tema. Entre 2000 e 2004, sob a direção de Manuel Graça Dias, estão *Paradoxos Sobre o Actor I* (JA198) e *II* (JA199), números sobre as dificuldades da profissão, *Faire École I* (JA201) e *II* (JA202), números sobre o ensino de arquitetura, e por fim *Os Cavalos Também se Abatém* (JA216), um número sobre concursos que questiona a possibilidade de avaliação da 'qualidade'. Nesta primeira fase, os conteúdos são, na sua maioria, centrados na história, no processo e no método de fazer arquitetura como coisa artesanal, não refletindo ainda uma mudança de paradigma relevante, como vem a acontecer depois. Entre 2005 e 2008, já na série seguinte, *Híbrido* (JA220+221), *Programa* (JA222), *Escassez* (JA223), *Tempo* (JA229) e *Standard* (JA230), revelam uma abordagem ainda ligeira dos novos valores da arquitetura, abrindo ainda assim caminho para uma aproximação a dois temas que depois se densificam, a pobreza e a estandardização. Por fim, de 2009 a 2012, há uma forte aposta na discussão do extremar de posições por parte dos arquitetos face à recente crise global: *Ser Rico* (JA235), *Ser Pobre* (236), *Ser Independente* (JA240), *Ser Belo* (JA241), *Ser Lixo* (JA243), *Ser Digital* (JA244) e *Ser Arquitecto* (JA245), são números focados no presente, com *"visões extremadas do trabalho do arquitecto"*.[5] IV

5. GRANDE, Nuno – *Poetizar a Pobreza*. JA. Nº236 (2009), p.43

As sugestões temáticas de leitura consistem então em 104 artigos. Dentro dessa seleção, a ordem cronológica segue, regra geral, a fórmula explicada aqui por número: num período anterior os artigos mais focados na história da profissão e num modo de fazer ainda 'artesanal',

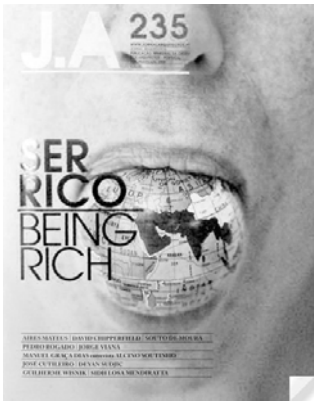


FIG 138. capa do JA235

FIG 139. capa do JA236
FIG 140. capa do JA240

FIG 141. capa do JA241
FIG 142. capa do JA243

FIG 143. capa do JA244
FIG 144. capa do JA245

herança de uma geração de arquitetos muito bem cotada no cenário português, que culmina num passado muito próximo da discussão de valores como a sustentabilidade, mediatização e a arquitetura 'social de emergência'. Alguma desta transitoriedade de valores, que parecem alinhar-se cronologicamente, aparece também fruto de uma tensão entre gerações mais velhas e mais novas, como reflete tão bem a última série, incluindo na estrutura da revista a rúbrica 'Perfis' e como em 2004 tinha também sido feito com *Geração X* (JA214), um número dedicado integralmente à produção feita por arquitetos jovens. V

O alheamento da arquitetura de atividades estritamente codificadas por regras, sejam científicas ou de gosto (porque as há!), liga-se também à ambiguidade com que convive, já que "*embora entronque numa unidade disciplinar, está continuamente a viver em situação transdisciplinar*"[6]. Assim, o 'ensino' torna-se parte integrante da discussão sobre a prevalência dos valores. O tema da 'Escola', embora apenas pontualmente abordado no *J.A.* (uma revista para arquitetos, e não especificamente para estudantes ou professores), é o que melhor nos explica, muitas vezes através de exemplos concretos, o alicerce cultural dos arquitetos cuja arquitetura hoje discutimos. E se a formação do arquiteto não se reduz aos 'códigos comportamentais', também não se ficará pela aprendizagem de disciplinas contíguas. Como questiona, e bem, Pedro Brandão, "*se a formação ética do arquitecto não se esgota na aprendizagem das normas de conduta, mas também inclui consciência dos valores da sua missão cultural, pode essa formação ser programável, como qualquer outro acto educativo racional? Por outras palavras, a Ética pode-se ensinar como uma disciplina na escola?*"[7] VI

Assumindo então uma primeira fase da reflexão que passa por expor os processos de trabalho do arquiteto e, depois, a origem académica dos seus conhecimentos, passa-se à exposição concreta dos valores mais debatidos no *J.A.*. Os antecessores desta nova 'ditadura' serão, provavelmente, categorizações como a de Vitruvio (com a sua tríade *firmitas, utilitas e venustas*) ou até de Gregotti ("*simplicidade, precisão, organicidade e ordem*"[8]), que, mesmo ultrapassada a tratadística, acabam por se encaixar noutras categorias. Citando Paulo Pereira, a arquitetura

6. BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (entrevistador) ; NUNES, Jorge (entrevistador) – *A arquitectura está condenada a ser sempre contemporânea.* JA. Nº216 (2004), p.14

7. BRANDÃO, Pedro – *Crepúsculos da Ética? I.* JA. Nº198 (2000), p.54

8. GOUVEIA, Teresa Patrício – *O Rosto de Anna Magnani.* JA. Nº241 (2010), p.40

"abriu-se a um cruzamento polimórfico com outras realidades, que passam pelas novas técnicas construtivas mas também pela aparente imaterialidade conceptual imposta pelas estratégias comunicacionais, desmaterializando-se."[9] VII

9. PEREIRA, Paulo – *Arquitecto, Profissão Antiga.* JA. Nº198 (2000), p.46

Duma primeira análise generalista do *J.A.* retira-se então o princípio necessário para a pertinência da reflexão. Quando falamos de valores ou de qualidade, falamos de atributos subjectivos que não se reduzem apenas a questões de 'beleza' e/ou 'gosto': *"visualidade e imagem, embora dominantes, não são as únicas componentes. A arquitectura tem cheiro, gosto, tacto... A arquitectura condiciona a vida: pode estimular ou, pelo contrário, condicionar negativamente."*[10] VIII

10. BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (entrevistador) ; NUNES, Jorge (entrevistador) – *A arquitectura está condenada a ser sempre contemporânea.* JA. Nº216 (2004), p.13

Falaremos então, em primeiro lugar, do contexto generalizado da prática da arquitetura em Portugal, referindo questões de ordem ética que marcam o modo como se exerce a profissão; em segundo lugar da 'escola' como espaço privilegiado para a criação de valores naqueles que serão os 'atores' do nosso futuro cultural; por fim, passando primeiro por uma reflexão que faz um retrato temporal dos modos de produzir, do artesanal ao digital, contrapõem-se valores do domínio mediático, como serão as políticas de gosto e a criação de ícones, à tendência crescente de uma arquitetura baseada em responsabilidade social, preparada para oferecer ao cidadão um serviço acessível a todos. IX

O objetivo global do tema é entender a arquitetura como uma *"arte de síntese"*[11]. É precisamente por isso que se pode considerar como artigo inaugural do tema *Actores e Arquitectos* (JA198), escrito em 2000 por Manuel Graça Dias, que defente que *"essas sínteses deverão obrigatoriamente conter e responder a todos os dados em jogo"*[12], assumindo que é nesse jogo de balanço entre as partes que se encontra a melhor solução. X

11. GIGANTE, José – *Projecto e Construção.* JA. Nº202 (2001), p.39

12. DIAS, Manuel Graça – *Actores e Arquitectos.* JA. Nº198 (2000), p.14

Ainda nesse número, Nuno Lourenço em *A face de dentro da profissão* (JA198) lança o apelo que pode servir aqui de mote para o que se segue: *"Precisamos de promover e divulgar os valores da arquitectura junto do público. [...]Viciar as pessoas nos espaço qualificado, o que é absolutamente determinante para um papel visível da profissão nas transformações importantes da nossa realidade."*[13] XI

13. LOURENÇO, Nuno – *A Face de Dentro da Profissão.* JA. Nº198 (2000), p. 16-17

16 Cf. José António Bandeirinha. *O processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007, p. 121-122.

17 Cabral. *Op. cit.*, p. 14.

18 William Curtis. La crisis del *star system*. *El País*. (12 Abr. 2008). Babelia, suplemento cultural.

19 *Ibid.*

20 *Ibid.*

21 *Ibid.*

22 Raymond Moulin (dir.). *Les architectes*. Paris : Calmann-Lévy, 1973, p. 280

23 Cf. *ibid.*

24 Barrento. *Op. cit.*, p. 90.

25 Zumthor. *Op. cit.*, p. 24.

Translator's Note:
Some quotations have been translated for the purposes of this text only.

conferem protagonismo e um valor de excepcionalidade à arquitectura – transaccionada como *"una 'marca' que supuestamente garantiza superioridad"*[19] –, esse mesmo valor é, por seu turno, dissipado em *"gestos vacíos y formas complicadas en exceso que no entrañan un verdadero significado"*[20] e o desempenho do arquitecto reduzido a uma mera competência mercantilizada:

> *El lenguaje de los gabinetes estratégicos se usa para comunicarnos que ahora la arquitectura es una "marca" para vender una cosa u otra en el mercado global: todo, vino, arte, moda o propaganda de dictaduras. [...] Como las imágenes efímeras que titilan en la pantalla de un ordenador, el proyecto arquitectónico corre el riesgo de verse reducido al nivel de las superficies y los efectos fugaces.*[21]

É, verdadeiramente, impossível interpretar a prática liberal do arquitecto sem nos darmos conta daquilo que Raymond Moulin chamou, logo no início dos anos de 1970, de: crescente "atomização" da profissão. No estudo *Les architectes*, Raymond Moulin, elencando o conjunto de paradoxos que acompanham o estatuto do arquitecto como profissional liberal, interrogava-se, justamente: *"La pratique libérale de la profession est-elle ou n'est-elle pas condamnée?"*[22]

Eu arriscaria dizer que sim, que numa sociedade *pós-tradicional* (utilizando livremente o conceito de Anthony Giddens) como aquela que hoje nos enquadra, as experiências quotidianas reflectem uma mudança de padrão que, no caso do arquitecto, se traduz na fragmentação de uma *perícia* integral em múltiplas *perícias* parciais.[23]

Rigorosamente falando, o ideário do "profissional liberal" – independente na prática do seu saber; independente de uma qualquer vinculação hierárquica ou patronal; independente nos termos do regime fiscal; independente no discurso que a sua criatividade propõe; independente no privilégio da sua relação com o cliente; independente na conduta ética que a sua missão requer – nunca, como hoje, esteve tão comprometido.

Neste *tempo intersticial da nossa arquitectura* somos tentados a projectar o exercício da profissão (e o que julgávamos saber sobre os pressupostos em que a mesma se inscreve) numa constelação de ideias e convenções do passado, na qual tentamos seguir – retomando a reflexão de Barrento sobre a poesia portuguesa – as "linhas que a sombra do astro baço traça"[24], deixando um rasto de nostalgia de um tempo fundador que não voltará a ter os mesmos contornos.

Nesta conjuntura de transição e crise "ser independente" quer, essencialmente, dizer "ser resistente", no sentido indiciado por Peter Zumthor:

> Penso que a arquitectura, hoje em dia, se deve recordar das suas tarefas e possibilidades genuínas. A arquitectura não é nenhum veículo ou símbolo de coisas que não fazem parte da sua natureza. Numa sociedade que celebra o insignificante, a arquitectura pode opor resistência, contrariar o desgaste de formas e significados e falar a sua própria linguagem.[25]

same time that same value is dissipated in "empty gestures and over-complicated forms with no real meaning behind them" and the contribution of the architect is reduced to skills that can be marketed:

> The language of the strategic firms is used to communicate that architecture is now a "brand" for selling something or another in the global market: everything – wine, art, fashion or the propaganda of dictatorships. [...] Like the ephemeral images that flash on a computer screen, architectural design is running the risk of being reduced to the level of surfaces and quick effects.[20]

It really is impossible to put forward any interpretation of the independent work of the architect without taking into account what Raymond Moulin, writing in the early 1970s, called the growing "atomisation" of the profession. In this study, *Les architectes*, Moulin lists the set of paradoxes that accompany the status of the architect as an independent professional and justifiably asks: "is the independent practice of the profession condemned or not?"[22]

I would venture to say yes; that in a *post-traditional* society (making liberal use of the Anthony Giddens concept) such as that in which we live today, everyday experiences reflect a change in paradigm which, in the case of the architect, translates to the fragmentation of integral *expertise* into many partial *expertises*.[23]

Strictly speaking, the ideal of the "independent professional" – independent in practising his skills; independent of any hierarchical or employer commitment; independent in terms of supervision; independent in the discourse his creativity proposes; independent in the privilege of his relationship with the client; independent in the ethical conduct his mission requires of him – has never been as compromised as it is today.

In this *interstitial time in our architectural culture* we are tempted to project the exercise of the profession (and what we thought we knew about the assumptions for it) in a constellation of ideas and conventions from the past, in which we attempt to follow – returning to Barrento's thoughts on Portuguese poetry – the "lines drawn by the shadow of the dark star"[24], leaving behind a trail of nostalgia for a founding time that will never again have the same contours.

In this climate of transition and crisis, "being independent" essentially means "being resistant" in the sense indicated by Peter Zumthor:

> I believe that architecture today needs to reflect on the tasks and possibilities which are inherently its own. Architecture is not a vehicle or a symbol for things that do not belong to its essence. In a society that celebrates the inessential, architecture can put up a resistance, counteract the waste of forms and meanings, and speak its own language.[25]

FIG 145. página 87 de *O Astro Baço. A Profissão do Arquitecto sob o signo da Independência*, Rute Figueiredo, JA240

VALORES DA PROFISSÃO (LIBERAL?)

14. FIGUEIREDO, Rute – *O Astro Baço. A Profissão do Arquitecto sob o signo da Independência.* JA. Nº240 (2010), p.87

"Neste tempo intersticial da nossa arquitectura somos tentados a projectar o exercício da profissão (e o que julgámos saber sobre os pressupostos em que a mesma se inscreve) numa constelação de ideias e convenções do passado."[14] XII

Considerar os moldes em que se encaixa a profissão do arquiteto é assumir que oscila entre um artista e um empresário, num ponto de encontro entre as ciências exatas e a incerteza das práticas artísticas. Como se pode perceber através da produção do *J.A.*, o desígnio da 'profissão liberal', vivido com sucesso em Portugal durante o período pós-moderno, parece ter-se alterado, deixando o arquiteto na incerteza de qual será, afinal, o seu lugar. XIII

Este debate sobre o encaixe da profissão começa no *J.A.* com a edição, no final de 2000, início de 2001, de dois números já aqui referidos: *Paradoxos Sobre o Actor I* (JA198) e *II* (JA199). Quando Manuel Graça Dias abre o tema no editorial, escrevendo *O Único* (JA198), reitera a ideia de que dificilmente a profissão será *"passível de uma muito exacta programação"*[15] e que se encontra inevitavelmente presa entre a *"contradição indústria/artesanato"*[16], não sendo *"um território de previsibilidades, de certezas, de rotinas."*[17] XIV

15. DIAS, Manuel Graça – *O Único.* JA. Nº198 (2000), p.3

16. Ibidém, p.3

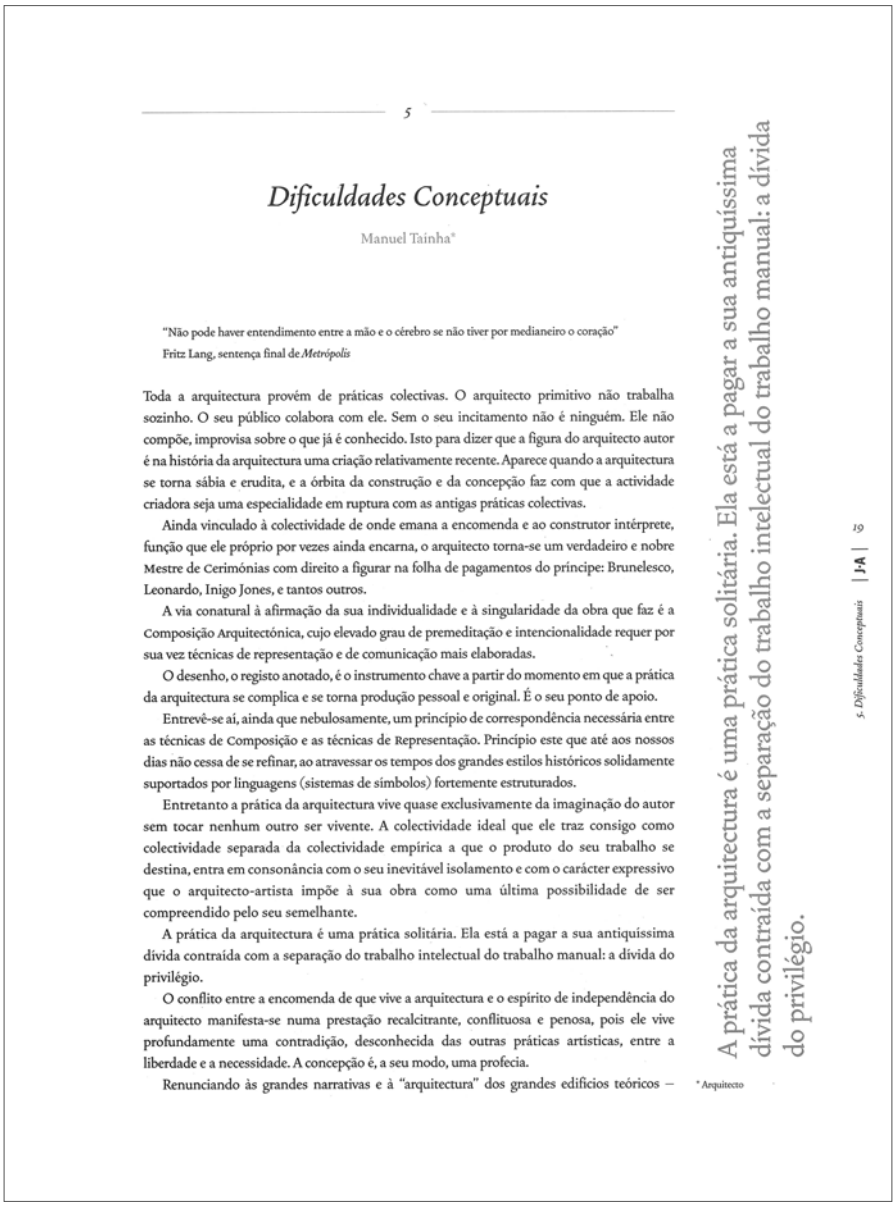
17. Ibidém, p.3

Lançada a dúvida sobre qual será, então, a real posição do arquiteto, aparecem, ainda nestes números, variadas respostas. O próprio editor, escreve também *Actores e Arquitectos* (JA198), qualificando a prática dita anónima em dois tipos: *"arquitectura pragmática"* e *"arquitectura overacting"*[18], que mimetizam a realidade de formas distintas, tentando estereotipar ações que se sabem bem sucedidas. Quando diz que o 'arquiteto pragmático' é aquele que *"clona o mainstreem, que duplica o inexistente, prometendo a segurança naturalista, conservadora"*[19] e que o 'arquiteto overacting' *"crê-se 'iluminado' porque nos devolveria o real através do passe-vite das suas emoções, da triunfante re-ciclagem do seu génio"*[20], está precisamente a assumir que é o modelo de exceção que

18. DIAS, Manuel Graça – *Actores e Arquitectos.* JA. Nº198 (2000) p.11-14

19. Ibidém, p.12

20. Ibidém, p.12



5

Dificuldades Conceptuais

Manuel Taínha*

"Não pode haver entendimento entre a mão e o cérebro se não tiver por medianeiro o coração"
Fritz Lang, sentença final de *Metrópolis*

Toda a arquitectura provém de práticas colectivas. O arquitecto primitivo não trabalha sozinho. O seu público colabora com ele. Sem o seu incitamento não é ninguém. Ele não compõe, improvisa sobre o que já é conhecido. Isto para dizer que a figura do arquitecto autor é na história da arquitectura uma criação relativamente recente. Aparece quando a arquitectura se torna sábia e erudita, e a órbita da construção e da concepção faz com que a actividade criadora seja uma especialidade em ruptura com as antigas práticas colectivas.

Ainda vinculado à colectividade de onde emana a encomenda e ao construtor intérprete, função que ele próprio por vezes ainda encarna, o arquitecto torna-se um verdadeiro e nobre Mestre de Cerimónias com direito a figurar na folha de pagamentos do príncipe: Brunelesco, Leonardo, Inigo Jones, e tantos outros.

A via conatural à afirmação da sua individualidade e à singularidade da obra que faz é a Composição Arquitectónica, cujo elevado grau de premeditação e intencionalidade requer por sua vez técnicas de representação e de comunicação mais elaboradas.

O desenho, o registo anotado, é o instrumento chave a partir do momento em que a prática da arquitectura se complica e se torna produção pessoal e original. É o seu ponto de apoio.

Entrevê-se aí, ainda que nebulosamente, um princípio de correspondência necessária entre as técnicas de Composição e as técnicas de Representação. Princípio este que até aos nossos dias não cessa de se refinar, ao atravessar os tempos dos grandes estilos históricos solidamente suportados por linguagens (sistemas de símbolos) fortemente estruturados.

Entretanto a prática da arquitectura vive quase exclusivamente da imaginação do autor sem tocar nenhum outro ser vivente. A colectividade ideal que ele traz consigo como colectividade separada da colectividade empírica a que o produto do seu trabalho se destina, entra em consonância com o seu inevitável isolamento e com o carácter expressivo que o arquitecto-artista impõe à sua obra como uma última possibilidade de ser compreendido pelo seu semelhante.

A prática da arquitectura é uma prática solitária. Ela está a pagar a sua antiquíssima dívida contraída com a separação do trabalho intelectual do trabalho manual: a dívida do privilégio.

O conflito entre a encomenda de que vive a arquitectura e o espírito de independência do arquitecto manifesta-se numa prestação recalcitrante, conflituosa e penosa, pois ele vive profundamente uma contradição, desconhecida das outras práticas artísticas, entre a liberdade e a necessidade. A concepção é, a seu modo, uma profecia.

Renunciando às grandes narrativas e à "arquitectura" dos grandes edifícios teóricos –

* Arquitecto

A prática da arquitectura é uma prática solitária. Ela está a pagar a sua antiquíssima dívida contraída com a separação do trabalho intelectual do trabalho manual: a dívida do privilégio.

FIG 146. página 19 de *Dificuldades Conceptuais*, Manuel Taínha, JA198

guia uma prática generalizada, alimentando a expansão de valores superficiais.

XV

Também Paulo Martins Barata, em *O Táxi de Malpensa* (JA198), assume uma fragmentação da prática em dois modelos, que se vem agravando desde o pós-guerra. Por uma lado, é apresentado um modelo de origem americana, seguido por grandes empresas: *"Conservadora e banal por natureza, esta prática secundariza a autonomia do acto de criação do projecto, a favor da primazia do serviço ao cliente como um dado objectivo"*[21]. Modelo que o autor contrapõe ao 'arquiteto autor', *"crítica e intelectualmente responsável"*[22]. O que esta polarização gera é mais uma vez uma falta de espaço para o exercício consciente da profissão por arquitetos que não são parte da 'elite', já que o seu perfil 'liberal' fica tão comprometido num panorama corporativo como enquanto mão de obra no atelier do 'grande arquiteto', em condições que o próprio autor apelida de *"escravatura"*[23]. Quando o artigo questiona *"para onde balança o destino desta profissão mal amada?"*[24] conclui-se precisamente que em nome de uma arquitetura íntegra e capaz, é necessário que se encontre lugar para um trabalho autêntico, fiel às raízes e aos valores iniciais da classe.

21. BARATA, Paulo Martins Barata - *O Táxi de Malpensa*. JA. Nº198 (2000), p.23

22. Ibidém, p.24

23. Ibidém, p.24

24. Ibidém, p.24

XVI

A mesma ideia é depois assumida em múltiplos artigos. Manuel Taínha, por exemplo, diz que a arquitetura vive *"entre a liberdade e a necessidade"*[25] e que a conceção da obra abandona o seu carácter de certeza, transformando-se numa das grandes dificuldades da classe. Paulo Pereira contribui dizendo que *"o estatuto actual do arquitecto é paradoxal"*[26] e que a dicotomia que se gera entre a busca de uma linguagem e a resposta normativa a que o arquiteto está obrigado geram *"a desmaterialização da arquitectura enquanto disciplina"*[27]. Por fim, *A Face de Dentro da Profissão* (JA198), da autoria de Nuno Loureço, afirma uma posição pessoal muito clara: *"Penso que convém reflectir no que é a essência de uma profissão liberal, a qual passa certamente pela independência face ao poder político e económico na afirmação dos valores da profissão e do interesse público"*[28], propondo uma intervenção por parte da Ordem e dos seus membros em direção ao estabelecimento de *"obrigações concretas de solidariedade [...] regras*

25. TAÍNHA, Manuel - *Dificuldades conceptuais*. JA. Nº198 (2000), p.19

26. PEREIRA, Paulo - *Arquitecto, Profissão Antiga*. JA. Nº198 (2000), p.47

27. Ibidém, p.47

28. LOURENÇO, Nuno - *A Face de Dentro da Profissão*. JA. Nº198 (2000), p.16

FIG 147. Bloco das Águas Livres, Bartolomeu Costa Cabral/Nuno Teotónio Pereira, Lisboa, 1953/1955 - *A Qualidade em Arquitectura, a sua Divulgação e as Três Obras Escolhidas*, Michel Toussaint, JA217

FIG 148. Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, Alberto Pessoa, Pedro Cid e Rui d'Athouguia, Lisboa, 1959/1969 - *A Qualidade em Arquitectura, a sua Divulgação e as Três Obras Escolhidas*, Michel Toussaint, JA217

FIG 149. Casa no Bairro do Arco do Cego, João Pedro Falcão de Campos, Lisboa, 1995/1998 - *A Qualidade em Arquitectura, a sua Divulgação e as Três Obras Escolhidas*, Michel Toussaint, JA217

vinculativas de prestação de serviços [...] que promova a unidade da classe e a fortaleça face às pressões do mercado e das conveniências políticas."[29]

29. Ibidém, p.16-17

XVII

O debate que se verifica na exposição feita, especialmente, no primeiro número, mas também, com menos relevância, no número que o completa, volta a retomar-se com fulgor, uma década depois, a partir de 2010 com *Ser Independente* (JA240) e *Ser Lixo* (JA243). Neste intervalo, vão surgindo pontualmente, no âmbito de outros temas principais, algumas participações pertinentes para o desenvolvimento da questão.

XVIII

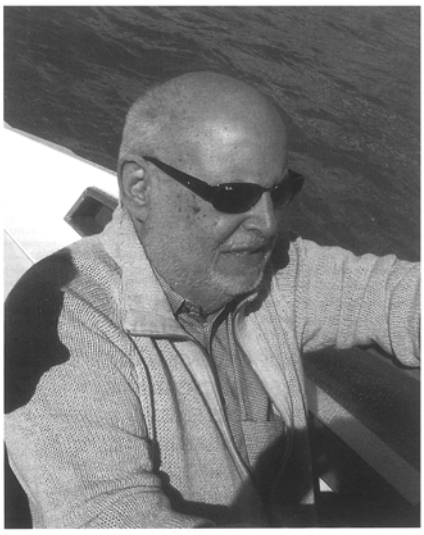
João Correia, em 2002 (JA205), é um dos casos de reflexão pontual sobre o estado da profissão. Segundo o autor, *"a prática da arquitectura iniciou um processo de se (re)pensar"*[30], referindo-se ao futuro dos jovens arquitetos como um problema que é *"menos estético e mais ético"*[31]. Depois Michel Toussaint em 2004 (JA211), que não refletindo sobre a contemporaneidade, faz uma panorâmica sobre os principais contributos portugueses, a partir do final da década de 40, para o tema da 'qualidade em arquitetura': fala de Raul Lino com os livros *A Nossa Casa* (1918) e *Casas Portuguesas* (1933), que se debruça sobre a qualidade da habitação em Portugal, de Keil do Amaral com *Maleitas da Arquitectura Nacional* (1947/48) , artigo publicado na revista *Arquitectura*, e por fim de Nuno Portas com *A Habitação Social: Proposta para uma metodologia da sua Arquitectura* (1959), trabalho escrito para o CODA, e o seu posterior trabalho e produção científica a par com o LNEC. O que estes exemplos fazem, é desvendar um lado da arquitetura portuguesa menos mediático, mas de importância extrema, que põe também em causa o estatuto do arquiteto e a sua possibilidade de comunicação dos valores em que acredita. *"O grande problema, porém, é que esta honrosa imagem não tem acolhimento real no país, onde os modelos de qualidade que os arquitectos foram lançando ao longo do século XX tiveram um eco reduzido e, habitualmente, com uma modesta compreensão dos seus fundamentos."*[32] Para finalizar o conjunto de contributos pontuais, em 2007 José Capela assina *Arquitectura sem Arquitectura* (JA229) onde fala da arquitetura como conceito para além da obra, desmaterializada, antevendo já, talvez de forma inconsciente, um dos temas que se lhe

30. CORREIA, João Miguel Amaro - *A Arte do Possível: Arquitectura Hardcore*. JA. Nº205 (2002), p.50

31. Ibidém, p.50

32. TOUSSAINT, Michel - *A Qualidade em Arquitectura, a sua Divulgação e as Três Obras Escolhidas* . JA. Nº217 (2004), p.19

DEPOIMENTO
TESTIMONY



A LIBERDADE NUNCA ME FEZ QUALQUER FALTA

I HAVE NEVER FELT I WAS LACKING FREEDOM

POR BY **MANUEL VICENTE**

FIG 150. página 42 de *A Liberdade Nunca me fez qualquer falta*, Manuel Vicente, JA240

seguirão: a classe dos *"arquitectos sem arquitectura"*[33], vítimas da crise económica instalada na Europa. Para Capela, *"prescindir do estatuto formal dos projectos significaria deslocar a criatividade e intencionalidade para o exterior do valor escultórico dos volumes."*[34] XIX

33. DIAS, Inês Mourão; VASCONCELOS, Diogo – *Standby*. JA. Nº243 (2011), p.93

34. CAPELA, José – *Arquitectura sem Arquitectura*. JA. Nº229 (2007), p.41

Quando em 2010 o *J.A.* lança o número *Ser Independente* (JA240), dá-se então o apogeu desta temática. O próprio editorial, *Entre o Liberal e o Funcional*, lança a questão da melhor forma: opondo o valor da 'liberalidade' à 'norma' que obriga o arquiteto a *"compromissos salariais [...] prazos [...] pressão económica"*[35]. XX

35. DIAS, Manuel Graça – *Entre o Liberal e o Funcional*. JA. Nº240 (2010) p.3

Deste número destacam-se 3 artigos especialmente relevantes. Primeiro, num testemunho muito pessoal, o arquiteto Manuel Vicente, dizendo que, à semelhança do título adotado, *"a liberdade nunca lhe fez qualquer falta"*[36] e que *"os limites e as regras são inspiradores"*[37], propondo que a aceitação das regras que circulam a arquitetura possam ter uma influência positiva no processos de projeto, não deixando por isso de considerar o arquiteto um profissional 'liberal', já que a sua prática pressupõe padrões *"relacionados com a criatividade"*.[38] Simon Sadler, com *Uma Arte Liberal*, posiciona a sua participação no campo oposto: sublinhando os *"mecanismos de controlo material, social, económico e cultural"*[39] em que a arquitetura está enredada, o autor não acredita numa verdadeira noção de autonomia, nem mesmo quando essa autonomia é vivida através da 'ditadura da forma'. XXI

36. VICENTE, Manuel; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto) – *A Liberdade nunca me fez qualquer falta*. JA. Nº240 (2010), p.43-48

37. Ibidém, p.43

38. Ibidém, p.46

39. SADLER, Simon – *Uma Arte Liberal*. JA. Nº240 (2010), p.91

Rute Figueiredo, citando alguma produção científica sobre o assunto, sugere a ideia de que *"a arquitectura não seria mais do que um "mero produto negociado entre um conjunto variável de parceiros"*[39]. Depois assume que, de facto, os modelos laborais contemporâneos são distintos e a associação do termo 'liberal' à profissão do arquiteto pode deixar de fazer sentido já que a decisão do arquiteto é muitas vezes ultrapassada por outras decisões 'normativas'. XXII

39. FIGUEIREDO, Rute – *O Astro Baço. A Profissão do Arquitecto sob o signo da Independência*. JA. Nº240 (2010), p.86

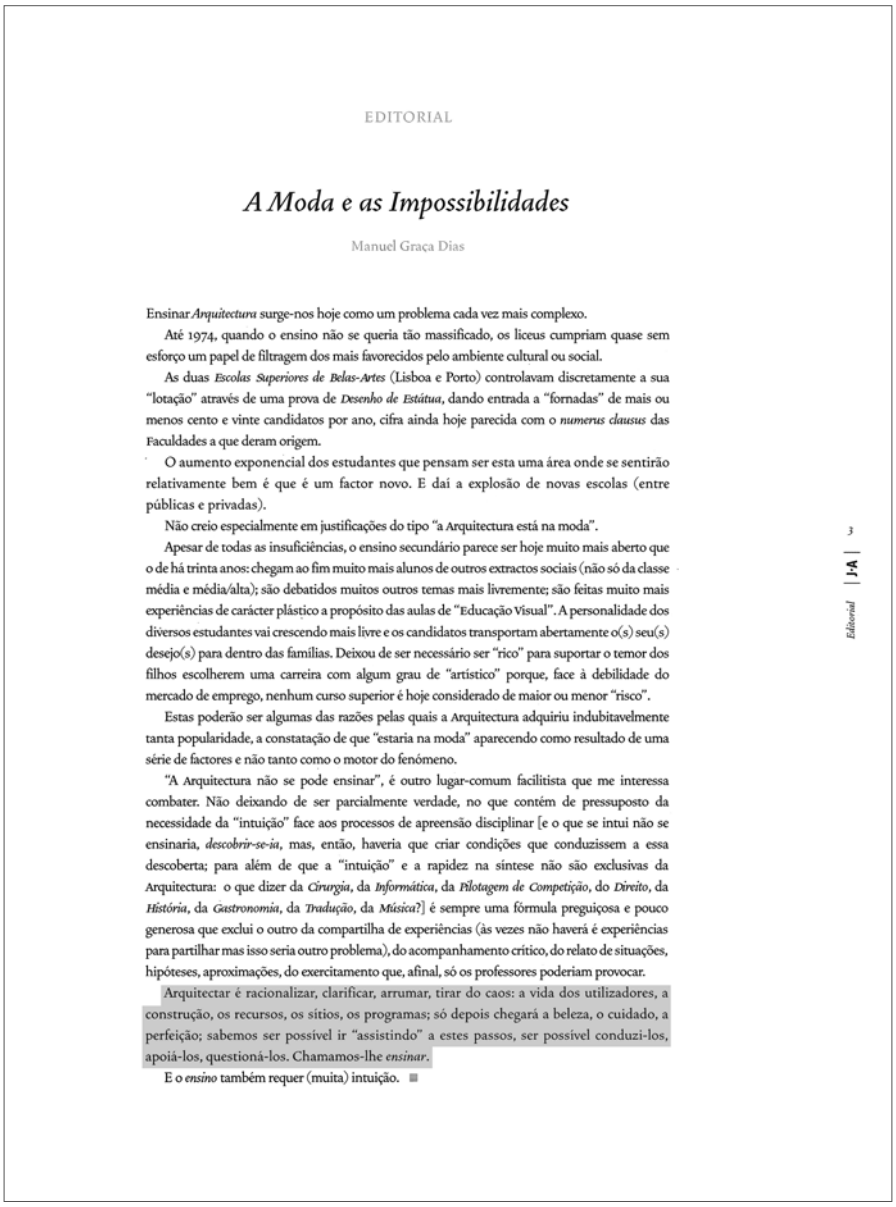
Ultrapassada então a ideia, de forma quase consensual, que o arquiteto nem sempre pode fazer prevalecer os valores em que acredita, uma vez que a profissão está cada vez mais agarrada a outros agentes, sobra ainda um outro impedimento fulcral no entendimento da profissão. Em

2011, quando é lançado o número *Ser Lixo* (JA243), entra em discussão, com algum destaque, o exercício da atividade numa fase em que o quadro económico não é favorável. Manuel Graça Dias, mais uma vez, em *O Conforto como Economia*, o editorial de abertura, confessa haver uma "*aparente falha de futuro para um número cada vez maior de candidatos à profissão*"[40]. XXIII

40. DIAS, Manuel Graça – *Do Conforto como Economia*. JA. Nº243 (2011), p.3

Por mão de estudantes de várias escolas portuguesas, muitas reivindicações e propostas para o futuro são feitas, como o recurso "*às chamadas 'novas práticas espaciais', heterogéneas e inventivas, de uma nova geração des-enrascada*"[41], apresentado-as como uma possível solução. Desta forma, fica em aberto a discussão sobre os novos 'modos de fazer', sobre os valores emergentes, sobre como continuar a ser arquiteto e fazer uso dos valores que fomos colecionando. XXIV

41. DIAS, Inês Mourão; VASCONCELOS, Diogo – *Standby*. JA. Nº243 (2011), p.93



EDITORIAL

A Moda e as Impossibilidades

Manuel Graça Dias

Ensinar *Arquitectura* surge-nos hoje como um problema cada vez mais complexo.

Até 1974, quando o ensino não se queria tão massificado, os liceus cumpriam quase sem esforço um papel de filtragem dos mais favorecidos pelo ambiente cultural ou social.

As duas *Escolas Superiores de Belas-Artes* (Lisboa e Porto) controlavam discretamente a sua "lotação" através de uma prova de *Desenho de Estátua*, dando entrada a "fornadas" de mais ou menos cento e vinte candidatos por ano, cifra ainda hoje parecida com o *numerus clausus* das Faculdades a que deram origem.

O aumento exponencial dos estudantes que pensam ser esta uma área onde se sentirão relativamente bem é que é um factor novo. E daí a explosão de novas escolas (entre públicas e privadas).

Não creio especialmente em justificações do tipo "a Arquitectura está na moda".

Apesar de todas as insuficiências, o ensino secundário parece ser hoje muito mais aberto que o de há trinta anos: chegam ao fim muito mais alunos de outros extractos sociais (não só da classe média e média/alta); são debatidos muitos outros temas mais livremente; são feitas muito mais experiências de carácter plástico a propósito das aulas de "Educação Visual". A personalidade dos diversos estudantes vai crescendo mais livre e os candidatos transportam abertamente o(s) seu(s) desejo(s) para dentro das famílias. Deixou de ser necessário ser "rico" para suportar o temor dos filhos escolherem uma carreira com algum grau de "artístico" porque, face à debilidade do mercado de emprego, nenhum curso superior é hoje considerado de maior ou menor "risco".

Estas poderão ser algumas das razões pelas quais a Arquitectura adquiriu indubitavelmente tanta popularidade, a constatação de que "estaria na moda" aparecendo como resultado de uma série de factores e não tanto como o motor do fenómeno.

"A Arquitectura não se pode ensinar", é outro lugar-comum facilitista que me interessa combater. Não deixando de ser parcialmente verdade, no que contém de pressuposto da necessidade da "intuição" face aos processos de apreensão disciplinar [e o que se intui não se ensinaria, *descobrir-se-ia*, mas, então, haveria que criar condições que conduzissem a essa descoberta; para além de que a "intuição" e a rapidez na síntese não são exclusivas da Arquitectura: o que dizer da *Cirurgia*, da *Informática*, da *Pilotagem de Competição*, do *Direito*, da *História*, da *Gastronomia*, da *Tradução*, da *Música*?] é sempre uma fórmula preguiçosa e pouco generosa que exclui o outro da compartilha de experiências (às vezes não haverá é experiências para partilhar mas isso seria outro problema), do acompanhamento crítico, do relato de situações, hipóteses, aproximações, do exercitamento que, afinal, só os professores poderiam provocar.

Arquitectar é racionalizar, clarificar, arrumar, tirar do caos: a vida dos utilizadores, a construção, os recursos, os sítios, os programas; só depois chegará a beleza, o cuidado, a perfeição; sabemos ser possível ir "assistindo" a estes passos, ser possível conduzi-los, apoiá-los, questioná-los. Chamamos-lhe *ensinar*.

E o *ensino* também requer (muita) intuição. ■

Editorial | J.A | 3

FIG 151. página 3 de *A moda e as impossibilidades*, Manuel Graça Dias, JA202

VALORES DA ESCOLA

"Arquitectar é racionalizar, clarificar, arrumar, tirar do caos: a vida dos utilizadores, a construção, os recursos, os sítios, os programas; só depois chegará a beleza, o cuidado, a perfeição; sabemos ser possível ir 'assistindo' a estes passos, ser possível conduzi-los, apoiá-los, questioná-los. Chamamos-lhe ensinar."[42]

42. DIAS, Manuel Graça - *A moda e as impossibilidades.* JA. Nº202 (2001), p.3

XXV

O tema do ensino de arquitetura no *J.A.* é, como se percebe facilmente através de uma análise por número, um tema escasso e muito concentrado nos números *Faire École I* (JA201) e *Faire École II* (JA202), editados em 2001. Nestes dois volumes a discussão é extensa e pormenorizada, contribuindo com dados da história assim como com premissas que ainda hoje podemos considerar contemporâneas. No seguimento desta produção lêem-se apenas entradas pontuais, nunca inseridas em artigos especificamente dedicados a este tópico, mas antes encaixados noutras temáticas mais abrangentes que reclamam, em alguns momentos, uma ação por parte da 'escola'.

XXVI

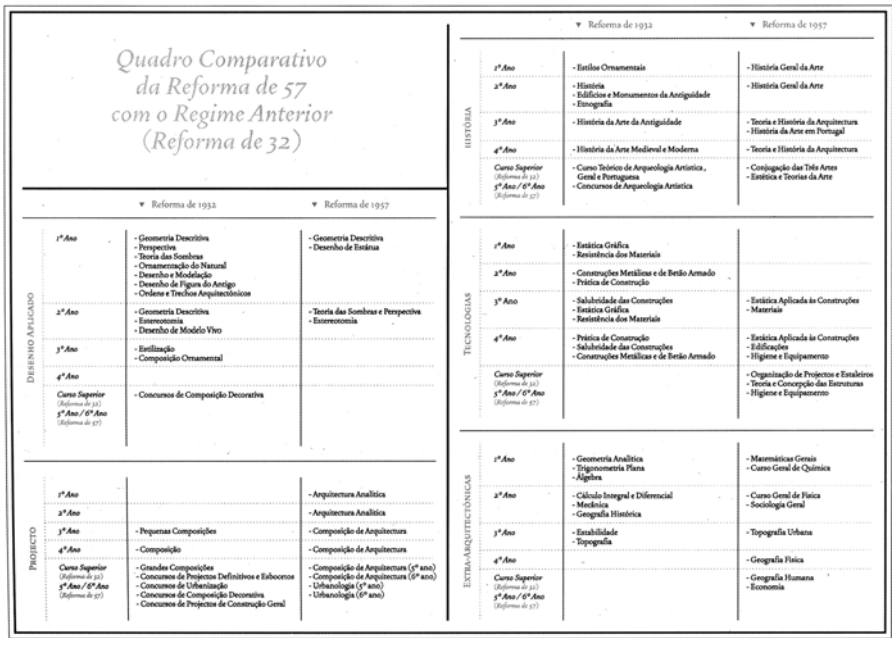
Como já foi aqui sugerido, pensar nos valores que guiam o arquiteto e que se comunicam na sua arquitetura é, muitas vezes, ir à génese da sua formação, ao seu primeiro contacto real com o exercício do projeto. Desse modo, será particularmente relevante perceber que a história do ensino de arquitetura em Portugal no século XX influencia ainda hoje muitas das práticas em curso, seja pela mãos dos arquitetos formados noutros regimes, seja pela imagem que se criou desse mesmo arquiteto que, ainda hoje, faz sonhar gerações mais jovens.

XXVII

O artigo *Algumas Conclusões Sobre o Ensino: I Congresso Nacional de Arquitectura* (JA202), assinado por Ana Vaz Milheiro, faz uma seleção de comunicações presentes no Congresso de 1948, considerando-o de *"importância incontornável"*[43] para o *"definitivo arranque do Movimento Moderno em Portugal."*[44] Incluindo participações de José Manuel F. M. Galhardo Zilhão, Cândido Palma Teixeira de Melo e Francisco da Conceição Silva e por fim de João Simões e Francisco de Castro Rodrigues, arquitetos, Vaz Milheiro destaca assuntos como *"a*

43. MILHEIRO, Ana Vaz (selecção) - *Algumas Conclusões Sobre o Ensino: I Congresso Nacional de Arquitectura.* JA. Nº202 (2001), p.8

44. Ibidém, p.8



Quadro Comparativo da Reforma de 57 com o Regime Anterior (Reforma de 32)

Desenho Aplicado

	▼ Reforma de 1932	▼ Reforma de 1957
1º Ano	- Geometria Descritiva - Perspectiva - Teoria das Sombras - Ornamentação do Natural - Desenho e Modelação - Desenho de Figura do Antigo - Ordens e Trechos Arquitectónicos	- Geometria Descritiva - Desenho de Estátua
2º Ano	- Geometria Descritiva - Estereotomia - Desenho de Modelo Vivo	- Teoria das Sombras e Perspectiva - Estereotomia
3º Ano	- Estilização - Composição Ornamental	
4º Ano		
Curso Superior (Reforma de 32) 5º Ano / 6º Ano (Reforma de 57)	- Concursos de Composição Decorativa	

Projecto

1º Ano		- Arquitectura Analítica
2º Ano		- Arquitectura Analítica
3º Ano	- Pequenas Composições	- Composição de Arquitectura
4º Ano	- Composição	- Composição de Arquitectura
Curso Superior (Reforma de 32) 5º Ano / 6º Ano (Reforma de 57)	- Grandes Composições - Concursos de Projectos Definitivos e Esbocetos - Concursos de Urbanização - Concursos de Composição Decorativa - Concursos de Projectos de Construção Geral	- Composição de Arquitectura (5º ano) - Composição de Arquitectura (6º ano) - Urbanologia (5º ano) - Urbanologia (6º ano)

História

	▼ Reforma de 1932	▼ Reforma de 1957
1º Ano	- Estilos Ornamentais	- História Geral da Arte
2º Ano	- História - Edifícios e Monumentos da Antiguidade - Etnografia	- História Geral da Arte
3º Ano	- História da Arte da Antiguidade	- Teoria e História da Arquitectura - História da Arte em Portugal
4º Ano	- História da Arte Medieval e Moderna	- Teoria e História da Arquitectura
Curso Superior (Reforma de 32) 5º Ano / 6º Ano (Reforma de 57)	- Curso Teórico de Arqueologia Artística, Geral e Portuguesa - Concursos de Arqueologia Artística	- Conjugação das Três Artes - Estética e Teorias da Arte

Tecnologias

1º Ano	- Estática Gráfica - Resistência dos Materiais	
2º Ano	- Construções Metálicas e de Betão Armado - Prática de Construção	
3º Ano	- Salubridade das Construções - Estática Gráfica - Resistência dos Materiais	- Estática Aplicada às Construções - Materiais
4º Ano	- Prática de Construção - Salubridade das Construções - Construções Metálicas e de Betão Armado	- Estática Aplicada às Construções - Edificações - Higiene e Equipamento
Curso Superior (Reforma de 32) 5º Ano / 6º Ano (Reforma de 57)		- Organização de Projectos e Estaleiros - Teoria e Concepção das Estruturas - Higiene e Equipamento

Extra-Arquitectónicas

1º Ano	- Geometria Analítica - Trigonometria Plana - Álgebra	- Matemáticas Gerais - Curso Geral de Química
2º Ano	- Cálculo Integral e Diferencial - Mecânica - Geografia Histórica	- Curso Geral de Física - Sociologia Geral
3º Ano	- Estabilidade - Topografia	- Topografia Urbana
4º Ano		- Geografia Física
Curso Superior (Reforma de 32) 5º Ano / 6º Ano (Reforma de 57)		- Geografia Humana - Economia

FIG 152. Quadro comparativo da Reforma de 57 com o Regime Anterior (Reforma de 32) - *A Reforma de 1957, a Arquitectura entre si Própria e a sua Representação,* Rogério Vieira de Almeida, JA202

disciplina de Construções, na opinião de alguns, ministrada tardiamente"[45] ou *"a ausência total de uma abordagem à Estética ou à Teoria da Arquitectura"*.[46] O importante que há a retirar deste contributo serão as consequências do Congresso na posterior reforma do ensino. XXVIII

45. Ibidém, p.8

46. Ibidém, p.8

É Rogério Vieira de Almeida quem dá ao leitor a noção mais ampla do cronograma do ensino de arquitetura em Portugal. Em *A Reforma de 1957, a Arquitectura em entre si Própria e a sua Representação* (JA202), o autor, concentrado na explicação dessa reforma, defende-a como *"o consumar de um processo de lenta transformação do ensino artístico em Portugal"*[47], que *"instituiu de certa forma um novo modelo de ensino da arquitectura que continua a vigorar até aos dias de hoje."*[48] De forma bastante descritiva, o autor explica os antecedentes desta Reforma, descrevendo a situação anterior como um *"modelo mais ou menos 'oficial' onde predominava a prática do desenho aplicado"*[49] e onde *"o aluno era mantido durante estes anos relativamente à margem do que hoje se designa de Projecto"*[50]. No entanto, arquitetos como Álvaro Siza, Nuno Portas, Hestnes Ferreira, Luís Cunha, etc. são citados como fruto do ensino pré-reforma. A função desta reforma será então a supressão das disciplinas de desenho aplicado, substituídas por aquilo que hoje chamamos de disciplina de projeto, complementada por *"uma série de disciplinas genéricas de carácter científico universitário, e sem ligação imediata à prática da arquitectura"*[51]. XXIX

47. ALMEIDA, Rogério Vieira – *A Reforma de 1957, a Arquitectura em entre si Própria e a sua Representação.* JA. Nº202 (2001), p.21

48. Ibidém, p.21

49. Ibidém, p.22

50. Ibidém, p.22

51. Ibidém, p.23

A questão da transdisciplinaridade, que começa aqui a sua estreita ligação com a arquitetura, torna-se assim uma condição de *"clivagem (...) descontinuidade e (...) ruptura"*[52] entre o projeto e as disciplinas que lhe são suplementares, deixando a arquitetura num campo de difícil definição. O autor defende ainda que entre as consequências da reforma estará a recente submissão da arquitetura portuguesa *"aos encantos e aos apelos da forma"*[53]. XXX

52. Ibidém, p.23

53. Ibidém, p.24

Como resposta a esta necessidade de perceber como encaixar no plano curricular disciplinas complementares ao projeto, destacam-se três artigos: primeiro, Alexandre Alves Costa com *O Lugar da História* (JA202), onde faz um cronograma da presença da História e da Teoria no ensino,

2. Um *corpo teórico* próprio com um núcleo de conhecimentos essenciais e preceitos metodológicos específicos – de Filarete e Manuel da Maia a Faludi e MVRDV passando por Cerdá, Howard, Corbusier, Doddi e Gibberd, não faltam contribuintes.

3. *Técnicas próprias e escalas de desenho*, próprias e habituais no processo de resolução de problemas espaciais.

4. *Produtos finais* legalmente definidos, mas sobretudo com características bem distintas dos produzidos pelas actividades irmãs (arq., eng.,etc.). *Um plano não é um projecto*, estando ambos inseridos em *processos* também eles bastante diferentes. Ao carácter imperativo e absoluto do projecto (enquanto *desiderato*) contrapõe-se a inevitável flexibilidade do plano, *em si*, através de *revisões já nele próprio previstas*, o que por sua vez requer um desenvolvido trabalho de monitorização da sua implementação, não para

Voltando ao início deste escrito, quantos dos 11.000 arquitectos estão, em consciência, efectivamente aptos ao exercício do urbanismo(?); privilégio esse que lhes é agora, a todos, concedido por uma legislação profissional, no mínimo, desactualizada – a mesma, aliás, que ainda permite o exercício da arquitectura a uma catadupa de outros profissionais da mais variada índole!

Av. da Liberdade, Lisboa, 1999.
Foto: Egas José Vieira

FIG 153. página 54 de *O Ensino do Urbanismo*, Pedro George, JA202

concluindo que a História é conteúdo fundamental, preferencialmente ensinada com recurso ao "*exercício crítico e de reflexão*"[54], concentrando-se em exemplos concretos que sirvam ao aluno como "*referências alargadas para o seu trabalho de projecto*"[55], buscando no passado ferramentas apropriáveis; depois, José Gigante com *Projecto e Construção* (JA202), classifica a área da Construção como 'débil' no ensino da arquitetura, falhando por não corresponder a uma "*prática integrada*"[56] que o projeto necessita, incitando a "*interacção entre conhecimentos*"[57], estabelecendo e desafiando limites que resultam "*num estímulo para a criação formal*"[58], diluindo-se, "*já que a sua prática será o próprio Projecto*"[59]; por fim, Pedro George com *O Ensino do Urbanismo* (JA202), descreve a área como sendo uma "*prática social autónoma*"[60], distinguindo o plano urbano do projeto pela sua "*inevitável flexibilidade*"[61], e considerando que o arquiteto deve complementar a sua formação posteriormente já que a sua intervenção urbana pode ter consequências graves no "*desordenamento trágico da nossa situação urbanística*"[62]. XXXI

54. COSTA, Alexandre Alves - *O Lugar da História*. JA. Nº202 (2001), p.34

55. Ibidém, p.34

56. GIGANTE, José - *Projecto e Construção*. JA. Nº202 (2001), p.42

57. Ibidém, p.42

58. Ibidém, p.43

59. Ibidém, p.45

60. GEORGE, Pedro - *O Ensino do Urbanismo*. JA. Nº202 (2001), p.53

61. Ibidém, p.54

62. Ibidém, p.55

Perante este amplo espetro que o *J.A.* mostra (que não está, aqui, perto de completo) a ideia fundamental a reter será que o Ensino deve, além de concentrar-se no projeto, completá-lo de forma clara, estabelecendo valores suficientemente fortes para que sejam transferidos para a posterior prática da arquitetura. Ou, como diz Siza, "*o que se deve desenvolver é a capacidade de relacionar entre si as disciplinas que integram a arquitectura.*"[63] XXXII

63. SIZA, Álvaro - *Ensino e Projecto* cit. por GIGANTE, José - *Projecto e Construção*. JA. Nº202 (2001), p.41

Nuno Portas faz também algumas observações sobre o assunto dizendo que a importância de outras disciplinas curriculares está diretamente relacionada com o auxílio efetivo do projeto e que não deve haver uma competição entre os vários troncos disciplinares, antes uma complementaridade, trazendo "*os docentes especialistas às equipas de projecto, economizando o seu tempo de aulas práticas*".[64] XXXIII

64. PORTAS, Nuno- *Ensino: os Projectos dos Arquitectos*. JA. Nº201 (2001), p.28

Sublinhar o papel do docente é, aliás, mais uma das temáticas centrais destes dois números. A própria abertura de *Faire École I*, cujo título revela precisamente o conteúdo, *O País dos Professores*, centra a discussão sobre os crescentes problemas do ensino, diretamente

se sabe, a gravidade é nula. Não que eu tivesse muitas coisas para dizer nesta altura, mas não abdico do meu direito de aprender com os outros.

A professora de Billy, alterna entre a autoridade e a cumplicidade. Por vezes impõe a sua vontade, obrigando-o a repetir à exaustão um determinado exercício, outras, dança a seu lado. O exercício de ensinar encerra em si, por definição, um certa dose de autoridade. O ponto de vista de quem avalia é sempre mais forte, mesmo que nem sempre seja o mais certo. A grande diferença do ensino artístico em relação ao ensino científico é que, se em ambos é suposto transmitir-se conhecimento, no primeiro, o trabalho do aluno é a própria matéria de estudo. Há, nos alunos, um intenso processo de identificação pessoal com os objectos de estudo, daí a dificuldade da crítica. No ensino da arquitectura, onde alguém disse que o "contrário é também verdadeiro" as coisas complicam-se ligeiramente. A responsabilidade de quem critica passa por entender que muitas vezes não é só o trabalho que está em causa, é a própria pessoa através dele. O que talvez explique a propalada, mas nunca confirmada, alta taxa de casos psiquiátricos entre os alunos de arquitectura. Se calhar, tal como Mrs. Wilkinson, a professora de Billy, devíamos por vezes dançar lado a lado com eles.

Como o pai de Billy, temos que estar dispostos a aceitar as diferenças e a pôr em causa algumas certezas que pensávamos absolutas. E a deitar por terra alguns preconceitos. A curta experiência lectiva mostrou-me que ensinar nos abre o espírito e nos torna permeáveis aos outros. O grande fascínio de ensinar em arquitectura é que é uma desigual relação biunívoca. Aprende-se muito mais do que se ensina. ■

No ensino da arquitectura, onde alguém disse que o "contrário é também verdadeiro" as coisas complicam-se ligeiramente. A responsabilidade de quem critica passa por entender que muitas vezes não é só o trabalho que está em causa, é a própria pessoa através dele. O que talvez explique a propalada, mas nunca confirmada, alta taxa de casos psiquiátricos entre os alunos de arquitectura.

Stephen Daldry, *Billy Elliot*, 2000

FIG 154. página 23 de *A Propósito de Billy Elliot*, Luís Urbano, JA201

proporcionais ao aumento do número de alunos e escolas, também no aumento do número de professores. Graça Dias considera, aliás, que para arquitetos formados o *"'recurso' ao ensino"*[65] se torna uma solução para o decréscimo de trabalho que se verifica, incluindo assim nos quadros das universidade profissionais sem *"um certo espírito de missão [...] e um enorme gosto pela prática pedagógica."*[66] E é esta a perspetiva que fará mais sentido debater no *J.A.*, a perspetiva do arquiteto professor e da sua responsabilidade na construção de um ensino de qualidade. XXXIV

65. DIAS, Manuel Graça - *O País dos Professores*. JA. Nº201 (2001), p.3

66. Ibidém, p.3

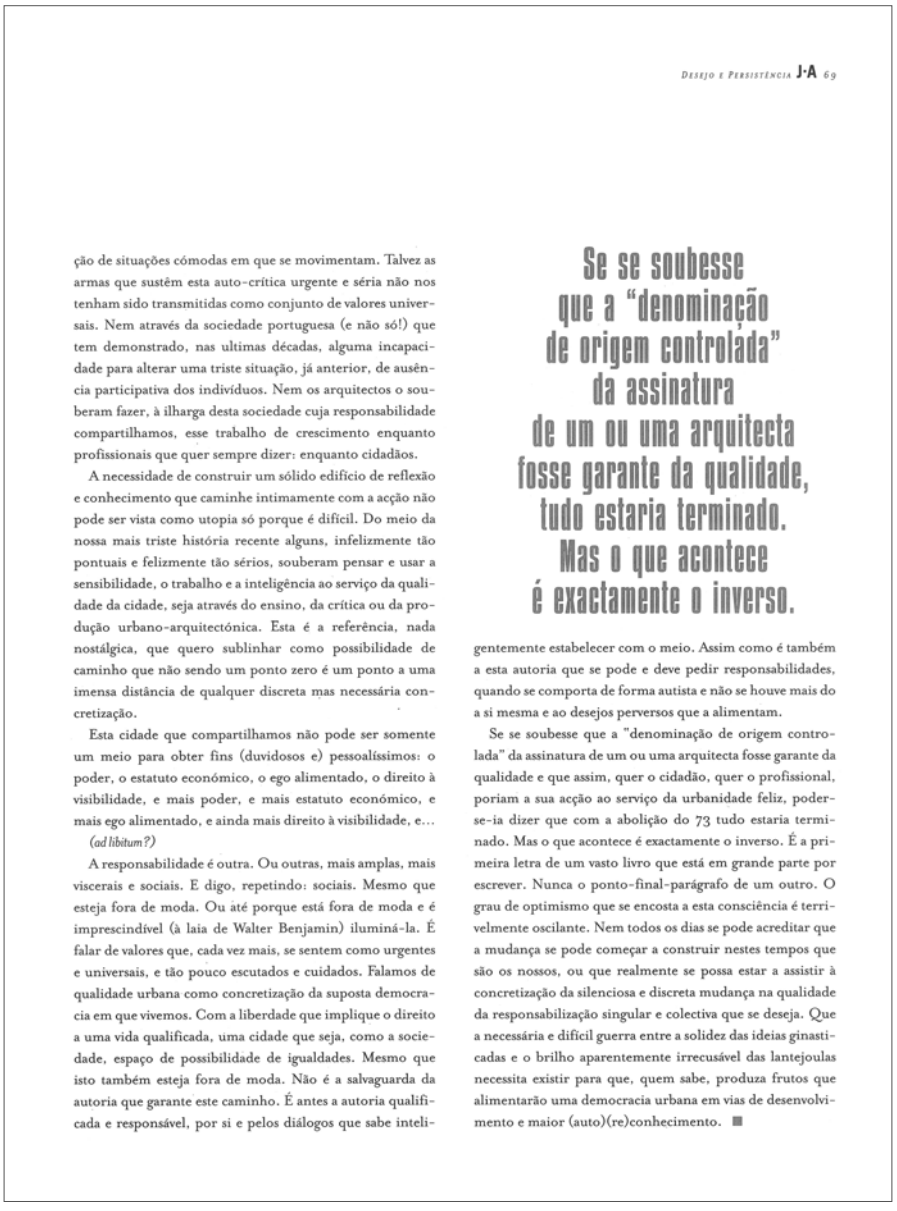
O tema do professor é depois ainda completado por Luís Urbano, com *A Propósito de Billy Elliot* e um artigo adaptado de Peter Zumthor, *Teaching Architecture, Learning Architecture*. Se Zumthor descreve o professor como alguém que apenas ajuda a desenvolver o espírito crítico, acompanhando o processo de desenho, ao contrário de alguém que *"faz perguntas para as quais tem respostas"*[67], já antevendo, como se lê com imediatez, que a relação de aprendizagem é recíproca entre aluno e professor, Luís Urbano completa essa mesma linha de pensamento defendendo que *"o grande fascínio de ensinar arquitectura é que é uma desigual relação biunívoca. Aprende-se muito mais do que se ensina!"*[68] XXXV

67. ZUMTHOR, Peter - *Teaching Architecture, Learning Architecture*. JA. Nº201 (2001), p.11

68. URBANO, Luís - *A Propósito de Billy Elliot*. JA . Nº201 (2001), p.23

Das várias abordagens ao tema do ensino que já aqui foram sendo apresentadas, deve depreender-se que a constante é a procura de caminhos e soluções para o problema que se pára para analisar em 2001 e que se vem agravando deste então: o crescimento exponencial do ensino em Portugal, descurando, com provas dadas disso mesmo, a qualidade da formação em questão. *"Ensinar arquitectura surge-nos hoje como um problema cada vez mais complexo"*[69], afirma Graça Dias em *A moda e as impossibilidades* (JA202) no seguimento da popularidade que admite ter sido ganha pela arquitetura em território português. O problema será então que essa popularidade, em muito devida aos bons exemplos de arquitetura portuguesa do séculos XX, traz ao panorama português um crescimento de escolas públicas e privadas incomportável, que formará arquitetos incapazes de responder aos desafios urbanos com a mesma qualidade (ou com alguma pelo menos) com que responderam os exemplos que popularizaram o ofício. Não sendo obviamente desejável manter apenas as duas antigas Escolas de Belas-Artes em funcionamento,

69. DIAS, Manuel Graça - *A moda e as impossibilidades*. JA. Nº202 (2001), p.3



ção de situações cómodas em que se movimentam. Talvez as armas que sustêm esta auto-crítica urgente e séria não nos tenham sido transmitidas como conjunto de valores universais. Nem através da sociedade portuguesa (e não só!) que tem demonstrado, nas ultimas décadas, alguma incapacidade para alterar uma triste situação, já anterior, de ausência participativa dos indivíduos. Nem os arquitectos o souberam fazer, à ilharga desta sociedade cuja responsabilidade compartilhamos, esse trabalho de crescimento enquanto profissionais que quer sempre dizer: enquanto cidadãos.

A necessidade de construir um sólido edifício de reflexão e conhecimento que caminhe intimamente com a acção não pode ser vista como utopia só porque é difícil. Do meio da nossa mais triste história recente alguns, infelizmente tão pontuais e felizmente tão sérios, souberam pensar e usar a sensibilidade, o trabalho e a inteligência ao serviço da qualidade da cidade, seja através do ensino, da crítica ou da produção urbano-arquitectónica. Esta é a referência, nada nostálgica, que quero sublinhar como possibilidade de caminho que não sendo um ponto zero é um ponto a uma imensa distância de qualquer discreta mas necessária concretização.

Esta cidade que compartilhamos não pode ser somente um meio para obter fins (duvidosos e) pessoalíssimos: o poder, o estatuto económico, o ego alimentado, o direito à visibilidade, e mais poder, e mais estatuto económico, e mais ego alimentado, e ainda mais direito à visibilidade, e… *(ad libitum?)*

A responsabilidade é outra. Ou outras, mais amplas, mais viscerais e sociais. E digo, repetindo: sociais. Mesmo que esteja fora de moda. Ou até porque está fora de moda e é imprescindível (à laia de Walter Benjamin) iluminá-la. É falar de valores que, cada vez mais, se sentem como urgentes e universais, e tão pouco escutados e cuidados. Falamos de qualidade urbana como concretização da suposta democracia em que vivemos. Com a liberdade que implique o direito a uma vida qualificada, uma cidade que seja, como a sociedade, espaço de possibilidade de igualdades. Mesmo que isto também esteja fora de moda. Não é a salvaguarda da autoria que garante este caminho. É antes a autoria qualificada e responsável, por si e pelos diálogos que sabe inteligentemente estabelecer com o meio. Assim como é também a esta autoria que se pode e deve pedir responsabilidades, quando se comporta de forma autista e não se houve mais do a si mesma e ao desejos perversos que a alimentam.

Se se soubesse que a "denominação de origem controlada" da assinatura de um ou uma arquitecta fosse garante da qualidade, tudo estaria terminado. Mas o que acontece é exactamente o inverso.

Se se soubesse que a "denominação de origem controlada" da assinatura de um ou uma arquitecta fosse garante da qualidade e que assim, quer o cidadão, quer o profissional, poriam a sua acção ao serviço da urbanidade feliz, poder-se-ia dizer que com a abolição do 73 tudo estaria terminado. Mas o que acontece é exactamente o inverso. É a primeira letra de um vasto livro que está em grande parte por escrever. Nunca o ponto-final-parágrafo de um outro. O grau de optimismo que se encosta a esta consciência é terrivelmente oscilante. Nem todos os dias se pode acreditar que a mudança se pode começar a construir nestes tempos que são os nossos, ou que realmente se possa estar a assistir à concretização da silenciosa e discreta mudança na qualidade da responsabilização singular e colectiva que se deseja. Que a necessária e difícil guerra entre a solidez das ideias ginasticadas e o brilho aparentemente irrecusável das lantejoulas necessita existir para que, quem sabe, produza frutos que alimentarão uma democracia urbana em vias de desenvolvimento e maior (auto)(re)conhecimento. ■

FIG 155. página 69 de *Desejo e Persistência ou da pouca linearidade do Fazer Arquitectónico,* Patrícia Santos Pedrosa, JA215

porque o aumento do *ratio* de arquitetos seria indispensável, percebe-se da leitura destes dois números do *J.A.* que seria desejável conferir ao novo sistema de ensino alguns dos valores já antes testados, assim como atribuir-lhe novos valores que respondam às exigências contemporâneas, de forma responsável, crítica e acertada.

XXXVI

Se muita coisa se transformou, com tendência para o agravamento, de 2001 até ao final das publicações aqui em análise, pouco foi o debate que acompanhou essa mudança. Em 2004, Patrícia Pedrosa volta a frisar a lacuna de aptidão pedagógica do professor, "*agindo como se bastara ser arquitecto (e não só) para se ser professor.*"[70] No mesmo ano, Gonçalo Byrne traz para a discussão o ensino superficial, centrado na produção de imagens e 'linguagens próprias', identidades; "*empola-se aquilo a que chamo a visualidade da arquitectura e não a obra completa. E isto, em termos de formação de arquitectos, é muito primitivo*"[71].

70. PEDROSA, Patrícia Santos - *Desejo e Persistência ou da pouca linearidade do Fazer Arquitectónico.* JA. Nº215 (2004), p.68

71. BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (entrevistador) ; NUNES, Jorge (entrevistador) - *A arquitectura está condenada a ser sempre contemporânea.* JA. Nº216 (2004), p.14

XXXVII

Depois, já só em 2010, se volta a tocar no tema, de forma ainda secundária em vários artigos de *Ser Independente* (JA240), com destaque para o contributo de Rute Figueiredo, que completa a anterior ideia de Byrne, posicionando o estudante numa busca pela "*'aura' de excepcionalidade*"[72] que parece contaminar toda a produção atual, descrevendo essa posição como uma defesa face às mudanças do estatuto da profissão (liberal) do arquiteto, uma tentativa de fazer prevalecer uma "*visão épica da profissão*"[73]. No número *Ser Belo* (JA241), ainda em 2010, alguns apontamentos sobre a ligação da escola ao 'estilo' e ao 'gosto', onde tanto Sergio Fernandez como Nuno Brandão Costa referem a sua experiência como docentes e negam a doutrina do 'gosto' feita pela escola, sublinhando a ideia de que o aluno deve seguir o seu próprio caminho, sendo avaliado pela "*coerência atingida na formalização dos conteúdos*"[74], onde "*tudo tem que ser trabalhado no sentido de criar um (...) equilíbrio.*"[75]

72. FIGUEIREDO, Rute - *O Astro Baço. A Profissão do Arquitecto sob o signo da Independência.* JA. Nº240 (2010), p.84

73. Ibidém, p.84

74. FERNANDEZ, Sergio; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto) - *As pirâmides servem para muito pouco.* JA. Nº241 (2010), p.92

75. COSTA, Nuno Brandão; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz - *A Beleza tem que ver com a Perfeição.* JA. Nº241 (2010), p.20

XXXVIII

Além destea pequenos contributos nada mais se escreve nas páginas do *J.A.* pela mão de arquitetos sobre o ensino. No entanto, em 2011, no número Ser Lixo (JA243), os próprios alunos falam de um ensino que de algum modo vão sentido desadequado ás suas necessidades futuras.

Muitas destas participações fazem até um mapa estatístico: "*Portugal tem, actualmente, cerca de 26 cursos de arquitectura (...). Segundo estatísticas europeias de 2008, (...) Portugal ocupava o sétimo lugar em quantidade de arquitectos com 16300; no entanto, proporcionalmente, é o país com mais arquitectos logo a seguir à Itália.*"[76] Aos dados concretos, seguem-se propostas e reivindicações: urge uma alteração de estatuto, uma reconfiguração do papel do arquiteto do século XXI, deixar para trás o culto da individualidade em favor do contacto real com as necessidades sociais, "*onde a obra prima cede lugar à criatividade do vulgar, onde arquitecto e utilizador trabalham para um mesmo fim*"[77]; urge que se ajuste o exercício formativo do projeto às necessidade reais, onde a sustentabilidade e a economia têm uma palavra a dizer, incluindo nos cursos "*disciplinas centradas na reabilitação e de noções de durabilidade e economias materiais*"[78]. E, por isto mesmo, é necessário também um novo momento de pausa no *J.A.*, um momento de reflexão sobre a nova escola que se cria, mesmo que informalmente.

76. MARTINS, Claúdia P. Albuquerque - *Arquitectos há muitos. Oportunidades poucas.* JA. Nº243 (2011), p.97-98

77. VALADA, Sara Dias - *Partir a Casca.* JA. Nº243 (2011), p.92

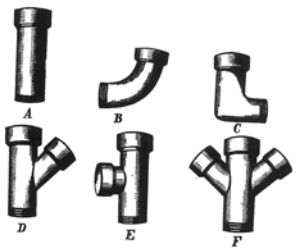
78. DIAS, Inês Mourão ; VASCONCELOS, Diogo - *Standby.* JA. Nº243 (2011), p.93

Projecto e Construção

*Algumas Reflexões sobre o Ensino da Construção nas Escolas de Arquitectura**

José Gigante**

O propósito da construção é que as coisas se sustenham; e o da arquitectura comover-nos.
Le Corbusier



1. A Condição Artística do Projecto

A Arquitectura deve, no quadro da profunda crise de valores contemporânea, reafirmar a sua condição de Arte – uma arte de síntese, combinatória de saberes complementares, cuja essência, por isso mesmo, transcende o significado das partes que a configuram.

Para que não se rompa esse equilíbrio, onde desenha a sua identidade como Arte, será pois necessário evitar cair na tentação de se deixar apaixonar por um qualquer aspecto particular que, numa dada conjuntura, tenda a assumir protagonismo.

Nesta ordem de ideias, de modo nenhum será admissível que a prevalência da tecnologia possa sequer questionar a continuidade de processos onde permanece viva a tradição do ofício de projectar.

O significado dos materiais só ganha expressão no interior da própria Obra. São palavras ou frases que, fora do texto, carecem de sentido. Daí que a linguagem (no seu sentido lato) prevaleça sempre sobre a técnica, sem esquecer a capacidade que os novos materiais e processos construtivos têm de sugerir Forma.

É que, embora inevitavelmente configurado pela interdisciplinaridade que cada vez mais o caracteriza e dispondo dos meios operacionais que as novas tecnologias dispensam, o Projecto (cada projecto), como acto criativo único, manterá sempre, do ponto de vista disciplinar, o carácter "artesanal" inerente à sua própria identidade conceptual.

* Resultam, estas *Reflexões*, da conjugação e adaptação de dois textos, um escrito para a *I Bienal Iberoamericana de Arquitectura*. Madrid: 1998 sobre "Tecnologia e meios para o projecto arquitectónico" e outro escrito para os *Encontros de Tomar*, 1995, promovidos pelo Departamento de Arquitectura da F.C.T.U.C.; decorrendo ainda de uma reflexão sobre a experiência pedagógica como professor, primeiro de Projecto e depois de Construção, nos cursos de Arquitectura da F.A.U.P. (Porto/Portugal) e da F.C.T.U.C. (Coimbra/Portugal).

** Arquitecto.

FIG 156. página 39 de *Projecto e Construção*, José Gigante, JA202

VALORES: MAIS ARTESANAIS OU MAIS DIGITAIS?

"Embora inevitavelmente configurado pela interdisciplinaridade que cada vez mais o caracteriza e dispondo dos meios operacionais que as novas tecnologias dispensam, o Projecto (cada projecto), como acto criativo único, manterá sempre, do ponto de vista disciplinar, o carácter "artesanal" inerente à sua própria identidade conceptual."[79]

79.GIGANTE, José - *Projecto e Construção*. JA. Nº202 (2001), p.39

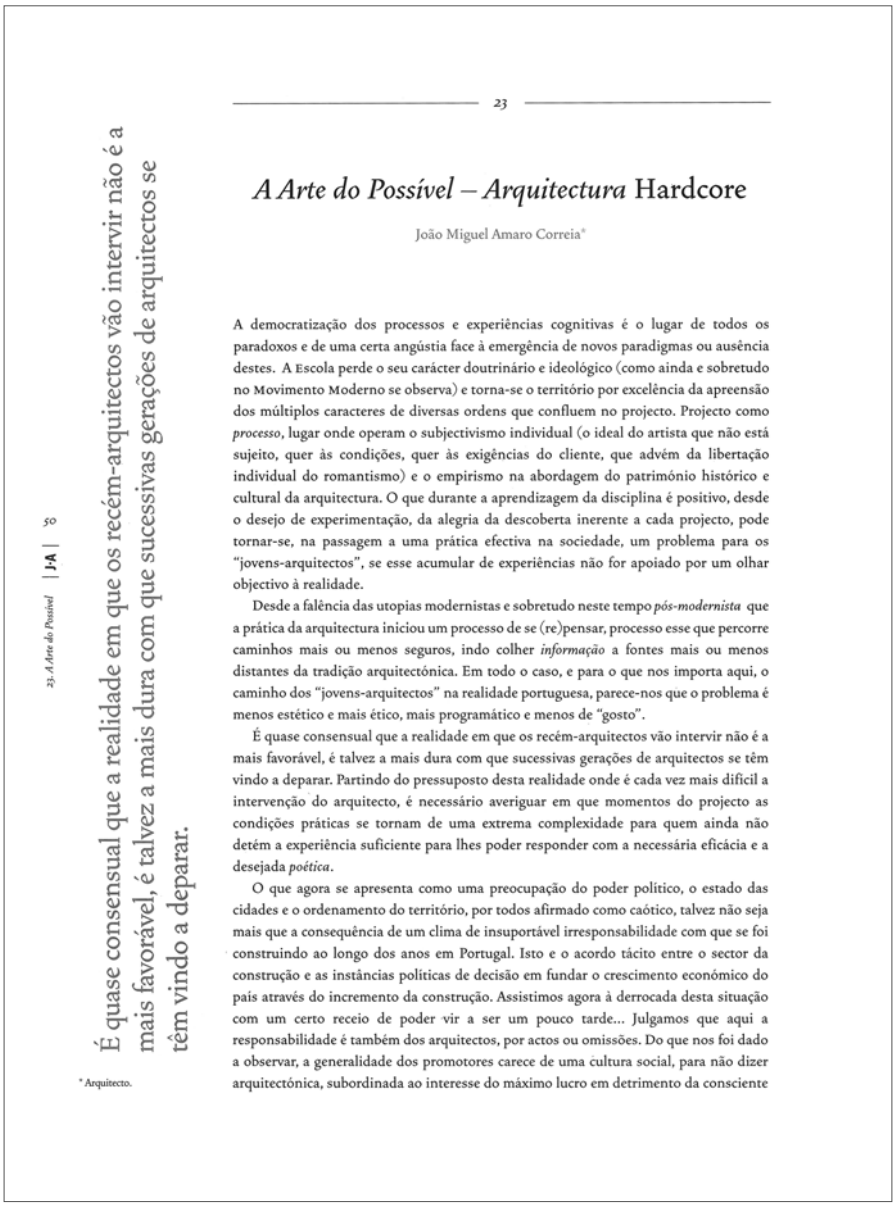
Considerar uma oposição entre o projeto 'artesanal', como o descreve José Gigante acima, e um 'modo de fazer' ligado às novas tecnologias digitais ou à evolução dos standards e da indústria é pôr a tónica numa das questões valorativas mais discutidas no panorama da arquitetura contemporânea. Será sempre ambíguo o resultado dessa oposição, e provavelmente infrutífero o debate sempre que o seu objetivo seja classificar o correto 'modo de fazer'. Por isso mesmo, importa aqui sublinhar posições díspares, apontar caminhos possíveis, classificar argumentos favoráveis e outros menos vantajosos.

Seguindo a linha de interpretação dada pelo *J.A.*, aparecem, numa primeira fase, considerações sobre o projeto como método de trabalho, concentradas fundamentalmente entre o início de 2000 e o final de 2001, mais uma vez a propósito da discussão sobre a profissão e até sobre o ensino. Na abertura de *Paradoxos Sobre o Actor I* (JA198), Manuel Graça Dias dá nome ao paradoxo suportado pela ideia de que o arquiteto deve ter uma resposta técnica, pragmática e eficaz para qualquer problema contra o seu carácter liberal, artístico e subjetivo: "*a contradição indústria/artesanato*"[80]. E a definição deste antagonismo nada tem que ver com uma recusa, por parte da classe, dos progressos tecnológicos e científicos ("*Portugal é tão 'tecnológico' como outro país ocidental qualquer*"[81]), mas antes com o facto de o trabalho do arquiteto não ser compatível com um plano de ação exato, já que assenta num método criador particular para cada nova situação, ou, como diz o autor, "*é sempre artesanal*"[82], o que não impede um trabalho paralelo com o digital ou a estandardização, mas implica sempre uma aplicação díspar

80. DIAS, Manuel Graça - *O Único*. JA.. Nº198 (2000), p.3

81. Ibidém, p.3

82. Ibidém, p.3



23

A Arte do Possível – Arquitectura Hardcore

João Miguel Amaro Correia*

A democratização dos processos e experiências cognitivas é o lugar de todos os paradoxos e de uma certa angústia face à emergência de novos paradigmas ou ausência destes. A Escola perde o seu carácter doutrinário e ideológico (como ainda e sobretudo no Movimento Moderno se observa) e torna-se o território por excelência da apreensão dos múltiplos caracteres de diversas ordens que confluem no projecto. Projecto como *processo*, lugar onde operam o subjectivismo individual (o ideal do artista que não está sujeito, quer às condições, quer às exigências do cliente, que advém da libertação individual do romantismo) e o empirismo na abordagem do património histórico e cultural da arquitectura. O que durante a aprendizagem da disciplina é positivo, desde o desejo de experimentação, da alegria da descoberta inerente a cada projecto, pode tornar-se, na passagem a uma prática efectiva na sociedade, um problema para os "jovens-arquitectos", se esse acumular de experiências não for apoiado por um olhar objectivo à realidade.

Desde a falência das utopias modernistas e sobretudo neste tempo *pós-modernista* que a prática da arquitectura iniciou um processo de se (re)pensar, processo esse que percorre caminhos mais ou menos seguros, indo colher *informação* a fontes mais ou menos distantes da tradição arquitectónica. Em todo o caso, e para o que nos importa aqui, o caminho dos "jovens-arquitectos" na realidade portuguesa, parece-nos que o problema é menos estético e mais ético, mais programático e menos de "gosto".

É quase consensual que a realidade em que os recém-arquitectos vão intervir não é a mais favorável, é talvez a mais dura com que sucessivas gerações de arquitectos se têm vindo a deparar. Partindo do pressuposto desta realidade onde é cada vez mais difícil a intervenção do arquitecto, é necessário averiguar em que momentos do projecto as condições práticas se tornam de uma extrema complexidade para quem ainda não detém a experiência suficiente para lhes poder responder com a necessária eficácia e a desejada *poética*.

O que agora se apresenta como uma preocupação do poder político, o estado das cidades e o ordenamento do território, por todos afirmado como caótico, talvez não seja mais que a consequência de um clima de insuportável irresponsabilidade com que se foi construindo ao longo dos anos em Portugal. Isto e o acordo tácito entre o sector da construção e as instâncias políticas de decisão em fundar o crescimento económico do país através do incremento da construção. Assistimos agora à derrocada desta situação com um certo receio de poder vir a ser um pouco tarde... Julgamos que aqui a responsabilidade é também dos arquitectos, por actos ou omissões. Do que nos foi dado a observar, a generalidade dos promotores carece de uma cultura social, para não dizer arquitectónica, subordinada ao interesse do máximo lucro em detrimento da consciente

É quase consensual que a realidade em que os recém-arquitectos vão intervir não é a mais favorável, é talvez a mais dura com que sucessivas gerações de arquitectos se têm vindo a deparar.

* Arquitecto.

FIG 157. página 50 de *A Arte do Possível - Arquitectura Hardcore*, João Miguel Amaro Correia, JA205

dos mesmos, afastando a disciplina de *"um território de previsibilidades, de certezas, de rotinas"*.[83]

83. Ibidém, p.3

XLII

Esta ideia do projeto como 'método artesanal' é completada, ainda no mesmo número por Manuel Taínha, que sintetiza de forma clara a importância do desenho como instrumento de trabalho, distinguindo os dois momentos do processo como *"técnicas de Composição" e "técnicas de Representação"*[84], indispensáveis no sustento de uma identidade particular do autor.

84. TAÍNHA, Manuel - *Dificuldades conceptuais*. JA. Nº198 (2000), p.19

XLIII

Em *Faire École II* (JA202) mais contribuições se somam. José Gigante, já citado aqui para abertura do tema, que acredita que o projeto será sempre um instrumento artesanal, e que *"de modo nenhum será admissível que a prevalência da tecnologia possa sequer questionar a continuidade de processos onde permanece viva a tradição do ofício de projectar"*[85]. Apesar desta poder ser uma postura demasiado conservadora e até redutora, o artigo expõe ainda uma convicção por parte do autor de que o verdadeiro valor continua ligado à ideia, ao conceito que dá origem ao projeto, e que deve ser decifrável na medida em que relaciona as premissas indispensáveis para o exercício consciente da arquitetura. Acrescentando ainda que *"confiar na sabedoria artesanal do Projecto e no manuseamento oficinal dos seus 'materiais' é, neste âmbito, condição de sobrevivência e, por que não dizê-lo, de resistência à sedução efémera das modas passageiras"*[86], o artigo aponta aquilo que podemos chamar de valor tradicional do 'modo de fazer'.

85. GIGANTE, José - *Projecto e Construção*. JA. Nº202 (2001), p.39

86. Ibidém, p.40

XLIV

A Arte do Possível - Arquitectura Hardcore (JA205), artigo de João Correia, em 2002, adiciona à caracterização já feita do projeto, um lado reformativo da realidade, capaz de transformar o banal, dando-lhe um significado acrescido através da interpretação das suas próprias limitações. Quando o autor define *"projecto como processo, lugar onde operam o subjectivismo individual (...) e o empirismo"*[87], não está à partida a assumir que os atributos essenciais desta ferramenta sejam incompatíveis como novos modos de fazer ligados à indústria e à tecnologia, mas antes a sugerir que é preciso reinterpretar essas condições, valorizando-as e tirando delas vantagem.

87. CORREIA, João Miguel Amaro - *A Arte do Possível - Arquitectura Hardcore* . JA. Nº205 (2002), p.50

XLV

FIG 158. Cottbus - *Programar a Flexibilidade*, Paola Cannavò, JA222

FIG 159. Leipzig - *Programar a Flexibilidade*, Paola Cannavò, JA222

Num registo temporal já mais afastado, Manuel Vicente, um pouco deslocado das temáticas elegidas por um *J.A.* já mais contemporâneo, faz, num testemunho inteiramente pessoal, uma caracterização do projeto como "*uma aventura envolvente, galvanizante*"[88], alegando que "*a maneira de produção dos ateliers, grosso modo, corresponde à maneira de produção das profissões artesanais*"[89], prática que considera incompatível com uma sociedade regida por valores económicos e de mercado. Apesar da sua visão, ele próprio conclui dizendo que "*não há regras generalizáveis aplicáveis à produção de arquitectura, aos modos de produção, aos agentes de produção.*"[90] XLVI

88. VICENTE, Manuel; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto) – *A Liberdade nunca me fez qualquer falta*. JA. Nº240 (2010), p.48

89. Ibidém, p.46

90. Ibidém, p.48

A esta visão centrada no 'modo de fazer' artesanal seguem-se dois temas que o complementam, ambos associados a números exclusivos da série que José Adrião e Ricardo Carvalho guiaram entre 2005 e 2008: *Programa* (JA222) e *Standard* (JA230). Esta concentração de temas que fazem a ponte entre artesanal e digital, mostra já uma mudança de paradigma no que toca à seleção de conteúdos para a revista. XLVII

Assim, no início de 2006, Paola Cannavò escreve *Programar a Flexibilidade* (JA222), artigo que associa as mudanças cada vez mais apressadas e globais da sociedade com a necessidade de mutação dos edifícios e espaços que habitamos. Com base nestes dados, questiona até que ponto pode ser flexível o desenho de um determinado objeto arquitetónico e que papel tem então o uso do 'programa' como elemento fixo que o condiciona desde início. Infelizmente, num tempo em que a 'norma' e todas as burocracias associadas ao ofício da construção tornam o processo lento e pouco ágil no contorno de obstáculos, os projetos "*respeitam o ritmo da burocracia da sociedade onde vivemos e não os tempos da vida real*"[91], desconsiderando, na maior parte das vezes, a flexibilidade como elemento essencial do desenho. Se para a autora o projeto paisagístico vive precisamente da elasticidade que lhe permite adaptar-se ao ritmo das suas várias partes, "*o projecto urbano e o arquitectónico deveriam ser concebidos como um projecto paisagístico. Desta forma poderiam adquirir a flexibilidade necessária para conviverem com as Dinâmicas dos processos económicos e sociais*"[92]. XLVIII

91. CANNAVÓ, Paola – *Programar a Flexibilidade*. JA. Nº222 (2006), p. 18

92. Ibidém, p.20

FIG 160. "A repetição do Standard" - *Standard*, Wilfred Wang, JA230

FIG 161. "A repetição do Standard" - *Standard*, Wilfred Wang, JA230

Esta ideia é depois completada por Paulo Martins Barata, autor de *O Programa como Forma, a Forma para lá do Programa* (JA222), resultando, no conjunto, na conclusão de que os espaços são configurados por muitos fatores que transcendem a sua função e desenho iniciais, assumindo a flexibilidade ou 'reciclagem' como valor a associar aos 'modos de fazer'. Paulo Martins Barata cita até um exemplo concreto da realidade portuguesa: a Torre do Burgo, de Eduardo Souto de Moura, no Porto, um edifício de escritórios onde, como relata, há uma curiosa procura de apartamentos. Esta relação entre os dois maiores programas da cidade europeia suscita até a possibilidade de converter muitos dos edifícios excedentes com programa de serviços em habitação desde que, como é o caso da Torre do Burgo, "*as relações de implantação e proporção que estabelece com a cidade se tenham mantido desejadas e desejáveis*"[93].

93. BARATA, Paulo Martins - *O Programa Como Forma, a Forma Para Lá do Programa*. JA. Nº222 (2006), p.25

XLIX

Quando saltamos então para *Standard* (JA230), no começo de 2008, entramos realmente no que, à primeira vista, podemos chamar de valores não tradicionais ou não artesanais. Numa breve contextualização Wilfred Wang lembra que 'standard' não tem, necessariamente, apenas uma valor de repetição ou características pré-estabelecidas, mas tem também um valor de medição de qualidade, tentando assegurar-lhe um mínimo. Esta visão de 'standard' era já aplicada, por exemplo, pelos gregos clássicos ou pelos mestres do Moderno, que através de um sistema de "*padronização geométrica e aritmética*"[94], acreditavam garantir a perfeição das suas obras, afastando, por isso mesmo, a noção de flexibilidade, atribuindo-lhe mais um carácter normativo, diferente daquele que parece estar em discussão na contemporaneidade, mas que deve estar estar presente na medida em que faz a ponte entre os ditos valores artesanais e as novas formas de produzir.

94. WANG, Wilfred - *Standard*. JA. Nº230 (2008), p.19

L

No seguimento desta ideia de que "*o 'standard' é pouco mais do que uma convenção*"[95], André Tavares caracteriza a arquitetura em Portugal tendo como base uma série de convenções como sejam "*azulejos 15 por 15 em todos os quartos-de-banho, tijolos de 30 ou 20 nas paredes exteriores [...], e de 11 em todas as interiores (ou de 7 para algumas construções mais frágeis), portas de 70, etc.*"[96], associando assim o standard a materiais

95. TAVARES, André - *O Standard em Portugal: O elogio da rebarbadeira*. JA. Nº230 (2008), p.32

96. Ibidém, p.32

FIG 162. "Standard Artesanal" - *O Standard em Portugal: O elogio da rebarbadeira*, André Tavares, JA230

FIG 163. "Standard Artesanal" - *O Standard em Portugal: O elogio da rebarbadeira*, André Tavares, JA230

construtivos normalizados, e cujo valor realmente estandardizado só está em teste na própria obra que, por regra, tende a ser problemática e confusa. Além deste uso mais comum do 'standard', o autor refere-se também à relação das novas ferramentas digitais com sistemas de corte e moldagem, onde *"o 'standard' ganha a "medida do freguês"*[97] e se abre espaço para alimentar uma 'arquitetura de autor', possibilitando mais facilmente explorar linguagens únicas. A subversão que assim se gera faz com que uma ferramenta que poderia ajudar a controlar o parâmetro qualitativo das obras de arquitetura corrente e anónima, sirva apenas uma *"lógica de produção de projectos especiais"*[98], deixando os restantes com o 'standard artesanal' do tijolo e do azulejo. Associar o standard a estas distinções autorais, é também pôr de parte a possibilidade de uma verdadeira arquitetura 'em série', *"desenraizada, anónima, sem qualquer ilusão de perenidade"*[99].

97. Ibidém, p.34

98. Ibidém, p.35

99. MONTEIRO, Pedro Cortesão - *O Espírito da Série*. JA. Nº230 (2008), p.27

LI

Desta relação inevitável do projeto e da construção com o mundo digital emergente, avança-se para 2012, *Ser Digital* (JA244), com um pequeno recuo a 2006 e a *Programa* (JA222), onde João Rocha assina *Programa[ção]: Entre sistema de valores e sistema de códigos*, fazendo uma relação do tradicional 'programa' com a nova programação. Assumindo que há de facto *"a ausência de uma perspetiva histórica que cruze uma cultura computacional com uma cultura de arquitectura e de arte"*[100], e que por isso a sua novidade suscita, à partida, estranheza, grande parte das obras importantes construídas sob este método têm o seu posicionamento entre desenho e programação tido como indefinível. A possibilidade que existe de aproximar estes sistemas do método tradicional do projeto consiste na existência de um sistema computacional cujo objetivo é desenhar o espaço como constituinte decisivo, afastando-se do desenho da forma pela forma, sistema este que o autor associa a uma experiência feita com o projeto da FAUP, de Álvaro Siza. Este exemplo mostra precisamente como através do estudo cuidado de um edifício existente é possível gerar novos desenhos para o completar, considerando valores de qualidade espacial e luz natural. Citando João Rocha, *"o impacto da utilização de métodos computacionais na criação de novas obras é tanto mais significativo quanto mais for indissociável*

100. ROCHA, João - *Programa[ção]. Entre sistema de valores e sistema de códigos*. JA. Nº222 (2006), p.26

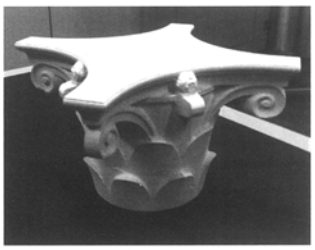
In this case, the degrees of freedom between the designer and the builder are zero, which today is not the case in some specific cases. Carpo[14] goes on to describe the Albertian design process as obsolete and to suggest that authorship of the design, as we know it, can be questioned.

Indeed, the CAD/CAM fabrication processes that revolve around the concept of rapid prototyping promise a brave new world where, thanks to modern robotic technology, the traditional separation of the conceiver of a design and the person who executes disappears. The trend points to the customisation of the final project in order to respond to the needs and desires expressed by the consumer, as is the case in the construction of brick walls by Gramazio-Kohler using robotic control for the ETH Zurich building, or for the Bearth & Deplazes designed winery in Gantenbein, Flaesch, Switzerland in 2006.

Precursors of this "movement" are the "projective tables" designed by Bernard Cache in 2005 and shown at the Centre Pompidou in Paris, where the potential clients ended up taking home, in line with their desires, customised and non-standardised furniture.

The pavilions designed by Toyo Ito (2002), and Alvaro Siza and Eduardo Souto de Moura (2005), in both cases with the collaboration of Cecil Balmond, for the Serpentine Gallery in London suggest non-standardised surfaces. In the former case, the construction's casing is made up of a web of flat structural steel pieces in varying thicknesses and L-shaped profiles 0.55 m in height that were welded in advance for assembly on the site. The web, consisting of a myriad of seemingly randomly intersecting lines, configures a pattern of triangular and trapezoid forms, all different from each other, with are filled with aluminium panels and glazed surfaces [f]. In the second case, the pavilion's undulating form is made up of a non-uniform grid of laminated planks of fir timber, with differing degrees of inclination and varying in size from 1 m to 1.5 m, jointed together with mortise and tenon joints. The result is a non-standardised alveolar structure [g].

For Carpo[15], the modern digital technologies – which include the creation of an anonymous encyclopae-



(e)

(f)

(g)

vanece. A tendência é para a customização do produto final de modo a atender-se aos requisitos e desejos expressos pelo consumidor, como sucede na construção de paredes de alvenaria de tijolo feitas por Gramazio-Kohler, na ETH de Zurique, a partir de controlo robótico, ou ainda da adega de Bearth-Deplazes, pelos mesmos autores, em Gantenbein, Flaesch, Suiça, em 2006.

Percussoras deste "movimento" são as "mesas projectivas" concebidas por Bernard Cache em 2005 e apresentadas no Centre Pompidou em Paris, onde os potenciais clientes acabavam por levar para casa, em consonância com os seus desejos, mobiliário customizado não estandardizado.

Também os pavilhões de Toyo Ito, bem como de Álvaro Siza e Eduardo Souto de Moura, conjuntamente com Cecil Balmond, para a Serpentine Gallery de 2002 e de 2005, em Londres, sugerem superfícies não padronizadas. No primeiro caso, a envolvente construtiva é constituída por uma rede de peças estruturais de aço planas com diferentes espessuras, bem como por perfis em I de 0,55 metros de altura, previamente soldadas para montagem em estaleiro. Aquela rede, estabelecida por uma miríade de linhas que se intersectam de forma aparentemente aleatória, configura um conjunto de formas triangulares e trapezoidais, todas diferentes, que são preenchidas com painéis de alumínio e superfícies envidraçadas [f]. No segundo caso, a forma ondulada do pavilhão, é constituída por uma grelha, não uniforme, de peças de madeira de abeto laminadas, com diferentes inclinações, cujas dimensões variam de 1 metro a 1,5 metros, unidas por juntas macho-fêmea, resultando numa estrutura alveolar não padronizada [g].

Para Carpo[15], as modernas tecnologias digitais, entre as quais se contam a formação de uma enciclopédia anónima, como é o caso da *Wikipedia*, a utilização de *open source software*, ao qual e cada qual tem acesso indiscriminado, bem como a utilização de *cloud computing*, onde as capacidades de armazenamento e de cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados

30 SER DIGITAL BEING DIGITAL

FIG 164. página 30 de *Digital Turning, uma mudança de direcção de direcção*, Mário Kruger, JA244

da concepção do conceito original, como da inter-relação de todo o processo"[101].

101. Ibidém, p.30

LII

Entrando finalmente na análise dos conteúdos de *Ser Digital* (JA244), parece necessário aceitar que *"'ser ou não ser' digital deixou de ser uma questão de opção"*[102] face à inevitável transformação contemporânea. Mário Kruger, autor de *Digital Turning: uma mudança de direcção*, faz-nos o cronograma recente destas transformações, defendendo a crescente interatividade entre utilizador e software, culminando em mais um exemplo que usa Siza como objeto de estudo: a tese de José Pinto Duarte, apresentada em 2001 no MIT, que usa as Casas da Malagueira, em Évora, para o desenvolvimento da personalização da habitação em série, *"construindo para o efeito uma gramática da forma"*[103]. Exemplos como este, com validade comprovada inclusive pelo próprio autor da obra, permitem perceber como é possível mimetizar o processo artesanal, sem com isso lhe retirar qualquer valor.

102. KRUGER, Mário - *Digital Turning: uma mudança de direcção*. JA. Nº244 (2012), p.27

103. Ibidém, p.27

LIII

Outro dos temas apresentados é a ligação do digital aos processos de fabricação por prototipagem rápida. Neste campo, onde se inserem exemplos como os pavilhões de Toyo Ito, Álvaro Siza e Souto de Moura, para a Serpentine Gallery de 2002 e 2005, *"graças à moderna tecnologia robótica, a tradicional separação de quem concebe um projeto e quem o executa desvanece-se"*[104], permitindo um absoluto controlo sobre a qualidade do produto final.

104. Ibidém, p.29-30

LIV

Diz Marcos Cruz, no último artigo relevante para o tema que *"o pós-digital aproxima o criador, que pensa o espaço, do artesão, que o materializa através da produção digital da máquina, numa forma de controlo muito directa sobre a execução material."*[105] Marcos Cruz traz também o valor do desenho novamente para a discussão, relacionando-o com a representação da arquitetura, mais do que com o processo criativo. O artigo apresenta a ideia de que o projeto, por si só, como obra (ainda) não realizada, beneficia do uso do digital como ferramenta de representação, conferindo-lhe características de *"realidade virtual"*[106]. Há nas ideias do autor uma associação entre o valor do desenho como obra de arte, o valor artesanal, e o valor digital, facilitando a validação

105. CRUZ, Marcos; SILVESTRE, Bruno (recolha e edição) - *A Arquitectura é lenta a absorver novos Conceitos*. JA. Nº244 (2012) p.34

106. Ibidém, p.34

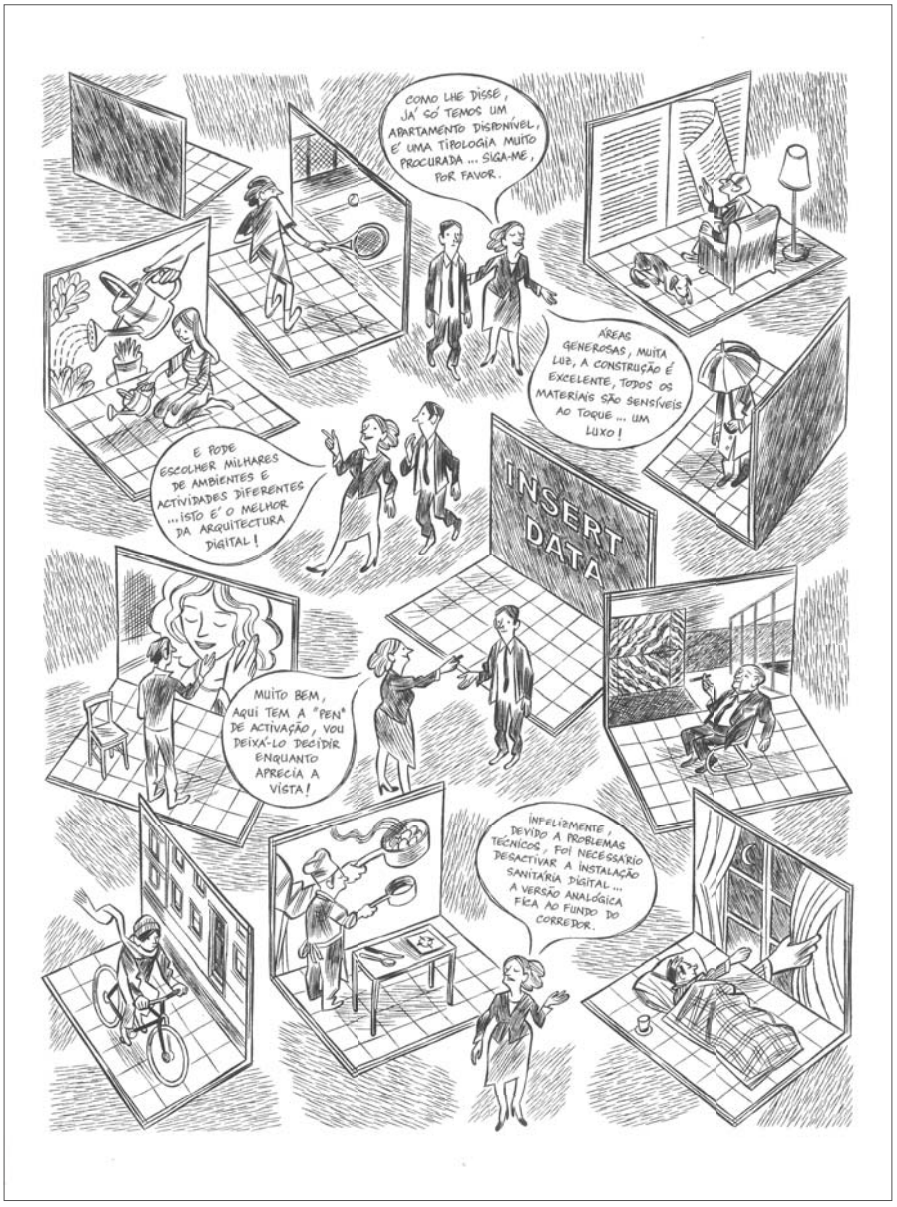


FIG 165. Crónica Desenhada "Ser Digital", Pedro Burgos - JA244

e discussão da obra, mesmo quando esta prescinde de uma condição física, o que é cada vez mais frequente numa época economicamente frágil à qual acresce a facilidade de divulgação mediática. Marcos Cruz defende ainda que o digital pode diluir as diferenças entre arquiteto e cliente, facilitando a leitura do que era antes um desenho para muitos abstrato, e transformando-o num meio de comunicação efetivo. LV

Se voltarmos a 2000, quando Manuel Taínha afirma que "*na concepção, primeiro é o acto [...] depois é a linguagem*"[107], podemos concluir como essa premissa não tem que ser necessariamente verdadeira, já que o 'standard' e o 'digital' permitem precisamente que a procura da linguagem esteja associada diretamente ao ato, unindo-os e dando-lhes mais coesão. Entende-se desta leitura do *J.A.* que o caminho da arquitetura contemporânea terá que integrar alguns valores que parecendo ir contra o tradicional/artesanal, podem melhorá-lo e torná-lo mais simples, desde que a premissa principal de qualquer obra seja a prevalência da qualidade global. Regressando a Kruger, "*será que estamos num turning point, em relação à concepção e prática da arquitectura (...)*?"[108] LVI

107. TAÍNHA, Manuel - *Dificuldades conceptuais*. JA. Nº198 (2000), p.21

108. KRUGER, Mário - *Digital Turning: uma mudança de direcção*. JA. Nº244 (2012), p.31

PROJECTOS

POETIZAR A POBREZA

POR **NUNO GRANDE**
ARQUITECTO, DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DOIS EXTREMOS QUE SE TOCAM

Ultimamente, venho deparando-me com duas vias de investigação recorrentes, propostas em teses de Licenciatura ou de Mestrado, no Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, onde lecciono: por um lado, o desejo de perceber o modo como a globalização cultural e o capitalismo tardio influenciam a produção arquitectónica contemporânea, e sobretudo o percurso dos arquitectos do *star-system*; por outro, o modo como nos países em vias de desenvolvimento, arquitectos "alter-globais" vêm introduzindo soluções de *habitat* adaptativas, evolutivas e "sustentáveis" para as populações mais desfavorecidas.

Essas visões extremadas do trabalho do arquitecto – em grande parte provocadas pela recente crise global – geram debates acesos na cultura arquitectónica contemporânea, contagiando opções científicas, vias pedagógicas, discursos críticos e linhas editoriais. Veja-se como o *JA* trata agora algumas dessas dicotomias, abordando temas sérios a partir de ditames típicos do senso comum ou da gíria jornalística – "ser populista", "ser rico", "ser pobre"...

Sabemos, e sabem-no certamente os actuais editores do *JA*, a inoperância crítica de dividir o mundo entre "preto e branco", "bons e maus" ou "ricos e pobres", na procura de uma qualquer "moral" contemporânea. "Não há bela sem senão", para continuarmos nessa gíria.

Na verdade, e se a produção do *star-system* se tornou, hoje, num produto financeiro e cultural globalizado – ou num "activo tóxico" na denominação irónica de Jorge Figueira publicada no número anterior –, a apologia acrítica do seu pretenso "oposto" – uma arquitectura de autor de cariz paternalista e assistencial para regiões deprimidas – pode, também ela, tornar-se numa discutível forma de "estetizar" ou de "poetizar a pobreza", como lembrava, com propriedade, o arquitecto chileno Alejandro Aravena, numa entrevista recente (*Público*, 9 Set. 2009).

Na verdade, Aravena vem tentando explicar, atónito, de que forma é que o projecto que desenvolveu com o seu colectivo *Elemental*, no Chile – um conjunto de habitações mínimas, "em aberto", que os habitantes se encarregam de edificar ao longo do tempo –, se converteu, de repente, num exemplo "politicamente correcto", advogado um pouco por todo o mundo. Paradoxalmente, uma solução alter-global, encontrada para uma determinada região ou população, vê-se agora globalizada, enquanto solução redentora para qualquer "ponto negro" urbano, ou enquanto tábua de salvação das consciências políticas mais hipócritas.

Convirá lembrar que o tema não é novo: desde a década de 1960, numa reacção à crise do Funcionalismo Moderno, vários foram os que pugnaram por uma "arquitectura sem arquitectos" – título da exposição comissariada por Robert Rudofsky no MoMA, em 1964 – ou que se envolveram, de forma activa, na defesa das "cidades informais" da América Latina, procurando operar segundo as suas lógicas autodeterminantes – vejam-se os casos do britânico John Turner, nas *barriadas* de Lima, ou de Carlos Nelson dos Santos nas *favelas* do Rio de Janeiro. Entre nós, a mesma visão presidiu à formulação do Programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), logo após a Revolução de 1974, com o qual Nuno Portas procurou resolver a "urgência" habitacional nos principais meios urbanos.

Com todas essas experiências anteriores, aprendemos que "cada caso é um caso" (uma das defesas pós-modernas) e que aos grandes paradigmas formais devemos preferir, antes de mais, soluções processuais e metodológicas, compreendendo os fenómenos urbanos autóctones e fornecendo espaços e serviços mínimos (*site & service*) a partir dos quais as populações possam decidir sobre a sua própria organização colectiva.

Na cultura contemporânea, pós-ideológica, em que o todo parece estar acima das partes, a imagem acima dos métodos, e o resultado acima dos processos, a apologia já não é, hoje, a de uma "arquitectura sem arquitectos", mas a do "arquitecto apesar das arquitecturas" ou a do "autor apesar da obra", algo que de um modo global se estende do Primeiro ao Terceiro Mundo. No final de contas, olhando essa fina superfície mediática que envolve a arquitectura, já nada parece distinguir o *glamour* global de Frank Gehry, do de Alejandro Aravena, tal como, no cinema, já nada parece diferenciar a *Cidade de Deus* filmada por Fernando Meirelles, da Bombaim retratada em *Quem quer ser milionário* de Danny Boyle – a "poetização da pobreza" no seu estado mais puro e pueril.

CINCO PROPOSTAS POVERAS

Serve esta reflexão para introduzir os cinco projectos publicados nesta edição do *JA*, sob a designação de "ser pobre", procurando perceber até que ponto estes encaram muitas das metodologias e dos resultados descritos anteriormente. Os casos contemplados englobam áreas urbanas em processo de reabilitação, entre bairros sociais no Porto (cidade dominante nesta selecção), e uma velha *"finca"* no centro histórico de Cádiz.

Os projectos portugueses têm origem em programas públicos de realojamento social ou de requalificação urbana, lançados na década transacta, e prosseguidos pelo actual executivo autárquico portuense, através de duas empresas municipais (GOP e Domus Social), numa metodologia baseada em projectos próprios ou no alargamento da encomenda, por concurso limitado, a equipas exteriores.

Assim, o conjunto projectado por Carlos Veloso na Travessa de Salgueiros, zona da Lapa, inscreve-se no programa PER (Plano Especial de Realojamento) e procura colmatar uma situação de "traseira urbana" onde persistem necessidades habitacionais prementes. Este projecto, vizinho do conjunto da Bouça, de Álvaro Siza, incluído no SAAL de 1974/75 (e só recentemente completado), retoma alguns dos temas discutidos nessa época, pelo activismo arquitectónico portuense, em torno da necessidade de plasmar o novo *habitat* no tecido urbano preexistente, de modo a "cerzi-los".

De forma distinta, os três restantes casos portuenses englobam situações de reabilitação de bairros camarários isolados, construídos entre as décadas de 1950 e 1970, fora do tecido histórico da cidade. Estes projectos procuram operar, não apenas sobre os blocos de habitação existentes, mas também, e com particular ênfase, nos espaços públicos intersticiais. Neste sentido, as propostas de Inês Lobo para o Bairro Municipal Rainha D. Leonor e da empresa municipal Domus Social para o bairro de Pio XII melhoram as condições de isolamento térmico, de fenestração e de ventilação dos edifícios, complementando a aposta no desenho de arruamentos, pracetas, muros e entradas nos diferentes lotes, cuja requalificação sistematizada permite vincar e clarificar o próprio plano de conjunto.

O novo traçado dos espaços públicos do bairro Pio XII e do bairro de Contumil (estes integrados no programa URBAN II) são da autoria de Cristina Guedes e Francisco Vieira de Campos (colectivo Menos é Mais), e resultam de uma aturada investigação e adaptação de um único elemento modular em betão pré-fabricado, a todas as situações programáticas requeridas. Trata-se de uma solução que evita o *"over-design"* – tão em voga hoje no desenho urbano – demonstrando como, neste caso, "menos" pode ser também "tudo".

Por fim, apresenta-se a reabilitação de um lote residencial no bairro de El Pópulo de Cádiz, da autoria de MGM Arquitectos, colectivo espanhol que, partindo de uma idêntica utilização "minimal" de materiais e texturas, procura obter um máximo de efeitos plásticos – aqui gerados por um jogo de "planos-portadas" móveis, os quais, mediante o uso quotidiano dos seus habitantes, transmutam a aparência dos espaços que lhes são comuns.

Concluindo, podemos afirmar que todas estas propostas apostam em princípios *poveros*, no sentido da simplificação e da economia de meios, soluções e materiais utilizados. Não desenvolvem, ainda assim, a apologia demagógica de uma "arquitectura para pobres", nem procuram tornar o seu "gesto" arquitectónico numa solução paternalista de autor. Aqui, de novo, "cada caso é um caso".

Estes criadores actuam nessa fronteira difícil e insondável, onde termina o programa e começa o projecto, onde acaba o especialista e começa o cidadão. Encontram, nessa postura, uma nova condição social para o exercício do arquitecto – talvez a única possível, hoje em dia: a de um arquitecto que evita, antes de mais, "ser maniqueísta". Eis, aqui, um bom tema de reflexão para um próximo número do *JA*. |

FIG 166. página 43 de *Poetizar a Pobreza*, Nuno Grande, JA236

VALORES: "MAIS ESTÉTICOS E MAIS ÉTICOS"*?

*adaptação do título da 7ª Bienal de Vezena, "*Cidade: Menos Estética, Mais Ética*", usada também por CORREIA, João Miguel Amaro – *A Arte do Possível – Arquitectura Hardcore*. JA. Nº205 (2002), p.50-51

"Na verdade, e se a produção do star system se tornou, hoje, num produto financeiro e cultural globalizado – ou num 'activo tóxico' (...), a apologia acrítica do seu pretenso 'oposto' – uma arquitectura de autor de cariz paternalista e assistencial para regiões deprimidas – pode, também ela tornar-se numa discutível forma de "estetizar" ou de 'poetizar a pobreza'"[109].

109. GRANDE, Nuno – *Poetizar a Pobreza*. JA. Nº236 (2009), p.43

LVII

O valor estético, associado aos problemas de gosto, à ditadura do mercado e à cultura do arquiteto-autor é, como prova aliás todo o discurso decorrido anteriormente, uma constante no inventário dos grandes temas do *J.A.* e, por isso, é quase irrelevante atribuir-lhe uma temporalidade, já que está constantemente presente, sem um início ou fim específicos.

LVIII

Ainda assim, logo em 2000, Nuno Teotónio Pereira dá o seu contributo escrevendo *A Arquitectura Manipulada, Hoje como Ontem ou da Ditadura do Regime á Ditadura do Mercado* (JA198). Abordando um tema aqui também presente sob o signo da 'IDENTIDADE', aquilo que chama de "*década negra da arquitectura portuguesa*"[110], ou de como o Estado Novo salazarista controlou a produção cultural em território nacional, fazendo dela um meio de doutrinar ideologicamente a sociedade, garantindo a superioridade do regime. Este controlo e maneio da arquitetura servem então de fundo para que o autor lance o tema contemporâneo: um outro tipo de manipulações que já não derivam do estado mas "*antes resultam de mecanismos mais subtis, mas implacáveis, enredados nas teias do mercado imobiliário*"[111]. E se o 'português suave' não fez jus à qualidade da arquitetura que poderia ter despoletado com o moderno, ter uma 'máquina' que dita o que pode ou não pode fazer o arquiteto com base em políticas de gosto do senso comum, também não o fará! A única maneira, apontada aliás pelo artigo, que se parece afigurar para escapar a esta nova 'ditadura', é a arquitetura de autor, que vai "*pontuando um território inundado pela mediocridade*"[112]. Parece então haver alguma urgência em unir a classe e tomar medidas. "*Pelo menos resistir, tentar persuadir e, quando possível, recusar*"[113]. Como é

110. PEREIRA, Nuno Teotónio – *A Arquitectura Manipulada, Hoje como Ontem ou da Ditadura do Regime à Ditadura do Mercado*. JA. Nº198 (2000), p.48

111. Ibidém, p.49-50

112. Ibidém, p.50

113. Ibidém, p.50

defendido ainda neste número, mesmo que o arquiteto cuja linguagem é reconhecida universalmente garanta o seu papel fora da 'ditadura do mercado', este é um modelo *"desde logo ilusório quanto ao prazo, número e razão dos lugares ao sol disponíveis"*[114]. LIX

114. BARATA, Paulo Martins Barata - *O Táxi de Malpensa*. JA. Nº198 (2000), p.23-24

No entanto, é preciso entender que a cultura do arquiteto-autor não encerra apenas em si este lado perverso. Em 2003, quando Jorge Nunes escreve *Jet Lag* (JA210), explica que a origem do chamado 'star-system' tem o seu pico de materialização nos anos 90, *"num cenário onde a arquitectura estava cada vez mais internacionalizada"*[115], e onde eram os próprios países os interessados em colecionar obras de autores de elite. Parafraseando Jorge Nunes, é neste contexto que aparecem Siza, Moneo, Ando, arquitetos preocupados com encontrar *"formas credíveis de actuação"*[116], intitulados depois como fundadores do 'Internacionalismo crítico'. Importa por isso sublinhar que a procura de uma imagem reconhecível não tem necessariamente que associar-se a estetizações vazias de significado ou à 'forma pela forma'. Podem manter-se na obra outros valores mesmo que o arquiteto procure *"a sua constituição baseada na sua reprodução comunicável"*[117]. LX

115. NUNES, Jorge - *Jet Lag*. JA. Nº210 (2003), p.18

116. Ibidém, p.18

117. Ibidém, p.18

Mais pessimista que Jorge Nunes é Philippe Trétiack, quando no número seguinte afirma que *"o problema é que os arquitectos devem lutar contra isto"*[118]. *Da Utilidade de Ser Inútil* (JA211), posiciona o arquiteto como vítima de um paradoxo: se por um lado deve resistir ao 'mandamento' da imagem (o 'isto' a que se refere), por outro deve aceitar que manter a arquitetura viva significa usar o seu poder (a sua imagem) para que ela esteja na ordem do dia e se cultive no senso comum. Poder este que assenta também, fundamentalmente, na divulgação destas imagens, divulgação essa sustentada por *"mecanismos de circulação que se apoiam num marketing mais ou menos agressivo"*[119], e sobre os quais se centra Manuel Graça Dias, assinando no número seguinte *Uma Chance Maior* (JA212). LXI

118. TRÉTIACK, Philippe - *Da utilidade de ser inútil*. JA. Nº211 (2003), p.95

119. DIAS, Manuel Graça - *Uma chance maior*. JA. Nº212 (2003) p.16

Quando em 2004 escreve *A arquitectura está condenada a ser sempre contemporânea* (JA216), a propósito da temática dos concursos de arquitetura, Gonçalo Byrne posiciona a problemática no papel do

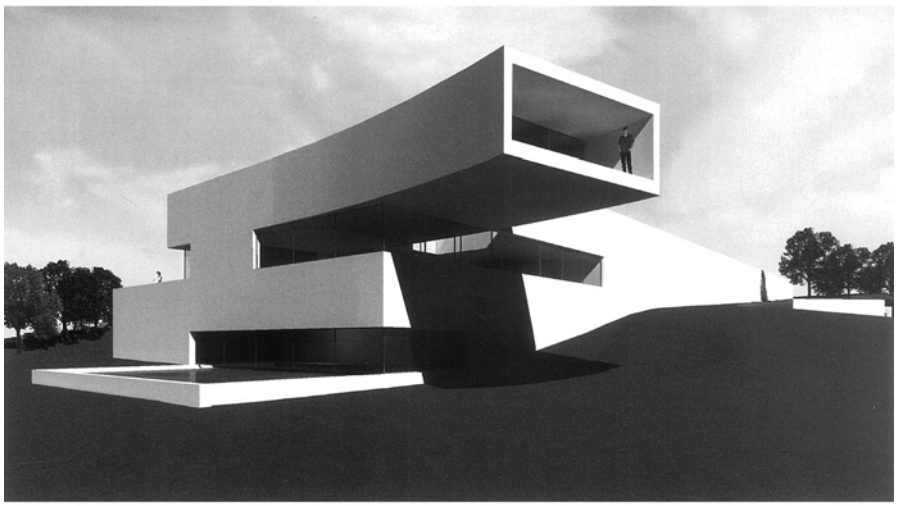


FIG 167. Casa para Cristiano Ronaldo, Eduardo Souto de Moura, Benavente, 2006/2007 - JA235

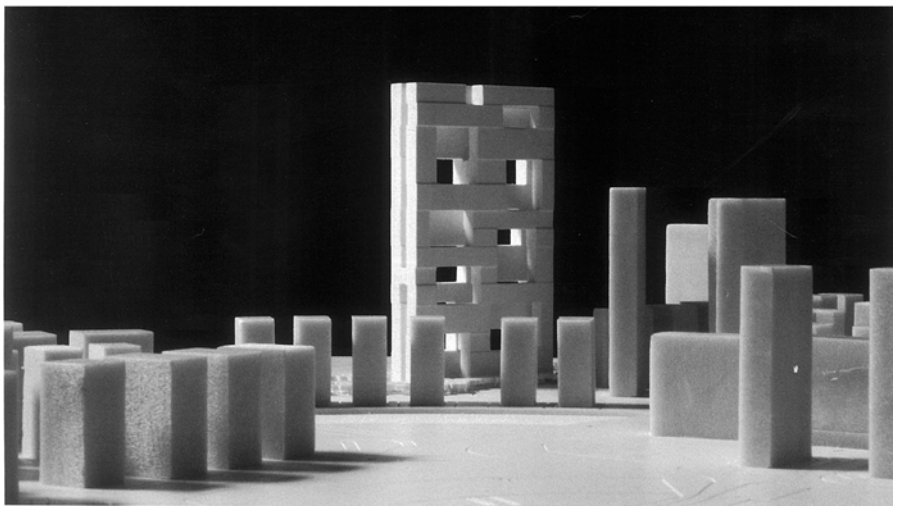


FIG 168. Edifício Multifuncional, Dubai, 2006, Aires Mateus - JA235

mercado imobiliário, cujo promotor parece acreditar que "*a arquitectura é um instrumento para fazer dinheiro, portanto, o 'cifrão' está antes da arquitectura*"[120], e, por isso, reconhece a autoria como uma aposta segura. Segundo a artigo, "*uma boa obra é sempre muito mais importante do que um autor*"[121], e por isso é preciso que a arquitetura perceba que não pode render-se unicamente à imagem, mas tem sim de voltar a integrar valores que se tornaram periféricos. LXII

120. BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (entrevistador) ; NUNES, Jorge (entrevistador) – *A arquitectura está condenada a ser sempre contemporânea.* JA. Nº216 (2004), p.15

121. Ibidém, p.15

Esta associação da arquitetura a valores económicos e imobiliários é depois tema fortemente explorado, em 2009, com *Ser Rico* (JA235), onde o investimento privado, assim como as suas políticas de gosto, têm destaque. Duma leitura global, pode retirar-se uma ideia fundamental: o valor estético, regulado por quem dispõe do capital bruto, é, na maior parte das situações, gerador de uma arquitetura trivializada. Esta ideia é assim suportada por vários artigos: em primeiro lugar, *As Cores do Granito*, editorial onde o autor considera que para essa mesma classe existe apenas uma "*paixão por referências 'neo-clássicas' de pacotilha [...] no campo doméstico, metamorfoseando-se em grandes apreciadores de transformers de vidro 'modernos', quando se passa para a escala dos edifícios empresariais*"[122]; seguindo-se-lhe, *O Rico Português ainda não percebeu que a Contemporaneidade também toca à Arquitectura*, cujo título fala por si; e, por fim, *A Arquitectura Tóxica*, que posiciona a arquitetura da globalização no seu extremo, o da riqueza desmesurada, citando exemplos da realidade portuguesa como a Casa de Souto de Moura para Cristiano Ronaldo e o projeto no Dubai dos arquitetos Aires Mateus, afirmando que "*jogar num mercado com tantos valores tóxicos pode intoxicar, é claro*"[123]. É com base nestas premissas que começa a parecer urgente virar a situação, convencer promotores a arriscar, porque o "*crivo da rentabilização*"[124] não tem necessariamente que passar pelo 'crivo da mediocridade'. LXIII

122. DIAS, Manuel Graça – *As Cores do Granito.* JA. Nº235 (2009), p.3

123. FIGUEIRA, Jorge – *A Arquitectura Tóxica.* JA. Nº235 (2009), p.43

124. BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (recolha e fixação de texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto) – *O Rico Português ainda não percebeu que a Contemporaneidade também toca à Arquitectura.* JA. Nº235 (2009), p.16

Temporalmente, seguem-se a estas ideias *Ser Belo* (JA241), editado no final de 2010, que sublinha a importância da discussão da beleza enquanto valor da arquitetura. Várias são as possíveis interpretações do tema e por isso, de forma sumária, se descreve aqui aquilo que se depreende da sua análise. Partindo do pressuposto que sobre a beleza

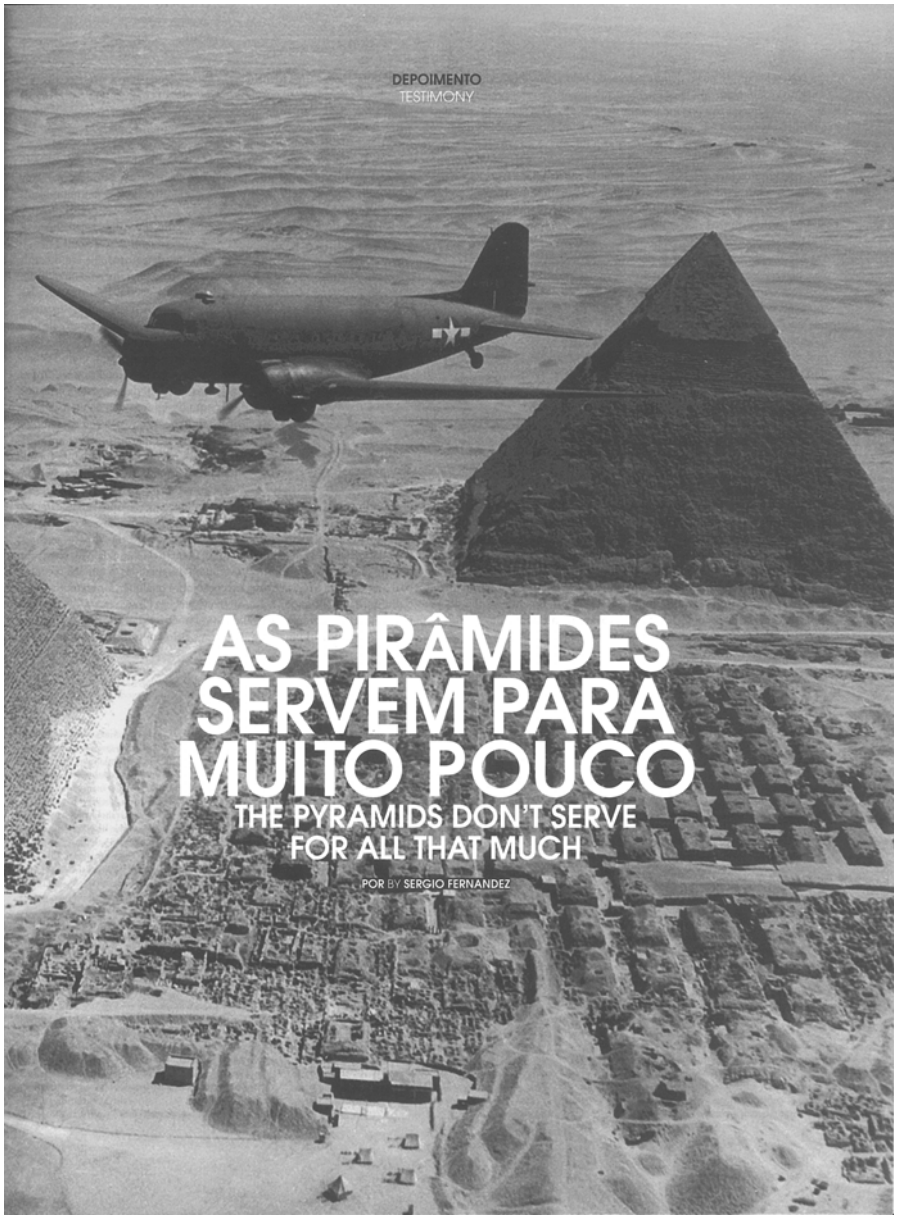


FIG 169. página 89 de *As Pirâmides servem para muito pouco*, Sergio Fernandez, JA241

pouco acordo será possível criar-se, Graça Dias cita, logo na abertura do número, Le Corbusier: "*A arquitectura existe quando há emoção poética.*"[125]. Ideia esta que é complementada por Teresa Gouveia, que aconselha "*a expressão emoção estética ou, simplesmente, emoção, para caracterizar e descrever a experiência sensorial suscitada pelo objecto artístico*"[126]. O contributo de Sergio Fernandez aparece como o mais relevante. No depoimento que faz em *As pirâmides servem para muito pouco*, o autor associa inevitavelmente beleza e arquitetura, já que para ele nem toda a construção é arquitetura, e quando tem condições para o ser, garantirá, à partida, a ligação ao domínio do 'belo'. Associa também intencionalidade com beleza, desvalorizando o acaso, que ilustra com a Casa da Música, no Porto, questionando o seu desenho interior condicionado por 'sobras', como ele mesmo lhes chama. E se existe sempre no ato do arquiteto a procura da beleza como fim maior, essa procura "*não deverá conduzir à prevalência de meros formalismos*"[127]. LXIV

Perante todos estes aspetos (mercado, autor, linguagem, beleza, etc.), aparenta estar esquecido o valor 'social' da arquitetura. Mas, embora com menos expressão, em paralelo a estes dados, vão surgindo outros mais relacionados com a preocupação coletiva face, principalmente, à crise económica. Esta responsabilização, pode, em primeiro lugar, ligar-se à ética da própria profissão, que deve responder às exigências do cidadão que "*quer as garantias do profissionalismo de protecção contra o abuso, a ineficácia, as ameaças à sua segurança, ambiente e identidade. Quer ter informação técnica e científica, opinião fundamentada quanto ao ambiente da sua vida.*"[128] O próprio arquiteto deve equilibrar autoria e responsabilidade social, valor comercial e valor social, praticando, se necessário, "*a autoria qualificada e responsável, por si e pelos diálogos que sabe inteligentemente estabelecer com o meio*"[129]. Meio esse que começa a exigir um 'discurso ecológico', um "*contraponto mais mediático a esta arquitectura tóxica*"[130], onde a sustentabilidade parece começar a ter uma palavra a dizer. A materialização destas ideias dá-se fundamentalmente com *Escassez* (JA223) passando pontualmente por *Tempo* (JA229) e terminando com *Ser Pobre* (JA236). LXV

125. CORBUSIER, Le - *Vers une architecture*. Cit. por DIAS, Manuel Graça - *Do Minotauro Branco*. JA. Nº241 (2010), p.3

126. GOUVEIA, Teresa Patrício - *O Rosto de Anna Magnani*. JA. Nº241 (2010), p.39

127. FERNANDEZ, Sergio; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto) - *As pirâmides servem para muito pouco*. JA. Nº241 (2010), p.91

128. BRANDÃO, Pedro - *Crepúsculos da Ética? I*. JA. Nº198 (2000), p.52

129. PEDROSA, Patrícia Santos - *Desejo e Persistência ou da pouca linearidade do Fazer Arquitectónico*. JA. Nº215 (2004), p.69

130. FIGUEIRA, Jorge - *A Arquitectura Tóxica*. JA. Nº235 (2009), p.43

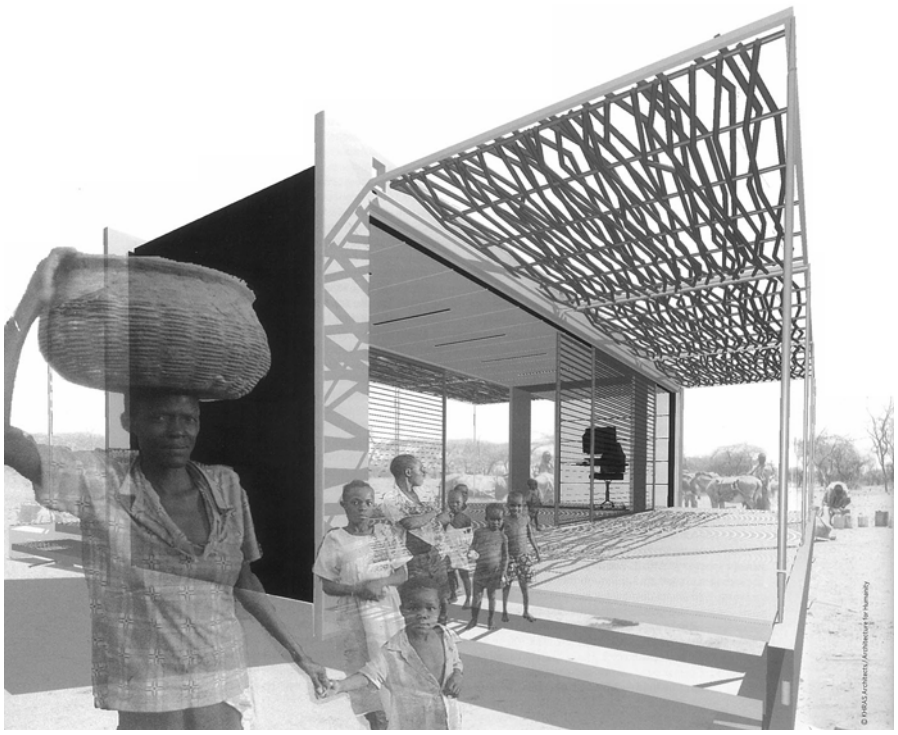


FIG 170. Concurso para Clínicas Móveis para a África Sub-Sahariana, 2002; KHRAS Architects (Virum, Dinamarca) 1º Prémio - *Espero que seja uma longa lista...*, Cameron Sinclair, JA223

Escassez, de 2006, traz consigo *Le temps du monde fini commence* (JA223), escrito por João Belo Rodeia, e que é talvez de todos os artigos considerados, o mais amplo e assertivo quando se trata de definir a escassez, ou a 'finitude' como lhe chama, reconhecendo que esses princípios, não sendo uma completa novidade contemporânea, impõem uma mudança de visão dos factos: se ainda recentemente se fazia a apologia do progresso e do crescimento desmedidos, defende que "*este 'sempre mais' vem aprofundando um caminho que poderá conduzir-nos à regressão, senão mesmo ao colapso civilizacional*"[131]. Defende também "*ideologias de sustentabilidade*"[132], que apesar de terem ainda uma materialização incerta no campo de ação do arquiteto podem "*alimentar a sua capacidade e imaginação prospectivas e, até mesmo, recentrar a sua profissão*"[133], fomentando também uma ampla consciência social e transformando assim o arquiteto num personagem capacitado para intervir mesmo sob circunstâncias desfavoráveis, capaz de tornar operativos princípios vernaculares, "*tendo a finitude como fonte permanente de aferição e de estímulo*"[134].

131. RODEIA, João Belo – *Le temps du monde fini commence*. JA. Nº223 (2006), p.18

132. Ibidém, p.19

133. Ibidém, p.18

134. Ibidém, p.19

Aberto o tema com estes pressupostos gerais, aparecem dois exemplos concretos de intervenção. O contributo de Cameron Sinclair, embora descrevendo um cenário internacional, mostra, num registo simples e descritivo, como a arquitetura pode associar-se a questões humanitárias. No seu artigo, *Espero que seja uma longa lista...* (JA223), fala como fundador da Architecture For Humanity, nascida em 1999, organização que tem como objetivo "*pensar a arquitectura e o design para comunidades que deles necessitam, em cenários de crise humanitária*"[135]. Ao mesmo tempo que explica o seu rápido crescimento, dá exemplos especialmente mediáticos desse processo como o *Concurso de ideias para Centros de Saúde Móveis para o Combate contra o HIV/a SIDA na África Subsahariana,* lançado internacionalmente em 2002, OUTREACH, que teve uma imensa resposta, eventualmente reflexo de uma preocupação social crescente na classe dos arquitetos: "*responderam 1400 arquitectos e designers, profissionais de medicina e estudantes de mais de 50 países*"[136]. Ainda assim, e apesar de Sinclair apontar a falta de esclarecimento sobre o papel do arquiteto naquela situação específica como um dos fatores

135. SINCLAIR, Cameron – *Espero que seja uma longa lista...* JA. Nº223 (2006) p.20

136. Ibidém, p.24

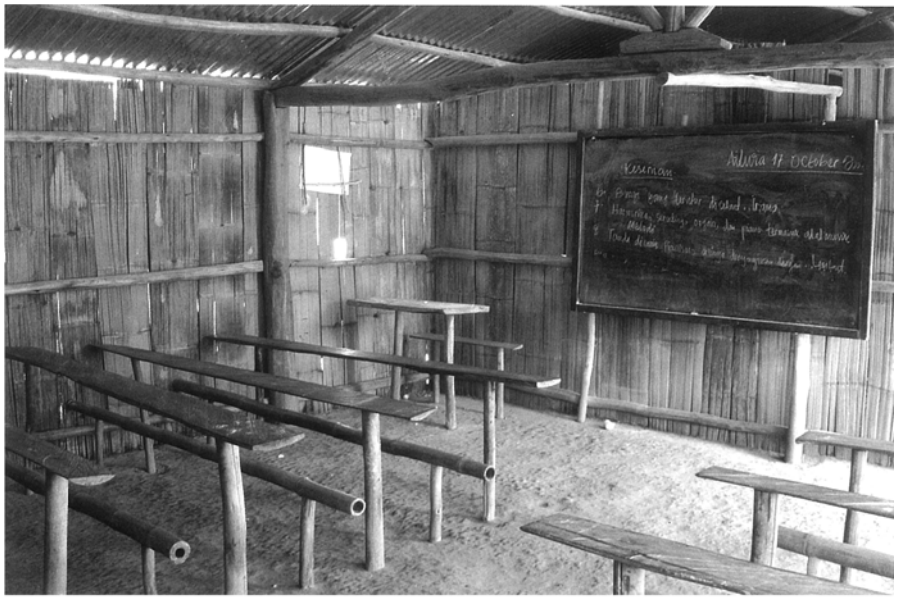


FIG 171. Interior da Escola Primária Pré-Existente em Estado Aitura, Ermera - *Trabalhar a Escassez em Timor Leste*, Maria Moita, JA223

FIG 172. Nova Escola Primária em Waibaba, Suai - *Trabalhar a Escassez em Timor Leste*, Maria Moita, JA223

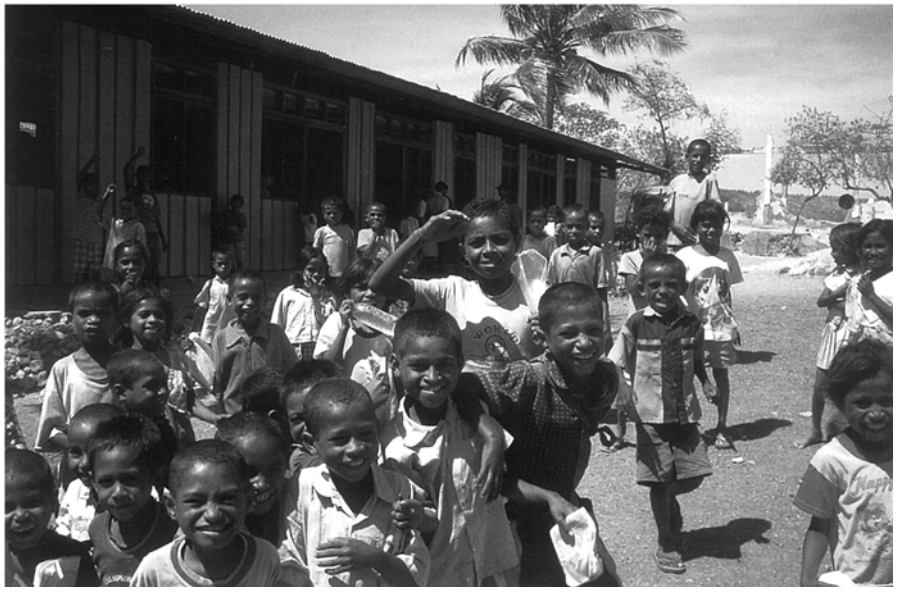


FIG 173. Crianças à saída da Escola - *Trabalhar a Escassez em Timor Leste*, Maria Moita, JA223

de insucesso da materialização da proposta, o expansivo crescimento da organização faz dela, segundo o autor, "*uma organização orientada para o projecto*"[137]. LXVII

137. Ibidém, p.27

A este contributo soma-se ainda um mais caro ao contexto português, envolvendo uma arquiteta lusa. Maria Moita participa assim com um relato da sua experiência em Timor-Leste, inserida no programa *Emergency School Readiness Project*, com início em 2000 e com a recuperação prevista de cerca de 500 escolas, melhorando assim as condições infra-estruturais do ensino naquele território. O conteúdo que realmente importa reter são as diferenças entre a prática da arquitetura num país desenvolvido ou ainda em desenvolvimento. Maria Moita aponta alguns aspetos fundamentais: "*o impacto que o projecto terá na comunidade local*"[138], o respeito pelas "*referências arquitectónicas, de raiz vernacular ou correspondentes a modelos importados*"[139] e a possibilidade de "*apropriação dos projectos pelos arquitectos timorenses*"[140], garantindo assim a instalação de modelos reproduzíveis e ajustáveis que deem continuidade a um bom projeto global. LXVIII

138. MOITA, Maria - *Trabalhar a Escassez em Timor-Leste*. JA. Nº223 (2006), p. 31

139. Ibidém, p.31

140. Ibidém, p.34

A consecutiva publicação de *Tempo* (JA229), em 2007, vem completar a ideia da emergência da sustentabilidade com uma perspetiva de durabilidade e/ou flexibilidade do objeto arquitetónico. É Cristina Veríssimo quem questiona estas relações: "*Será que a consciência da sustentabilidade do planeta terá também um papel fundamental no futuro da nossa Arquitectura e no modo como encaramos a materialidade e os ciclos de vida dos nossos edifícios?*"[141] Tendo a construção como uma imensa fonte de contaminação ambiental, o artigo da autora explora alternativas para um futuro mais ecológico da arquitetura, sempre descartando o carácter eterno de qualquer edifício: seja com recurso ao mundo digital em expansão que pode possibilitar processos de fabrico mais rigorosos e menos desperdício, seja pela simples escolha de materiais mais duráveis ou menos poluentes, ou até mesmo controlando de forma rigorosa a eco-eficiência do edifício no que diz respeito, principalmente, às questões térmicas. LXIX

141. VERÍSSIMO, Cristina - *O Tempo e os Materiais da Arquitectura*. JA. Nº229 (2007), p.18

A discussão de valores que se podem considerar éticos ou morais na medida em que transcendem o valor da própria obra e se relacionam

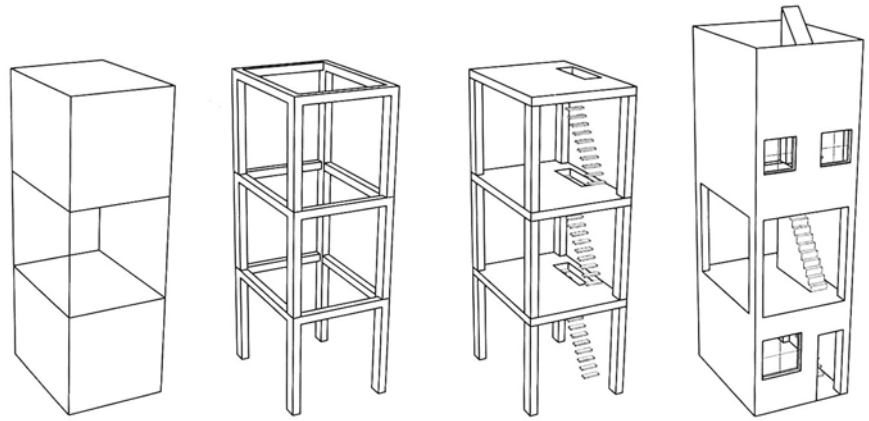


FIG 174. "Habitação Incremental", Dharavi, Bombaim, Índia - *Os Pobres Têm Sido os meus Professores*, Filipe Balestra, JA236

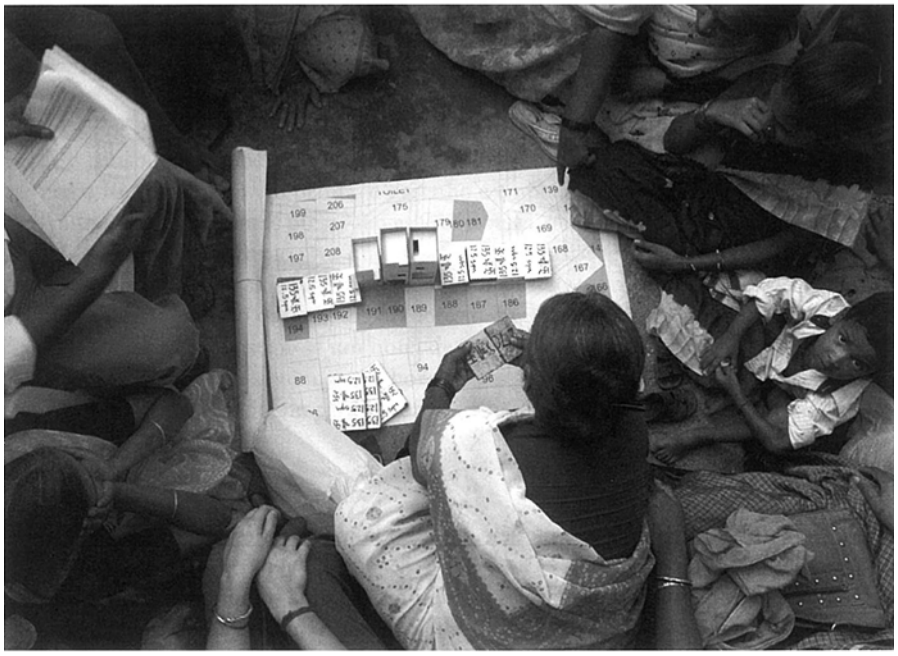


FIG 175. Workshop, Dharavi, Bombaim, Índia - *Os Pobres Têm Sido os meus Professores*, Filipe Balestra, JA236

FIG 176. "Habitação Incremental", Dharavi, Bombaim, Índia - *Os Pobres Têm Sido os meus Professores*, Filipe Balestra, JA236

com um respeito social, ambiental e/ou cultural culmina então, em 2009, com *Ser Pobre* (JA236). O próprio editorial, assinado por Graça Dias, reclama o direito a uma arquitetura de qualidade para todos, numa tentativa de melhorar uma Europa que é ainda "*demasiado assimétrica e triste para que cruzemos os braços*"[142].

142. DIAS, Manuel Graça - *Uma cidade democrática.* JA. Nº236 (2009), p.5

LXX

Pobreza e Arquitectura de Hans Frei é a contribuição que, de certa forma, lança o lema: "*pobreza como a base para uma nova política de arquitectura*".[143] Fazendo uma contextualização extensa sobre como a arquitetura moderna do século XX tomou a pobreza como tema, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento de habitação e acreditando no poder transformador e regenerador da arquitetura (já aqui vista sob o signo da 'HABITAÇÃO'), opõe-lhe, como consequência do fracasso de muitas dessas iniciativas, uma arquitetura que faz a espetacularização da forma, modelo esse bastante contemporâneo. Classificando esta arquitetura como 'implacável', e acusando-a de "*exclusão das condições precárias da sociedade*" [144], Hans Frei enumera arquitetos cujas soluções usam a arquitetura anónima dos pobres como 'inspiração' (onde inclui o português Álvaro Siza), defendendo com base nisso que a distinção entre ricos e pobres não deve contaminar a arquitetura e que a pobreza deve sim ser objeto de reflexão pública e alargada. De forma geral, o artigo propõe uma nova forma de pensar a arquitetura, renunciando a regra do espetacular, um processo contínuo que possa "*usar a noção de menos [...] para descobrir uma nova expressão da arquitectura*"[145], devolvendo a "*esperança das pessoas num mundo melhor*"[146].

143. FREI, Hans - *Pobreza e Arquitectura.* JA. Nº236 (2009), p. 101

144. Ibidém, p.106

145. Ibidém, p.109

146. Ibidém, p.109

LXXI

À semelhança do que tinha já acontecido no número 223, também este número traz um relato 'crítico' de uma experiência de trabalho em condições de carência. Desta vez é Filipe Balestra quem, em conversa com os editores Manuel Graça Dias e Ana Vaz Milheiro, fala da sua experiência na construção de uma escola no Brasil em parceria com uma ONG e, depois, a trabalhar na Índia num projeto de habitação evolutiva, concluindo da sua experiência que "*se a criatividade é filha da necessidade, há muito que aprender nestes lugares. Os pobres têm sido os meus professores.*"[147].

147. BALESTRA, Filipe; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) - *Os Pobres têm sido os meus Professores.* JA. Nº236 (2009), p.88

LXXII

Para terminar, Nuno Grande escreve *Poetizar a Pobreza*, uma apresentação breve dos projetos publicados onde, de forma muito sintética, equipara valores estéticos e valores éticos, que diz identificar como duas grandes tendências de investigação e interesse. Ao mesmo tempo que o *star-system* continua a sua viagem fulgurosa num mundo global onde os valores financeiros têm grande influência, a atenção dada por reconhecidos arquitetos a territórios de privação torna estes fenómenos equiparáveis, criando a filosofia que Grande chama de "*arquitecto apesar das arquitecturas.*"[148] LXXIII

148. GRANDE, Nuno – *Poetizar a Pobreza*. JA. Nº236 (2009), p.43

De alguma forma, os valores sociais e de intervenção parecem ser hoje um produto-tendência que acompanham de alguma forma os valores da forma e do gosto. Ideal seria que desenvolvessem uma relação profunda, e que a arquitetura deixasse de ser feita com um único destes propósitos. "*Afinal, o que é a arquitectura senão um instrumento para nos ajudar a viver vidas melhores?*" [149] LXXIV

149. BALESTRA, Filipe; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) – *Os Pobres têm sido os meus Professores*. JA. Nº236 (2009), p.92

© JOANA MELO

JA225
INFRA-ESTRUTURA
JA230
STANDARD
JA233
DESEJO
JA228
PÚBLICO
JA223
ESCASSEZ
JA222
PROGRAMA
JA226
ILEGAL
JA232
POLÍTICA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Pode argumentar-se que a história da arquitectura não se deve circunscrever a interpretações categóricas relativamente às obras, aos projectistas e às circunstâncias epocais que lhe são inerentes mas, ao invés, deverá abrir-se à multiplicidade de variáveis que estão na sua génese"[1]

1. MESQUITA, Marieta Dá cit. por DIAS, Manuel Graça - *Do Conforto como Economia* . JA. Nº243 (2011), p.3

O momento de partida para a conceção deste estudo resulta do estabelecer de um esforço para o entendimento e descodificação da cultura arquitetónica portuguesa no período compreendido entre 2000 e 2012. Não tendo como pretensão fixar uma história da arquitetura recente, usou-se o *J.A.* como um modo de garantir essa relação temática, fazendo uma leitura panorâmica dos acontecimentos em causa sob uma determinada perspetiva.

Esse olhar tem, obviamente, características próprias ditadas por projetos editoriais ou afinidades dos membros das diferentes séries. Como diz Manuel Graça Dias em *Ser Arquitecto* (JA245),os conteúdos produzidos pela revista são "*pequenos pedaços de um puzzle maior que talvez tenham podido contribuir para a compreensão/discussão da nossa condição de Arquitectos.*"[2] Assim, os 'pedaços' que geram este trabalho não ambicionam incluir o todo mas representá-lo da melhor maneira, com as suas próprias limitações.

2. DIAS, Manuel Graça - *Da Necessária Mudança.* JA. Nº245 (2012), p.3

A delimitação do tema, condicionada pela simples razão de que é a partir de 2000 (JA195) que o *J.A.* se torna plataforma de ensaios críticos e teóricos mais do que meio de divulgação de projetos[3], revelou-se, de várias formas, pertinente. A primeira, e aquela que já teria sido admitida como ponto de partida, é a coincidência desses 12 anos com a transição da arquitetura portuguesa de um estatuto de reconhecimento nacional e internacional para moldes opostos que a obrigam a confrontar-se com um cenário de crise. Se em 1986 Portugal faz a sua entrada na U.E., em 1992 Álvaro Siza conquista o primeiro prémio Pritzker português e em 1998 a 'Expo' coloca a arquitetura com grande fulgor na discussão pública, todos estes acontecimentos preparam um cenário de mediatização e reconhecimento que culminaria na viragem do século, apoiando-se ainda em iniciativas posteriores como sejam o Porto 2001 ou o Programa Polis. Hoje, volvida mais de uma década, instalada uma profunda crise económica, cultural e social, a arquitetura vê destituídas condições para a consolidação da prática através da obra, onde pouco resta além do desejo de mudança de muitos ou a inevitável internacionalização, que ultrapassa muito a ação em outros territórios, implicando graves vagas de migração. Com efeito, encontrou-se um tempo em que todas as dimensões da sociedade portuguesa admitiram transformações, inevitavelmente correlativas, marcantes e definidoras daquilo que será o futuro da nossa cultura.

A escolha do *J.A.* como objeto de estudo ganha valor acrescido, já que, ao referir-se aos acontecimentos ou temas emergentes na discussão de um dado momento, é um meio que permite atentar sobre as inquietações e intuitos do tempo a que se refere e, por isso, ganha um papel formativo perante a classe. Este atributo que gera incentivo pode, no entanto, também transformar-se numa das principais limitações que ficam por resolver, já que nem todos os conteúdos publicados têm uma correspondência desejável nos debates posteriores ou mesmo na consciência e memória da classe, a quem a revista se dirige na primeira pessoa.

Embora haja na primeira série uma tentativa de resolver esta limitação, incluindo espaço no corpo da revista para '*Cartas dos Leitores*', garantindo de alguma forma que o *J.A.* possa ser fruto de uma vontade exterior

3. "Each number - with its own central theme - attempts to reunite non exhaustive yet sufficiently vast summaries that allow for the formation of questioning and answers. Opinion pieces, reports, investigation (scientific or poetic), experimentarion and pure debate are exposed in such a manner as to break with certainties and incite doubts in the heart of the class to which the articles are destined. [...] We have reunited the opinions - sometimes conflicting, other more harmonized - of architects experienced in the exercise of criticism and theoretical production, among many other who have found in the J.A. a forum in which to test their first essays. We have also endeavored to include the reflections of authors from other areas of knowledge, this expanding the scope of contribuitions, in an attempt to break away a certain hermeticism that any publication directed to a specific group runs the risk os embracing."

Ver DIAS, Manuel Graça - *Anthology*. JA. Nº Anthology 195-205 (2002), p.3

à sua direção e possa também "*continuar a debater os temas lançados antes e que os leitores considerem mal abordados ou desfocados, face ao real constatável*"[4], este 'espaço de debate' acaba por desaparecer, uma vez que as contribuições "*tardam [tardaram] em aparecer em quantidade significativa.*"[5]

Se aparentemente a lógica de distribuição e circulação do *J.A.* está fixada, com uma tiragem de 12.000 exemplares, "*distribuído gratuitamente a todos os membros efectivos da OA no pleno exercício dos seus direitos*"[6], esta distribuição alargada pode ser comprometida pela atual situação da arquitetura portuguesa que, estando em risco, terá cada vez menos associados a cumprir com o pagamento de quotas e, consequentemente, a receber regularmente a revista. Condição que denota, nos últimos anos, uma mudança drástica no grupo de leitores do *J.A.* que está em decréscimo acelerado. Além disso há também uma situação de conflito entre a própria classe e a O.A., estrutura pela qual o *J.A.* também responde, que pode gerar um descrédito alargado dos conteúdos por ele transmitidos.

Aquele que dos objetivos iniciais mais se materializou no decorrer do trabalho foi a perceção de que a escolha de um instrumento de comunicação permite, além do acesso à história recente da arquitetura portuguesa, a constituição de um caso de estudo em si mesmo. Por essa razão acabam por se articular, com igual importância, dois propósitos fundamentais: a perceção de que o uso do *J.A.* é um dos muitos 'instrumentos' possíveis para análise de uma realidade e, ao mesmo tempo, a noção de que esse mesmo 'instrumento' é, ele próprio, merecedor de uma análise detalhada.

Destas premissas nasce um trabalho de inventariação que procura ser integral, dentro das suas limitações temporais, e abranger de forma justa todas as temáticas presentes com maior intensidade, deixando os temas pontuais como apontamentos para possíveis estudos futuros. Da catalogação de conteúdos realizada, aqui apresentada em anexo, resultou uma seleção de 5 temas que pretendem, mais do que representar em absoluto uma realidade da arquitetura portuguesa, respeitar linhas

4. DIAS, Manuel Graça - *As Dificuldades do Debate*. JA. Nº199 (2001), p.3

5. Ibidém, p.3

6. Disponível em www.jornalarquitectos.pt/ficha-tecnica/

de leitura apontadas pela recorrência e/ou intensidade com que são referidas, privilegiando temas temporalmente amplos e discussões continuadas, com exceções abertas para os que se consideram em falta, abrindo espaço também para um reflexão crítica.

Na escolha destas 5 chaves-de-leitura, 'CIDADE', 'HABITAÇÃO', 'MEMÓRIA/IDENTIDADE', 'NORMA' E 'VALORES', há sempre inerente um grau de subjetividade elevado, quer pela forma como se escolhe agrupar conteúdos, quer depois pela seleção que se faz dos artigos citados ou ainda pelas pequenas conclusões que se vão tirando no desenrolar do texto. É preciso que se atente, também, na dificuldade que há em categorizar, num número restrito de tópicos, uma realidade tão ampla como a da arquitetura e, por isso mesmo, há autores ou conceitos recorrentes que se tornam transversais.

Em 'CIDADE', lê-se de forma genérica a necessidade crescente de resposta a uma crise global que se vai instalando no território, crise essa provocada em grande parte pelo crescimento abrupto de periferias e esvaziamento dos centros. Essa resposta de que se precisa parece pesar nos encargos da classe que enfrenta novos problemas de definição e desenho de espaços exclusos e, por isso, a sensibilidade necessária à intervenção consciente e qualificada torna-se constante reivindicação no debate. Temporalmente apresenta-se como uma temática constante onde o valor social do espaço urbano, que deve ser capaz de gerar dinâmicas de formação do cidadão, é aquele que se adianta, mais presente na segunda metade do campo de análise.

Em 'HABITAÇÃO', a pertinência nasce de um conjunto muito pontual de contribuições. Ainda assim, por ser um dos grandes temas da arquitetura desde a sua formação, aparece para marcar também a menor incidência de discussão sobre um dos principais constituintes da realidade construída. O conteúdo que se levanta é extremamente histórico, recaindo especialmente na produção moderna, em parte por se considerar existir uma lacuna de debate sobre o tema no panorama português e, por isso, se considere fundamental sublinhar exemplos de sucesso. É o único momento do trabalho em que se torna pertinente

inventariar a publicação de projetos publicados, constituindo eles, embora que de forma demasiado ténue, apontamentos de contemporaneidade. Mais uma vez, o valor social aparece temporalmente adiantado, fazendo a ponte para a série 3, e já deixando perceber como a situação portuguesa se altera durante esta década.

Em 'MEMÓRIA/IDENTIDADE' parte-se da ideia de Portugal como um país marginal ao contexto europeu, mais não seja pela sua geografia, que luta, principalmente desde a sua entrada na U.E., entre o particular e o global, valorizando em muitas discussões conceitos como 'lugar' ou 'identidade'. O estabelecimento deste 'lugar' aparece retratado como um pensamento urgente, que possa, talvez, apontar um caminho de resposta hábil à crise económica, capaz de recolocar na ordem do dia a conservação de um património, construído e cultural, em risco. Muitos são os conteúdos que se agrupam em nome da descoberta da validade desta identidade, princípio que não deve pressupor exclusão. É, talvez, dos 5 momentos escolhidos, aquele que temporalmente melhor se distribui, tendo o seu auge com *Ser Português* (JA237) em 2009.

'NORMA' aparece como resposta a um lado burocrático, técnico e normativo que tem vindo a crescer dentro da profissão, condicionando a atividade do projeto e da construção, aproximando a arquitetura de um processo quantificável oposto à sua posição no campo das artes, muito em nome de interesses económicos e de mercado que vão subjugando a qualidade formal e espacial dos objetos urbanos. Temporalmente é um assunto equilibrado no *J.A.* e a principal análise considerada é a aferição do nível de normalização necessária para a qualificação da arquitetura ao invés da promoção do banal. Conclui-se daqui uma omissão grave de diálogo entre a classe, os organismos políticos e o próprio cidadão, deixando a intervenção construir-se num vazio informativo de conteúdos de urgente discussão.

Em 'VALORES' acaba por acontecer uma síntese de muitas nuances já sentidas nas análises anteriores, reflexo de um ambiente marcado por uma crise global que é também fortemente valorativa. Esta mesma crise parece abrir lugar para uma discussão da qualidade em arquitetura,

disciplina que convive com a ambiguidade da transdisciplinaridade. Temporalmente, tem grande correspondência na série 3, e por isso assume uma posição de fecho do trabalho apresentado, sublinhando temas de difícil configuração que parecem apontar novos caminhos de intervenção, como sejam a mediatização, a relação com as novas tecnologias ou uma possível reforma dos sistemas de ensino. Para o valor social, aquele que adquire maior transversalidade no decorrer do trabalho e que parece querer voltar a ligar a arquitetura a um pensamento antropológico e sociológico, aparece por fim um caminho contestável: a atribuição de um valor mediático e imagético a uma arquitetura que responde a situações de emergência, como um novo produto-tendência.

Por impossibilidade espacial e temporal, ficam a descoberto muitas possibilidades de abordagem de um conteúdo tão rico e tão vasto quanto aquele que se encontrou nesta investigação. Em primeiro lugar, são quase sempre desconsiderados os projetos publicados a título ilustrativo, premissa que poderia permitir, por um lado, uma comparação com outros periódicos de maior âmbito comercial e, por outro, a análise concreta da realidade construída na última década, ao invés das categorias temáticas em que se inserem.

Fica também por fazer uma enumeração dos principais intervenientes nessa mesma realidade construída, muito embora se identifiquem alguns dos principais como sejam Álvaro Siza, Eduardo Souto de Moura e até Rem Koolhaas com a participação no Porto 2001 e a construção da Casa da Música. O índice onomástico cumpre, de forma despretensiosa, também a função de enumerar intervenientes no próprio *J.A.*, e embora algumas conclusões breves possam daí ser recolhidas, um estudo mais profundo sobre o assunto implicaria um conhecimento maior sobre os personagens em questão. Ainda assim, permite perceber, em primeiro lugar, como Manuel Graça Dias, editor de duas das 3 séries, tem um papel extremamente ativo, não só na escrita dos editoriais mas também no corpo da revista, sempre portador de um código formal de transmissão 'bem humorada' e metafórica. Permite também identificar alguns autores com temas específicos, como o caso de Alves Costa em 'MEMÓRIA E IDENTIDADE', Ana Vaz Milheiro e Ana Tostões em 'HABITAÇÃO',

ou Gonçalo Byrne em 'VALORES'. Da mesma maneira se reconhecem também autores com uma participação mais uniforme, como Jorge Figueira, Nuno Grande, Ana Vaz Milheiro, etc.

Por último, e por ser impraticável reunir todos os conteúdos, ficam por tratar conteúdos de grande interesse como sejam a questão da paisagem na relação com a obra (*América* - JA206), o papel da mulher em arquitetura (*Ser Mulher* - JA242) , alguns conflitos geracionais que geram dicotomias relevantes para compreender alguns dos debates mais presentes no contexto português (*Geração X* - JA214) e ainda um lado híbrido da arquitetura que cada vez mais merece discussão (Híbrido - JA220+221).

Considerar o período de tempo em análise, de 2000 a 2012, como uma linha constante, estratégia adotada neste estudo, desconsidera de certa forma também as diferenças presentes entre séries, que por corresponderem a projetos editoriais de direções diferentes, sendo além disso resultado de enunciados díspares aquando do concurso lançado nas três ocasiões pela O.A., podem ser elas mesmas reflexo de um panorama social e cultural específico de um determinado tempo. Estas diferenças, que acabam por ser apenas referidas em situações pontuais, quando se relacionam com especial pertinência com a temática em análise, não são adotadas como filtro para a análise mas, vão no decorrer do processo, evidenciando-se de forma quase inevitável, transparecendo o cenário intelectual em que acontecem.

Na primeira série, com Manuel Graça Dias e Ana Vaz Milheiro, o resultado é, ao mesmo tempo que muito erudito, com os temas ditados por grandes exemplos da literatura (que dão inclusive nome aos números), cunhado por um lado popular, tentando, através de um discurso quase 'recreativo', validar a importância da profissão, agregando os seus membros. É uma série marcada por uma imensa 'vontade de fazer', quase livre de estrutura (que se dividia apenas entre artigos e projetos), ainda bimestral e com um conteúdo que em termos de volume supera largamente as séries que se seguem. Talvez também por isso se denote no decorrer no trabalho aquilo que, numa primeira leitura, pode parecer

4. ADRIÃO, José; CAPELA, José; CARVALHO, José; CARVALHO. Ricardo; CORTESÃO, Pedro; TABORDA, Cláudia; VILHENA, Joana - *Conversa entre Claudia Taborda, Joana Vilhena, José Adrião, José Capela, Jorge Carvalho, Pedro Cortesão e Ricardo Carvalho. Lisboa, 20 Dezembro 2008.* JA. Nº233 (2008), p.34

uma estima acrescida por estes conteúdos, citados em maior número, mas que, na verdade, remete quase exclusivamente para o total de números da série, 23 em 48 analisados, e também para a grande quantidade de pensamento válido presente em cada um deles.

A série 2, dirigida por José Adrião e Ricardo Carvalho, revela-se um projeto editorial extremamente sólido, com uma estrutura fixa em todos os números (Crítica, Projecto, Persona, Dossier e Vírus). Se as secções Crítica e Projeto respeitam muito da série que os antecede, a secção Vírus introduz um fator de clara diferença, convidando equipas exteriores ao *J.A.* à participação. Esta participação, que num balanço final os próprios editores consideram de fraca adesão, revela, como diz Ricardo Carvalho, que *"a arquitectura que se faz em Portugal ainda hoje está muito constrangida por condições imediatas da profissão - pelas sua vicissitudes quotidianas. [...] ainda não é possível associar a prática ao pensamento ou reflexão. [...] existe o desejo de algumas pessoas produzirem investigação académica, mas por sua vez não se contaminam com a prática."*[4] Além disto, a série 2 revela ainda um formato muito académico, em alguns casos até de difícil leitura, e uma delimitação temática muito restrita que deixa por vezes de fora conteúdos contemporâneos igualmente pertinentes.

A série 3, que regressa à direção de Manuel Graça Dias e Ana Vaz Milheiro, é uma série marcada por um gesto 'populista' que faz uso do 'Ser...'. Dotada de uma estrutura forte (que inclui Destaque, Perfis, Depoimento, Pontos de Vista, Entrevista, Crónica Desenhada, Projectos, Ensaios e Mundo Emergente), é constituída por múltiplas participações e por fortes dicotomias. Em Perfis, com 'Mais Novos' e 'Mais Velhos', representa um contraste entre gerações; em Pontos de Vista, com 'Vista da Esquerda' e 'Vista da Direita', inclui participações de não arquitetos que incutem um lado 'político' ao *J.A.*. Embora a utilização de categorias externas à arquitetura como ponto de partida resulte num produto que é múltiplo e por isso permite representar mais livremente muitas realidades, tem depois um encaixe dificil da prática nesse molde.

De uma forma global, aquilo que se pode concluir, será talvez a

presença de 3 pontos comuns que podem variar de intensidade: um primeiro, baseado na reflexão ensaística de base mais académica, lado este em que o *J.A.* está praticamente sozinho no contexto português; um segundo, que deve incluir discussão recorrente de fatores que estão para além da arquitetura, como a realidade política, normativa e cívica (este talvez o menos presente na globalidade das séries, com incidência especial na terceira); e, por fim, o terceiro, o da difusão de projetos, realizados ou não, em relação direta com o lado mais teórico da discussão, diferenciando-se assim das produções mais comerciais já presentes na realidade portuguesa em grande número.

Considera-se assim que o trabalho de levantamento aqui elaborado constitui apenas uma fase inicial de um estudo de carácter bibliográfico que poderia, em última análise, ser um contributo decisivo para a constituição de um acervo bibliográfico de uma publicação com a relevância do *J.A.*., ao qual se reconhece inestimável utilidade para eventuais investigações futuras ou, simplesmente, para todos aqueles que se deixem cativar por uma das temáticas presentes ou ainda pela arquitetura portuguesa recente de forma mais geral.

No que toca ainda à recepção do *J.A.* por parte da classe, poder-se-á estudar para além dos conteúdos aqui publicados, e através de inquéritos ou outros processos de levantamento, a forma como esses mesmos conteúdos alcançam os arquitetos, que tipo de apreensão e reciclagem de temáticas é feita e, em último caso, qual é a sua real influência na prática da arquitetura portuguesa contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

J.A. CONSULTADOS:

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. A Cidade e as Serras, n.º195 (2000)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. As Praias de Portugal I, n.º196 (2000)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. As Praias de Portugal II, n.º197 (2000)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Paradoxo Sobre o Actor I, n.º198 (2000)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Paradoxo Sobre o Actor II, n.º199 (2001)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. A Arquitectura Portuguesa Chã, n.º200 (2001)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Faire École I, n.º201 (2001)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Faire École II, n.º202 (2001)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. From Bauhaus to our House, n.º203 (2001)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. From Bauhaus to our House, n.º203 (2001)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. A Questão do Alojamento I, n.º204 (2002)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. A Questão do Alojamento II, n.º205 (2002)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Anthology 195-205 (2002)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. América, n.º206 (2002)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Quando o Moderno não era um Estilo mas sim uma Causa, n.º207 (2002)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. A Condição Pós-Moderna, n.º208 (2002)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Seis Propostas para o Próximo Milénio (Lições Americanas) I, n.º209 (2003)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Seis Propostas para o Próximo Milénio (Lições Americanas) II, n.º210 (2003)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Situação-Crítica, n.º211 (2003)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Journal du Voyage du Cavalier Bernin en France, n.º212 (2003)

Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. À La Recherche du Temps Perdu, n.º213 (2003)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Geração X, n.º214 (2004)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. O Processo, n.º215 (2004)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Os Cavalos Também se Abatem, n.º216 (2004)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. O Livro do Desassossego, n.º217 (2004)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Antologia (1981-2004), n.º218+219 (2005)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Híbrido, n.º220+221 (2005)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Programa, n.º222 (2006)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Escassez, n.º223 (2006)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Morada, n.º224 (2006)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Infra-Estrutura, n.º225 (2006)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ilegal, n.º226 (2007)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Férias, n.º227 (2007)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Público, n.º228 (2007)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Tempo, n.º229 (2007)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Standard, n.º230 (2008)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Cidade, n.º231 (2008)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Política, n.º232 (2008)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Desejo, n.º233 (2008)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Populista, n.º234 (2009)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Rico, n.º235 (2009)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Pobre, n.º236 (2009)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Português, n.º237 (2009)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Imigrante, n.º238 (2010)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Crítico, n.º239 (2010)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Independente, n.º240 (2010)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Belo, n.º241 (2010)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Mulher, n.º242 (2011)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Lixo, n.º243 (2011)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Digital, n.º244 (2012)
Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. Ser Arquitecto, n.º245 (2012)

ARTIGOS CONSULTADOS (POR CAPÍTULO)

Introdução e Conclusão

DIAS, Manuel Graça - "As Dificuldades do Debate". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º199 (2001), p.3

DIAS, Manuel Graça - "Do Conforto Como Economia". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.3

DIAS, Manuel Graça - "Da Necessária Mudança". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º245 (2012), p.3

ADRIÃO, José; CAPELA, José; CARVALHO, José; CARVALHO. Ricardo; CORTESÃO, Pedro; TABORDA, Cláudia; VILHENA, Joana - "Conversa entre Claudia Taborda, Joana Vilhena, José Adrião, José Capela, Jorge Carvalho, Pedro Cortesão e Ricardo Carvalho. Lisboa, 20 Dezembro 2008". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º233 (2008), p.33-48

[1] Cidade

AMARAL, Francisco P. Keil do - "Carta da Serra". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 65-67

CÂMARA, António . "Lisboa Criativa". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º232 (2008), p. 28-29

CANTALLOPS, Bet - "Barcelona, Espaço Público". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º228 (2007), p. 30-31

CARVALHO, Jorge - "Farmácia Homeopática". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º223 (2006), p. 48-49

COELHO, Alexandra Prado - "Perifeira: onde tudo (mas mesmo tudo) é possível". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º231 (2008), p. 22-29

CORREIA, Francisco Nunes; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) - "Levar a Expo ao País Todo. **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º209 (2003), p. 9-20

CORREIA, João Miguel - "Transformar, Habitar - a construção do lugar". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º203 (2001), p. 9-15

COSTA, António Ricardo - "Cidade, Ideologia, Património". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º213 (2003), p. 22-26

CRAWFORD, Margaret . "O Mundo num centro comercial". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º228 (2007), p. 32-37

CUTILEIRO, José - "A cidade e a acumulação de riqueza". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º235 (2009), p. 34-39

DAVIS, Mike - "A estrada para o futuro acaba no Dubai?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º227 (2007), p. 36-41

DIAS, Manuel Graça - "A Carta de Atenas e o património histórico das cidades". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º213 (2003), p. 33-35

DIAS, Manuel Graça - "A Desurbanidade é que assusta". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º195 (2000), p. 10-11

DIAS, Manuel Graça - "O problema é de escala". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º197 (2000), p. 3

DIAS, Manuel Graça - "Porto Seguro". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º197 (2000), p. 13-18

DOMINGUES, Álvaro - "Novs paisagens urbanas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º206 (2002), p. 110-115

ESTRIGA, Jorge - "Os centros comerciais, o regresso à rua e as estratégias de "combate". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º195 (2000), p. 57-60

FIGUEIRA, Jorge - "A arquitectura e os seus opostos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º206 (2002), p. 121-124

FIGUEIRA, Jorge - "A ordem das dunas nunca será uma política urbana". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º209 (2003), p. 95-98

FIGUEIRA, Jorge - "A rainha da Holanda na cidade estaleiro (6 pontos sobre a requalificação da baixa portuense - Porto 2001). **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n°199(2001), p.17-23

FIGUEIRA, Jorge - "Os Cogumelos Substitutos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°195 (2000), p. 52-56

GAUSA, Manuel - "Um laboratório como um contexto mais do que como uma passerelle". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°211 (2003), p. 68-75

GOMES, Paulo Varela - "Uma Quinta na Avenida". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°195 (2000), p. 72-74

GRAÇA, João Luís Carrilho - "Metamorfose". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°206 (2002), p. 8-11

GRANDE, Nuno - "A cidade como um Ford". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°205 (2002), p. 39-43

GRANDE, Nuno - "European Beauty, ou os novos ícones culturais do velho mundo. **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°197 (2000), p. 9-11

GRILO, Júlio Teles - "53/74". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°195 (2000), p. 75-76

GRILO, Maria João Teles - "Outras Urbanidades". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°236 (2009), p. 110-115

INNERARITY, Danuel - "A nova urbanidade". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°231 (2008), p. 18-21

LIMA, António Belém; FIGUEIRA, Jorge (entrevistador) - "Uma balística PM". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°208 (2002), p. 89-99

LOURENÇO, Nuno - "A arquitectura dos suportes". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°225 (2006), p. 38-41

LOURENÇO, Nuno - "Caos Urbanístico (notas sobre periferias de Lisboa)". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°209 (2003), p. 64-67

LOURENÇO, Nuno - "O elogio do Lazer". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°206 (2002), p. 60-63

LOURENÇO, Nuno - "O futuro já próximo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°204 (2002), p. 62-64

LOURO, Margarida - "O desejo e o território". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°206 (2002), p. 116-120

MANGORRINHA, Jorge - "Território de Recursos: Raízes, tendências e turismo na República Dominicana". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°227 (2007), p. 34-35

MELLO, Duarte Cabral - "Expo 98 - cidade ou ilha?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°205 (2002), p. 62-63

MENDIRATTA, Sidh Losa - "Riqueza do espaço privado vs. Pobreza do espaço colectivo nas cidades indianas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°235 (2009), p. 102-107

MENEZES, Marluci . "A cidade com os imigrantes". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°238 (2010), p. 81-91

MONTEIRO, José Charters - "Cidade de migrantes". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°238 (2010), p. 4-7

NUNES, João Pedro Silva - "A cintura industrial de Lisboa: breve aproximação a um território em mudança". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°231 (2008), p. 30-33

PEREIRA, Nuno Teotónio - "Intervenções que se querem exemplares e de efeito multiplicador". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.°209 (2003), p. 29-31

PINTO, Maria José Nogueira . "Urbanismo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º238 (2010), p. 33

RODEIA, João Belo - "O último destino: a cidade portuguesa como projectos (notas dispersas)". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º210 (2003), p. 19-23

ROSETA, Filipa - "No crepúsculo do arquitecto herói, considerações sobre o pós-moderno e a cidade". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º208 (2002), p. 52-55

ROSSA, Walter - "Nem só o resto é paisagem". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º206 (2002), p. 102-105

SALGADO, Manuel; GRAÇA, João Luís Carrilho (entrevistador) - "O tempo da arquitectura não é o tempo da cidade". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º245 (2012), p. 84-95

SILVA, Cidália - "Território Fissiforme". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º231 (2008), p. 34-37

SILVA, Fernando Nunes - "O programa Polis: da escala 1/10000 à 1/1". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º209 (2003), p. 21-28

SILVANO, Filomena Paiva - "Lugares em Trânsito". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º206 (2002), p. 17-24

TAVARES, Rui - "Feliz Cidade". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º238 (2010), p. 32

TELES, Gonçalo Ribeiro - "A perca da complexidade da paisagem portuguesa". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º206 (2002), p. 73-78

TOUSSAINT, Michel - "A grande cidade como meio e paradigma para a arquitectura do séc.XX". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º195 (2000), p. 77-81

TRINDADE, João - "Polis, projectos "especiais". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º210 (2003), p. 9-15

URBANO, Luís - "A vida de Truman. E a nossa. E a da Cláudia. **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º196 (2000), p. 28-30

URBANO, Luís - "Periferia, Ódio, Eclipse". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º209 (2003), p. 68-71

VASQUEZ, Carlos - "Comunidades Fechadas, Cidades Moribundas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º228 (2007), p. 18-21

VASQUEZ, Carlos . "O fim da continuidade, o fim do espaço público, o fim do urbanismo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º236 (2009), p. 93-99

VICENTE, Manuel; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto) - "O 'campo' é o sítio onde paro para mijar quando viajo entre duas cidades". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º195 (2000), p. 61-65

WISNIK, Guilherme - "A arquitectura como consumo de luxo na São Paulo dos anos 2000". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º235 (2009), p. 94-101

[2] Habitação

ADRIÃO, José; CARVALHO, Ricardo - "Morada (Editorial)". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º224 (2006), p. 2

ALMEIDA, Pedro Vieira de - "Raul Lino". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º195 (2000), p. 36-39

BANDEIRINHA, José António - "Anos Sessenta. Verdades e consequências da crise de habitação em Portugal". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º226 (2007), p. 24-29

BARATA, Paulo Martins - "Telheiras e o espírito Lagom". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p. 60-61

CAPELA, José - "Flores de Plástico". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p. 52-59

CARVALHO, Ricardo - "Morada, Rua, Casa". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º224 (2006), p. 34-41

COELHO, António Baptista; DIAS; Manuel Graça (entrevistador) - "Ao inserir minorias fazemos cidade". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º238 (2010), p. 34-48

CORREIA, Graça - "Relações entre Elementos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º203 (2001), p. 25-28

CORREIA, João Miguel Amaro - "Transformar, Habitar - A Construção do Lugar". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º203 (2001), p. 9-15

CORREIA, João Miguel Amaro - "A Arte do Possível. Arquitectura Hardcore". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p. 50-51

COSTA, Alexandre Alves - "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 9-15

COSTA, Alexandre Alves - "As operações SAAL". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º236 (2009), p. 10-11

COSTA, Alexandre Alves - "Bem diferente de Lino foi João Marcelino Queiroz". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º195 (2000), p. 40-46

COSTA, Alexandre Alves - "Tipologia e Luta de classes: a propósito da demolição das Torres do Aleixo no Porto". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º237 (2009), p. 6-9

DIAS, Manuel Graça - "A Vila". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º203 (2001), p. 3-4

DIAS, Manuel Graça - "Castro Portugal". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 3-4

DIAS, Manuel Graça - "O Desígnio". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º241 (2010), p. 43

DIAS, Manuel Graça - "Onde Cabe o JA". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p. 3

DIAS, Manuel Graça; GONÇALVES, Clara Germana; MILHEIRO, Ana Vaz - "O Habitar Colectivo 2". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p. 64-65

DOMINGUES, Álvaro - "De que é que se fala quando se fala de casas?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º224 (2006), p. 48-51

DUARTE, Carlos S. - "Memória de Olivais-Sul". Jornal Arquitectos. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 53-58

FERRER, Diogo - "Arquitectura e Filosofia: do Projecto à Morada". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º224 (2006), p. 52-55

FIGUEIRA, Jorge - "Monumentalidade e Melancolia: a Bela Vista revisitada". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º223 (2006), p. 40-42

FREIRE, Adriana - "Trinta anos depois". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 59-61

FURTADO, Gonçalo; MOREIRA, Inês - "Cartografias da Domesticidade". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º203 (2001), p. 96-103

GADANHO, Pedro - "O Museu Imaginário". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º203 (2001), p. 71-75

GONÇALVES, José Fernando - "A experimentação da modernidade no Bloco de Ouro de Mário Bonito". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p. 25-27

GRAÇA, Miguel; MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto); NUNES, Jorge (recolha e fixação de texto) - "A pobreza é uma questão endémica da habitação". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º236 (2009), p. 32-39

GRANDE, Nuno - "A cidade como um Ford". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p. 39-43

GRANDE, Nuno - "Poetizar a Pobreza". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º236 (2009), p.42-43

GROPIUS, Walter - "Construção Baixa, Média ou Alta". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p. 19-21

LOPES, Diogo Seixas - "Parques de Campismo. Arquitectura Móvel". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º196 (2000), p. 57-58

MATOS, Madalena Cunha - "Para o Maior Número sobre a Federação de Caixas de Previdência". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 32-41

MESQUITA, Marieta Dá - "As casas de muitos andares nos Estados Unidos ou a Escola de Chicago vista por um engenheiro português em 1900". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p. 10-17

MILHEIRO, Ana Vaz - "Arquitectura e Emigração". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º238 (2010), p. 51

MILHEIRO, Ana Vaz - "Baixa Corrente (O Efeito Kubler)". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º217 (2002), p. 57-63

MILHEIRO, Ana Vaz - "Porque as Nossas Casas não são Modernas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p. 22-24

MONTEIRO, José Charters - "Cidade de Migrantes". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º238 (2010), p. 47

NEVES, Gonçalo - "A República do Prá-Kis-Tão". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 27-31

PEREIRA - Nuno Teotónio - "Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930. A promoção privada do alojamento operário". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 18-21

PORTAS, Nuno - "A habitação colectiva nos ateliers da Rua da Alegria". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 48-52

RAMOS, Rui - "A Nossa Casa, 44, Piso 12, AP. 136. Dois Pontos para outras formas de Habitar". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p. 28-33

RAVARA, Pedro - "A propósito da eventual demolição do bairro social do Fai Chi Kei em Macau". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º237 (2009), p. 10-13

RODEIA, João Belo - "Le Fauteuil en bois paillé". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º224 (2006), p. 42-47

SILVANO, Filomena - "Porque riram as pessoas? Cultura material e diferenciação social". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º236 (2009), p. 12-14

SIZA, Álvaro - "Conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º224 (2006), p. 60-75

SIZA, Álvaro - "Linha de acção dos técnicos enquanto técnicos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 17

SOUSA, Luís - "Repúblicas de Coimbra: O alojamento estudantil de que Portugal precisa". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 22-26

TOSTÕES, Ana - "Alvalade, uma experiência pioneira de habitação colectiva. Quando a habitação é capaz de fazer cidade". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º204 (2002), p. 42-47

TOSTÕES, Ana - "Casas de Férias Modernas, Anos 50 e o estilo contemporâneo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º196 (2000), p. 45-53

TOSTÕES, Ana - "Sem Ideias Preconcebidas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º203 (2001), p. 91-93

URBANO, Luís - "A Janela Discreta". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º206 (2002), p. 25-27

[3] Memória e Identidade

AMARAL, Francisco P. Keil - "Turismo-Habitação, Turismo Rural, Turismo "outro". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º196 (2000), p. 26-27

ARQUITECTOS ANÓNIMOS; FIGUEIRA, Jorge (entrevistador) - "100% arquitectos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º245 (2012), p. 96-103

BANDEIRA, Pedro - "Situação-crítica, Crítica situacionista". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p. 80-87

BARATA, Paulo Martins - "As funções da crítica. Depois das ideologias". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p. 66-67

BARRETO, Pedro - "A FNAT, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho: indagações em torno da arquitectura e do turismo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º196 (2000), p. 36-42

BARRETO, Pedro - "Pousadas de Portugal: Elixir para anchietações". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º197 (2000), p. 49-54

BORGES, Pedro Maurício; CORREIA, Nuno - "Ici, vous êtes dans un hotel mercure (toutes les clés de la ville). **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º197 (2000), p. 19-21

CALDAS, João Vieira - "O conceito de aldeamento". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º197 (2000), p. 31-34

CAPELA, José - "Regionalismo: Crítico?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º207 (2002), p. 85-91

CARDOSO, Miguel Esteves - "Não estou a ser português demais para si, pois não?. **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º237 (2009), p. 25

COHEN, Jean-Louis - "Da crítica do gosto e da confiança". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p. 8-15

CORREIA, Nuno - "A casa do emigrante ou os materiais da região são aqueles que lá chegam pela estrada". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º195 (2000), p. 24-26

COSTA - Alexandre Alves - "Então e Portugal, hein?...Cheira bem!". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º197 (2000), p. 35-39

COSTA, Alexandre Alves - "Excertos dispersos dos anos 80". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º200 (2001), p. 35-38

COSTA, Alexandre Alves - "O património entre a aposta arriscada e a confidência nascida da intimidade". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º213 (2003), p. 7-13

COSTA, Alexandre Alves - "Os modernos são em geral superiores aos antigos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º214 (2004), p. 8-13

COSTA, Alexandre Alves . "Nós somos da Póvoa do Varzim". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º237 (2009), p. 81-92

COSTA, Alexandre Alves; DIAS, Adalberto; FERNANDEZ, Sergio; MOURA; Eduardo Souto; SIZA, Álvaro; SOUTINHO, Alcino; TAVARES, Domingos - "Depois do modernismo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º208 (2002), p. 9-14

COSTA, Alexandre Alves; FERNANDEZ, Sergio; MOURA; Eduardo Souto; SIZA, Álvaro; TAVARES, Domingos - "Um quadradinho a menos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º208 (2002), p. 15-26

DIAS, Manuel Graça - "Caminhos da Escrita Contemporânea [Projectos 22-25]". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º200 (2001), p. 62-63

DIAS, Manuel Graça - "Da necessário mudança". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º245 (2012), p. 2-3

DIAS, Manuel Graça – "Do Conforto como Economia". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p. 3

DIAS, Manuel Graça - – "O Internacional Local". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º200 (2001), p. 3

DIAS, Manuel Graça - "O Segredo de Visconti". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º239 (2010), p. 5

DIAS, Manuel Graça - "Por involuntário começo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º237 (2009), p. 4-5

DIAS, Manuel Graça - "Procurar a Liberdade". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p. 26-41

DIAS, Manuel Graça - "Ruralidades Contemporâneas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º195 (2000), p. 33-35

DIAS, Manuel Graça - "Três Praias de Portugal". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º196 (2000), p. 16-19

DIAS, Manuel Graça - "Uma chance maior". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º212 (2003), p. 16-18

DIAS, Manuel Graça; FIGUEIRA, Jorge; MILHEIRO, Ana Vaz; MOURO, Eduardo Souto - "Chão Moderno Híbrido 1". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º200 (2001), p. 11-34

DIAS, Manuel Graça; FIGUEIRA, Jorge; MILHEIRO, Ana Vaz; MOURO, Eduardo Souto - "Chão Moderno Híbrido 2". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º200 (2001), p. 39-47

DRAGO, Ana - "Lixo: Quatro teses sobre um país". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p. 32

DUARTE, Carlos - "O Algarve Soma e Segue". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º196 (2000), p. 11-15

DUARTE, Carlos S.; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação deo texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação deo texto) - "Os Críticos não se inventaram de um dia para o outro". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º239 (2010), p. 36-44

FERNANDES, José Manuel - "Férias nacionalistas e arquitectura tradicional". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º196 (2000), p. 31-35

FERNANDES, José Manuel - "Urbanidade da arquitectura modernista". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º195 (2000), p. 46-51

FIGUEIRA, Jorge - "Arquitectura com pernas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º200 (2001), p. 48-50

FIGUEIRA, Jorge - "Crítica de arquitectura em Portugal: conflicto e dissipação". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p. 107-109

FIGUEIRA, Jorge - "História da Arquitectura: No frigorífico depois do supermercado". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2001), p. 56-59

FIGUEIRA, Jorge - "Houston we have a problem. O fim da crítica de arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º239 (2010), p. 85-95

FIGUEIRA, Jorge - "Open House: os "whites" e os "grays". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º207 (2002), p. 65-67

FORTE, Atílio - "Turismo é actividade determinante na economia portuguesa". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º196 (2000), p. 54-56

FRANCO, Manuela - "Aroma de crítica". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º239 (2010), p. 29

GASPAR, Jorge - "Sentir o lugar ou as paisagens da memória". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º206 (2002), p. 36-39

GOMES, Paulo Varela - "Arquitectura não alinhada". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º200 (2001), p. 5-9

GOMES, Paulo Varela - "Crítica, História, Arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p. 60-65

GOMES, Paulo Varela; FIGUEIRA, Jorge (entrevistador) - "Cartas de lado nenhum". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º237 (2009), p. 26-35

GOMÉZ-MORIANA, Rafael - "Less and More". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º214 (2004), p. 14-15

GONÇALVES, Clara Germana - "Contraste e Analogia - Instrumentos e relação entre passado e presente". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º207 (2002), p. 81-84

GRANDE, Nuno - "Panorama recente da crítica: Portugal e o contexto Europeu" **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p. 16-17

GRILO, Júlio Teles - "O Açude". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º197 (2000), p. 43

LEITE, Inês - "Atelier Conceição Silva: Território e Turismo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º227 (2007), p. 26-31

LOBO, Susana - "A colonização da linha de costa: da marginal ao resort". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º227 (2007), p. 18-25

LOPES, Diogo Seixas - "Profissão: Português". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p. 86-91

LOURENÇO, Eduardo; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto); FIGUEIRA, Jorge (recolha e fixação de texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto) - "Ainda hoje os portugueses andam aí pelo mundo a apanhar os ossos do império". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º237 (2009), p. 36-48

MAIO, Luís - "Do planeta como fábrica de turistas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º227 (2007), p. 42-45

MARTINS, João Paulo - "Quando Portugal queria ser Moderno". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º207 (2002), p. 33-39

MATOS, Madalena Cunha - "Turismo e Território: Notas sobre uma relação". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º197 (2000), p. 22-30

MATOS, Rui Campos - "Casa portuguesa, casa madeirense. Alguns dilemas de regionalismo no século XX". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.110-118

MESQUITA, Marieta Dá - "Pastiche - cópia ou citação". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º213 (2003), p. 65-67

MIGAYROU, Fréderic - "Compreender a topografia dos discursos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p. 42-45

MILHEIRO, Ana Vaz - "Baixa Corrente (O Efeito Kubler)". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º217 (2004), p. 57-63

MILHEIRO, Ana Vaz - "Estilos e Causas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º207 (2002), p. 92-95

MILHEIRO, Ana Vaz - "Memória e adivinhação ou os recursos da crítica". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p. 55-59

NUNES, Jorge - "Jet Lag". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º210 (2003), p. 16-18

PEREIRA, Nuno Teotónio - "Reflexos Culturais do Inquérito à Arquitectura Portuguesa". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º195 (2000), p. 69-71

PEREIRA, Paulo - "Arquitecto, Profissão Antiga". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2001), p. 43-47

PEREIRA, Paulo - "Os recursos da crítica, a leitura da história". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p. 46-47

PIMENTEL, Irene - "O que parece é?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.22

RAGAZZI, Graça Correia - "Permanência do moderno - Rui Athouguia". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º229 (2007), p. 28-35

RUBIÓ, Ignasi de Sóla-Morales - "Do contraste à analogia". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º213 (2003), p. 68-75

SALGADO, José - "A piscina da praia". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º196 (2000), p. 60-61

SAMPAIO, Jorge - "Oportunidades Ímpares". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º212 (2003), p. 14-15

SARAIVA, Tiago Mota; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) - "Subverter a ideia de que não há futuro". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p. 36-48

SARDO, Delfim - "Contra o solipsismo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º212 (2003), p. 43-47

SAUVAGE, André - "Proposições críticas e demontrações". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º239 (2010), p. 102-113

SEABRA, Augusto - "A crítica como ainda existe". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º239 (2010), p. 28

SEIXAS, Maria João - "Vícios de Eleição". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º237 (2009), p. 24

SILVA, João Gomes da - "O viajante". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º227 (2007), p. 32-33

TAVARES, Domingos - "Notas de reflexão acerca de um urbanismo rural de Salazar". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º195 (2000), p. 31-32

TOSTÕES, Ana - "Afirmação, questionamento e contestação do paradigma moderno". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p. 18-25

TOSTÕES, Ana - "Um composto e uma mistura: homenagem a Fernando Távora". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º220+221 (2005), p. 48-51

TOURNIKIOTIS, Panayotis - "Uma crise de crises". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p. 81-86

TOUSSAINT, Michel - "Continuando uma conversa na qual não participei". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º200 (2001), p. 51-54

TOUSSAINT, Michel - "De dentro para fora na década de 50". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º212 (2003), p. 48-57

TOUSSAINT, Michel - "Pós-modernidade ainda hoje?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º208 (2002), p. 27-31

TOUSSAINT, Michel - "Reler as maleitas da arquitectura nacional". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º199 (2001), p. 9-15

VILAS-BOAS, Manuel - "A nova face do turismo religioso". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º196 (2000), p. 43-44

VITALE, Daniele - "Arquitectos portugueses. Identidade, Nacionalidade, Modernidade". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º237 (2009), p. 93-101

WIGLEY, Mark; MORENO, Joaquim (entrevistador) - "Bem-vindos ao vácuo" **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º239 (2010), p. 30-35

[4] Norma

ADRIÃO, José; CARVALHO, Ricardo - "Ilegal - (Editorial)". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º226 (2007), p.2-3

ADRIÃO, José; CARVALHO, Ricardo -"Política - (Editorial)". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º232 (2008), p.2-3

AMARAL, Diogo Freitas - "Projecto de Lei de revogação (parcial) do DL 73/73". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º215 (2004), p.14-19

AMARAL, Francisco P. Keil - "O homem que regia o RGEU". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º215 (2004), p.9-11

AMARAL, Francisco P. Keil do - "O modesto arquitecto municipal". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º199 (2001), p.35-36

APPLETON, João Guilherme - "A pretexto da revogação de um decreto". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º215 (2004), p.70-71

BALDAIA, Bruno - "Ground Zero". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º215 (2004), p.66-67

BANDEIRINHA, José António - "Emília e o espelho de Siza ou a indómita residência da arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º234 (2009), p.64-75

BAPTISTA, Luís Santiago - "Arquitectura ou política, podemos evitar a questão?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.11-14

BENTO, João; GONÇALVES, Fernando - "Política sem Arquitectura. Território sem Memória". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º232 (2008), p.22-25

BINGRE, Pedro - "1965: O ano da morte do urbanismo português". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º226 (2007), p.18-21

BONITO, Jorge - "Ser arquitecto municipal". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º199 (2001), p.26-28

BORJA, Jordi - "A democracia em busca da cidade futura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º234 (2009), p.52-63

BRANDÃO, Pedro - "Crespúsculos da Ética? 1". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.51-55

BRANDÃO, Pedro - "Crespúsculos da Ética? 2". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º199 (2001), p.48-51

BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (entrevistador) ; NUNES, Jorge (entrevistador) - "A arquitectura está condenada a ser sempre contemporânea". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.10-21

CÂMARA, António - "Lisboa Criativa". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º232 (2008), p.28-29

CAPELA, José - "Arquitectura Política". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º232 (2008), p.30-31

CORREIA, Francisco Nunes; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) - "Levar a Expo ao País Todo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º209 (2003), p.9-17

COSTA, Alexandre Alves - "Revolução ou Concursos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.6-9

CREMASCOLI, Roberto - "Sim, é verdade que tenho o estirador ao lado da cama". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p. 32-33

DIAS, Manuel Graça - "11 Definições Incompletas e sem Hierarquia". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.3

DIAS, Manuel Graça - "A Arquitectura não se referenda". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º234 (2009), p.36-37

DIAS, Manuel Graça - "Do Conforto como Economia". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.2-3

DIAS, Manuel Graça - "Está lá for a o 73/73[!]". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º215 (2004), p.3

DIAS, Manuel Graça - "O Pai Natal, Os Alfaiates, Os Frangos, A Democracia e os Concursos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.52-55

DIAS, Manuel Graça - "O Único". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.3

DIAS, Manuel Graça - "Uma cidade democrática". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º236 (2009), p.4-5

FIGUEIRA, Jorge - "A ordem das dunas nunca será uma política urbana". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º209 (2003), p.95-98

FIGUEIRA, Miguel; MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) - "Se queres dançar, paga a banda!". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º240 (2010), p.98-115

FIGUEIREDO, Rute - "O Astro Baço. A Profissão do Arquitecto sob o signo da independência". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º240 (2010), p.81-89

GOMES, Leonor Cintra - "Limite Público". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º228 (2007), p.22-23

GONÇALVES, Clara Germana - "Concursos: Ilusão ao Jogo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.24-31

GRANDE, Nuno - "Gulbenkian e CCB: Dois Concursos, Dois Ciclos na Cultura Portuguesa Contemporânea". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.40-44

GRANDE, Nuno - "Simpatio pelo Diabo: Arquitectura e contracultura à volta de 68". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º232 (2008), p.32-35

LOPES, Diogo Seixas - "A Arquitectura não se referenda?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º234 (2009), p.36-37

LOURENÇO, Nuno - "A face de dentro da profissão". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p. 15-17

MARTINS, Fernando - "Revisão do RGEU: o conformismo enquanto directriz de um processo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º226 (2007), p.22-23

MARTINS, Rolando Borges - "Parceria Público-Privada: o lugar da arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º232 (2004), p.26-27

MATEUS, Francisco Aires; MATEUS, Manuel; ADRIÃO, José (entrevistador); CARVALHO, Ricardo (entrevistador) - "Manuel e Francisco Aires Mateus conversam com José Adrião e Ricardo Carvalhao". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º226 (2007), p.66-79

MIRANDA, António - "Arquitectura: Juízo e Avaliação". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.48-51

MOURA, Eduardo Souto de - "Um sorriso ao pé das escadas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.22-23

PEDROSA, Patrícia Santos - "Desejo e Persistência ou da pouca linearidade do fazer arquitectónico". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º215 (2004), p.68-69

PEREIRA, Nuno Teotónio - "Intervenções que se querem exemplares e de efeito multiplicador". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º209 (2003), p.29-31

PORTAS, Miguel - "A sério, a sério...". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º236 (2009), p.28

PORTAS, Nuno - "A regulação urbanística em arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º226 (2007), p.18-21

ROSETA, Helena - "A morte do decreto 73/73 - Exigência ou transigência?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º215 (2004), p.20-21

ROSETA, Helena; DIAS, Manuel Graça (entrevistador) - "Do urbanismo totalitário ao crime urbanístico". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º234 (2009), p.22-33

SALGADO, Manuel; ADRIÃO, José (entrevistador); CARVALHO, Ricardo - "Manuel Salgado conversa com José Adrião e Ricardo Carvalhao". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º232 (2008), p.36-48

SANTO, Fernando Ferreira; DIAS, Manuel Graça (entrevistador) - "O nome dá-se para a tropa!". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º215 (2004), p.29-39

SILVA, Cláudia - "O arquitecto na administração local". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º199 (2001), p.29-34

SILVA, Fernando Nunes da - "O Programa Polis: Da Escala 1/10000 à 1/1". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º209 (2003), p.21-28

SILVA, Manuel Canelas; DIAS, Manuel Graça (entrevistador) - "Guardado está o bocado" **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º215 (2004), p.40-52

SIZA, Álvaro; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto) - "Um processo participativo também pode ser manipulável". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º234 (2009), p.16-19

SOUTINHO, Alcino; DIAS; Manuel Graça (entrevistador) - "Quando há dinheiro é possível, com inteligência, fazer coisas bem-feitas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º235 (2009), p.22-31

TAVARES, André - "Elefantes à Solta: A Fogueira dos Concursos de Arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.45-47

TRAVASSOS, Fernando - "Ser autarca/arquitecto ou ser arquitecto/autarca". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º199 (2001), p.24-25

TRINDADE, João - "Polis, projectos 'especiais'". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º210 (2003), p.9-13

VIDLER, Anthony - "Redifining the public realm". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º215 (2004), p.53-63

WANG, Wilfred - "Standard". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º230 (2008), p.18-21

[5] Valores

ADRIÃO, José - "Sentado na Relva". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.48-49

ALBERS, Josef - "Educação Criativa". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.18-20

ALMEIDA, Rogério Vieira de - "A reforma de 1957, a arquitectura entre si própria e a sua representação". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.21-26

AMARAL, Francisco P. Keil do - "A formação dos arquitectos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.13-17

AMARAL, Francisco P. Keil do - "A ovelha do restolho interessa-se pelo ensino da arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.19-21

AMARAL, Francisco P. Keil do - "A ovelha do restolho interessa-se pelo ensino da arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.63-65

AMARAL, Francisco P. Keil do Amaral - "Saudades de Moçambique". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.39-42

ARQUITECTOS ANÓNIMOS; FIGUEIRA, Jorge (entrevistador) - "100% arquitectos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º245 (2012), p.96-103

ARTIGAS, João Vilanova - "Aos formados da FAU/USP". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.60-63

AUZPROJEKT; COSTA, Alexandre Alves (entrevistador) - "Ser bom cidadão". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º245 (2012), p.40-47

BALBI, Adrien - "Essai Statistique...". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.24

BALDAIA, Nuno; BANDEIRA, Pedro - "Radicalidade é isto? Mas é óptimo! Porque é que não nos tinham dito?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º226 (2007), p.44-48

BALESTRA, Filipe; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz - "Os pobres têm sido os meus professores". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º236 (2009), p.82-92

BARATA, Paulo Martins - "O programa como forma, a forma para lá do programa". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º222 (2006), p.24-25

BARATA, Paulo Martins - "O Táxi de Malpensa". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.23-24

BRAGANÇA, Pedro - "Human Jungle". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.94-96

BRANDÃO, Pedro - "Crepúsculos da Ética? 1". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.51-55

BRANDÃO, Pedro - "Crepúsculos da Ética? 2". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º199 (2001), p.48-51

BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (recolha e fixação de texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto) - "O rico português ainda não percebeu que a contemporaneidade também toca à arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º235 (2009), p.16-19

BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (entrevistador); NUNES, Jorge (entrevistador) - "A arquitectura está condenada a ser sempre contemporânea". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.10-21

CANNAVÓ, Paola - "Programar a Flexibilidade". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º222 (2006), p.18-23

CAPELA, José - "Arquitectura sem Arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º229 (2007), p.38-41

CARVALHO, Samuel Torres - "Trabalhar lá Fora". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.30-31

COELHO, Eduardo Prado - "Nos bancos da escola". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.5-8

CORREIA, João Miguel Amaro - "A arte do possível. Arquitectura Hardcore". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º205 (2002), p.50-51

COSTA, Alexandre Alves - "O lugar da História". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.29-35

COSTA, Nuno Brandão; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) - "A beleza tem que ver com a perfeição". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º241 (2010), p.16-27

CREMASCOLI, Roberto - "Sim, é verdade que tenho o estirador ao lado da cama". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.32-33

CRUZ, Marcos; SILVESTRE, Bruno (recolha e edição) - "A arquitectura é lenta a absorver novos conceitos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º244 (2012), p.33-44

CUCHÍ, Albert - "Standard Máximo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º230 (2008), p.38-41

DIAS, Inês Morão; VASCONCELOS, Diogo - "Standby". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.93-94

DIAS, Manuel Graça - "A moda e as impossibilidades". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.3

DIAS, Manuel Graça - "Actores e Arquitectos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.11-14

DIAS, Manuel Graça - "As Cores do Granito". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º235 (2009), p.2-3

DIAS, Manuel Graça - "Do conforto como economia". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.2-3

DIAS, Manuel Graça - "Do Minotauro Branco". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º241 (2010), p.2-3

DIAS, Manuel Graça - "Ensino Poético". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.27-28

DIAS, Manuel Graça – "Entre o Liberal e o Funcional". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º240 (2010), p.3

DIAS, Manuel Graça - "Modos de usar: equívocos digitais". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º244 (2012), p.2-3

DIAS, Manuel Graça - "O País dos Professores". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.3

DIAS, Manuel Graça - "O Único". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.3

DIAS, Manuel Graça - "Originalidade, doença infantil das aprendizagens arquitectónicas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.13-18

DIAS, Manuel Graça - "Uma Chance Maior". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º212 (2003), p.16-18

DIAS, Manuel Graça - "Uma cidade democrática". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º236 (2009), p.4-5

DIAS, Samuel Pereira - "Um novo Adamastor para dobrar". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.96-97

FERNANDEZ, Sergio; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto) - "As pirâmides servem para muito pouco". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º241 (2010), p.89-92

FIGUEIRA, Jorge - "Arquitectura Tóxica". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º235 (2009), p.42-43

FIGUEIREDO, Rute - "O Astro Baço. A Profissão do Arquitecto sob o signo da Independência". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º240 (2010), p.81-89

FIGUEIREDO, Vítor; DIAS; Manuel Graça (recolha e fixação do texto) - "O 'Choro' dos Arquitectos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º199 (2001), p.37-45

FREI, Hans - "Pobreza e Arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º236 (2009), p.100-109

GADANHO, Pedro - "A ansiedade do híbrido: Arquitectura, Arte e Design". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º220+221 (2005), p.40-43

GEORGE, Pedro - "O ensino do urbanismo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.53-55

GIGANTE, José - "Projecto e Construção". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.39-45

GOMES, Patrícia; MORAIS, Nuno; PEREIRA, Olga; RODRIGUES, Marta - "Conta-me histórias". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.100-101

GONÇALVES, Clara Germana - "Notas sobre a experiência de estudar em Sevilha". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.52-53

GOUVEIA, Teresa Patrício - "O Rosto de Anna Magnani". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º241 (2010), p.39-40

GRANDE, Nuno - "Poetizar a Pobreza". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º236 (2009), p.42-43

GRILO, Júlio Teles - "Sketches, etc. Uma Estação sem Cor". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.34-36

GUEDES, Pancho; FIGUEIRA, Jorge (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador); NUNES, Jorge - "Ser eclético permite-me ter 25 belos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º241 (2010), p.28-35

GUERREIRO, António - "A Metafísica da Beleza". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º241 (2010), p.38

KAHN, Louis - "Black Shadow". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.9-10

KRUGER, Mário - "Digital Turning: Uma Mudança de direcção?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º244 (2012), p.26-32

KRUGER, Mário - "Do paraíso perdido à divina comédia: reflexões sobre o ensino da arquitectura em países anglo-saxónicos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.36-47

LOURENÇO, Nuno - "A face de dentro da profissão". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.15-17

MARTINS, Cláudia P. Albuquerque - "Arquitectos há muitos, oportunidades poucas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.97-99

MATEUS, Nuno - "Um arquitectura de pés (e polegadas)". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.28-29

MELLO, Duarte Cabral - "Visões sobre o ensino do urbanismo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.51-52

MILHEIRO, Ana Vaz - "Algumas conclusões sobre o ensino. I Congresso Nacional de Arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.8-12

MILHEIRO, Ana Vaz - "Visões do Paraíso". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.54-55

MIRANDA, António - "Arquitectura: Juízo e Avaliação". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.48-51

MOITA, Maria - "Trabalhar a Escassez em Timor Leste". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º223 (2006), p.30-35

MOLDER, Maria Filomena - "Sobre a beleza". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º241 (2010), p.93-97

MONTEIRO, Pedro Cortesão - "O espírito da série". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º230 (2008), p.22-27

NUNES, Jorge - "Jet Lag". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º210 (2003), p.16-18

PACHECO, Pedro - "A cidade é um espanto de educação". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.50-51

PEDROSA, Patrícia Santos - "Desejo e pertinência ou da pouca linearidade do fazer arquitectónico". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º215 (2004), p.68-69

PEREIRA, Nuno Teotónio - "A arquitectura manipulada, hoje como ontem ou da ditadura do regime à ditadura do mercado". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.48-50

PEREIRA, Paulo - "Arquitecto, Profissão Antiga". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.43-47

PORTAS, Nuno - "Ensino: os projectos dos arquitectos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.26-35

ROCHA, João - "Programa(ção). Entre sistemas de valores e sistemas de códigos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º222 (2006), p.26-49

RODEIA, João Belo - "Le temps du monde fini commence!". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º223 (2006), p.18-19

SADLER, Simon - "Uma Arte Liberal". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º240 (2010), p.90-97

SARDO, Delfim - "Contra o Solipsismo". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º212 (2003), p.43-47

SILVA, João Possidónio - "O que devem saber os arquitectos". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.6-7

SILVA, Margarida - "Um nova etapa, mais que futuro". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.99-100

SINCLAIR, Cameron - "Espero que seja uma longa lista...". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º223 (2006), p.20-29

SIZA, Álvaro; MOURO, Eduardo Souto (entrevistador) - "O arquitecto é um especialista em não ser especialista". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º245 (2012), p.68-75

SOUTINHO, Alcino; DIAS, Manuel Graça (entrevistador) - "Quando há dinheiro é possível com a inteligência fazer coisas bem feitas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º235 (2009), p.22-31

TAÍNHA, Manuel - "Dificuldades Conceptuais". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.19-22

TAVARES, André - "Agora que acabaste o curso e és arquitecto o que vais fazer à vida?". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º199 (2001), p.60-63

TAVARES, André - "Elefantes à Solta: A Fogueira dos Concursos de Arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º216 (2004), p.45-47

TAVARES, André - "O Standard em Portugal: O elogio da rebarbadeira". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º230 (2008), p.36-37

THOMAZ, Dalva - "O ensino da arquitectura em Vilanova Artigas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.56-59

TOUSSAINT, Michel - "A qualidade em arquitectura, a sua divulgação e as três obras escolhidas". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º217 (2004), p.18-26

TOUSSAINT, Michel - "De dentro para for a na década de 50". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º212 (2003), p.48-57

TOUSSAINT, Michel - "Híbrido: contrastes na sua importância". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º220+221 (2005), p.44-47

TRÉTIACK, Philippe - "Da utilidade de ser inútil". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º211 (2003), p.90-95

URBANO, Luís - "A propósito de Billy Elliot". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.22-23

URBANO, Luís - "O cinema no ensino". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º202 (2002), p.49-50

VALADA, Sara Dias - "Partir a Casca". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º243 (2011), p.92-93

VERÍSSIMO, Cristina - "O tempo e os materiais da arquitectura". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º229 (2007), p.36-37

VICENTE, Manuel; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto) - "A Liberdade nunca me fez qualquer falta". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º240 (2010), p.42-48

VICENTE, Manuel - "As dificuldades da prática profissional à luz de Diderot". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º198 (2000), p.25-27

WANG, Wilfred - "Standard". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º230 (2008), p.18-21

ZUMTHOR, Peter - "Teaching Architecture, Learning Architecture". **Jornal Arquitectos**. ISSN 0870-1504. n.º201 (2001), p.11-12

SITES CONSULTADOS

http://www.jornalarquitectos.pt/ - Site oficial do Jornal Arquitectos

http://arquitectos.pt/ - Site oficial da Ordem dos Arquitectos

http://www.oasrs.org/ - Site oficial da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos

http://www.oasrn.org/home.php - Site oficial da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos

FONTES DAS IMAGENS

Fig. 1 - ROSETA, Filipa - **No Crepúsculo do Arquitecto Herói**, p.55 (JA208)

Fig. 2 - **Jornal Arquitectos**, nº195 (capa)

Fig. 3 - **Jornal Arquitectos**, nº206 (capa)

Fig. 4 - **Jornal Arquitectos**, nº209 (capa)

Fig. 5 - **Jornal Arquitectos**, nº210 (capa)

Fig. 6 - **Jornal Arquitectos**, nº225 (capa)

Fig. 7 - **Jornal Arquitectos**, nº231 (capa)

Fig. 8 - DOMINGUES, Álvaro - **Novas Paisagens Urbanas**, p.111 (JA206)

Fig. 9 - LOURENÇO, Nuno - **A Arquitectura dos Suportes**, p.39-40 (JA225)

Fig. 10 - TELES, Gonçalo Ribeiro - **A perca da complexidade da paisagem portuguesa**, p.77 (JA206)

Fig. 11 -TELES, Gonçalo Ribeiro - **A perca da complexidade da paisagem portuguesa**, p.78 (JA206)

Fig. 12 - COELHO, Alexandra Prado - **Periferia, onde tudo (mas mesmo tudo) é possível**, p.27 (JA231)

Fig. 13 -URBANO, **Luís - Periferia, Ódio, Eclipse**, p.13 (JA209)

Fig. 14 - FIGUEIRA, Jorge - **A ordem das dunas nunca será uma política urbana**, p.98 (JA209)

Fig. 15 - PINTO, Maria José Nogueira - **Urbanismo**, p.33 (JA238)

Fig. 16 - MENEZES, Marluci - **A cidade com os imigrantes**, p.83 (JA238)

Fig. 17 -VÁSQUEZ, Carlos - **Comunidades fechadas, Cidades Moribundas**, p.19 (JA228)

Fig. 18 - FIGUEIRA, Jorge - **Os Cogumelos Substitutos**, p.52 (JA195)

Fig. 19 - LOURENÇO, Nuno - **O Elogio do Lazer**, p.63 (JA206)

Fig. 20 - FIGUEIRA, Jorge - **A Rainha da Holanda na cidade estaleiro (6 pontos sobre a requalificação da baixo portuense - Porto 2001)**, p.20 (JA199)

Fig. 21 - LOURO, Margarida - **O desejo e o território**, p.116 (JA206)

Fig. 22 - LOURO, Margarida - **O desejo e o território**, p.118 (JA206)

Fig. 23 - LOURO, Margarida - **O desejo e o território**, p.119 (JA206)

Fig. 24 - CRAWFORD, Margaret - **O mundo num centro comercial**, p.34 (JA228)

Fig. 25 - CRAWFORD, Margaret - **O mundo num centro comercial**, p.33 (JA228)

Fig. 26 - DIAS, Manuel Graça - **Castro Portugal**, p.3 (JA204)

Fig. 27 - **Jornal Arquitectos**, nº203 (capa)

Fig. 28 - **Jornal Arquitectos**, nº204 (capa)

Fig. 29 - **Jornal Arquitectos**, nº205 (capa)

Fig. 30 - **Jornal Arquitectos**, nº224 (capa)

Fig. 31 - **Jornal Arquitectos**, nº236 (capa)

Fig. 32 - CARVALHO, Ricardo - **Morada: Rua, Casa**, p.34 (JA224)

Fig. 33 - TOSTÕES, Ana - **Casas de Férias Modernas, Anos 50 e Estilo Contemporâneo: A utopia de uma Doce Vida**, p.50 (JA196)

Fig. 34 - CORREIA, Graça - **Relações Entre Elementos**, p.24 (JA203) - Desenho de Filipe Ramalho

Fig. 35 - GADANHO, Pedro - **O Museu Imaginário**, p.70 (JA203) - Desenho de Miguel Gaspar

Fig. 36 - TOSTÕES, Ana - **Sem Ideias Preconcebidas**, p.90 (JA203) - Desenho de Miguel Gaspar

Fig. 37 - CARVALHO, Ricardo - **Morada: Rua, Casa**, p.35 (JA224)

Fig. 38, 39, 40 - DOMINGUES, Álvaro - **De que é que se fala quando se fala de casas?**, p.49 (JA224) - Fotografia de José Adrião

Fig. 41 - **Jornal Arquitectos**, nº217, p.97 ('Selecção Projectos')

Fig. 42 - **Jornal Arquitectos**, nº223, p.95 ('Selecção Projectos')

Fig. 43 - **Jornal Arquitectos**, nº241, p.61 ('Selecção Projectos')

Fig. 44 - DIAS, Manuel Graça; GONÇALVES, Clara Germana; MILHEIRO, Ana Vaz - **O Habitar Colectivo 2**, p.65 (JA205)

Fig. 45, 46, 47 - COSTA, Alexandre Alves - **A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um título Enigmático**, p.14 (JA204)

Fig. 48 - PORTAS, Nuno - **A Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria**, p.50 (JA204)

Fig. 49 - PORTAS, Nuno - **A Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria**, p.52 (JA204)

Fig. 50 - TOSTÕES, Ana - **Alvalade, uma Experiência Pioneira de Habitação Colectiva. Quando a Habitação é Capaz de Fazer Cidade**, p.46 (JA204)

Fig. 51 - **Jornal Arquitectos**, nº205, p.94 ('Selecção Projectos')

Fig. 52 - **Jornal Arquitectos**, nº205, p.87 ('Selecção Projectos')

Fig. 53 - SIZA, Álvaro; ADRIÃO, José (entrevistador); CARVALHO, Ricardo (entrevistador) - **Álvaro Siza conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho**, p.73 (JA224)

Fig. 54 - **Jornal Arquitectos**, nº232, p.92 ('Selecção Projectos')

Fig. 55 - **Jornal Arquitectos**, nº236, p.55 ('Selecção Projectos')

Fig. 56, 57 - **Jornal Arquitectos**, nº236, p.59 ('Selecção Projectos')

Fig. 58 - COELHO, António Baptista; DIAS, Manuel Graça (entrevistador) - **Ao Inserir Minorias Fazemos Cidade**, p.37 (JA238)

Fig. 59 - FURTADO, Gonçalo; MOREIRA, Inês - **Cartografias da Domesticidade**, p.96 (JA203)

Fig. 60 - LOPES, Diogo Seixas - **Parques de Campismo: Arquitectura Móvel**, p.56 (JA196)

Fig. 61 - RAMOS, Rui - **A Nossa Casa, 44, piso 12, ap. 136: Dois Pontos para Outras Formas de Habitar**, p.32 (JA205)

Fig. 62 - SOUSA, Luís Paulo - **Repúblicas de Coimbra: o Alojamento Estudantil de que Portugal Precisa**, p.26 (JA204)

Fig. 63, 64, 65 - **Jornal Arquitectos**, nº226, p.102 ('Selecção Projectos')

Fig. 66 - COSTA, Alexandre Alves - **Nós Somos da Póvoa do Varzim**, p.82 (JA237)

Fig. 67 - **Jornal Arquitectos**, nº197 (capa)

Fig. 68 - **Jornal Arquitectos**, nº207 (capa)

Fig. 69 - **Jornal Arquitectos**, nº208 (capa)

Fig. 70 - **Jornal Arquitectos**, nº213 (capa)

Fig. 71 - **Jornal Arquitectos**, nº227 (capa)

Fig. 72 - **Jornal Arquitectos**, nº229 (capa)

Fig. 73 - **Jornal Arquitectos**, nº237 (capa)

Fig. 74 - **Jornal Arquitectos**, nº239 (capa)

Fig. 75 - LOURENÇO, Eduardo; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto); FIGUEIRA, Jorge (recolha e fixação de texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto) - **Ainda hoje os portugueses andam aí pelo mundo a apanhar os ossos do império**, p.40 (JA237)

Fig. 76 - PEREIRA, Nuno Teotónio - **Reflexos Culturais do Inquérito à Arquitectura Regional**, p.71 (JA195)

Fig. 77 - PIMENTEL, Irene - **O que parece é?**, p.22 (JA244)

Fig. 78 - FIGUEIRA, Jorge - **História da Arquitectura: No frigorífico depois do supermercado**, p.59 (JA202)

Fig. 79 - GONÇALVES, Clara Germana - **Contraste e Analogia - instrumentos e relação entre passado e presente**, p.83 (JA207)

Fig. 80 - DIAS, Adalberto; SOUTINHO, Alcino; COSTA, Alexandre Alves; SIZA, Álvaro; TAVARES, Domingos; MOURA, Eduardo Souto; FERNADEZ, Sergio - **Depois do Modernismo**, p.8 (JA208)

Fig. 81 - CAPELA, José - **Regionalismo Crítico**, p.88 (JA207)

Fig. 82 - COSTA, Alexandre Alves; SIZA, Álvaro; TAVARES, Domingos; MOURA, Eduardo Souto; FERNANDEZ, Sergio - **Um Quadradinho a Menos**, p.17 (JA208)

Fig. 83 - WIGLEY, Mark; MORENO, Joaquim (entrevistador) - **Bem-vindos ao vácuo**, p.31 (JA239)

Fig. 84 - TOSTÕES, Ana - **Afirmação, questionamento e contestação do Paradigma Moderno**, p.21 (JA211)

Fig. 85 - **Jornal Arquitectos**, nº211, p.110-111 (Fotografias dos Participantes)

Fig. 86 - BANDEIRA, Pedro - **Situação-Crítica, Crítica Situacionista**, p.83 (JA211)

Fig. 87 - DUARTE, Carlos S.; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto) - **Os Críticos não se inventaram de um dia para o outro**, p.36 (JA239)

Fig. 88 - FIGUEIRA, Jorge - **Houston we have a problem. O fim da crítica de arquitectura**, p.85 (JA239)

Fig. 89 - NUNES, Jorge - **Jet Lag**, p.16 (JA210)

Fig. 90 - **Jornal Arquitectos**, nº197, p.4 - Desenho de Luís Torgal

Fig. 91-92 - DUARTE, Carlos - **O Algarve soma e segue**, p.10 (JA196)

Fig. 93 - COSTA, Alexandre Alves - **Então e Portugal, hein?...Cheira bem!**, p.39 (JA197)

Fig. 94 - DIAS, Manuel Graça - **Uma chance maior**, p.17 (JA212)

Fig. 95 - COSTA, Alexandre Alves - **Excertos Dispersos dos anos 80**, p.38 (JA200)

Fig. 96 - GOMES, Paulo Varela - **Arquitectura Não-Alinhada**, p.4 (JA200)

Fig. 97 - TOUSSAINT, Michel - **Continuando uma conversa na qual não participei**, p.52 (JA200)

Fig. 98 - TOURNIKIOTIS, Panayotis - **Uma Crise de Crises**, p.81 (JA243)

Fig. 99 - SARAIVA, Tiago Mota; DIAS, Manuel Graça; MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) - **Subverter a Ideia de que não há Futuro**, p.40 (JA243)

Fig. 100 - COSTA, Alexandre Alves - **Nós Somos da Póvoa do Varzim**, p.82 (JA237)

Fig. 101 - GOMES, Paulo Varela; FIGUEIRA, Jorge (entrevistador) - **Cartas de Lado Nenhum**, p.26 (JA237)

Fig. 102 - COSTA, Alexandre Alves - **Nós Somos da Póvoa do Varzim**, p.81 (JA237)

Fig. 103 - ADRIÃO, José; CARVALHO, Ricardo - **Ilegal (Editorial)**, p.3 (JA226)

Fig. 104 - **Jornal Arquitectos**, nº198 (capa)

Fig. 105 - **Jornal Arquitectos**, nº209 (capa)

Fig. 106 - **Jornal Arquitectos**, nº215 (capa)

Fig. 107 - **Jornal Arquitectos**, nº216 (capa)

Fig. 108 - **Jornal Arquitectos**, nº226 (capa)

Fig. 109 - **Jornal Arquitectos**, nº232 (capa)

Fig. 110 - **Jornal Arquitectos**, nº234 (capa)

Fig. 111 - **Jornal Arquitectos**, nº240 (capa)

Fig. 112 - BYRNE, Gonçalo; GONÇALVES, Clara Germana (entrevistador) ; NUNES, Jorge (entrevistador) - **A arquitetura está condenada a ser sempre contemporânea**, p.13 (JA216)

Fig. 113 - BRANDÃO, Pedro - **Crepúsculos da Ética? 2**, p.51 (JA199)

Fig. 114 - LOURENÇO, Nuno - **A Face de Dentro da Profissão**, p.17 (JA198)

Fig. 115 - AMARAL, Diogo Freitas do - **Projecto de Lei de Revogação (Parcial) do DL 73/73**, p.19 (JA215)

Fig. 116 - GONÇALVES, Clara Germana - **Concurso: Ilusão e Jogo**, p.27 (JA216)

Fig. 117 - SOARES, Duarte Morais - **O Direito de Interpretar ARS-Arquitectos e o Concurso de 1934**, p.38 (JA216)

Fig. 118 - BORJA, Jordi - **A Democracia em busca da Cidade Futura**, p.53 (JA234)

Fig. 119 - PORTAS, Nuno - **A Regulação Urbanística da Arquitectura**, p.19 (JA226)

Fig. 120 - BINGRE, Pedro - **1965. O ano da morte do urbanismo português**, p.20 (JA232)

Fig. 121 - MARTINS, Rolando Borges - **Parceria Público-Privada: O Lugar da Arquitectura**, p.26 (JA232)

Fig. 122 - **Jornal Arquitectos,** n°209, p.18 (Localização e Identificação dos Planos Polis)

Fig. 123 - BANDEIRINHA, José António - **Emília e o Espelho de Siza ou a incómoda residência da Arquitectura**, p.67 (JA234)

Fig. 124 - SILVA, Cláudia - **O Arquitecto na Administração Local**, p.34 (JA199)

Fig. 125 - SALGADO, Manuel; ADRIÃO, José (entrevistador); CARVALHO, Ricardo (entrevistador) - **Manuel Salgado conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho**, p.34 (JA199)

Fig. 126 - FIGUEIRA, Miguel; MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) - **Se queres dançar pada a Banda!**, p.106 (JA240)

Fig. 127 - SIZA, Álvaro; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto); MILHEIRO, Ana Vaz (recolha e fixação de texto) - **Um processo participativo também pode ser manipulável**, p.16 (JA234)

Fig. 128 - ROSETA, Helena; DIAS, Manuel Graça - **Do Urbanismo Totalitário ao Crime Urbanístico**, p.22 (JA234)

Fig. 129 - BRANDÃO, Pedro - **Crepúsculos da Ética? 1**, p.55 (JA198)

Fig. 130 - **Jornal Arquitectos**, n°198 (capa)

Fig. 131 - **Jornal Arquitectos**, n°199 (capa)

Fig. 132 - **Jornal Arquitectos**, n°201 (capa)

Fig. 133 - **Jornal Arquitectos**, n°202 (capa)

Fig. 134 - **Jornal Arquitectos**, n°222 (capa)

Fig. 135 - **Jornal Arquitectos**, n°223 (capa)

Fig. 136 - **Jornal Arquitectos**, n°229 (capa)

Fig. 137 - **Jornal Arquitectos**, n°230 (capa)

Fig. 138 - **Jornal Arquitectos**, n°235 (capa)

Fig. 139 - **Jornal Arquitectos**, n°236 (capa)

Fig. 140 - **Jornal Arquitectos**, n°240 (capa)

Fig. 141 - **Jornal Arquitectos**, n°241 (capa)

Fig. 142 - **Jornal Arquitectos**, n°243 (capa)

Fig. 143 - **Jornal Arquitectos**, n°244 (capa)

Fig. 144 - **Jornal Arquitectos**, n°245 (capa)

Fig. 145 - FIGUEIREDO, Rute - **O Astro Baço. A Profissão do Arquitecto sob o signo da Independência**, p.87 (JA240)

Fig. 146 - TAINHA, Manuel - **Dificuldades Conceptuais**, p.19 (JA198)

Fig. 147, 148, 149 - TOUSSAINT, Michel - **A Qualidade em Arquitectura, a sua Divulgação e as Três Obras Escolhidas**, p.18 (JA217)

Fig. 150 - VICENTE, Manuel DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto) - **A Liberdade nunca me fez qualquer falta**, p.42 (JA240)

Fig. 151 - DIAS, Manuel Graça - **A moda e as impossibilidades**, p.3 (JA202)

Fig. 152 - ALMEIDA, Rogério Vieira - **A Reforma de 1957, a Arquitectura entre si Própria e a sua Representação**, p.26 (JA202)

Fig. 153 - GEORGE, Pedro - **O Ensino do Urbanismo**, p.54 (JA202)

Fig. 154 - URBANO, Luís - **A Propósito de Billy Elliot**, p.23 (JA201)

Fig. 155 - PEDROSA, Patrícia Santos - **Desejo e Persistência ou da pouca linearidade do Fazer Arquitectónico**, p.23 (JA201)

Fig. 156 - GIGANTE, José - **Projecto e Construção**, p.39 (JA202)

Fig. 157 - CORREIA, João Miguel Amaro - **A Arte do Possível - Arquitectura Hardcore**, p.50 (JA205)

Fig. 158, 159 - CANNAVÒ, Paola - **Programar a Flexibilidade**, p.19 (JA222)

Fig. 160, 161 - WANG, Wilfred - **Standard**, p.20 (JA230)

Fig. 162 - TAVARES, André - **O Standard em Portugal: O elogio da rebarbadeira**, p.34 (JA230)

Fig. 163 - TAVARES, André - **O Standard em Portugal: O elogio da rebarbadeira**, p.35 (JA230)

Fig. 164 - KRUGER, Mário - **Digital Turning: uma mudança de direcção**, p.30 (JA244)

Fig. 165 - **Jornal Arquitectos,** nº244, p.21 (Crónica Desenhada)

Fig. 166 - GRANDE, Nuno - **Poetizar a Pobreza**, p.43 (JA236)

Fig. 167 - **Jornal Arquitectos,** nº235, p.67 (Selecção Projectos)

Fig. 168 - **Jornal Arquitectos,** nº235, p.48 (Selecção Projectos)

Fig. 169 - FERNANDEZ, Sergio; DIAS, Manuel Graça (recolha e fixação de texto) - **As pirâmides servem para muito pouco**, p.89 (JA241)

Fig. 170 - SINCLAIR, Cameron - **Espero que seja uma longa lista...**, p.26 (JA223)

Fig. 171 - MOITA, Maria - **Trabalhar a Escassez em Timor Leste**, p.31 (JA223)

Fig. 172, 173 - MOITA, Maria - **Trabalhar a Escassez em Timor Leste**, p.35 (JA223)

Fig. 174 - BALESTRA, Filipe; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) - **Os Pobres têm sido os meus Professores**, p.89 (JA236)

Fig. 175 - BALESTRA, Filipe; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) - **Os Pobres têm sido os meus Professores**, p.90 (JA236)

Fig. 176 - BALESTRA, Filipe; DIAS, Manuel Graça (entrevistador); MILHEIRO, Ana Vaz (entrevistador) - **Os Pobres têm sido os meus Professores**, p.91 (JA236)

NOTA: Não se inclui a nota bibliográfica completa, uma vez que as fontesse encontram referenciadas na bibliografia.